

Jailma Maria de Lima  
Organizadora

# HISTÓRIA DOS SERTÕES: MUNDOS EM CONFLITOS



COLEÇÃO  
SERTÕES,  
CAMINHOS E  
FRONTEIRAS



PPGHC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

# COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



## COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)	Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)	Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)	Kleiton Souza de Moraes (UFC)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)	Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Antonio José de Oliveira (UFRN)	Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)	Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)
Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)	Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)	Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)	Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)	Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)	Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)	Marina Monteiro Machado (UERJ)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)	Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Fabiola Cristina Alves (UFRN)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)	Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)	Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)	Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)	Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)	Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)	Robson William Potier (SEEC-RN)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)	Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)	Thiago Reisdorfer (UESPI)
Joaquim dos Santos (URCA)	Tiago Bonato (UNILA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)	Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)	Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
José Vieira da Cruz (UFS)	Wania Alexandrino Viana (UFOPA)



# HISTÓRIA DOS SERTÕES: MUNDOS EM CONFLITOS

**Jailma Maria de Lima**  
Organizadora



## COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

Organizadores da Coleção  
Ane Luíse Silva Mecnas Santos  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Juciene Batista Félix Andrade

### História dos Sertões: Mundos em Conflitos (n. 8)

#### Organizadora

Jailma Maria de Lima

#### ISBN

978-85-8413-392-5

#### Projeto Gráfico

Adilma Menezes

#### EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

L732h

Lima, Jailma Maria de (org.).

História dos Sertões: Mundos em Conflitos / Organizadora: Jailma Maria de Lima. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

264 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, **n.8**).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-392-5

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 981.3

CDU 94(81)

## Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escrivães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

### **Ane Luíse Silva Mecenas Santos**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)  
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Juciene Batista Félix Andrade**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*





## APRESENTAÇÃO

Os textos reunidos nessa obra resultam de pesquisas apresentadas em 3 simpósios temáticos, durante o II Simpósio Nacional de História dos Sertões: História do cangaço: sociedade, cultura sertaneja e herança histórica; Coronelismo, messianismo e cangaços: elementos constitutivos dos sertões nordestinos, dos meados do século XIX a meados do século XX; Sertões da (des)ordem: crimes, revoltas e outras agências. As discussões apresentadas giram em torno de temas muito caros aos sertões brasileiros: violências, religiosidades, gênero, movimentos populares, pobreza.

Em **Lampião e as técnicas de neutralização: uma análise criminológica do seu discurso**, Gustavo Ribeiro Xavier Gonçalves aborda o cangaço sob o viés criminológico. Assim, analisa as entrevistas de Lampião, publicadas pelo jornal *O Povo*, do Ceará, a partir da teoria das técnicas de neutralização de discursos. Para o autor, Lampião justifica seus atos desviantes, negando qualquer responsabilidade sobre eles, tentando aplacar ou neutralizar quaisquer sentimentos de culpa. Produto do seu tempo e espaço, o cangaceiro desenvolveu uma aprendizagem de comportamento desviante, decisiva para a sua vida de crimes.

Francinete Xavier de Lemos, no texto intitulado **O rifle abaixo das saias: a influência ocultada das mulheres sertanejas na história do cangaço nordestino**, evidencia a influência feminina na História do cangaço, destacando a invisibilidade dessas histórias e a necessidade de demonstrar que essa participação foi ativa, afetiva e efetiva na vida social e econômica das suas áreas de atuação. Para isso, analisa as histórias de Jardelina Pereira Nóbrega, viúva do cangaceiro Chico Pereira,



e da Fidalga Francisca Pereira da Silva, filha do Barão de Pajeú e viúva do líder político Padre Pereira. Ambas tiveram papel fundamental na liderança de grupos de cangaceiros, após a morte dos seus esposos.

Em **O cangaço no cariri paraibano: passagens e conflitos em Barra de São Miguel e adjacências, em fins do século XIX e início do século XX**, João Paulo França analisa como a região de São Miguel/PB foi ponto de passagem e de esconderijo de vários grupos de cangaceiros. O autor destaca diversos ataques a fazendas, casas de comerciantes e repartições públicas, como a Mesa de Renda. A partir de denúncias de jornais e relatos de moradores, aponta que havia, na região, certa proteção para alguns bandos, como por exemplo, o de Antônio Silvino.

Layra de Sousa Cruz Sarmento, em **A força do fraco - a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino: na perspectiva do cangaço**, analisa como a poesia de cordel traduziu realidades sociais e experiências humanas, partindo de pelegas poéticas travadas entre o “Diabo” e figuras de cangaceiros. O imaginário é tomado como uma possibilidade interpretativa, por reconhecer criações imaginárias como portadoras de experiências reais.

Em **“A necessidade não tem lei, e com famintos não se brinca”: ações em massa, mulheres retirantes e conflitos nas secas da Paraíba e Rio Grande do Norte (1889-1904)**, Francisco Ramon de Matos Maciel discorre sobre ações em massa realizadas por mulheres retirantes na Paraíba e no Rio Grande do Norte, entre 1889 e 1904. As ações das mulheres exigiam os socorros públicos por parte das autoridades governamentais, mas também buscaram mediação da imprensa de oposição para denunciar a miséria das suas famílias e para cobrar os responsáveis pelos auxílios.

Os quebra-quilos foram movimentos populares contra a padronização dos pesos e medidas, aprovada pelo Império em 1862, que atingiram várias cidades e vilas localizadas na região atualmente denominada de Nordeste brasileiro. No texto, **Os quebra-quilos no sertão do Seridó: reconstruindo a sedição antimétrica na Vila do Príncipe atra-**



**vés das páginas de um processo-crime (1874-1875)**, João Fernando Barreto de Brito aborda como esse movimento ocorreu na Vila do Príncipe (atual Caicó), no sertão do Rio Grande do Norte, em dezembro de 1874. Os acusados de serem os cabeças do movimento, acabaram por serem inocentados no processo crime movido contra eles.

Os autores Lais Isabelle Rocha de Souza e Jakson dos Santos Ribeiro em **A desordem no sertão pela ótica da imprensa: virilidades populares entre as notas policiais da imprensa de Caxias-MA durante a Primeira República**, analisam o discurso jornalístico sobre violências cometidas por homens na Primeira República em Caxias/MA. O texto destaca a importância do uso de periódicos como fonte documental, para se compreender a constituição da ideia de masculinidade.

Em **Violência, prestígio e porte de armas nos sertões da capitania de Pernambuco (século XVIII)**, Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira, analisa grupos de bandoleiros nos sertões da Vila de Goiana/PE, descobertos pelas autoridades em 1764. Responsáveis por uma série de latrocínios e assaltos nos caminhos e arredores da vila, teriam causado enorme prejuízo para o comércio e para os negócios, o que levou as autoridades locais a combatê-los. O autor destaca que a Lei da Boa Razão de 1769, ao ferir os interesses locais, permitiu a presença definitiva de bandos armados na América Portuguesa.

Em **Um caldeirão de insatisfações e medos: revoltas populares no interior da província de Pernambuco (1838)**, Manoel Nunes Cavalcanti Junior analisa uma série de revoltas ocorridas na Província de Pernambuco, denominadas de Revolta dos Matutos. A primeira ação foi motivada por um boato de escravização de homens livres que se espalhou pelo interior de Pernambuco. O movimento foi controlado pelo governo e acabou por se restringir à resistência de uma parcela da população, que enfrentando as autoridades, libertou presos e recrutas.

Antônia de Castro Andrade em **Sertão de pastos bons: um sertão de senhores/as de bois, terras e de gente**, contribui para suprir uma carência na produção historiográfica sobre a região do sertão sul-ma-



ranhense na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, destaca as relações estabelecidas entre a população escravizada, a livre e a liberta que constituíram a paisagem social das fazendas de gado daquela área.

Em **Cangaço como fomentador do imaginário sobre o sertão nordestino: análise da escrita de Gustavo Barroso**, Isabela de Lorena Zaniboni aborda a construção do cangaço na obra de Gustavo Barroso. Tomando como base o homem sertanejo nortista que ele era, as influências sofridas pelo ambiente e as relações sociais que o cercava, a autora analisa como o autor dá centralidade a origem social e geográfica do homem sertanejo, nas explicações para o surgimento do cangaço.

Bárbara Christina da Silva e Mariana de Sá Ferraz em **Mulher no cangaço: quebra de paradigma ou continuidade de dominação masculina?**, analisam a presença feminina no cangaço, com destaque para o cotidiano dos bandos. Assim, destacam a transição da “moça de família” para cangaceira, com mudanças de hábitos, permanências e resistências. As regras e imposições que as mulheres eram obrigadas a seguir, seja na casa dos pais, junto aos maridos ou com os bandos foram rompidas pelas cangaceiras, com a entrada na caatinga, carregando armas e crianças e enfrentando batalhas e confrontos.

Ednaldo Emilio Ferraza **“Sertão viril” dos vaqueiros (primeiros séculos de ocupação): territórios dos Centauros - raízes da violência e do machismo?** A partir de pesquisa bibliográfica, analisa a figura do vaqueiro em seu ethos, caracterizado pela suposta valentia, virilidade, destreza e coragem. Tais características, para o autor, teriam persistido e suportado às intempéries do tempo, através da educação assistemática sertaneja, valorativa da macheza e da valentia.

Em **Reino encantado: a narrativa dos “sabidos” e a esperança dos desfavorecidos**, Ivana Larissa de Almeida Silva, Pauliana Maria da Silva Alves e José Ferreira Júnior, discutem a crença no sebastianismo, manifestada a partir da ideia de retorno do rei D. Sebastião, desaparecido em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir. Tal crença chegou ao Brasil, na região de onde se localiza a Pedra Bonita, atualmente São José Belmon-



te, sertão pernambucano. De cunho bibliográfico, a pesquisa objetiva também mostrar como o movimento se alicerça na cultura local, sendo inclusive elemento de atração turística.

Em **Feminilidade no cangaço: descolonizando corpos**, José Ernando de Farias Silva procura entender como ocorria o ingresso de mulheres no movimento. Demonstrando mudanças fora e no interior do cangaço, o autor acaba por delinear outra perspectiva de visão sobre o feminino, sobretudo no que se refere à descolonização dos corpos.

Em **A religião popular como resistência à opressão coronelística e ao descaso clerical oficial: realidade de determinados espaços dos sertões nordestinos na República Velha no Brasil**, José Ferreira Júnior e Janaina Freire dos Santos Ferreira, analisam os embates entre os movimentos messiânicos contestatórios e os religiosos, adeptos do catolicismo oficial.

Convidamos-os a leitura!

### **Jailma Maria de Lima**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)







## Sumário

- 17 **Lampião e as Técnicas de Neutralização: Uma Análise Criminológica do Seu Discurso**  
Gustavo Ribeiro Xavier Gonçalves
- 33 **O Rifle Abaixo das Saias: A Influência Ocultada das Mulheres Sertanejas na História do Cangaço Nordestino**  
Francinete Xavier de Lemos
- 44 **O Cangaço no Cariri Paraibano: Passagens e Conflitos em Barra de São Miguel e Adjacências, em Fins do Século XIX e Início do Século XX**  
João Paulo França
- 66 **A Força do Fraco - A Astúcia como Estratégia de Desorganização dos Jogos de Poder no Sertão Nordestino: Na Perspectiva do Cangaço**  
Layra de Sousa Cruz Sarmento
- 81 **“A Necessidade não tem Lei, e com Famintos não se Brinca”: Ações em Massa, Mulheres Retirantes e Conflitos nas Secas da Paraíba e Rio Grande do Norte (1889-1904)**  
Francisco Ramon de Matos Maciel
- 97 **Os Quebra-Quilos no Sertão do Seridó: Reconstruindo a Sedição Antimétrica na Vila do Príncipe Através das Páginas de um Processo-Crime (1874-1875)**  
João Fernando Barreto de Brito



- 112**     **A Desordem no Sertão pela Ótica da Imprensa: Virilidades Populares Entre as Notas Policiais da Imprensa de Caxias-Ma Durante a Primeira República**  
Lais Isabelle Rocha de Souza; Jakson dos Santos Ribeiro
- 131**     **Violência, Prestígio e Porte de Armas nos Sertões da Capitania de Pernambuco (Século XVIII)**  
Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira
- 147**     **Um Caldeirão de Insatisfações e Medos: Revoltas Populares no Interior da Província de Pernambuco (1838)**  
Manoel Nunes Cavalcanti Junior
- 163**     **Sertão de Pastos Bons: Um Sertão de Senhores/as de Bois, Terras e de Gente**  
Antônia de Castro Andrade
- 176**     **Cangaço como Fomentador do Imaginário sobre o Sertão Nordestino: Análise da Escrita de Gustavo Barroso**  
Isabela de Lorena Zaniboni
- 190**     **Mulher no Cangaço: Quebra de Paradigma ou Continuidade de Dominação Masculina?**  
Bárbara Christina da Silva; Mariana de Sá Ferraz
- 202**     **“Sertão Viril” dos Vaqueiros (Primeiros Séculos de Ocupação): Territórios dos Centauros- Raízes sa Violência e do Machismo?**  
Ednaldo Emilio Ferraz
- 214**     **Reino Encantado: A Narrativa dos “Sabidos” e a Esperança dos Desfavorecidos**  
Ivana Larissa de Almeida Silva; Pauliana Maria da Silva Alves; José Ferreira Júnior
- 229**     **Feminilidade no Cangaço: Descolonizando Corpos**  
José Ernando de Farias Silva
- 245**     **A Religião Popular como Resistência à Opressão Coronelística e ao Descaso Clerical Oficial: Realidade de Determinados Espaços dos Sertões Nordestinos na República Velha no Brasil**  
José Ferreira Júnior; Janaina Freire dos Santos Ferreira
- 261**     **Índice Remissivo**

# LAMPIÃO E AS TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DO SEU DISCURSO

 Gustavo Ribeiro Xavier Gonçalves<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Há muito se busca uma explicação acerca dos fatores sociológicos e criminógenos que culminaram no cangaço. Não obstante os estudos produzidos no sentido de tentar entender esse fenômeno social, a visão mítica do ‘Robin Hood’ ainda possui um forte apelo para aqueles que costumam consumir produtos ligados ao tema, sejam livros, músicas, filmes, documentários, turismo ou artesanato. Até mesmo alguns tradicionais estudiosos do tema não conseguiram desapegar de tal abordagem, ignorando, por vezes, a multiplicidade de narrativas e representações que giram em torno do mundo dos cangaceiros.

Após 82 anos da morte de Lampião e diversas análises que buscam entender etiológicamente o cangaço e a figura do cangaceiro, as possíveis explicações acerca do comportamento criminoso desses sertanejos nordestinos ainda inquietam pesquisadores e interessados no tema. E, embora o estudo do fenômeno cangaço tenha clara conexão com a criminologia e possa, portanto, receber excelentes contribuições para as

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ (2006), pós-graduado lato sensu em Ciências Penais pela Uniderp/Anhaguera (2010). Atualmente, é Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco e cursa a pós-graduação lato sensu em Historiografia do Cangaço no Centro Universitário de Vitória de Santo Antão – UNIVISA.



pesquisas referentes ao tema, as análises sob o prisma criminológico são relativamente poucas. Justamente por isso é que se pretende neste artigo analisar os discursos estabelecidos por Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) em duas entrevistas suas (publicadas no jornal “O Ceará” nas edições dos dias 17 e 18 de março de 1926 e no jornal “O Povo” na edição do dia 04 de junho de 1928), sob a ótica de uma das teorias mais influentes da criminologia e que foi apresentada por Gresham M. Sykes e David Matza sob o título de “Técnicas de Neutralização: uma teoria da delinquência”.

Com enfoque na teoria das técnicas de neutralização, onde Lampião se encaixa diante do arcabouço dos valores prevalentes na sociedade sertaneja de sua época? E em que consistia seu discurso, explicitado através de suas entrevistas? Esses são questionamentos que esperamos responder ao final deste artigo.

## TEORIA DAS TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO: BREVE RESUMO

A teoria das técnicas de neutralização é de autoria dos norte-americanos Gresham M. Sykes e David Matza, e foi publicada em 1957 na *American Sociological Review*, e, ainda hoje, é considerado um dos textos mais influentes no estudo da criminologia para a explicação do comportamento criminoso.

A ideia surge como resultado da crítica e refinamento da teoria das subculturas delinquentes, cujos grandes expoentes são Edwin Hardin Sutherland e Albert Cohen. Para Sutherland a atitude criminosa tem suas raízes na aprendizagem, através de repetições comportamentais favoráveis à violação das leis. Assim, o autor critica radicalmente os estudos que baseavam o comportamento criminoso em função das condições econômicas, de fatores sociológicos ou psicopatológicos (SUTHERLAND, 2015). Funda-se na ideia de que generalizações desse tipo, além de se basearem em uma falsa amostra da criminalidade, não são capazes de dar uma explicação plausível para a ocorrência dos crimes



de colarinho branco, que era o foco de seu estudo (BARATTA, 2002, p. 71). Na concepção de Sutherland, tornar-se criminoso é, em grande medida, um fator determinado pela frequência e intensidade com que o agente mantém relações com outras pessoas que já praticaram crimes.

Para Cohen (1955), as elevadas taxas de criminalidade dos jovens de classes baixas estavam alicerçadas no fato de que, nos locais de ocorrência, há um código de valores que é diferente daquele existente nas relações sociais da classe média. Assim, o comportamento delinquente se originaria de um conjunto de valores e normas desviantes, ou seja, o delinquente veria sua conduta como correta, em contrapartida às normas sociais que estariam, por sua vez, equivocadas (SYKES; MATZA, 2018, p. 6).

Já para os autores das técnicas de neutralização, o que ocorre é que através do processo de aprendizagem a pessoa adquire conhecimentos que o auxiliam na construção de um conjunto de justificativas específicas, permitindo que, ainda que considere válidos os valores e as regras prevalentes na sociedade conformada, possa atuar em desconformidade com eles sem, contudo, atacá-los frontalmente. Assim, não haveria que se falar em aprendizagem de imperativos morais, valores ou atitudes que estão em direta oposição aos da sociedade dominante, como afirma Sutherland (SYKES; MATZA, 2018, p. 10-11).

Outro fator preponderante para os autores da teoria aqui apresentada é verificar que frequentemente os criminosos demonstram respeito por pessoas conformadas ou obedientes à lei. Há, na concepção de Sykes e Matza (2018, p. 9), uma reverência por parte do delinquente dirigida àqueles que estão em conformidade com as normas. Afirmam que, “enquanto supostamente comprometido totalmente com o sistema desviante da subcultura delinquente, ele pareceria reconhecer a validade moral do sistema normativo dominante em muitos casos” (SYKES; MATZA; 2018, p. 7).

Os desviantes, segundo Sykes e Matza (2018, p. 9) parecem reconhecer a validade moral do sistema normativo em conformidade com a



ordem social. Baratta (2002, p. 77-78), por sua vez, afirma que o mundo do delinquente ainda é o mesmo da sociedade em geral, pois os mecanismos de socialização do criminoso não são tão específicos a ponto de lhes inculcar valores e normas que sejam opostos àqueles do comportamento conformista. Ora, se entendem que as regras sociais são válidas, porque, então, os autores de crimes os cometem?

Em resposta, Sykes e Matza (2018, p. 10) alegam que há um entendimento aprendido na convivência entre os delinquentes onde algumas circunstâncias podem simplesmente excepcionar a regra, fazendo com que o sujeito cometa delitos, utilizando-se de justificativas para o desvio. Tais justificativas se baseiam em racionalizações que neutralizam a reprovação social advinda dos controles sociais e também da moralidade do sujeito. Lopes (2016) chama tais neutralizações de “anestésicos psicológicos”, justamente por aplacarem as demandas internas e externas por conformidade.

Os idealizadores das técnicas de neutralização explicitam a existência de algumas circunstâncias que têm o condão de excepcionar alguns regramentos, como é o caso de, em situações de extrema necessidade, haver uma indulgência social para aqueles que tomam bens de pessoas mais abastadas e os distribuem entre os necessitados (SYKES; MATZA, 2018, p. 9). É esse exatamente o argumento que faz com que Robin Hood seja considerado um modelo de justiça e, por incontáveis vezes, tenha sido usado para simbolizar os cangaceiros, concedendo-os, portanto, uma aura de justiceiro (HOBBSAWN, 2010).

Chandler faz interessante comentário ao explicar sobre o banditismo no sertão, dizendo que “o homem, ou ocasionalmente a mulher, que vive fora da lei como um celerado errante, aparentemente livre de qualquer restrição da sociedade, desperta uma fibra de nossa imaginação, principalmente quanto mais remotas forem sua colocação no tempo ou no espaço.” (CHANDLER, 2003, p. 13). De fato, conforme iremos perceber nos discursos de Lampião, a “liberdade” é apenas aparente, na medida em que é clara a necessidade que o cangaceiro sente de justifi-



car seus atos, buscando, assim, abrandar a reação social e as próprias demandas por conformidade.

Cinco foram as categorias propostas no estudo para classificar as técnicas de neutralização: a) negação de responsabilidade; b) negação do dano; c) negação da vítima; d) condenação dos condenadores; e) apelo a lealdades superiores (SYKES; MATZA, 2008).

Nega-se a responsabilidade, quando o desviante afirma que as circunstâncias acabam por transformá-lo em transgressor, havendo, portanto, uma força externa, cujo controle está além de sua capacidade de resistir e se comportar de acordo com as normas conformadas. Com a negação do dano ou da ilicitude, aquele que cometeu o ato desviante acaba por associar sua ação ao dano efetivamente sentido pela vítima, baseando-se até mesmo no fato dos mais ricos poderem suportar os prejuízos decorrentes dos vandalismos tais como incêndios ou mortes de animais de criação (vacas, cabras etc.). Ao negar a vítima, há uma inversão de papéis, onde a vítima passa a ser considerada infratora e, portanto, merecedora de uma punição cuja incumbência cabe ao delinquente que assume, assim, a posição de vingador. Condenando seus condenadores, ou rejeitando seus rejeitadores, o delinquente altera o foco de atenção dos seus atos desviantes para manejá-lo em direção àqueles que o condenam, como, por exemplo, acusar policiais de serem corruptos e mais merecedores de reprimenda do que ele. O apelo a lealdades maiores é a ideia de que os controles sociais internos e externos exercidos sobre o criminoso podem ser neutralizados pelas demandas de grupos sociais menores como família, amigos, bando etc.

É importante ter em vista que o rol aqui apresentado, como deixam entender os autores Sykes e Matza (2018, p. 14) ao fim do seu artigo, não é taxativo, podendo existir outros motivos e padrões de pensamento que sirvam para neutralizar as demandas da sociedade em geral e justifiquem, na visão do desviante, os atos por ele cometidos. Passemos, então, à análise.



## O DISCURSO DE LAMPIÃO E AS TÉCNICAS DE NEUTRALIZAÇÃO

Não é surpresa que Lampião era adepto da espetaculosidade e apreciava a visibilidade em um padrão acima do normal para aqueles que fazem da ilegalidade uma forma de subsistência. Fotografias, filmagens, entrevistas e bilhetes direcionados à coiteiros e autoridades fizeram parte da rotina deste que é considerado o maior cangaceiro da história. É justamente em função do gosto pela visibilidade, principalmente no que se refere aos seus discursos proferidos em entrevistas, que serão analisadas suas principais frases, através da ótica criminológica das técnicas de neutralização.

Antes de efetivamente analisar seu discurso, dois pontos, ainda que brevemente, devem ser abordados. Primeiro, vale destacar que Virgulino Ferreira da Silva, a despeito da antiga discussão sobre ter sido herói ou bandido, foi um desviante ou *outsider*, no sentido que Becker (2008, p. 15) dá ao termo, ou seja, alguém que, não cumprindo as regras impostas pelo grupo social, passa a ser rotulado ou etiquetado. A regra é aqui entendida tanto no sentido formal, estabelecida por lei, quanto informalmente, fruto de acordos recém elaborados ou originários da tradição do grupo social. Nesse contexto, Becker afirma que “a maior parte grupos desviantes possui uma fundamentação autojustificadora (ou ideologia)” (BECKER, 2008, p. 48), sendo uma de suas funções fornecer ao desviante, razões que pareçam ser legítimas e justifiquem a continuidade da linha de atividade por ele iniciada. Em segundo lugar, revisitando a ideia já trazida nesse trabalho acerca da teoria da aprendizagem social, importa ressaltar que, diante das associações que podem ser verificadas na vida do jovem Virgulino, como sua relação com Antônio Matilde e demais membros de grupos criminosos como os Porcino (MELLO, 2018, p. 67-106), podem, em função da frequência, duração, prioridade e intensidade da associação diferencial (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1997, p. 142), ter configurado processos de aprendizagem eficazes que fizeram com que as defini-



ções favoráveis à violação da lei tenham superado as definições desfavoráveis.

Finalmente, para analisar o discurso de Lampião e confrontá-lo com a teoria de das técnicas de neutralização, convém pinçar passagens de duas entrevistas concedidas por ele e publicadas em jornais cearenses. A primeira e mais famosa ocorreu no dia 04 de março de 1926 em Juazeiro do Norte, concedida a Otacílio Macedo, publicada nas edições dos dias 17 e 18 do mesmo mês no jornal “O Ceará” e transcrita na obra de Frederico Bezerra Maciel (1985, p. 59-62). A segunda foi concedida a José Alves Feitosa e publicada na edição do dia 04 de junho de 1928 de “O Povo” (2015).

Seguem então os trechos da primeira entrevista referida:

Meu pai sendo constantemente perseguido pela família Nogueira e por José Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Água Branca, em Alagoas. Nem por isso cessou a perseguição. Em Água Branca foi meu pai, José Ferreira, barbaramente assassinado pelos Nogueiras e Saturnino, no ano de 1917. Não confiando na ação da justiça pública – porque os assassinos contavam com a escandalosa proteção dos grandes – resolvi fazer justiça por minha conta própria, isto é, vingar a morte do meu progenitor. Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta. Não escolhi gente das famílias inimigas para matar e efetivamente consegui dizimá-las consideravelmente (MACIEL, 1985, p. 59-62)

Percebe-se aqui um interesse em justificar desde logo o seu ingresso no cangaço. Virgulino busca demonstrar ao interlocutor que, por motivos de força insuperável, foi obrigado a abdicar da vida pacífica e humilde para ingressar no mundo do banditismo. É, segundo o entrevistado, a morte de seu pai que gera a necessidade de vingança. Assim, ele neutraliza o comportamento conforme em função de um apelo a lealdades maiores. Como corriqueiramente ocorria no sertão nordestino, por questões de honra familiar o sujeito se sentia impelido a executar a vingança. As demandas da sociedade são colocadas em segundo



plano em relação às demandas de grupos menores como família e amigos. Há um conflito de valores onde cabe ao sujeito da ação desviante sopesar qual deve prevalecer. E é justamente na prevalência das obrigações ligadas à família, amigos, religião e outros microgrupos, que o delinquente se utiliza da justificativa neutralizante para cometer o ato que infringe a norma.

Ainda no mesmo trecho da entrevista, é possível verificar que há uma condenação dos condenadores ao acrescentar o termo “barbaramente” ao assassinio do pai, para logo em seguida informar que não poderia confiar na ação da justiça, acusando-a de corrupta, na medida em que era subserviente aos chefes políticos da região.

Lampião repete o mesmo comportamento nos trechos seguintes:

Tenho percorrido os sertões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e uma pequena parte do Ceará. Com as polícias desses estados tenho entrado em vários combates. A de Pernambuco é a polícia disciplinada e valente que muito cuidado me tem dado; a da Paraíba, porém, é uma polícia covarde e insolente. Atualmente, existe um contingente de força pernambucana de Nazaré que está praticando as maiores violências, mais parecendo à força paraibana. De todos com meus protetores, só um me traiu miseravelmente. Foi o coronel José Pereira de Lima, chefe político de Princesa, homem perverso, falso e desonesto, a quem durante anos servi, prestando os mais vantajosos favores de nossa profissão (MACIEL, 1985, p. 59-62)

Para continuar justificando suas ações contra os inimigos, Virgulino acusa a força paraibana de covarde e insolente, acrescentando que a força pernambucana de Nazaré também se excedia na prática de violência. Há nesse ponto uma mudança do foco da atenção dos seus atos desviantes, direcionando-o para agentes (membros das forças públicas) que, em nome do Estado, também praticavam violações dos direitos alheios. Assim, o delinquente, na busca por conformar seus atos e impulsos desviantes e a reação social, ataca outras pessoas (normalmen-



te agentes da lei) para que seu comportamento seja, então, perdido de vista.

Em seguida, acusa o coronel José Pereira de Lima – chefe político da cidade de Princesa na Paraíba – de perverso, falso e desonesto, novamente buscando remover de si o foco. Assim, estava Lampião rejeitando seu rejeitador e criando um ambiente psicológico que, nas palavras de McCorkle e Korn (1954), o protegeria da própria rejeição social.

Segue a entrevista com a seguinte afirmação:

Consigo meios para manter o meu grupo pedindo aos ricos e tomando à força aos usurários que miseravelmente se negam a prestar-me auxílio. Tudo quanto tenho adquirido na minha vida de bandoleiro mal tem dado para as vultosas despesas do meu pessoal – aquisições de armas e munições. Convindo notar que muito tenho gasto também com a distribuição de esmolas aos necessitados (MACIEL, 1985, p. 59-62)

Embora mais sutil na detecção do que nos trechos anteriores, verifica-se no fragmento em análise a negação do dano diante da constatação de que os ricos e usurários acabam se tornando vítimas de roubo – que por eufemismo é descrito por Lampião como ato de “tomar à força” – pois, podendo, se negam “miseravelmente” a ceder mantimentos. Ou seja, o fato de ser vítima de roubo, para alguém rico, é indiferente pois, na concepção do cangaceiro, não há uma efetiva lesão ou dano para quem pode arcar com os prejuízos do ato. Lampião demonstra, através do discurso, que seu comportamento não causa um efetivo dano àquelas mais abastados. É justamente na negação do dano e da vítima, transformada em uma pessoa cujo comportamento precisa se retaliado, que se baseia a lenda de Robin Hood. Assim, Lampião se põe na condição de vingador e ajusta interna e externamente sua condição de cidadão respeitável e conformado às regras sociais.

Dando continuidade, o entrevistado é contundente ao afirmar:



Tenho cometido violência e depredações vingando-me dos que me perseguem e em represália a inimigos. Costumo, porém, respeitar famílias por mais humildes que sejam, e quando sucede algum do meu grupo desrespeitar uma mulher, castigo severamente. Gosto geralmente de todas as classes. Aprecio de preferência as classes conservadoras – agricultores, comerciantes etc. – por serem homens de trabalho. Tenho veneração e respeito pelos padres, porque sou católico. Sou amigo dos telegrafistas, porque alguns já me têm salvado de grandes perigos. Acato aos juízes porque são homens de lei e não atiram em ninguém. Só uma classe que eu detesto: é a dos soldados, que são os meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes me perseguem porque são sujeitos a isso. E é justamente por essa causa que ainda poupo alguns quando os encontro fora da luta (MACIEL, 1985, p. 59-62)

Nos trechos citados acima há duas análises que devem ser levadas em conta. A primeira diz respeito à negação da responsabilidade e da vítima, onde Virgulino Ferreira alega que a violência e depredação que estava praticando eram fruto de um desejo de vingança em represália aos inimigos. Assim, busca neutralizar a própria responsabilidade por considerar seus atos acobertados em função de uma retaliação lícita, na medida em que a suposta vítima é merecedora de punição.

Negando a responsabilidade, o delinquente se coloca numa posição de impotência, na medida em que se vê propellido à prática de crimes (ZAFFARONI, 2014, p. 162-163). Assim, o criminoso não precisa atacar as normas através da ação, mas busca um discurso que enaltece a coação. Sente-se coagido a fazer o que faz em virtude da responsabilidade de outras pessoas. Forças externas ao agente da prática desviante são as verdadeiras culpadas pelos atos por ele perpetrados.

Uma segunda análise fica por conta da demonstração de respeito que ele afirma ter em relação às famílias, agricultores, fazendeiros, comerciantes, padres, telegrafistas e juízes. É um discurso que corrobora com a ideia, já mencionada nesse trabalho, acerca da admiração demonstrada pelos criminosos em relação àqueles que estão conforma-



dos com a lei, reconhecendo, assim, a validade moral dos valores da sociedade da qual ele faz parte. Reforça assim o argumento de que o mundo do delinquente continua sendo o mesmo da sociedade em geral, pois os mecanismos de socialização do cangaceiro não são tão específicos a ponto de lhes inculcar valores e normas que sejam opostos àqueles do comportamento não desviante. Percebe-se, inclusive, que ao final do trecho em questão, embora haja uma efetiva negação da vítima (soldado), há um reconhecimento acerca da validade moral da lei que obriga os soldados a perseguirem-no.

Para retornarmos à ideia de que Lampião, embora desviante, reconhecia os valores e a ordem estabelecida, deve-se observar a seguinte passagem da entrevista:

Tive um combate com os revoltosos da Coluna Prestes entre São Miguel e Alto da Areia. Informados de que eles por ali passavam e – sendo eu legalista – fui atacá-los, havendo forte tiroteio. Depois da grande luta e estando apenas com dezoito companheiros, me vi forçado a recuar, deixando diversos inimigos feridos. Vim agora ao Cariri, porque desejo prestar meus serviços ao Governo da nação. Tenho o intuito de incorporar-me às forças patrióticas do Juazeiro e com elas oferecer combate aos rebeldes. Tenho observado que, geralmente, as forças legalistas não têm planos estratégicos e daí o insucesso de seus combates que de nada tem valido. Creio que, se aceitarem os meus serviços e seguirem os meus planos, muito poderíamos fazer (MACIEL, 1985, p. 59-62)

Ao fim, ele se autointitula “legalista” e afirma ter intuito de incorporar-se às forças patrióticas do Juazeiro para combater os “rebeldes”. Com esse discurso, Virgulino demonstra não ser imune às demandas conformistas feitas pela ordem social dominante e que para poder contrapô-las se utiliza de racionalizações que têm a capacidade de neutralizar o comportamento dentro dos limites das regras estabelecidas.

A outra entrevista a ser analisada foi concedida a José Alves Feitosa e publicada na edição do dia 04 de junho de 1928 de “O Povo” e,



embora não possua a mesma notoriedade da primeira, traz elementos interessantes para o objetivo do presente trabalho.

Em determinado momento da entrevista, ao ser indagado sobre a possibilidade de abandonar o cangaço, respondeu (O POVO, 2015):

Sim, porque eu não vivo a vida do cangaço por maldade minha. É pela maldade dos outros, dos homens que não têm coragem de lutar corpo a corpo como eu e vão matando a gente nas sombras, nas tocais covardes. Tenho de vingar a morte dos meus pais. Era menino quando os mataram. Bebi o sangue que jorrava do peito da minha mãe e, beijando-lhe a boca fria e morta, jurei vingá-la. É por isso, que de rifle às costas, cruzando as estradas do sertão, deixo um rastro sangrento, na procura dos assassinos do meus pais.

Não ficou no assassinato do meu pai e de minha mãe a maldade dos homens, a quem deve a sociedade responsabilizar pelos meus crimes. Os meus inimigos, que não têm coragem de matar-me, assassinam cruelmente os meus parentes, como há pouco mataram uma tia minha e duas irmãs. É por isso que sou cangaceiro! Não sei quando hei de deixar os horrores desta vida, onde o maior encanto, a maior beleza seria extinguir a maldade daqueles que roubaram a vida de minha mãe e de meu pai e de minhas irmãs.

Na construção do discurso, Lampião se utilizou com maestria da negação de responsabilidade ao tirar de si toda a culpa pelos seus atos, alegando que foi “pela maldade dos outros” que entrou no cangaço. O discurso de Virgulino, no trecho acima, acaba por colocá-lo numa posição de pessoa levada pelas circunstâncias, extraíndo por completo sua capacidade de autodeterminação. Sykes e Matza explicam que “nesse sentido, o delinquente tem tudo, pois ele se mantém comprometido com o sistema normativo dominante e ainda assim qualifica seus imperativos de que a violações são ‘aceitáveis’, se não ‘corretas’” (SYKES; MATZA, 2018 p.10).

Logo em seguida, Lampião afirma que a sociedade deve responsabilizar aqueles que assassinaram seu pai e sua mãe, afirmando, ainda, que seus inimigos mataram uma tia e duas irmãs, embora não tenham



sido encontradas referências que comprovassem essa última parte da acusação, e arremata a frase dizendo, “é por isso que sou cangaceiro”. A necessidade de justificar o fato de ser cangaceiro novamente aponta que ele parece ter uma percepção de que estar infringindo as regras sociais. Não querendo arcar com a responsabilidade, determina que o conjunto social deve cobrar punição dos verdadeiros responsáveis pelos atos de violência. Como um sujeito paradoxal que de fato era, Virgulino parecia em alguns momentos considerar o cangaço como uma profissão formal e em outros dar indícios de enxergá-lo como uma prática ilegal.

Ao afirmar a necessidade premente de vingar a morte dos pais, Lampião recorre novamente ao apelo a lealdades maiores, o que faz com que o sistema de controle social fique em segundo plano em detrimento às exigências de grupos sociais menores, no caso, a família.

Élise Jasmin (2016, p. 79-81) expõe a dimensão vingadora da personagem evocada na imprensa, mencionando, dentre outras fontes, a entrevista que está em análise. É perceptível como as justificativas tinham e ainda têm uma boa aceitação não só meio social do próprio de Virgulino. As técnicas de neutralização, portanto, cumprem seu papel de não só justificar os atos para aquele que os comete, mas também externamente, atingindo, inclusive, os meios de imprensa e, por consequência, uma população que vai além dos limites geográficos nordestinos.

Analisado, portanto, as declarações de Lampião, importa chamar atenção para um detalhe que, provavelmente, já foi percebido pelo leitor: o escudo ético, cuja teorização coube a Frederico Pernambucano de Mello (2004, p. 115-167), é, embora não tenha sido reconhecido sob este título, uma aplicação das técnicas de neutralização ao discurso. A alegação de vingança, que é base da teoria do escudo ético, não é outra coisa senão a aplicação conjunta fundada na negação de responsabilidade e do apelo a lealdades maiores, embora numa análise mais abrangente, com mais ou menos intensidade, todas as demais técnicas possam ser identificadas no discurso dos cangaceiros.



O escudo ético, como resultado da utilização das técnicas de neutralização, consiste na busca por atenuar os escrúpulos do desviante através da tentativa, quase que inconsciente, de obter apoio de outras pessoas para seus atos e assim aplacar as demandas internas e externas pelo comportamento conforme. A real busca pela vingança no caso de cangaceiros como Lampião, Antônio Silvino, Sabino e Corisco era o que menos interessava, sendo realmente importante a habilidade, através do discurso, que o cangaceiro possuía de manipular o escudo ético, neutralizando, assim, o conflito entre as normas e valores sociais aceitas por eles e os motivos que os levaram a se comportar de forma contrária a tais demandas. Então, pode-se dizer que Lampião não era exatamente um rebelde, na concepção da tipologia mertoniana (MERTON, 1938), mas que, encontrando a necessidade de violar as normas para atingir as metas culturais, justifica seus atos para aplacar ou neutralizar a culpa ou o julgamento exercido através do controle social formal e informal.

## CONCLUSÃO

Assim, para além de uma classificação de herói ou bandido, pode-se afirmar que Lampião era, portanto, um homem resultado do seu tempo e espaço, fruto de valores socioculturais da sociedade onde viveu e de uma aprendizagem do comportamento desviante que foi decisiva para o acolhimento de uma vida de crimes. E, diferentemente do que conclui Sutherland e Cohen em suas teorias sobre a criminalidade e o comportamento desviante, não houve por parte do cangaceiro uma real inversão dos valores sociais predominantes. Pelo contrário, Virgulino reconhecia como válidas as normas de seu ambiente social, valorizando o comportamento conformado e, por tal motivo, buscava ao longo do seu discurso elaborar racionalizações para interna e externamente justificar seus atos desviantes, aplicando as técnicas de neutralização identificadas por Gresham M. Sykes e David Matza e construindo aquilo que Frederico Pernambucano de Mello chamou de escudo ético.



## REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o Rei dos Cangaceiros**. Tradução de Sarita Linhares Barsted. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

COHEN, Albert K. **Delinquent Boys**: the culture of the gang. Glencoe: Free Press, 1955.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JASMIN, Élise. **Lampião Senhor do Sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. Tradução de Maria Celeste Franco Faria Marcondes e Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2016.

LEIA A ENTREVISTA DE LAMPIÃO PUBLICADA NO JORNAL O POVO EM 1928. **O Povo**, Fortaleza, 25 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2015/07/leia-a-entrevista-de-lampiao-publicada-no-jornal-o-povo-em-1928.html>>. Acesso: 10 abr. 2021.

LOPES, A. F. Entre Bandidos e Rebeldes: o cangaço sob a perspectiva da teoria das técnicas de neutralização. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 11, n. 2., p. 11-30, 2016. Disponível em: <<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/361>>. Acesso em: 20 mar. 2021. <https://doi.org/10.21207/1983.4225.361>.

MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião seu tempo e seu reinado**: a guerra de guerrilhas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. v. 3. mar 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100012>.

MCCORKLE, Lloyd W., KORN, Richard. Resocialization within Walls. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 293, p. 88–98. 1954. JSTOR. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/1028400](http://www.jstor.org/stable/1028400)>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Apagando Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. São Paulo: Global, 2018.



MERTON, Robert K. Social Structure and Anomie. **American Sociological Review**, vol. 3, n. 5, p. 672–682, 1938. JSTOR. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2084686](http://www.jstor.org/stable/2084686)>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SUTHERLAND, Edwin. H. **Crime de Colarinho Branco**. Tradução de Clécio Lemos Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SYKES, Gresham M'Cready; MATZA, David. Técnicas de Neutralización: una teoría de la delincuencia. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 163-170, Apr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16

\_\_\_\_\_. **Técnicas de neutralização**: uma teoria da delinquência. Tradução de Leandro Ayres França e Jéssica Veleda Quevedo; comentários do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas – Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2018. Disponível em: <[http://www.cafeefuria.com/ayresfranca/Trad\\_21\\_SYKES\\_GM\\_MATZA\\_D\\_FRANCA\\_LA\\_QUEVEDO\\_JV\\_Tecnicas\\_de\\_neutralizacao.pdf](http://www.cafeefuria.com/ayresfranca/Trad_21_SYKES_GM_MATZA_D_FRANCA_LA_QUEVEDO_JV_Tecnicas_de_neutralizacao.pdf)>

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La nueva criminología**: contribución a una teoría social de la conducta desviada. Buenos Aires: Amorrortu, 1997.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



# O RIFLE ABAIXO DAS SAIAS: A INFLUÊNCIA OCULTADA DAS MULHERES SERTANEJAS NA HISTÓRIA DO CANGAÇO NORDESTINO

 Francinete Xavier de Lemos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**N**a vasta produção literária sobre o cangaço é perceptível a predominância de autores homens, em sua maioria focados em preservar a memória dos personagens masculinos, ignorando completamente a participação das mulheres. Diversas mulheres, cangaceiras ou não, estão sendo ocultadas, subtraídas de seus lugares na história. No caso das cangaceiras, seus nomes estão sempre atrelados ao dos companheiros ou são adjetivadas pejorativamente nas manchetes dos jornais de suas épocas, (FREITAS, 2005, p. 125). A objetificação do corpo feminino é gritante! Deste modo, encontra-se a historiografia brasileira em débito com estas personagens e suas formas de resistência ao patriarcado e toda violência praticada contra seus corpos, tais como estupros e torturas. A história do cangaço é repleta de personagens femininas dotadas de poder político, partícipes ativas, afetivas e efetivas da vida social, política e econômica de suas regiões.

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Estácio de Sá (2018) e cursa a pós-graduação lato sensu em Historiografia do Cangaço no Centro Universitário de Vitória de Santo Antão – UNIVISA.



Com o pensamento iluminista de que às mulheres cabem apenas a emoção e aos homens a razão, os lugares sociais ocupados por homens e mulheres foram segregados. A divisão sexual e social do trabalho fez com que os lugares de homens e mulheres fossem naturalizados, cabendo ao feminino o dom de cuidar e ao masculino a razão e a lógica. O legado disso para as mulheres foi uma grande invisibilidade na historiografia e também nas artes, cabendo a elas sempre os papéis de coadjuvantes (LIMA, 2016, p. 94).

São muitas as evidências da participação ativa das mulheres que habitavam as regiões onde aconteceram as disputas políticas e econômicas no Nordeste do Brasil, no início do século XX. Estas personagens invisibilizadas clamam por pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com os fatos. Clara está a omissão, como também a urgência com o reconhecimento histórico dessas mulheres ante o silêncio das narrativas machistas. Contrariando os discursos tendenciosos, a presente pesquisa pretende trazer à luz, após análise em algumas fontes bibliográficas, o ensaio historiográfico de duas mulheres, não cangaceiras, com atuações relevantes em suas temporalidades. Ativamente políticas, suas condições de viúvas, concederam-lhes os lugares de seus finados maridos nos cargos de liderança em seus clãs, dando-lhes poderes de decidir politicamente. São elas: Jardelina Pereira Nóbrega, viúva do cangaceiro Chico Pereira e a fidalga Francisca Pereira da Silva, filha do Barão do Pajeú e viúva do líder político Padre Pereira.

A afetividade esteve presente nas lutas das mulheres quando estas reagiam ao descaso das famílias em relação aos seus sentimentos nos acordos políticos feitos através dos casamentos arranjados por seus pais e/ou pelos líderes dos clãs. Os movimentos de resistência que algumas dessas mulheres fizeram negando-se à castidade antes do casamento ou fugindo com desafetos de suas famílias, causavam prolongadas guerras fratricidas. Os casamentos arranjados entre os clãs eram estrategicamente arquitetados para a conquista e/ou a manutenção do poder. Corpos objetificados de mulheres castas eram negociados em



manobras políticas, sem que essas tivessem o direito de escolher seus companheiros. Segundo a narrativa da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luitgarde Barros, em sua obra, *A Derradeira Gesta – Lampião e nazarenos guerreando no sertão*, capítulo II – *Valentia e Identidade Cultural* – a região sertaneja mantinha as epopeias e as gestas medievais, trazidas pela literatura ibérica preservadas pela memória cultural da sociedade (BARROS, 2007, p. 59-60). Ela exemplifica essas gestas resgatando a história da disputa política travada entre José de Souza e Cassimiro Honório quando, diante do antagonismo político entre ambos, o primeiro raptou a filha do segundo que, não perdoou o ato de rebeldia da filha e travou uma guerra com batalhas violentas e vários crimes de morte foram cometidos em nome da honra. Tais epopeias, segundo a professora, eram comuns ao final do século XIX e início do século XX, na região onde se encontram os territórios do Moxotó, Pajeú e Navio, no estado de Pernambuco, região descrita como terra de valentões na literatura de cordel, palco também das histórias de Chiquinha Pereira e Jardelina Pereira. Layra Sarmiento afirma que “de tantos valores explicitados nos cordéis analisados tais como honestidade, religiosidade, vontade justiça, talvez um dos mais recorrentes seja a honra” (SARMENTO, 2017, p. 45).

As efetivas atuações políticas das mulheres, apesar de ausentes nas narrativas, produziram efeitos reais na sociedade, promovendo o deslocamento de um gênero dentro de uma estrutura social alicerçada no patriarcalismo. Suas manobras fizeram-nas movimentar-se socialmente. Essas mulheres saíram de suas condições de esposas passivas e submissas à administradoras dos negócios das famílias, com força política dentro de seus clãs. Portanto, a escrita historiográfica mais voltada às atuações dessas mulheres-chefes devem se tornar um objeto de estudo mais atento da História dos Sertões. Segundo nos elucida Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013, p. 29), o século XX teve em seu início um pós-guerra visto por muitos pesquisadores como um período de feminização do social, como um processo de horizontalização que o gênero representaria. O autor cita Gilberto Freyre para descrever esse



processo como sendo o declínio do que Freyre chamou de patriarcalismo, onde a estrutura social com o predomínio do homem macho não era contestada.

Os nomes de Jardelina Pereira Nóbrega e Francisca Pereira da Silva, foram selecionados para estarem juntas na primeira etapa deste trabalho porque ambas viveram no Nordeste brasileiro no início do século XX, pertenceram à mesma classe social e, apesar de não serem cangaceiras, tiveram poder dentro do fenômeno cangaço. Assim sendo, os ensaios historiográficos dessas duas mulheres, produzidos aqui, é o projeto de pesquisa que objetiva reconstruir a história do cangaço com a participação das diversas mulheres ocultadas nas narrativas, apesar da influência política que exerceram. Sendo ou não cangaceiras, seus nomes devem estar grafados nas narrativas históricas e, deste modo, promover o fortalecimento da identidade de gênero, trazendo também uma maior representatividade às leitoras e pesquisadoras do cangaço.

## A HISTÓRIA DE JARDELINA PEREIRA

Jardelina Esmerina Nóbrega tinha 12 anos de idade quando conheceu seu companheiro, Francisco Pereira Dantas, o famoso e temido cangaceiro Chico Pereira. A menina Jarda, como era conhecida, havia três anos que perdera o pai, Antônio Mamede, morto por questões de terra com a família Cavalcante, donos da fazenda vizinha. A mãe de Jardelina, a viúva D. Emília, ficou sozinha, com dez filhos, quase todos menores. Foi em uma, dentre as tantas viagens de Chico Pereira pelo sertão paraibano, tangendo sua tropa de burros, como um promissor comandante da cal, que a mãe de Jarda lhe deu pouso em sua casa, na Fazenda Pau Ferrado.

No viajante, acabou brotando o interesse pela filha da viúva que, provavelmente, viu naquele hóspede a possibilidade de uma aliança política com sua família. Numa sociedade extremamente machista e politicamente alicerçada no patriarcado, nos anos de 1920, do século XX,



no Nordeste do Brasil, que segurança teria uma viúva para tocar seus negócios e educar seus filhos menores? Que garantias de integridade física e moral teria ela diante de uma sociedade tão descomprometida com as causas e os sentimentos das mulheres? Causas estas, que só ganharam destaque no ano de 2018, na narrativa de uma mulher, com a publicação da obra “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”, da escritora Adriana Negreiros. Na referida obra, a autora aborda, além de tantas outras, a violência dos estupros sofridos por mulheres no cangaço, diz a autora, ao se referir à cangaceira Dadá, “aos dezoito anos, a jovem raptada e estuprada aos doze, se tornava cada vez mais poderosa dentro do subgrupo do marido “(NEGREIROS, 2018, p. 126).

Já na obra “Vingança, não”, Pereira Nóbrega descreve o casamento e o medo de ficar solteirona como sendo tão antigos quanto o próprio sexo feminino. “As filhas dos coronéis, dos brancos, dos políticos, senhoritas vindas dos colégios das capitais, essas sim, eram guardadas dos bandoleiros para salvarem a própria virgindade” (NÓBREGA, 2004, p.102).

O noivo de Jardelina não teve como escapar das questões políticas que envolviam sua família, pois, apesar do coronel João Pereira, seu pai, em suas últimas palavras, pedir para não vingarem sua morte, os acontecimentos seguidos após seu sepultamento acabaram envolvendo os filhos em crimes de vingança. Por causa das desavenças políticas, viu-se Chico Pereira obrigado a buscar proteção no bando de Lampião. Em sua obra “Guerreiros do Sol”, Frederico Pernambucano de Mello, classifica os cangaços em três categorias: cangaço vingança, cangaço meio de vida e cangaço refúgio (MELLO, 2011, p. 129). A classificação que se enquadra ao cangaço vivido por Chico Pereira é o “cangaço vingança”, aquele que, segundo o autor, agrupa homens envolvidos em crimes justificados pela defesa da honra das famílias afrontadas por inimigos políticos.

Em meados de 1925, Jardelina procurou o Padre Valeriano, na cidade próxima de Pombal-PB para que o casamento acontecesse sem o risco de acabar em tiroteio, com mortos e feridos, pois o noivo era um



foragido procurado pela polícia em pelo menos três estados. A solução encontrada pelo vigário foi o casamento por procuração, ou seja, no momento da cerimônia o noivo estaria representado por outro rapaz. E assim sucedeu-se. Jarda, agora com 14 anos, estava casada oficialmente com o cangaceiro Chico Pereira.

Passados três anos da estratégica cerimônia de casamento, e uma rotina marcada por perseguições, tiroteios e mortes, em outubro de 1928, aos 28 anos, Chico Pereira morre precocemente, deixando a viúva com apenas 17 anos e três filhos pequenos. A sogra de Jardelina, D. Maria Egilda, já havia perdido também o marido e só lhe restava vivo apenas um dos filhos homem, Abdias, que sobreviveu graças à postura passiva que adotou. A solitária e jovem Jarda passou por momentos de muita aflição após a morte de seu marido. Por várias vezes isolou-se em seu quarto para chorar e rezar (NÓBREGA, 2004, p. 21). Seus momentos de introspecção a levaram para uma atitude muito corajosa, o perdão. Pereira Nóbrega, filho de Jardelina e Chico Pereira, autor da obra “Vingança, não”, cita Euclides da Cunha para iniciar o primeiro parágrafo do capítulo intitulado Flagelos do Sertão: “o sertanejo é antes de tudo um forte”, e completa, “mas é também um teimoso” (NOBREGA, 2004, P. 23). Ele se refere à teimosia que ocorreu na colonização do sertão pelos que ali insistiam em “tirar leite de pedra” no enfrentamento das castigantes secas. Sua mãe Jardelina era sim muito forte como todos os sertanejos, porém sua fortaleza aumentava pelo fato de ser mulher e ter que enfrentar perigos como o estupro, por exemplo, que não faziam parte dos problemas do homem sertanejo. Para Miridan Falci (2007), ali se gestou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, com espaços bem delimitados entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos”.

O que faria agora para garantir sua integridade e de sua família, uma mulher com apenas 17 anos, viúva de cangaceiro, com 3 filhos pequenos e a sogra também viúva e com a idade já avançada? Seus filhos estavam vivendo em casas alheias, recebendo diariamente o estímulo



à vingança. Estava cansada de sofrer. Chega, não era aquele o destino que queria para si e para os filhos! Jarda abandona definitivamente o pensamento de vingança, substituindo-o por felicidade. Sim, Jardelina escolhe ser feliz em troca de perdoar o passado de sofrimento e morte. Mais do que nobre, sua atitude foi política. Estrategicamente posicionou-se de forma pacífica, pois reconhecia suas limitações ante o ambiente inóspito em que estava inserida. Em Cangaceiros e Fanáticos, Rui Facó ressalta que o aparelho judiciário estava sob o controle direto dos sobas locais. “Diz Xavier de Oliveira, em 1919: No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça [...] (apud FACÓ, 1976, p.35).

## A HISTÓRIA DE CHIQUINHA PEREIRA

Francisca Pereira da Silva foi a terceira filha do Barão do Pajeú com sua primeira esposa, Maria Pereira da Silva. De acordo com o site Genealogia Pernambucana, Chiquinha, como era chamada, nasceu em 1847. Antes dela, o casal teve seu primogênito, Manoel Pereira da Silva, e outra menina de nome Januária Pereira da Silva. Depois de Chiquinha vieram mais duas meninas, Generosa e Ana Maria. O chefe da família Pereira, o poderoso Barão do Pajeú, foi batizado Andreilino Pereira da Silva. Era Comissário de Serra Talhada, comandante-superior de Flores, Ingazeira e Vila Bela, Major e depois Coronel da Guarda Nacional, Intendente do Município, Cavaleiro de Cristo e Comendador da Imperial Ordem da Rosa. Foi condecorado com o título de Barão do Pajeú em 10-12-1888. Foi também o primeiro prefeito de Vila Bela entre 1892 e 1895.

A fidalga e sua família moravam na grande Fazenda Pitombeira, em Vila Bela, no alto sertão de pernambucano. Segundo consta na obra de Nertan Macedo, Sinhô Pereira – O Comandante de Lampião, o Barão tinha apreço pela música e mantinha o hábito de acolher, de bom grado, os músicos e violeiros de passagem, sem desprezar sequer os boêmios (MACEDO 1980, p.15-16). A partir dessa informação, podemos deduzir que Chiquinha cresceu em um ambiente bastante movimentado e festivo.



A família Pereira não desfrutava tranquilamente do seu poder político no Pajeú. Não eram absolutos. Politicamente, os Pereiras se alinhavam ao Partido Conservador e os Carvalhos aos Liberais. Foi nesse ambiente de ódio e disputas políticas que Francisca construiu sua personalidade, seus valores morais e éticos. Não lhe cabia outra postura senão a do ódio aos Carvalho, ou como costumava chamar: - Malditos Piranhas!

As disputas políticas entre Pereiras e Carvalhos acompanharam a passagem do século XIX para o XX, como também o processo de substituição da Monarquia pela República. Segundo Soares (2015), a partir deste momento as duas famílias ressignificaram uma luta pela sobrevivência diante de um novo contexto que se apresentava com o declínio do modo de vida da sociedade.

Chiquinha casou-se com um primo, filho do seu tio Manoel com Ana Mariano de Sá. O primo e futuro noivo de Chiquinha era Manoel Pereira da Silva Jacobina, conhecido como Padre Pereira. Era costume das famílias mais abastadas do sertão encaminharem os filhos para estudarem em seminários, porque ofereciam bons estudos. Os jovens, mesmo não ordenando-se, carregavam o título de Padre atrelado aos seus nomes. Muitas vezes, seus descendentes herdavam o título dos pais, como foi o caso de Luís Padre, por exemplo, filho de Chiquinha e do Padre Pereira. O casamento de Francisca com o primo, provavelmente foi um arranjo político. Não foram encontradas fontes apontando para um matrimônio consumado por amor. O acordo nupcial entre os primos não só garantiu a paz, mas também a não divisão de bens e propriedades... ou seja, o casamento era um negócio!

Após a morte do grande líder dos Pereiras, o Barão do Pajeú, em dezembro de 1901, Padre Pereira assume a liderança política da família e atrai para si o desafeto e o rancor dos Carvalhos. As consequências em assumir uma postura de liderança no Pajeú pernambucano, no início do século XX, não tardaria a custar ao companheiro de Chiquinha, sua própria vida. Em 15 de outubro de 1907, ao trafegar em seu cavalo pelas



veredas que ligavam sua fazenda Poço da Cerca à Vila de São Francisco, o Padre Pereira foi alvejado por um tiro de carabina e tombou morto de sua montaria. A morte do esposo causou grande revolta em Chiquinha, o que a faz confabular com seu sobrinho, Né Dadú, a morte de um dos Carvalhos para vingar a morte do seu pacato marido. Ao receber o defunto em casa, chama o filho Luís Padre e diz: “A morte de seu pai não pode ficar impune. Quero um Carvalho morto quanto antes. E quanto mais cedo, melhor” (MACEDO, 1980, p. 25).

Devido à pouca idade, o filho de Chiquinha não pode vingar a morte do pai, porém, este empecilho não frustrou os planos de vingança da matriarca. Sua ordem não foi dada apenas ao filho, mas a todo o clã dos Pereiras, cabendo ao sobrinho, Né Dadu, a missão de escolher a vítima com a tia. O plano foi executar em uma emboscada um membro do clã adversário. Os critérios usados para a escolha da vítima foram pensados à partir do seu grau de bondade, já que o Padre Pereira, seu esposo, era um homem muito bom. “A própria Dona Chiquinha ajudou Né Dadu na escolha da vítima a ser sacrificada. E conclui: Tem que ser mesmo o Eustáquio” (MACEDO, 1980, p. 26).

O sobrinho e cúmplice de Chiquinha, Né Dadu, não demorou também em pagar com a própria vida pelo crime que cometera contra Eustáquio Carvalho. Esta foi a gota d’água que faltava para Chiquinha transbordar de ódio. Um ano após suas perdas, já em 1908, chegaram ao povoado de São Francisco, onde vivia a viúva, seus inimigos políticos, os Carvalhos e os Nogueiras, com uma tropa de duzentos homens e cercaram os Pereira. Chiquinha viu-se obrigada a refugiar-se no Ceará, sob a proteção de seu aparentado Major José Inácio do Barro, no Cariri. O Major deu a Dona Chiquinha um grupo de dezoito cangaceiros, os quais foram orientados por ela a formarem com o filho e o sobrinho um dos mais famosos bandos da história do cangaço, o temido bando de Sinhô Pereira (MACEDO, 1970, p. 47). Tanto poder teve a voz da matriarca, que os jovens Pereira largaram seus trabalhos e seguiram na missão de vingar a honra do clã da família. Alguns anos mais tarde, em 1918, os



Ferreira ingressaram no bando e iniciaram suas atividades no cangaço. Em 1922, Sinhô e Luís Padre resolveram se deslocar da região Nordeste e migrar para o Sudeste, entregando o comando do bando para aquele que um dia ocuparia o lugar de rei do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, o temido Lampião. Portanto, a atitude de Chiquinha Pereira contribuiu de forma crucial para o recrudescimento do cangaço, tornando-o um fenômeno social conhecido em todo Brasil e em diversos países estrangeiros.

## CONCLUSÃO

Guimarães Rosa, em sua obra genial, Grande Sertão Veredas, alvejou a pluralidade necessária para quem mira os sertões e enxerga além da seca e do flagelo, pois contempla a diversidade de suas veredas. É preciso disposição para caminhar em estreitos caminhos. Tal qual no Saara, caminhar pelo Raso da Catarina, por exemplo, pode levar aventureiros desavisados a se encantarem com miragens de heroísmo e/ou simbologias, tendenciosamente demonizadoras e exclusivistas. As histórias de Francisca Pereira e Jardelina Pereira, construídas a partir das obras bibliográficas analisadas sobre o cangaço, é uma ação com a finalidade de ampliar os estudos do cangaço para além do memorialismo focado nos grandes feitos “heroicos” dos personagens masculinos. Trata-se de uma nova proposta de leitura historiográfica que não limite as interpretações do cangaço apenas baseadas nas relações entre heróis e bandidos. Ao leitor mais atento e crítico, fica bastante evidente esta lacuna a ser reparada com a inclusão das mulheres nos lugares que são seus por direito.



## REFERÊNCIAS

- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta**: Lampião e nazarenos guerreando no sertão. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- GENEALOGIA PERNAMBUCANA. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=4393&dir=genxdir/>. Acesso em 27/05/2021.
- LIMA, Caroline de Araújo. **Mulheres em movimento e sua invisibilidade**: a memória e o esquecimento das cangaceiras. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-808739250.pdf>. Acesso em 27/05/2021.
- MACEDO, Nertan. 1970. **Capitão Virgulino Ferreira: Lampião**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.
- \_\_\_\_\_. 1980. **Sinhô Pereira. O comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Renes
- MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.
- NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita**: Sexo, violência e mulheres no cangaço. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- NÓBREGA, F. Pereira. **Vingança, não**. 5. ed. João Pessoa: Rep's Gráfica, 2004.
- SARMENTO, Layra de Sousa Cruz. **A Força do Fraco**: a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino. 2017. 124 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SOARES, C. E. C. **Pereiras e Carvalhos**: Uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada – PE): Natal, 2015.



# O CANGAÇO NO CARIRI PARAIBANO: PASSAGENS E CONFLITOS EM BARRA DE SÃO MIGUEL E ADJACÊNCIAS, EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

 João Paulo França<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**E**m fins do século XIX e início do século XX, na região que hoje nomeamos como Nordeste do Brasil, encontramos uma estrutura social, econômica e administrativa em que o fenômeno do banditismo social ou cangaço fazia parte do cotidiano de parcela significativa dos moradores interioranos<sup>2</sup>. Grupos armados e sob a liderança de controversos personagens históricos, a exemplo de Adolfo Meia Noite e Antônio Silvino, fizeram suas incursões em fazendas e localidades de distintas áreas dos sertões, anos antes da atuação do “rei do cangaço”, Virgulino Ferreira da Silva, o temido “Lampião”.

Neste contexto, procuramos apresentar e compreender as passagens de cabaceiros, com seus respectivos bandos, no Cariri da Paraíba, em especial no território do atual município de Barra de São Miguel e suas adjacências. Ressalte-se que essa localidade se emancipou de Cabaceiras no ano de 1961. Todavia, entre 1900 e 1907 foi sede administrativa cabaceirense, localizando-se em uma área limítrofe paraibana, fazen-

---

<sup>1</sup> Graduação e Mestrado em História pela UFCG. Professor do IFPB – *Campus Esperança*.

<sup>2</sup> Para refletir sobre os conceitos de cangaço e banditismo social ver: PERICÁS, 2015.



do parte de interessante rota de comércio e ligação territorial entre o Agreste e o Pajeú do estado de Pernambuco.

Com esta pesquisa, através de aspectos metodológicos da História Social dos Sertões, procuramos ampliar a reflexão sobre o fenômeno do cangaço em Barra de São Miguel e adjacências. Todavia, se a região era ponto de passagem e de esconderijo de cangaceiros, por que não encontramos uma vasta escrita histórica, ou apontamento literário sobre tal fenômeno na localidade? Com o intuito de auxiliar a diminuir essa lacuna de conhecimento sobre o passado, procuramos, a partir de fontes, tais como jornais, revistas e cordéis de época, as reminiscências e narrativas de fatos e embates ocorridos neste território caririzeiro.

Por fim, observamos interessante e aparente contradição de discursos, acessados por meio das fontes, em que as contendas políticas locais, os métodos de atuação do Estado, seja por meio da cobrança de impostos, seja por meio das volantes policiais, eram descritos e confrontados com as ações não menos violentas e questionáveis dos bandos de homens armados, os temidos cangaceiros que faziam suas incursões na região. Muito das disputas políticas e sociais de um Brasil ainda ruralizado, embrutecido e com métodos bem distintos de tratar seus cidadãos, podem ser observados nos fatos e reflexões que passamos a realizar.

## **TERRITÓRIO, SOCIEDADE E CANGAÇO: APONTAMENTOS EM BARRA DE SÃO MIGUEL E ADJACÊNCIAS**

Longe do litoral e das capitais, se desenvolveu no decorrer dos séculos uma peculiar ocupação do território brasileiro: o povoamento e colonização dos chamados sertões. Conceito polissêmico, o sertão é, “ao mesmo tempo, um espaço geográfico, um território percebido como impenetrável e também um lugar imaginário que se construiu no decorrer dos séculos em função dos olhares que sobre ele se lançaram” (JASMIN, 2016, p.12).



O sertão, para além do espaço geográfico, é um ambiente em que as peculiaridades locais se sobressaem e, a partir das contribuições sociais, cria-se uma cultura, em que seus moradores nem sempre conseguiram descrevê-la, abrindo espaço para as interpretações e falas de fora, com olhares direcionados para aspectos, como a seca, a fome e o cangaço.

É um território cujas limitações geográficas se modificaram com o correr do tempo, como se essa região se construísse e se elaborasse sem cessar. *Sertão* quer dizer grande deserto (“desertão”) no sentido próprio e no sentido figurado, mas também terras interiores. O termo *sertão* é tão pouco preciso que alguns dicionários o definem como “terra longínqua”. Durante muito tempo seus limites territoriais foram pouco claros; o sertão se definia primeiro como uma zona “interior”, e depois passou a ser visto negativamente como o duplo invertido da região litorânea do Nordeste: zona árida, pouco povoada, assolada pela miséria e pela seca, exposta à violência, ao banditismo, à injustiça, ao fanatismo religioso – um outro mundo, com outros códigos, sem meios de comunicação, isolado da civilização. Por sua vez, certos autores dirão que nesse território fechado está preservado um mundo desaparecido, que nele sobrevivem costumes e uma linguagem que remontam ao século XVI. (JASMIN, 2016, p. 12)

Adentrando o Sertão da Paraíba, temos uma microrregião que também tem suas características definidoras: o Cariri, ou em expressão comum, os “Cariris Velhos”. Território histórico indígena, “quando nos referimos aos índios Kariris nos reportamos aos Sertões do Nordeste brasileiro, por ser este o território que habitavam quando chegaram de modo mais constante os bandeirantes, colonos e sesmeiros”. (GONÇALVES, 2006, p. 3). Compreender essa ocupação espacial é importante para entendermos as origens indígenas da região<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Ressalte-se que nem sempre todas as tribos do interior da Paraíba eram Kariris. Nos adverte GURJÃO e LIMA: “A historiografia da Paraíba costumava denominar todas as tribos *tapuias* da Paraíba genericamente de cariris. Segundo classificação mais re-



A distribuição territorial da Nação dos Kariris (povo de língua travada) compreendia o que conhecemos hoje como: Cariris Velhos, próximo a Taperoá (na Paraíba); indo além temos áreas do Rio Grande do Norte; também o Sertão pernambucano e as áreas próximas ao rio São Francisco nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas; e o Sul do Ceará, conhecido também como Cariris Novos. (GONÇALVES, 2006, p. 3)

Tendo em vista as distintas localidades que fazem parte desse território, é importante mencionarmos que voltamos nossa atenção para os “Cariris Velhos”, ou Cariri paraibano, onde se localiza Barra de São Miguel, centro da pesquisa. Compreendemos que o conhecimento geográfico e ambiental nos auxilia a entender o processo de ocupação histórica da região e a construção de suas características sociais, culturais e econômicas. Assim como o sertão, o cariri também pode ser visto como um espaço de construção, não só geográfico, mas também cultural.

A sociedade dos cariris paraibanos não diferenciava em seus aspectos centrais da civilização dos sertões brasileiro, tendo em vista sua construção sobre os mesmos alicerces de lutas e vivências entre nativos, sesmeiros, religiosos, bandeirantes, escravos e demais grupos de moradores. As condições geográficas e sociais favoreceram o desenvolvimento de laços para além da família e da comunidade local. Neste cenário, não seria difícil encontrar as lutas, a imposição da força bruta e o silenciamento de adversários. O Poder político das capitais, de certo modo, era pouco ou quase nada observado nos rincões do sertão.

Na Paraíba, durante a Primeira República, as lutas entre famílias foram constantes e marcadas pela corrupção e pela violência. Em seus municípios, situacionistas e oposicionistas agrediam-se

---

cente, feita pelo professor José Elias Borges, os *cariris* constituíram o menor grupo indígena do interior da Paraíba, a maioria pertencia ao grupo dos *tarairiús*”. (GURJÃO; LIMA, 2021, p. 30).



frequentemente. Era comum “coronéis” mandarem seus “cabras” emboscar e agredir adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”. (GURJÃO; LIMA, 2021, p. 105)

Este foi um cenário interessante para o desenvolvimento de uma forma de atuação à margem da lei, o *cangaço*, com os sujeitos envolvidos nesta construção social, os *cangaceiros*.

Etimologicamente, a palavra *cangaço* viria de *canga*, jugo, e designaria, no “falar sertanejo”, segundo nos diz Franklin Távora em sua obra *O Cabeleira*, escrita em 1876, “o complexo das armas que costumam trazer malfeitores. O assassino foi à feira debaixo do seu cangaço – dizem os habitantes do sertão”. Para Gustavo Barroso, “o bandoleiro antigo sobrecarregava-se de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros como uma canga. Andava debaixo do cangaço”.

Segundo Jean Orecchioni, os documentos mais antigos que fazem referência ao termo *cangaceiro* datam, aproximadamente, de 1870: trata-se das *Cenas Populares* de Juvenal Galeno, obra publicada em Fortaleza em 1871, e do trecho de um célebre desafio, considerado histórico, que opôs Romano Caluête a Inácio da Catingueira em Patos, Paraíba. (JASMIN, 2016, p. 21)

Mesmo antes das datas em que o termo *cangaço* seria utilizado na imprensa ou na literatura, mencionados pelos autores estudados por JASMIN (2016), os assaltos, roubos e disputas individuais faziam parte do cenário estudado. A violência contra o indígena, as lutas nas disputas de terras entre colonizadores já eram uma marca nesta sociedade.

Tratando do fenômeno do cangaço e sua atuação no território paraibano, José Américo em 1909, mesmo não aceitando que no estado houvesse a atuação de muitos grupos, menciona que “as fronteiras viviam nos sobressaltos de incursões de desordeiros profissionais” (CLEMENTE, 2013, p. 108). É justamente em uma área de fronteira que Barra



de São Miguel se situa. E é de longa data que encontramos registros de violências na localidade, com a ação de grupos armados na região. Vejamos um registro do ano de 1877:

PERNAMBUCO, 19 de julho – Dizem de Vertentes que um grupo armado e mascarado assaltou na noite de 10 do corrente a casa do portuguez Joaquim Laranjeira, morador na **Barra de S. Miguel**. Roubaram e feriram a um homem com 3 facadas, que por felicidade não são mortaes<sup>4</sup>.

Através de relato de pessoas da localidade pernambucana de Vertentes, encontramos a informação que um bando armado assaltou a casa de um morador de Barra de São Miguel, um português de nome “Joaquim Laranjeira”. Aqui, nenhum grupo específico é mencionado, diferente do relato a seguir, de 1879, em que o bando de *Adolfo Meia Noite* é destacado:

Foi o caso que, acerca d’um mês, um dos muitos portadores, expedidos pelo Sr. Oliveira Andrade com as suas malas eleitoraes para o centro da província, tendo sido atacado pelo grupo de *Adolpho*, no lugar **Barra de Ignacio Tavares**, para fugir mais facilmente, deixou cair o fardo que tinha ás costas, e deu as de villa Diogo<sup>5</sup>.

“Barra de Ignacio Tavares” é mais um termo pelo qual Barra de São Miguel era conhecida no século XIX. O relato deixa claro que, o bando do “Adolpho-meia-noite” poderia agir também nessa região. O redator do *Jornal do Commercio* informa que o grupo fazia suas incursões a certo período, “constituindo-se o terror do alto sertão”, sem que as autoridades

<sup>4</sup> GAZETA de Notícias. Rio de Janeiro, sábado, 21 de julho de 1877. Ano 3, nº 200, p. 1. Ressalto que esta e as demais citações de jornais e revistas foram pesquisadas em periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, através do link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em datas entre março e maio de 2021.

<sup>5</sup> JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, domingo, 30 de novembro de 1879. Ano 58, nº 333, p. 2.



des tomassem medidas. Em uma ocasião de disputas pelo poder, como no período eleitoral, tal ação poderia contribuir para ajudar ou atrapalhar os grupos políticos. Coincidência, na “Barra de Ignácio Tavares” (atual Barra de São Miguel), Adolfo Meia Noite agir contra o portador das malas eleitorais? Teria sido, realmente, o grupo do afamado forada-lei? De toda forma, o território do Cariri paraibano, em virtude da proximidade com o Pajeú pernambucano, também foi rota para atuação de Adolfo Meia Noite. Vejamos mais um pouco de sua trajetória:

Adolfo Rosa Meia Noite nasceu na Vila de Varas [pertencente ao município de Afogados da Ingazeira], filho de Riqueta, filha do londrino *Richard Breit* ou *Ricardo Brito*, como era conhecido pelos habitantes daquela comunidade. Riqueta era cunhada de um paraibano advindo de Malta, conhecido como Florêncio, o qual casou-se com Carolina (filha do inglês Richard). A história de Adolfo começou quando ele foi preso e espancado na cadeia pública da então cidade de Ingazeira pelo subdelegado Padre Quaresma pelo fato de ser Adolfo o galã da localidade. Foi fichado como ladrão de cavalos. O seu irmão Manoel José e um parente chamado Manuel Piauí o libertaram da prisão onde houve a vítimação do referido comissário de polícia por disparos de grana-deiro e balas de azelha de tacho construídas pelo próprio autor do atentado – Adolfo. (1877-1879). (SOARES, 2005, p. 54)

O breve relato nos aponta um pouco das origens de Adolfo Meia Noite e descreve sua importância no âmbito do cangaço no período em que nossas fontes o coloca em proximidade com o território de Barra de São Miguel. Após tais passagens, encontramos um certo silenciamento nas fontes pesquisadas, que voltarão a mencionar a ação de um novo bando de cangaceiros na região, porém já no início do século XX, como veremos no tópico a seguir.



## ANTÔNIO SILVINO NAS ADJACÊNCIAS DE BARRA DE SÃO MIGUEL-PB

Os relatos jornalísticos e descrições culturais de cordéis são incontestáveis e abundantes em apresentar um personagem do cangaço no início do século XX em Barra de São Miguel e adjacências: Antônio Silvino. Antes de apresentar suas incursões neste território caririzeiro, vejamos seus traços biográficos:

Manoel Batista de Moraes, dito Antônio Silvino (1875-1944), nasceu, de acordo com as versões correntes, em Afogados da Ingazeira, sertão pernambucano, no limite com o Estado da Paraíba. Sua vida no cangaço foi objeto de numerosos relatos publicados na imprensa ou em obras como as de Gustavo Barroso, para citar apenas este. Uma quantidade considerável de folhetos de cordel ilustra as proezas desse célebre bandido. Antônio Silvino entrou para o cangaço após o assassinio de seu pai, morto por uma Força Volante constituída a pedido do coronel Luís Antônio Chaves Campos, chefe político do município. Dirigindo um pequeno grupo de cangaceiros, Antônio Silvino percorreu o sertão de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará durante quase vinte anos, de 1895 a 1914, data de sua captura por Teófanos Ferraz Torres graças a traição de um de seus coiteiros. Ferido, preso e depois julgado em Recife, foi encarcerado na penitenciária dessa cidade até 1937, quando obteve, mercê de seu bom comportamento, considerado exemplar, o indulto do presidente Getúlio Vargas. (JASMIN, 2016, p. 27)

O primeiro registro de Antônio Silvino no atual território de Barra de São Miguel, se dá no ano de 1903, em descrição do *Relatório dos Presidentes de Estado da Paraíba*, enviado pelo então administrador, José Peregrino de Araújo à Assembleia Legislativa:

Até mesmo o feroz bandido Antonio Silvino, (...) contra quem tenha mantido constante vigilância e ininterrupta perseguição legal, no atual momento acha-se evadido do termo da **Barra de**



**S. Miguel**, em cujo território vira-se coagido pela força pública incumbida de sua captura a restringir sua funesta e perniciosa esfera de acção e perpetrara em dias do mês que acaba de findar frio e feroz assassinato após outro que com a mesma ferocidade e canibalismo praticara no mês anterior na povoação de Mogeiro de Cima do Termo de Itabayana a vista e face de seus habitantes impassíveis, indiferentes e bestializados, e refugiado, ao que consta, na Comarca de Bom Jardim do Estado de Pernambuco (...)<sup>6</sup>.

Eis um dos discursos recorrentes das autoridades políticas: Antônio Silvino e o bando, apesar dos crimes que cometiam, se encontrariam evadidos do território paraibano, isto por conta da “constante vigilância e ininterrupta perseguição legal” da força pública estadual. Esta é uma narrativa que se trata mais de desejo por parte do governo, do que efetiva ação no cotidiano. Ao que se percebe, ele atuou livremente nas localidades paraibanas e em seguida repetiu os atos criminosos em regiões fronteiriças, já em Pernambuco.

Em 1905 encontramos um relato emblemático, com Antônio Silvino atuando livremente, desta feita, em Tanque Raso, Riacho de Santo Antônio e mais um povoado de divisa com Pernambuco, Gravatá de Jaburu, atual, Gravatá do Ibiapina. Vejamos:

Está residindo em **Gravatá de Jaburú** ou descansando um pouco de suas viagens o celebre capitão Antônio Silvino, capitão de numerosa quadrilha de gatunos e de assassinos. (...) Antonio Silvino e seus parceiros demoraram-se três dias numa fazenda no lugar Tanque-fundo [Raso], **Barra de S. Miguel**, estado da Parahyba. Ahi exigiram do dono da propriedade um conto de rés em paga da honra da hospedagem. Recebendo apenas 600\$000 esperou que o fazendeiro vendesse alguns bois para inteirar a soma fixada. Um dos assassinos e ladrões da quadrilha, não sa-

<sup>6</sup> DIÁRIO de Pernambuco. Recife, sexta-feira, 25 de dezembro de 1903. Ano 79, n° 292, p. 1.



bemos porque motivos – a carta de nosso informante não explica – incorreu no ódio de Antonio Silvino e foi, para exemplo dos outros, cruelmente fuzilado quando ainda o ‘capitão’ se achava em **Taque Raso**. Executada a pena de morte, os bandidos enterraram, com a maior solenidade, o cadáver do criminoso no cemitério da **capella de Santo Antonio**.<sup>7</sup>

O informante, por meio de carta ao jornal, narra a aplicação dos códigos de justiça do cangaceiro, que não pouparia nem seus parceiros, sendo “para exemplo dos outros, cruelmente fuzilado” e “executada a pena de morte, os bandidos enterraram, o cadáver do criminoso no cemitério da capella de Santo Antonio”, que à época localizava-se no atual açude de Riacho de Santo Antônio. Mesmo com a reprovação da atitude do participante do bando, o corpo e a alma dele não deixam de contar com a “maior solenidade” e enterro digno no cemitério, o que nos aponta pistas das crenças e códigos de conduta do bando. Vejamos outro embate, em 1907:

Comunicaram-nos ontem que uma parcela do grupo do bandido Antonio Silvino, chefiada pelo criminoso *Tempestade*, assassinara um soldado de polícia destacado na **Barra de S. Miguel**. A infeliz praça foi encontrada em caminho pelo aludido criminoso, que disparou-lhe diversos tiros de rifle.

Informaram-nos que o celebre bandido Antonio Silvino dividiu o seu grupo em três, sendo um sob a sua chefia, outro chefiado por *Cocada* e outro por *Tempestade*.

É sabido que este último grupo anda pela Barra de S. Miguel e suas adjacências.<sup>8</sup>

Este trecho do jornal narra mais um assassinato de soldado, cometido pelos cangaceiros. Aqui, vemos o registro de um dos estilos de

<sup>7</sup> A PROVÍNCIA. Recife, sábado 18 de novembro de 1905. Ano 28, n° 260, p. 1.

<sup>8</sup> JORNAL Pequeno. Recife, sexta-feira, 19 de abril de 1907. Ano 9, n° 88, p. 1.



ação, com a divisão do grupo em bandos menores, chefiados por homens de confiança, neste caso, *Tempestade* e *Cocada*. A seguir, vejamos nova passagem dos bandoleiros por fazendas do território de Barra de São Miguel e adjacências:

No encontro que Antonio Silvino teve com a força federal, comandada pelo sargento Ferreira, nas proximidades do povoado Queimadas de Campina Grande, recebeu o bandido, pequeno ferimento, correndo para a **fazenda Melancia do major Aurelio da Barra de São Miguel**, onde demorou-se três dias; dali refugiou-se na fazenda '**Jaques' de Pedro de Sant'Anna**, quatro ou cinco léguas ao sul da fazenda 'Melancia'; ali passando cinco dias seguindo para a **fazenda Pará**, três léguas acima, onde recebeu uma carta do capitão Joca de Jundiahy de Bom Jardim, dizendo-lhe que o amigo procurasse guardar-se até que o *Sigismundo se retirasse do Governo*, para então voltar a Bom Jardim e se executar o que já haviam combinado.

Na fazenda Pará, Antonio Silvino teve notícias do comboio de mercadorias do sr. Lucas Donato e pouco teve que se demorar para consumir o atentado que cometeu contra a propriedade do mesmo sr. Lucas e do qual já todos os jornaes deram notícia.

Consumado o atentado acima falado, Antonio Silvino seguiu para a Serra da Colonia, no Pajeú, terra de seu nascimento e de sua família.<sup>9</sup>

Esta passagem é emblemática e apresenta fazendas e nomes de famílias locais onde Antônio Silvino podia recompor suas forças, após embates. O relato aborda um “pequeno ferimento”, mas que não impede o bando de continuar as ações contra comerciantes que utilizavam rotas próximas, como o atentado contra o sr. Lucas, quando Antônio Silvino estava na “fazenda Pará”, ao sul de Barra de São Miguel, já na parte pernambucana. Após a ação, nesta área limítrofe de estados, temos a volta para o Pajeú, “terra de seu nascimento e de sua família.

<sup>9</sup> JORNAL Pequeno. Recife, sexta-feira, 05 de julho de 1907. Ano 9, nº 149, p. 2.



Todavia, a “trégua” de Antônio Silvino à Barra de São Miguel e sua adjacências, não tardaria a ser interrompida. Já no ano de 1908, após novo embate com forças policiais, mais uma vez o cangaceiro e seu bando procura esconderijo nesta região caririzeira. Eis:

Após o tiroteio de Santo Andre, Silvino e cinco companheiros estiveram em **uma fazenda, nas proximidades da Barra de S. Miguel, em Cabaceiras**, ali chegando muito desanimados. Silvino tinha na roupa grandes manchas de sangue, pois fora ferido levemente, no tiroteio. Pediu almoço ao fazendeiro, para si e seus companheiros, tendo comido às pressas, porque, disse ele, vinha sendo perseguido *por um bando de diabos*. Feita a refeição os bandidos retiraram-se e horas depois por ali passava o bravo capitão Zacharias Neves com sua força.<sup>10</sup>

Todavia, as ações e “visitas” de Antônio Silvino à Barra de São Miguel, não se resumiram apenas aos encontros e esconderijos em fazendas e povoados próximos. Também houve ataques à sede da Vila, com assalto à Mesa de Rendas e aos comerciantes locais. São dois eventos emblemáticos, em 1907 e 1910, que passamos a observar no tópico a seguir.

## ATAQUES À MESA DE RENDAS DE BARRA DE SÃO MIGUEL E SUAS REPERCUSSÕES

Em janeiro de 1907, a Vila da Barra de São Miguel, Paraíba, então sede do município de Cabaceiras foi atacada por Antônio Silvino e seus cangaceiros. Eis o início deste episódio:

No dia 26 de janeiro, depois de 11 horas da noite, entrou o grupo formado de 13 cangaceiros, inclusive o chefe, na villa, onde não havia a menor notícia da sua aproximação. Cerca de uma hora antes, estiveram na casa do delegado de polícia, cidadão Nicolau

<sup>10</sup> DIÁRIO de Pernambuco. Recife, quinta-feira, 21 de maio de 1908. Ano 84, nº 116, p. 1.



Vitalino Correia de Araujo, distante da villa um kilometro e obrigara o mesmo delegado a acompanhá-lo e a servi-lhe de guia. Ao entrar na villa, Antonio Silvino dirigiu-se a cada uma das residências das praças de polícia, que em um número de três guardavam a localidade e foi prendendo-as cada uma por uma vez. Tomou-lhes as armas e os fardamentos, e obrigou-as a acompanhá-lo. Presa e desarmada a ultima praça, dirigiu-se o facinora à casa de João Anastácio, ex-praça do Batalhão de Segurança, que acerca de quatro anos sustentara fogo contra ele na povoação do Boqueirão. A voz do delegado, prisioneiro de Antonio Silvino, João Anastacio abriu a porta, sendo subitamente amarrado pelo grupo e arrastado para a rua, onde recebeu grande número de açoites e duas facadas.<sup>11</sup>

Percebe-se neste relato inicial como a ação foi planejada em detalhes, com o início ainda fora do traçado urbano, com a rendição do delegado, que morava cerca de um quilômetro da Vila. Com ele dominado, e usando de sua voz para chamar os demais praças, o grupo prende toda a força policial que defendia Barra de São Miguel. Após render os soldados, Antônio Silvino resolve dar uma lição em um antigo desafeto: “João Anastácio, ex-praça do Batalhão de Segurança, que acerca de quatro anos sustentara fogo contra ele na povoação do Boqueirão”. Vejamos o saque propriamente dito, da Mesa de Rendas e dos comerciantes locais<sup>12</sup>.

Depois seguiu o grupo para a casa do capitão Manoel Henrique do Nascimento Araujo, escrivão da Mesa de Rendas, ao qual intimou a entregar todo o dinheiro existente na repartição, no que foi obedecido. (...) Os bandidos obrigaram o referido escrivão a

<sup>11</sup> A REPÚBLICA. Natal, quarta-feira, 13 de fevereiro de 1907. Ano 19, nº 33, p. 1.

<sup>12</sup> Segundo ANDRADE, “as Mesas de Rendas foram criadas no período da Regência, na primeira metade do século XIX, funcionando como unidades alfandegárias menores que substituíam as alfândegas em portos de pouco movimento onde não compensasse a instalação de uma aduana completa e que serviriam como coletoria para a arrecadação de impostos” (ANDRADE, 2018, p. 73).



abrir a repartição, onde se apoderaram de todos os livros, papeis e estampilhas que conduziram para a rua e queimaram completamente. Silvino recomendou então ao escrivão que da arrecadação que fizesse, guardasse-lhe cada mês 50\$000, que ele viria ou mandaria buscar. Foram d'ahi a casa do subdelegado de polícia, Candido Casteliano dos Santos, contra quem Antonio Silvino estava prevenido, e que recebeu a exigência de um conto de réis, sob pena de ver incendiado o seu estabelecimento comercial. O sr. Candido Casteliano respondeu que não dispunha de quantidade tão elevada porque fizera pouco antes remessa para a praça do dinheiro apurado, pelo que Silvino aceitou a importância de 400\$000, tirando porem fazendas no valor de 200\$000. Exigiu e recebeu 50\$000 do cidadão Olyntho José de Vasconcelos, 1º suplente do Substituto do Juiz Seccional.<sup>13</sup>

Após todas estas peripécias, Antônio Silvino ainda “mandou esboçar uma praça do destacamento de nome Pedro Rodolpho, porque esta declarou que só se entregara sem resistência por ter sido surpreendida”<sup>14</sup>. Concluindo a ação, temos uma passagem intrigante:

Antes de retirar-se, Antonio Silvino mandou bater na porta do tenente-coronel Manoel Melchiades Pereira Tejo, que até então ignorava o que se estava passando, e que despertando, abriu a porta. D'elle exigiu Silvino café para si e seus companheiros no que foi satisfeito, retirando-se da villa ás 3 horas da madrugada.<sup>15</sup>

Esta última transcrição é interessante, por revelar um tom menos agressivo e até certo ponto, afável, com que Antônio Silvino trata a família mais abastada da região, os *Tejo*. Eles ocupavam posições de comando na educação, correios e, principalmente, na religião e na política, a exemplo do sr. Renovato Pereira Tejo, que foi padre em Cabaceiras

<sup>13</sup> A REPÚBLICA. Natal, quarta-feira, 13 de fevereiro de 1907. Ano 19, nº 33, p. 1.

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> *Idem.*



e deputado provincial e prefeito em Pernambuco, no atual município de Taquaritinga do Norte.

A cordialidade de Antônio Silvino com a família Tejo nos indica a forma dúbia como as autoridades atuavam em relação ao cangaço. Esta aproximação foi relatada como suspeita pela investigação da época, em carta do 1º tenente Toscano de Brito, direcionada à imprensa:

É incrível, caro amigo Thomé, que Antonio Silvino, entrando na **Barra de S. Miguel** desse pancadas em uns, prendesse quase todos os indivíduos da localidade, delegado, subdelegado, um pobre de quem exigiu 1.000\$000 que reduziu a 400\$000, tendo o mesmo de arranjar emprestado 203\$000, pois só possuía 197 dos apurados da semana; escrivão da Mesa de Rendas d'onde levou 460\$000, soldados de policia etc; trata-se com todo acatamento e respeito à família Tejo! Esta família é tida como protetora de Silvino, não só os residentes em S. Miguel, como também os de Taquaretinga.<sup>16</sup>

O Tenente Toscano de Brito prossegue seu relato demonstrando como a população desta região agia para encobrir Antônio Silvino, bem como a atuação branda de chefes políticos locais, frente ao cangaço, ao passo que não demonstravam a mesma simpatia frente às forças policiais enviadas pela administração estadual. Relata o 1º tenente Toscano de Brito:

Um senhor de nome Melchiades Tejo residente na **Barra de São Miguel**, lugar onde Antonio Silvino fez sua última façanha, oferecera a ele um rifle.(...)

Esta notícia eu tive na Villa de **Cabaceira**. Quando cheguei na Barra de São Miguel soube que esta oferta fora feita por um filho do tal Tejo, chamado João Tejo, 4º anista de direito, sabendo ainda mais que um outro filho do mesmo senhor dissera que em vez de vir para S. Miguel a força que se acha em Cabaceira (a minha) era melhor que viesse Antonio Silvino com seu pessoal. (...) Logo que

<sup>16</sup> JORNAL Pequeno. Recife, sexta-feira, 8 de março de 1907. Ano 9, nº 55, p. 1.



cheguei na cidade de Taquaretinga, disse-me o alferes Christovão, comandante da força de Polícia, ter sabido que o sr. Tejo dissera que aquele *rifle* era para atirar na força do Governo.<sup>17</sup>

O relato nos apresenta um discurso oficial de um encarregado pelo governo estadual para atuar em uma região onde já eram bem demarcadas as posições sociais, incomodando os poderes políticos constituídos. Nos dias seguintes, as autoridades foram tomando maior conhecimento dos fatos ocorridos, inclusive o Monsenhor Walfredo Leal, presidente do estado na época. Em nova informação na imprensa, vemos possível local onde o bando se escondeu:

Antonio Silvino na **Serra do Boi** (...) Após haver incendiado, - ao seu ódio a tudo quanto cheira a impostos, - a Mesa de rendas do lugar **Barra de S. Miguel**, 8 léguas distante de Taquaretinga, Silvino dirigiu-se para o povoado denominado Serra do Boi 3 ½ léguas apenas da Barra de S. Miguel.

Em Serra do Boi, Silvino mandou um recado a um alferes polícia, de nome Menezes, o qual anda com uma força em seu encalço, dizendo-lhe que estava à sua espera naquele lugar. Ao passo que mandava este recado, Silvino destruía em diversos pontos a linha telegráfica entre Bom Jardim e Taquaretinga. (...) <sup>18</sup>

Ressaltamos a repercussão deste ataque à Barra de São Miguel, que não só foi mencionado em detalhes nos jornais, mas também chegou a ser tema de charge da importante Revista *O Malho*. Vejamos a imagem e informação publicada pela revista:

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> JORNAL Pequeno. Recife, quarta-feira, 06 de fevereiro de 1907. Ano 9, nº 30, p. 2.



Figura 1: Não é Carnaval, mas é verdade



Fonte: Revista *O Malho* (1907)

RECIFE, 15 - O cangaceiro Silvino e sua gente acaba de atacar a Mesa de Rendas da Barra de São Miguel, destruindo o arquivo e deixando o pessoal inteiramente nú –

(Dos telegramas).

Os tres: - Ó senhores! Ao menos uma calça! Ao menos uma camisa!

Os bandidos: Nem um fio! Para outra vez, se quiserem ficar vestidos... tenham muito arame no cofre...

O guarda mais velho: - Forte desgraça a minha!!... Mas que azar... que azar... Não é só a lavoura e o comercio que ficam sem camisa graças aos impostos: também a gente do fisco está sujeita a este Carnaval!!... por outros processos...<sup>19</sup>



<sup>19</sup> O MALHO, Revista. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1907. Ano 6, edição 0232, p. 12.

É importante contextualizarmos que a Revista *O Malho*, era uma publicação com forte viés crítico em relação à atuação dos governantes da época, em especial, quanto a questão da segurança e da cobrança excessiva de impostos. O assalto à Barra de São Miguel não passou despercebido pela revista, que aproveitou o momento para satirizar a atuação estatal na região.

Através das fontes pesquisadas, temos uma última investida de Antônio Silvino contra a Vila, desta feita, no ano de 1910. Vejamos o relato desta nova proeza do bando de cangaceiros:

Antonio Silvino na Parahyba (...)

O terrível homem visitou na terça-feira o lugarejo **Barra de S. Miguel**, naquele Estado, onde praticou vários desatinos. Antonio Silvino dirigiu-se à mesa de rendas dali e intimou duas praças que guardavam o posto, a lhe entregar todo o apurado existente. As praças ofereceram resistência havendo um tiroteio do qual resultou sair ferido um dos soldados que abandonou o local da luta. A outra praça o bandido levou, obrigando-o a fazer parte do seu grupo.

Após isto, Silvino deu saque a mesa de rendas, levando todo o dinheiro. Horas depois do facto seguiram duas forças no encalço de Silvino, sendo uma parahybana e outra pernambucana. Ignora, porém, o nosso informante se houve algum encontro.<sup>20</sup>

O relato possui detalhamento inferior àquele acontecido três anos antes, mas não é menos interessante. A Mesa de Rendas, símbolo da cobrança de impostos e poder estatal na vila, mais uma vez é o alvo central, com rendição dos policiais que a protegiam e o posterior assalto às quantias guardadas. Este ataque de 1910 também foi decantado em cordel de época:

<sup>20</sup> JORNAL Pequeno. Recife, segunda-feira, 29 de agosto de 1910. Ano 12, nº 193, p. 2.



Fui em setembro de mil  
E novecentos e dez  
À Barra de S. Miguel  
E lá espalhei os pés;  
Matei, pedi e tomei  
Quase três contos de réis.  
Lá dois soldados quiseram  
Comigo se arreliar,  
Porém eu matei um deles  
E no outro mandei dar  
Uma surra, e, no meu grupo  
Fi-lo à força bruta entrar (...)  
Na Mesa de Rendas todos  
Os papéis que encontrei,  
Como fossem do Governo  
Incendiá-los mandei  
E sem incomodar outros  
Da Barra me retirei (BATISTA, 1960, p. 46).

O poeta Francisco das Chagas Batista escreveu o cordel *História Completa de Antônio Silvino: Sua vida de crimes e seu julgamento* na década de 1930 e, entre tantas peripécias e astúcias do cangaceiro, não deixa passar as narrativas acerca das passagens de Antônio Silvino por Barra de São Miguel, o que nos leva a conjecturar que tais relatos foram por muito tempo repassados de forma oral pela população local, ao se referir ao eventos de 1907 e 1910.

Finalizando, após descrevermos as ações do bando de Antônio Silvino por Barra de São Miguel e adjacências, indicamos no mapa a seguir um roteiro possível dessas passagens:



Figura 2: Antônio Silvino em Barra de São Miguel e adjacências



Elaboração: Ellori Mota (ArcGIS 10.3)

O mapa nos mostra as localidades que foram mencionadas nas fontes pesquisadas neste artigo. Percebe-se como Barra de São Miguel e suas adjacências, foram pontos de constantes embates entre cangaceiros, autoridades policiais e tema de notícias, telegramas, cartas e narrativas da imprensa. No meio destas visões antagônicas, encontramos a população local, que se esquivava entre o acoitamento dos cangaceiros e a cessão de informações para as forças policiais, tudo isto acompanhado do medo das represálias, que ambas as ações poderiam gerar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Barra de São Miguel assistiu no período final do século XIX e na primeira década do século XX inúmeras passagens e ataques de cangaceiros às suas fazendas, casas de comerciantes e repartições públicas, como a Mesa de Rendas, tudo isso sob as denúncias dos jornais e relatos



de moradores que apontavam para certa proteção que bandos, como o de Antônio Silvino recebia na região.

Neste sentido, compreendemos que esta história deve ser analisada e apresentada para o público do tempo presente. A pesquisa histórica e as informações dos jornais, revistas de época e literatura de cordel, auxiliam a construir uma narrativa do passado do cangaço na região.

Por hora nos é lícito constatar que o território de Barra de São Miguel e os moradores locais vivenciaram dias de apreensão e contato com o universo do cangaço. Conhecer esse passado e apresentar nossa compreensão foi o desafio empreendido, que de certo modo nos convida a novas pesquisas e buscas por informações e detalhes que nos auxiliam a construir nossa rede de conhecimento sobre o passado dessa região do Cariri paraibano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Luís Barros de. **Antônio Silvino e a resistência camponesa: passagens de um anti-herói no Cariri Paraibano (1898-1914)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Sumé: UFCG, 2018.

BAPTISTA, Francisco das Chagas. **História Completa de Antônio Silvino. Sua vida de crimes e seu julgamento (Cordel)**. Edição Revista e Ampliada por Sebastião Nunes Batista. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes Ltda, 1960.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX**. Revista Outros Tempos, vol. 10, n.15, 2013. ISSN:1808-8031.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **A Geografia do ethos capitalista no Cariri Cearense**. Revista Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades. n. 223, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de. **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. 5ª Edição. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

JASMIN, Élise. Apresentação IN: **Lampião: Senhor do Sertão – Vidas e mortes de um cangaceiro**. Tradução: MARCONDES, Maria Celeste Franco Faria; DANESI, Antônio de Pádua. São Paulo: EDUSP, 2016.



PERICÁS, Luiz Bernardo. **Cangaço e Banditismo Social**. Revista Ruris - Unicamp, Volume 9, nº 2, setembro 2015.

SOARES, Roniere Leite. **Resquícius cangaçais: um resgate memorial dos bandos anônimos**. Dissertação – Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande: UEPB, 2005.



# A FORÇA DO FRACO - A ASTÚCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESORGANIZAÇÃO DOS JOGOS DE PODER NO SERTÃO NORDESTINO: NA PERSPECTIVA DO CANGAÇO

 Layra de Sousa Cruz Sarmiento<sup>1</sup>

O presente trabalho é fruto de reflexões elaboradas em minha dissertação de mestrado acerca do uso da Literatura de Cordel como principal fonte para analisar o Cangaço. Entretanto, não se trata apenas de buscar nessas fontes comprovações ou negações acerca daquilo que já se tem escrito sobre esse fenômeno social. A proposta é perceber como a poesia de cordel foi capaz de traduzir realidades sociais e experiências humanas partindo de pelejas poéticas travadas entre o “Diabo” *versus* figuras de cangaceiros. Também privilegiamos a categoria interpretativa da *astúcia*, para a compreensão das estratégias de desorganização dos jogos de poder no Sertão. Observamos as construções imaginárias significativas e significantes a respeito de uma determinada sociedade, capaz de criar realidades, estratégias e experiências socialmente compartilhadas. Refiro-me a uma série de valores e experiências vividas pela sociedade do Sertão nordestino brasileiro, historicamente constituído (entre os anos de 1935 a 1955) e que são acessíveis através da poesia de cordel.

Os conceitos que estruturam nossa narrativa são: imaginário, astúcia, Sertão e Cangaço. O conceito de Imaginário foi utilizado para respei-

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade de Brasília. Mestra em História pela Universidade de Brasília. Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.



tar a estrutura diferenciada da fonte utilizada nessa pesquisa: a poesia. Existe uma gama de trabalhos que se apropriam da poesia para fazer análises no campo sociológico. Tais pesquisas acabam por utilizar a poesia, apenas como um mero reflexo da realidade ou como confirmação de hipóteses pré-estabelecidas a respeito de determinados temas. Essa forma interpretativa da poesia acaba por empobrecer suas significações.

Em nossas análises, privilegiamos o imaginário como possibilidade interpretativa, por ele reconhecer as criações imaginárias (poesia, valores, mitos, deuses) como instituições portadoras de experiências reais e, também, porque negamos que essas criações imaginárias sejam um mero reflexo da vida cotidiana vivida:

A sociedade (as sociedades como tais) é um tipo de ser para si. Ele cria a cada vez o seu próprio mundo, o mundo das significações imaginárias sociais incorporado nas suas instituições particulares. Esse mundo – como é também o caso de todos os mundos criados por seres para si – aparece como a manifestação de dois receptáculos, o espaço social e o tempo social, plenos de objetos organizados segundo relações, etc. e investidos de significações. (CASTORIADIS, 1987, p. 275)

Outro conceito fundamental de nossas reflexões é o de *métis*, que aqui é traduzida como a *astúcia* ou a *inteligência do fraco*, a qual se manifesta em momentos oportunos. Tal conceituação, auxiliou-nos na interpretação das disputas em torno dos jogos de poder e das estratégias elaboradas para desajustar a ordem estabelecida. Os jogos de poder e opressão, estabelecidos no Sertão nordestino, perpetuam a conhecida situação entre oprimidos perdedores de um lado e opressores vencedores de outro. Alguns autores tratam desses jogos de poder:

No que diz respeito à relação efetiva de forças, [...] não só a dos poderes estabelecidos mas, de modo mais profundo, a da história: reconhecia a injustiça uma ordem das coisas, em que nada autorizava a esperar a mudança. (CERTEAU, 1994, p. 76-77)



Em toda situação de confronto ou competição – estejamos nós nas garras de um homem, um animal ou uma força natural – o sucesso pode ser obtido por duas vias. Ou por uma superioridade de “força” no domínio onde a luta se desenrola, o mais forte vencendo [...] (DÉTIENNE;VERNANT, 2008, p. 19)

Nesse sentido, o que se esperaria era a confirmação e perpetuação dos vencedores. Consequentemente, o mais fraco estaria destinado a perder. Entretanto, as poesias de cordel analisadas trazem outra perspectiva, a partir da utilização da *métis*. A *métis* pode ser considerada como uma forma de inteligência flexível e astuta. Ela opera no tempo oportuno e desorganiza as situações pré-estabelecidas. Dessa forma, ao desorganizar as ordens, o mais fraco torna-se o sujeito mais habilidoso, por saber dominar o tempo oportuno da mudança.

O termo grego *métis* é um conceito muito completo e pertinente para nossa abordagem. Contudo, como estamos tratando da linguagem específica da Literatura de Cordel, que possui um vocabulário particular e formas de expressão próprias, trabalharemos com seu referente na poesia cordelística: astúcia.

A partir das interpretações propiciadas pelo imaginário sertanejo e o uso das habilidades da astúcia, diversos valores da sociedade do Sertão são evidenciados. Esses valores são outro ponto chave, para a compreensão das formas de viver e sentir das pessoas que moram no Sertão. Observamos, através das narrativas do cordel, as experiências compartilhadas e as qualidades que os sertanejos julgam ser importantes para formação do seu caráter. Trata-se de axiomas que orientam a vida prática daquela sociedade.

A explicação do Sertão vem entremeada com a elucidação do surgimento do Cangaço, pois esse movimento de banditismo se apropriou em todos os sentidos das peculiaridades do Sertão. Diversos autores concordam com a afirmativa que o Cangaço, na forma que ele se apresentou ao mundo, só poderia ter nascido no Sertão nordestino brasileiro:



Há, de fato, elementos conjunturais e estruturais que dão ao fenômeno características culturais muito particulares, como a indumentária, a linguagem, as táticas de guerrilha, as relações com as mulheres, com os sertanejos, com os fazendeiros e com a polícia, que, mesmo, com possíveis semelhanças em casos análogos em outros países, só podem ser entendidas plenamente dentro do próprio processo evolutivo histórico do Sertão e Agreste nordestinos. O cangaço, assim, seria mais do que apenas uma manifestação da marginalidade; ao longo do tempo, imbuíu-se de uma diversidade de elementos culturais peculiares que lhe forneceriam uma “estética” e uma “construção” social muito singulares. (PERICÁS, 2010, p. 18)

Porém, antes, é preciso que se faça uma ressalva acerca da estrutura social que propiciou o surgimento e o estabelecimento desse fenômeno de banditismo e o que nós, nesta reflexão entendemos sobre Cangaço.

Na primeira metade do século XX, o Nordeste brasileiro passava por um momento no qual as formas de viver foram remodeladas. Na verdade, como aponta Rômulo José Francisco de Oliveira Júnior (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010), desde o fim da escravidão, os grandes latifundiários da região sofreram com o impacto da perda da mão de obra de baixo custo e a sociedade foi ganhando traços diferentes. Essas características são observadas não somente na esfera dos trabalhadores, que de alguma forma ainda se mantiveram vinculados às propriedades de origem por não terem sido absorvidos de maneira imediata pela sociedade, mas também pelos grandes fazendeiros que assistiram ao advento da República em 1889.

As antigas instituições do Império que foram dissolvidas, como é o caso da Guarda Nacional (CARVALHO, 1997), legaram à República a figura dos coronéis que, apesar de não possuírem mais funções militares, conquistaram redes de influências. A posse de grandes extensões de terras nas cidades interioranas significava poder e abundância.

Os coronéis interferiam livremente na organização dos espaços e das decisões locais. A situação de poderio deles ganhava forma, princi-



palmente, quando somada à precariedade de trabalho na região, instaurada pela seca. De acordo com Oliveira Júnior:

Os grupos que saíram em busca de trabalho e doações tais como roupas, alimentos e acolhimento nas fazendas que ainda mantinham uma considerada fartura, muitas vezes foram recebidos pelos grandes donos de terras. Foi neste momento que a figura do coronel ganhou uma maior proporção e poderes políticos. [...] Sua função deixou de ser associada ao militarismo da Guarda Nacional, para se destacar como chefe político das vilas e cidades menores do país. Ao acolher os necessitados, esses coronéis criaram uma parentela e edificaram acordos e trocas de favores. No Norte, essa prática tornou-se cada vez mais comum. O prestígio do coronel cresceu e podia ser medido pela rede de relações que mantinha com as pessoas do povoado em que habitava. Era comum que as pessoas se apresentassem fazendo menção ao coronel na região. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 41)

As secas no Nordeste também foram responsáveis pelo processo de movimentação das massas de trabalhadores em busca de condições mínimas para a sobrevivência. A grande seca de 1877 a 1879, afirma Rui Facó (FACÓ, 1965, p. 29), desencadeou um desequilíbrio sem medidas na região, obrigando os homens a fugirem para não morrer. Marco Antonio Villa explica que, nesse processo de migrações das populações rurais para as cidades, algumas prefeituras do sertão começaram a organizar obras para emergencialmente empregar essas pessoas. Porém, isso não era suficiente. Acerca dessa situação de deslocamento populacional o autor descreve:

Os retirantes, fugindo dos efeitos devastadores da seca, buscavam as cidades maiores do sertão, que serviam de entrepostos comerciais, à procura de ajuda. Pequenos e médios proprietários também foram atingidos pelo flagelo. Abandonaram suas terras – que naquele momento não possuíam nenhum valor comercial – reuniam



seus pertences, trocavam seus escravos – quando os tinham – por farinha para se alimentar no percurso até a cidade onde pudessem encontrar outra forma de sobreviver. (VILLA, 2001, p.47)

Outra explicação interessante sobre a questão das secas é apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, 1997), pois no sertão já eram normais os períodos sem chuva. Logo, os sertanejos não se apavoravam com a seca. Porém, quando este cenário se estendia, a calamidade e a fome tornavam-se endêmicas:

Vinha, em seguida, o período da seca, mas esta seca era normal e esperada, era o “verão” que os sertanejos estavam preparados para enfrentar. Se as chuvas não apareciam de dezembro a março, durante o “inverno” sertanejo, se eram minguadas ou muito breves, o período seco se estendia sem descontinuidade um ano completo, até o mês de dezembro seguinte. Configurava-se então uma ausência de chuvas que se podia prolongar por dois anos ou mais, determinando verdadeira catástrofe. [...] Tristemente célebres, tais secas arruinavam plantações, dizimavam gado e afugentavam homens para o litoral ou para outras regiões. (QUEIROZ, 1997, p. 18)

Neste mesmo raciocínio, Frederico Pernambucano de Mello contribui com a seguinte descrição:

Dois anos de seca mostravam-se suficientes para destruir o trabalho de dez, comprometendo a indispensável progressividade da economia, desestimulando iniciativas de vulto, gerando inconsistência de uma vida sem raízes, indefesa diante da irregularidade dos elementos. (PERNAMBUCANO DE MELO, 2011, p. 42)

O que nos interessa desse panorama é pensar que a seca, o sertanejo pobre do campo, a concentração de poder nas mãos do latifundiário, a inexistência de trabalho, a fome e as relações de troca de favores esculpíram uma sociedade particular.



Como bem observam os especialistas no tema, a poesia de cordel brasileira tem suas raízes assentadas na colonização portuguesa (BARROSO, 2009, p. 38), mas possui influências de diversas partes do mundo (HAURÉLIO, 2010). Entretanto, como Barroso nos explica, foi no seio da sociedade Nordestina, em fins do século XIX e, especificamente, inícios do século XX, que a poesia de cordel encontra um lugar, por excelência, para o seu desenvolvimento. Justificado por encontrar, nessa região, os elementos que dão à Literatura de Cordel, sentidos e um discurso cultural próprios. Tais elementos apropriados pela Literatura de Cordel são os valores, as experiências religiosas, as formas de trabalho, as injustiças sociais, as intempéries naturais (especificamente a seca), a coragem, o Cangaço, os jogos de forças, as histórias de mentira e as manifestações de astúcias dos mais fracos.

Dentre as narrativas dos folhetos de cordel, uma categoria despertou nossa atenção. É a peleja. Esta categoria tem uma especialidade. A peleja é própria das cantorias dos versadores de improviso, conhecidos como repentistas. Tais cantorias são, ainda hoje, muito valorizadas no Sertão nordestino e decorrem de heranças de um século XIX iletrado. Aos olhos do presente, tais características estariam relacionadas ao arcaico. Entretanto, essas condições potencializam a feitura da poesia analisada por esse trabalho. O não letramento propicia uma peleja, rica de experiências, sabedoria (que geralmente destoa do letramento) e nas resoluções de problemas, a partir do uso da astúcia, que é uma forma de inteligência ambígua e traz para o desfecho das narrativas, o inesperado.

Observando os cordéis que tratam do Cangaço, a figura do Diabo surgia com frequência principalmente a partir das pelejas. O Diabo, dentro da estrutura cultural nordestina e seu imaginário, possui uma relevância incontestável. Observando como o Diabo aparece na escrita dos folhetos, algumas análises podem ser realizadas. É perceptível a importância deste personagem na experiência humana daqueles que vivem no sertão. É evidente que não é apenas para estes sujeitos que o



diabo faz-se elementar. Inclusive, não se trata de dar exclusividade ao Sertão nordestino como lugar privilegiado para a valorização do Diabo. Acontece que, nessa localidade, este personagem assume traços tão peculiares e próprios, que o afasta de uma conhecida concepção cristã. O Diabo é reconfigurado e ganha características marcantes de uma experiência sertaneja. Nesse sentido:

A figura do Diabo é histórica e teológica, polêmica e harmoniosa, sacra e profana, do bem e do mal, sendo sua semântica reconstruída por meio de um processo hermenêutico permanente a partir das experiências humanas, das expressões das artes em geral e dos textos verbais, de forma especial, da arte da palavra, a literatura, e do lugar discursivo do enunciador em seus diferentes contextos socioculturais, onde esse ser mitológico, essa figura do discurso e essa representação do vivido é de novo apropriada, refigurada, tecida, engendrando ressignificação dos sentidos possíveis para a existência humana. (MAGALHÃES, 2012, p.289)

O Diabo, nessas narrativas, assume uma posição diferente. Ele, mesmo estando em situação de vantagem (seja por ser um personagem mágico e possuir poderes sobrenaturais, ou por ser o portador da maldade, ou por ser persuasivo, ou por ser muito belo, ou feio demais), será enganado, ridicularizado, humilhado, desacreditado e logrado por um sujeito que aparentemente era mais fraco, mais frágil, com menos força e sem poderes. Essa situação se coloca no contexto de um desafio ou de uma peleja, onde o Diabo será enganado.

Essa situação interessa, particularmente, este trabalho. A capacidade de inteligência da méti, de acordo com Marcel Detienne e Jean-Pierre Vernant (DÉTIENNE;VERNANT, 2008), é exercida nos planos práticos: habilidades, enganos, fingimentos e desembaraços de todos os tipos. Nos confrontos ou competições, só há duas vias para superar a situação estabelecida: ou a superioridade confirma as expectativas (o mais forte vence a disputa) ou pela utilização de métodos, cujo resulta-



do burla ou falseia a prova, fazendo vitorioso aquele que era, até então, considerado inferior (ou mais fraco).

A competição, o confronto, a peleja refletem o tempo do instável. E, é no tempo da instabilidade e adverso o “agôn” que a astúcia se manifesta. Quando as duas forças antagônicas se enfrentam, a qualquer momento a situação pode alterar o sentido. Para quem domina o quengo, o tempo do presente é o mais importante porque nada lhe escapa. O futuro é tenso, mas ele já o foi maquinado e enriquecido pela experiência do passado. Nesse sentido, a utilização dessa inteligência ambígua dá a capacidade ao sujeito em operar pelas temporalidades e conseguir antecipar as ações e antever as reações de seu adversário precavendo-se.

Ainda sobre a utilização da astúcia, é importante frisar que a flexibilidade e a maleabilidade dela, é o que garante a vitória em domínios nos quais não há sucesso para regras prontas. Nesses momentos, é exigida a capacidade inventiva e a descoberta de novos artifícios. É justamente no terreno do instável, que a utilização da astúcia faz decepcionar todas as previsões e enlouquecer os espíritos pragmáticos. Ora, o quengo é uma potência da astúcia e do engano. Para enganar sua vítima, a astúcia mascara sua verdadeira forma ou intenção. De acordo com os autores, a “aparência e a realidade (...) opõem-se como duas formas contrárias, produzindo um efeito de ilusão.”(DÉTIENNE;-VERNANT, 2008, p. 29)

Existe uma relevância em se pormenorizar as propriedades da astúcia, pois são exatamente esses traços que observamos nas pelejas que tratam de Cangaceiros *versus* o Diabo. Relações antagônicas, situações estabelecidas e reviravoltas com desfecho de humilhação para o Diabo. No percurso das narrativas, as artimanhas utilizadas pelos sujeitos mais fracos proporcionam que as histórias se tornem tão simbólicas e significativas.

Um exemplo dessa reflexão encontra-se no cordel “Jesus, São Pedro e o Ferreiro da Maldição”, de Francisco Sales Arêda, a utilização da esperteza e de uma inteligência capaz de enganar denominada astúcia,



nos fornece possibilidades interpretativas profícuas em relação ao imaginário social sertanejo. É preciso fazer uma ressalva, antes de prosseguir. A categoria da astúcia ou quengo faz parte das escolhas conceituais desta pesquisa. Trabalhar tal categoria, auxilia na compreensão simbólica e social das formas ímpares de sabedoria prática, astúcia e perspicácia dos sujeitos que aparecem nos folhetos de cordel aqui estudados. Essa forma de inteligência se torna especial, também pelo fato de ser diferente daquelas formas de inteligência valorizadas pelas tradições ocidentais da filosofia.

A forma como a peleja entre o Ferreiro e o Diabo se estabelece, indica como determinados valores e a construção de significados de mundo são criados socialmente e amalgamados. Essa afirmação não nega que exista particularidades e individualidades, nos atos criativos dos diversos autores dos folhetos de cordel, que aqui são analisados. A questão é que, apesar das criações literárias (folhetos) serem consideradas como produtos individuais, existe uma cultura presente nessas poesias. Essa cultura faz com que, nas narrativas de cordel, os valores e significados de mundo, próprios daquela determinada sociedade, se tornem evidentes e recorrentes.

Observamos no folheto *A Chegada de Lampião no inferno* de José Pacheco a mesma estrutura da utilização da astúcia. No referido cordel, a trama desemboca na proibição de Lampião entrar no inferno pelo fato dele ser “ladrão de honestidade” de acordo com Diabo. Entretanto o que vemos é:

A significância de ladrão de honestidade atribuída a Lampião revela o paradoxo proibitivo da sua entrada. Ele desmoralizaria a propriedade de Satanás por ser honesto. Valor que não corresponde à cultura do Inferno. Entretanto, também recai sobre o mesmo a categoria de ladrão que é encoberta, superada, invisibilizada, ou melhor, perdoada pela honestidade do cangaceiro. Quem atribui esses valores à expressão ladrão de honestidade é José Pacheco, o cordelista, ou seja: o imaginário que se revela



na poesia, tratando de uma experiência no Inferno, se torna real pois são sentimentos e valores profundos e que esta sociedade não quer perder. (SARMENTO, 2017, p.40)

A astúcia é uma inteligência relacionada às contingências e, um conjunto de táticas e manobras que os sujeitos usam em situações em que não detêm o poder. Michel de Certeau observou como essas situações propiciavam a manifestação das inteligências perspicazes no Nordeste brasileiro na década de 1970. O autor afirma que, nos jogos de poder que se estabeleceram nessa região, a categoria dos mais fracos (nesse contexto os que não detêm o poder) nunca “naturalizaram” ou aceitaram passivamente as formas de opressão impostas a eles. Essa situação não era tida como legítima, embora sendo uma realidade que acontecesse repetidas vezes. Mesmo esses sujeitos não podendo se manifestar, por causa das forças autoritárias que os oprimiam, isso não significava resignação (CERTEAU, 1994, p. 77). Ao contrário, pelo fato de não poderem manifestar abertamente suas insatisfações, apropriavam-se de estratégias e artimanhas para desestabilizar a ordem imposta. E são nessas circunstâncias, que florescem as habilidades da astúcia como estratégias de sobrevivência ou reequilíbrio social.

É importante saber a respeito de qual situação de utilização da astúcia estamos nos referindo. Na Literatura de Cordel, as pelejas são sempre situações muito valorizadas. A peleja é considerada como uma das várias modalidades de cantorias de viola. As cantorias são os espetáculos cujos cantadores apresentam suas poesias em festivais ou em ambientes mais familiares (também denominadas de cantorias de pé-de-parede). Dessa forma, os cantadores vão divulgando seu trabalho e ganhando reconhecimento pelas regiões por onde passam. A forma de apresentação dessas cantorias é assim explicada por Barros:

As cantorias de viola, em que o espetáculo é a apresentação da poesia criada no repente, assim denominada pelo caráter improvisado das composições, compreendem os desafios poéticos ou



pelejas, as canções e os poemas cantados ou declamados, poderão tornar-se em versão escrita folhetos de cordel.<sup>116</sup>

Por ser um espetáculo muito valorizado no Sertão Nordestino, o público acompanha o trabalho dos cantadores e participa ativamente nas apresentações. Verificamos essa situação, principalmente, nas pelejas, pois o caráter de criatividade e astúcia do cantador são as habilidades mais consideradas. Além disso, temos a participação do público na sugestão de temáticas para improvisação das pelejas:

Nas cantorias de pé-de-parede os cantadores participantes se rezezam no improviso dos versos que tratam de variados temas. Muitos temas são de escolha dos próprios cantadores, outros surgem da participação do público presente que sugere os assuntos ou apresentam motes. (BARROS, 2009, p. 37)

As pelejas se tornam, portanto, uma categoria importante para as cantorias, principalmente, porque, a partir das pelejas podem ser observadas a capacidade de improviso do cantador, sua rapidez em raciocinar uma resposta versificada e as suas habilidades com as astúcias. Entretanto, quando as pelejas se estabelecem com o Diabo, elas se tornam muito especiais. Porque, nessa circunstância, o que se verifica é o imaginário compondo experiências reais, ou seja: não significa que o cordel (peleja) verse somente sobre realidades sociais (é claro que isso também faz parte do seu repertório), mas significa, sim, como a atividade subjetiva e a criativa constroem experiências sociais. De acordo com Marco Haurélio, na tradição popular do Diabo Logrado:

o demônio da novelística popular é, invariavelmente, ludibriado por aqueles com quem aposta[...]após assinar o pacto, o demônio realiza, por determinação do pactuante, uma série determinada de tarefas, com relativa facilidade, pois sempre se vale do seu poder sobrenatural. Porém, na última tarefa, a astúcia do ser humano, com quem o Tinhoso firmou o pacto, acaba se sobressaindo. (HAURÉLIO, 2016, p.1)



Trabalhar com poesia é, sim, uma tarefa difícil. A literatura em poesia exige uma sensibilidade aguçada e convida o intérprete a mergulhar em subjetividades que não são, necessariamente, as suas. A Literatura de Cordel, por sua vez, também é assim.

A categoria de valores, que não são os seus, é muito forte para a sociedade sertaneja. Chega a ser estrutural. As leis que os sertanejos eram obrigados a cumprir, em nada correspondiam às suas formas de viver. E tantas outras violências culturais, sociais e morais foram impostas a esses sujeitos, desclassificando suas maneiras de interpretar o mundo. Justificadas pelos jogos de poder, que sempre assolaram a região.

O personagem Diabo ganhou um destaque especial no percurso dessa pesquisa. Ele assumiu diversas categorias. Na categoria do Diabo enganado, ele se apresenta como um sujeito jocoso, bobo, tolo e facilmente enganável. E, mesmo contando com seus poderes sobrenaturais, não consegue vencer o humano astuto. Na segunda categoria, a das Pelejas, o Diabo vem representado de maneira mais poderosa e certo de que conseguirá enganar e vencer o humano. No decorrer da história o Diabo é desmascarado e ridicularizado.

Analisar pelejas, que envolvem o Diabo ou cordéis em que é Diabo é enganado, possui um significado mais amplo em nossas interpretações. O que se estabelece nas narrativas, são as vivências práticas e dos jogos de poder instaurados no Sertão nordestino. O Diabo representa a figura poderosa, o detentor do poder, o opressor. O seu oponente (seja o cangaceiro ou um simples ferreiro) simbolizam o lado fraco, o não empoderado, o oprimido.

Nesses jogos de poder, já conhecidos no Sertão, os detentores do poder já têm a vitória garantida, pelo histórico de opressão. E essa situação é bastante conhecida pelos oprimidos (CERTEAU, 1994). Mas, é essa conhecida situação que alicerça a sabedoria e a experiência do mais fraco. Sabendo que a circunstância coloca-o em posição de inferioridade, ele terá que usar estratégias que o opressor não domina e, assim, desajustar a situação posta. A utilização da astúcia nessas



situações, inverte as sinalizações apresentadas nos jogos de poder. A respeito da situação de sabedoria que se acumula, concordamos com os autores: “O espírito, munido de todo o saber acumulado durante anos, pode explorar de antemão as vias múltiplas do futuro, pesar os prós e os contras, decidir com conhecimento de causa” (DÉTIENNE;-VERNANT, 2008 p. 23)

Por esse motivo, as narrativas se tornaram tão especiais para nossa reflexão. Para evidenciar os valores sertanejos, as estratégias que garantem a vitória dos mais fracos, o imaginário das pejejas como Diabo lançou luz nessas experiências no campo prático da vida desses sujeitos. A subjetividade e a imaginação, ao criarem realidades possíveis, demonstram os desejos e as angústias sentidas por esses sujeitos.

Por fim, percebemos que as pesquisas em história, que abordem sentimentos, experiências, vivências, práticas cotidianas e estratégias de sobrevivência, contribuem para os estudos das sociedades e dos sujeitos. Atinar o olhar e o fazer histórico para esses elementos subterrâneos, com certeza, exige um esforço maior. Entretanto, essa prática lança luz sobre elementos sociais vivos, os quais demandam, insistentemente, por apuradas pesquisas.

## FONTES

ARÊDA, Francisco Sales. Jesus, São Pedro e o Ferreiro da Maldição.

PACHECO, José. A chegada de lampião no Inferno.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Maria Helenice de. **Os cordelistas do DF**: dedilhando a viola, contando a história. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo. **Coronelismo. Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em Acesso em 03 jun 2021.



## HISTÓRIA DOS SERTÕES: MUNDOS EM CONFLITOS

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II**. Os domínios do homem. Trad. José Oscar de Almeida Marques. 2ª Ed. Paz e Terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DÉTIENNE, Marcel. VERNANT, Jean-Pierre. **Métis**: As astúcias da inteligência. Trad. Filomena Hirata. São Paulo: Odysseus Editora, 2008

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1965.

HAURÉLIO, Marco. **Breve História da Literatura de Cordel**. São Paulo: Claridade, 2010.

MAGALHÃES, Antonio Carlos de Melo. BRANDÃO, Eli. FERRAZ, Salma. (orgs). **O demoníaco na literatura**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco de. **Antonio Silvino**: de governador dos sertões a governador da detenção (1875-1944). 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERNAMBUCANO DE MELO, Frederico. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5.ª ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5.ª ed. São Paulo: Global, 1997.

SARMENTO, Layra de Sousa Cruz. **A força do fraco**: a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino. 2017. 124 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.



# “A NECESSIDADE NÃO TEM LEI, E COM FAMINTOS NÃO SE BRINCA”: AÇÕES EM MASSA, MULHERES RETIRANTES E CONFLITOS NAS SECAS DA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE (1889-1904)

 Francisco Ramon de Matos Maciel<sup>1</sup>

Na cidade de Natal, no dia 25 de abril “bandos de mulheres famintas atacaram hoje o trapiche onde se fazia a descarga de farinha do vapor ‘Pernambuco’. Rasgaram muitos sacos que levaram, sendo preciso a força pública para garantir a descarga não maltratando os famintos”. A preocupação em não maltratar os retirantes talvez pudesse estar ligada à presença feminina no motim ou, até mesmo, aos olhares dos transeuntes ao presenciar a polícia espancando mulheres do povo a céu aberto. Mas a situação não estava tranquila em Natal há meses. As mortes na capital regulam a “10 e 15 pessoas diariamente. Cresce a miséria horrivelmente” (CORREIO DA MANHÃ, 1904, p. 01). No dia seguinte, continuaram os ataques dos retirantes ao desembarque de farinha no cais Deodoro, ocorrendo conflito entre sertanejos e força pública com ferimentos de ambos os lados. “Os homens e mulheres estão armados de faca e pedras. Os famintos foram a residência do governador querendo forçar a entrada e clamando, com grande vozerla, por socorros”. Houve também “outras investidas dos retirantes ao mercado público. O commercio fechou e a

<sup>1</sup> Professor temporário da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus FAEC, e doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).



população esta sobressaltada. Há receios de maiores ataques indicados os cofres públicos” (CORREIO DA MANHÃ, 1904, p. 01).

Dias depois, o mesmo jornal relaciona os ataques dos retirantes em Natal ao desamparo e à indiferença do presidente Rodrigues Alves, e que os sertanejos são “levados aquelles extremos pela necessidade, que sobrepuja direto e moral, leis e costumes. Impelle-os a fome, a própria conservação, que os códigos de todas as nações, e acima deles as leis naturaes, inscrevem entre as justificativas de todos os crimes”. Além do mais, eliminou-lhes a razão os “padecimentos dos paes, da esposa, dos filhos, a debaterem-se nas anciãs da morte por lhes faltar alimento. Forçosamente hão de procurar, seja onde for, com que matem a fome e salvem a vida aos entes queridos” (CORREIO DA MANHÃ, 1904, p. 01).

Nesses eventos dos dias 25 e 26 de abril podemos observar a evolução e as características dos saques e das ações em massa dos retirantes. No primeiro dia, o alvo dos “bandos de mulheres” foi a farinha desembarcada no vapor Pernambuco, no cais do porto Deodoro. Apparentemente não houve conflito com a força pública. No dia seguinte, vemos a cooperação de homens e mulheres sertanejas em ações coletivas espalhadas pela cidade de Natal. O objetivo foi novamente a farinha no porto, mas, dessa vez, a polícia estava de prontidão, logo um conflito direto era inevitável. Não acabando por aí, uma multidão de retirantes deslocou-se até a residência do governador, chegando a quase forçar a entrada, para gritar por socorros públicos. E, por fim, as investidas finais dos retirantes chegaram ao mercado público deixando o comércio e população sobressaltados, além dos receios, talvez por rumores, de que novos ataques ocorreriam na capital.

Nesses episódios acompanhamos uma lógica de ações da multidão retirante. Primeiro, os grupos de mulheres conseguiram efetuar os saques sem maiores represálias, talvez por estarem sozinhas e pelo fator surpresa. Com o sucesso da ação, no dia seguinte os homens reúnem-se às mulheres em forma de cooperação para novamente saquear a farinha desembarcada, quiçá para levarem mais quantidades de sacos e



garantirem que suas companheiras não fossem agredidas. Depois temos uma multidão em marcha até a residência de Tavares de Lyra para protestar e mostrar insatisfação pelo descaso do governo; e, por último, seus alvos foram o mercado público e o comércio da capital<sup>2</sup>.

Os motins não cessaram, e um dia depois “os infelizes varridos pela secca do interior do Rio Grande do Norte assaltam os viandantes das estradas, as casas da capital e a própria delegacia do Thesouro, que não foi poupada” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1904, p. 01). Entretanto, essa ousadia de três dias seguidos de ataques teria uma reação por parte das autoridades governamentais. Seguiria para o Rio Grande do Norte um “grande contingente de praças do exercito, sob o comando do capitão do 34º de infantaria Luiz Narciso de Barros Cavalcanti, afim de guarnecer a Alfandega daquele Estado, que acaba de ser atacada pelos famintos” (JORNAL DO RECIFE, 1904, p. 02). Interessante ressaltar que esse rumor do ataque à delegacia do Tesouro já existia na imprensa local desde o dia 15 de abril, mas as autoridades não acreditavam. “A minha noticia sobre a ameaça dos famintos de ataque á delegacia teve por base local da imprensa de hoje. O delegado afirma ser ella inexacta” (CORREIO DA MANHÃ, 1904, p. 01).

Na cidade de Mossoró, na região oeste do estado, o clima de tensão não era diferente daquele da capital. Com muitos retirantes vindos do Ceará e cidades do interior, logo os saques em decorrência da falta de gêneros para os sertanejos pobres seriam uma realidade. “Milhares de retirantes sem pão começam a atacar os armazéns de viveres. O commercio receia que o saque se torne geral” (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1904, p. 01). Os telegramas emitidos desde a cidade percorrem os correspondentes da imprensa de outros estados da União. Em Mossoró,

---

<sup>2</sup> O pesquisador Itamar de Souza comentou que, em 1904, esses retirantes atacaram a firma comercial Mello & Companhia, sendo imediatamente reprimidos pela polícia. E dias depois atacaram uma lancha da firma comercial Alves & Companhia, que descarregava farinha no cais do porto Tavares de Lyra. Porém, o autor não apresentou fontes sobre essas informações. Consultar: SOUZA, Itamar de. *A República Velha do Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p. 320.



“contam os telegramas que inúmeros famintos agonizam pelas ruas”. Ao mesmo tempo, “já não trepidam em praticar extremas violências para matar a fome”. Assim, no dia 11 de fevereiro os retirantes “assaltaram armazéns de viveres e no dia 12 carros carregados de gêneros alimentícios”. Em vista disso, “o commercio, receioso de novos assaltos sugeridos pelo desespero, pediu urgentemente medidas de segurança ao governador do Estado e ao Federal” (CORREIO DA MANHÃ, 1904, p. 01).

A imprensa local também registrou as ações de furto e saque dos retirantes: “o povo infringiu os seus hábitos de reconhecida fieldade e praticou uma acção reprovada e criminosa, arrombando uma porta do armazém de cereas” dos sócios Vicente Motta & C. e Francisco Antônio M. de Miranda. Como resultado, foi “dalli roubado na noite do dia 11 para 12 do corrente 56 volumes de farinha, milho, arroz e café, únicos que restavam das vendas daquele dia”. O jornal conclama as autoridades a “empregar toda a sua atividade e vigilância afim de que não nos falte, em uma cidade policiada as necessárias garantias e segurança ao direito de propriedade” (O COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03). Dias depois, o mesmo jornal publica que “temos o desprazer de noticiar ataques e investidas de mulheres do povo aos carros de legumes que vem do Porto de S. Antonio para esta cidade”. Esses acontecimentos têm obrigado aos donos de armazéns a fazê-los “vigiar a noite por homens pagos para esse serviço e que de dia mandam em auxilio dos carros de cereais, ameaçados de depredações no caminho” (O COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

A presença e a cooperação feminina nos movimentos de retirantes também ocorreram na província da Paraíba durante a seca de 1888/1889. As ameaças de saques ao comércio e a organização dos sertanejos em torno das questões dos gêneros alimentícios aconteciam em algumas cidades do interior da província. A correspondência do dia 13 de junho de 1889 do termo de Mamanguape evidencia que os “retirantes deixando de trabalhar por alguns dias, e, acossados pela fome, ameaçaram á comissão de socorros públicos; premeditaram um saque aos particulares: tentaram igualmente uma revolta contra a propriedade



alheia, induzida pelo instinto da fome”. A resposta das autoridades foi requisitar o delegado e comandante do destacamento de polícia, o Sr. Tenente Lydio Porto, “e assim se tem portado, achando-se este estado de causas serenado” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 01).

A maior intensidade de ações em massa dos retirantes na província da Paraíba registrados pela imprensa ocorreu entre os meses de junho a agosto de 1889, como mostra outra correspondência da cidade de Guarabira publicada pelo jornal. No último sábado, “a praça da Matriz estava completamente cheia de homens e mulheres. Aquelles marcharam para a casa do juiz de direito e pediram-lhe dinheiro, estas em gritos e assuadas diziam que a rainha lhes tinha mandado muito dinheiro e gêneros e os ricos estavam com eles, sem lhes querer dar” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p.01). Esse evento casa-se muito bem com o discurso oculto dos retirantes e sobre o que James C. Scott chamou de “monarquismo ingênuo”<sup>3</sup>. Por conseguinte, as mulheres procuravam legitimar suas ações (“gritos e assuadas”) na figura da rainha e na responsabilidade do monarca com seu povo, de socorrê-lo em tempos de calamidade.

O digno magistrado “sem força para repelir a agressão, compreendendo a dificuldade em que se achava e os habitantes desta cidade, falou ao povo, exprobando o seu procedimento criminoso”, e com palavras persuasivas acalmou a multidão, “offerecendo-lhes trabalho”. Porém, mais tarde alguns dos “grupos que não queriam trabalho se convidavam para atacar o commercio, matar o juiz de direito a quem atribuem, especialmente, - sua desgraça – gritando que não mais aceitariam salários pequenos – menos de dois cruzados!”. Todavia, o juiz “pôde armar

---

<sup>3</sup> Frederico de Castro Neves utilizou-se dessa expressão de James C. Scott para analisar o discurso oculto dos retirantes acerca de suas ações coletivas nas grandes secas do Ceará. Seriam práticas populares de reverência e consentimento que são colocados em ação pelos camponeses nas suas relações com reis, rainhas e príncipes, e que se estendiam, muitas vezes, aos governantes em geral. Ver NEVES, Frederico de Castro. *O discurso oculto dos retirantes das secas*. Raízes, v. 33, n<sup>o</sup>2, jul-dez/2013, e \_\_\_\_\_. *A Multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relúme Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.



de prompto com homens a vista dos quaes dispersou-se o povo, e com eles se tem mantido a ordem ameaçada” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p.01). Nesse evento, a cooperação entre homens e mulheres do povo, ao pressionarem o juiz de direito da cidade, ocasionou diferentes respostas dos retirantes. Enquanto uns aceitaram as promessas de trabalho, outros não viram com bons olhos, pois sabiam que os salários não eram justos e, assim, saíram pela cidade ameaçando o comércio e até mesmo a vida do juiz de direito da comarca. Parece que a estratégia coletiva de “marcha” até as residências das autoridades competentes era uma prática recorrente nas ações em massa dos retirantes nas grandes secas.

O jornal *Gazeta da Parahyba* publicou em alguns de seus números episódios envolvendo homens e mulheres retirantes nessa seca do final do Império, principalmente relacionados com a fome e os socorros públicos. Todavia, o recém-nomeado presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior<sup>4</sup>, residente na capital da mesma, será por inúmeras vezes o alvo dos grupos de mulheres retirantes. Na edição do dia 30 de julho, noticia-se que o presidente “indo hontem ao Varadouro vio-se azuado com o cerco que lhe fizeram as mulheres retirantes, que tomaram S. Exc. por Francisco de Assis” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p.03). O Varadouro era uma região comercial, onde situava-se o Porto do Capim, principal entrada de vapores e navios. Estava localizado na “Cidade Baixa” e atualmente é considerado um importante centro histórico da capital. Logo, percebe-se que os retirantes se aglomeravam ou procuravam transitar nas áreas próximas ao comércio da capital, pois era mais fácil conseguir esmolas ou pressionar as autoridades por socorros públicos, como foi o exemplo do cerco de mulheres<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Francisco Luís da Gama Rosa Júnior (1851-1918). Nasceu da cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em medicina em 1876, mas construiu sua carreira no jornalismo e na política.

<sup>5</sup> No mesmo número do jornal relata-se que nesta cidade “hontem achava-se quase a falecer de inanição no Veradouro, mesmo em frente a porta do armazém de socorros (!) um retirante que foi socorrido pelo negociante Caetano Daniel de Carvalho” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 03.)



As mulheres retirantes não se dirigiam apenas às autoridades governamentais para conseguir os socorros públicos, através de cercos ou marchas pelas ruas; algumas utilizavam a imprensa local, muitas vezes a de oposição, no processo de denúncia sobre a miséria de suas famílias e como forma de cobrança aos responsáveis pelos auxílios. No dia 30 de julho, um bando de mulheres seminuas e esfomeadas invadiu, às duas horas da tarde, o escritório do jornal e “pediram-nos que fossemos os seus interpretes perante o Exm. Sr. Dr. Gama Rosa afim de que as socorresse e não deixasse que ellas morressem à fome!”. A maior parte dessas mulheres “trasiam ao collo inocentes e magras criancinhas de cujos rostos tinha desaparecido a meiguice da infância para ficar estampado o cunho sinistro da fome!”. Esse grupo de mulheres só os procurou para que pedissem “uma esmola ao delegado do governo imperial, erão em numero de trinta e tantas, acompanhadas de doze criancinhas, a maior parte de peito”, e afirmaram que alguns de seus outros filhos, doentes e esfomeados, “tinham ficado por ahi, por esses antros da miséria, onde ellas se abrigam. [...] É em nome dessas desgraçadas que nós nos dirigimos hoje ao Exm. Sr. Dr. Gama Rosa, pedindo-lhe que as socorra” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 01).

Diferentes das companheiras, outro grupo de mulheres retirantes, talvez por não esperar pela mediação da imprensa para conseguir os gêneros alimentícios, resolveu buscar outra saída mais direta. Assim, no mesmo dia, no Varadouro “um bando de mulheres famintas tentou arrombar o armazém de socorros públicos, e não conseguindo, atacaram os trabalhadores que estavam carregando para a terra [sic.] de uma barçaça” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 02).

A estratégia de mediação através da imprensa local revela uma espécie de força de apoio no diálogo com as autoridades, já que essas, muitas vezes, faziam-se de surdas para com os sertanejos, como também se mostra um instrumento de denúncias dos retirantes sobre a situação de abandono na cidade. Logo, eles entendiam a função política e social que o jornalismo poderia acarretar quando a imprensa abria



espaço para suas falas. Ainda assim, os retirantes não abririam mão de ações diretas e violentas, caso fosse preciso. E foi o que aconteceu nos dias seguintes na capital da Paraíba.

No dia dois de agosto, no Varadouro, as mulheres famintas “atacaram os homens que faziam a descarga de farinha para a Casa Santos Gomes & C<sup>a</sup>., e tomaram 12 saccas do disputado alimento”. Em seguida, dirigiu-se a “turba faminta aos depósitos do governo e começou a apedrejar as suas portas, mesmo nas barbas dos soldados de linha da polícia”, na presença do presidente da província e do chefe de polícia que ali compareceram, sendo a força comandada pelo tenente Lydio Porto. “Um outro bando de mulheres, se não o mesmo talvez, tinha pouco antes procurado defronte do palácio da presidência falar a força com Dr. Gama Rosa”, gritando em altos brados: “quem é o presidente? Apareça que queremos falar. Se não há presidente diga, e cousas iguaes”. A guarda do palácio teve a necessidade de “gritar as armas e calar bayonetas afim de conter esse bando desordeiro que, a pretexto da fome, vae diariamente perturbando o soccego público”. E o mesmo jornal que abriu espaço para as mulheres retirantes escreve que “em quanto a presidência da província não tomar promptas e enérgicas providencias que façam cessar este estado de cousas” (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p.01).

No número seguinte do mesmo jornal, ainda criticava-se a ausência de medidas enérgicas sobre os bandos de mulheres retirantes pelas forças governamentais.

Felizmente o dia de hontem passou-se calmo, parecendo que o Sr. Dr. Gama Rosa descobroi afinal algum meio para conter e contentar a esse povo faminto. No motim de anteontem são unanimes as pessoas que o presenciaram em elogiar o procedimento do Sr. Dr. chefe de policia e do Sr. Tenente Lydio Porto, que com toda a calma e prudência conseguiram manter e restabelecer a ordem publica, e não consentiram que os soldados tocassem em uma só mulher. O Sr. Dr. chefe de policia consentio mesmo que as pobres



famintas se apossassem das saccas de farinha, porque, dizia S. S. queria ver com seus próprios olhos esse desespero da fome! E S. S. vio-o! (GAZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 01)

A evolução do saque e das ações em massa parecia construir uma lógica nessas secas de 1889 e 1904. Primeiro, um grupo de mulheres saqueava os víveres desembarcados no porto; segundo, uma multidão de retirantes marchava pelas ruas em direção à residência dos governantes gritando palavras de ordem, exigindo que aparecessem para conversar sobre os socorros públicos. Logo depois, com ou sem negociação favorável, a multidão dirigia-se para os armazéns de farinha do governo na tentativa de arrombá-los, ou para as áreas do comércio da cidade para novas ações de saques. No episódio específico, o que se destaca é a presença ativa das mulheres em todas as fases da sublevação (ataques, negociação, contra ataques) e a ausência de repressão da força policial.

No dia 22 de julho de 1889, na cidade de Natal, ocorreu um grave conflito entre os retirantes e a força pública no Bairro da Ribeira. Havia seis dias que não se pagava o salário dos trabalhadores retirantes. As vendas recusavam-se a vender a crédito o fornecimento dos alimentos de primeira necessidade. Alguns sertanejos se “achavão impacientes, outros resmungavam com mau humor, os sucessivos adiamentos trazia-os desgostos e não [sic.] talvez imprudentes que disseram palavras de excitação”. Chegou a segunda-feira e anunciou-se o pagamento no horário noturno. A comissão verificou que o dinheiro que dispunha não daria para pagar integralmente a todos e propôs saldar três dos seis dias atrasados. Alguns retirantes aceitaram a proposta, mas outros “pozerão-se a reclamar, a princípio de língua, e depois com valentias mais sólidas e contundentes” (A REPÚBLICA, 1889, p. 02). A comissão encerrou o pagamento e ninguém recebeu praticamente nenhum salário.

Em resposta, os retirantes “jogaram algumas pedradas para a casa do commissario, e começou então o tumulto, que se transformou em um conflito pela intervenção brutal de algumas praças de policia, es-



paldeirando o povo inerme”. A multidão corria por entre as ruas, e as “mulheres e creanças refugiaram-se nos estabelecimentos particulares, que os acolhiam, fechando suas portas com receio do conflicto”. Quando parecia serenada a tempestade, visto que os retirantes estavam se dispersando, “surge maior numero de praças, armadoras de espadas e refes, espancando barbaramente a quem encontrava e até as pobres mulheres e creanças! Foi uma scena selvagem e brutal, que causou geral indignação”. Mais tarde, o chefe de polícia interino percorria as ruas da cidade com um grande número de praças, ficando depois protegendo a casa do delegado de polícia, “a qual parecia um acampamento militar” (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 02).

No dia seguinte a paciência dos trabalhadores retirantes passou por mais uma prova de fome, pois lhes disseram que não havia trabalhos, mas que receberiam os salários. “Conservando-se desanimados pelas calçadas e pela campina de Bom Jesus, sem turgir, nem mugir, muitos quietos e resignados, alimentando-se do sol brilhante e caustico deste dia esplendido, até que sejam chamados os feitores para receber o dinheiro”. Assim se passou o dia inteiro, e a noite ainda se “encontram grupos por receber: dizem-nos que diversas turmas não receberão”. Numa calçada, um grupo de “30 mulheres, 2 dellas com creanças de peito, estacionarão sem comer desde pela manhã até 8 horas da noite quando não tinham ainda recebido o seu salário”. Nos dias 24, 25 e 26 não tinha trabalho no Bairro da Ribeira. Alguns retirantes “abandonarão a capital, desesperados de receber a diária atrasada, outros achão-se em lastimável estado de privações” (A REPÚBLICA, 1889, p. 02).

Essa narrativa da imprensa local sobre o evento do dia 22 de julho reconstrói um pouco do cotidiano de privações, paciência e violência que os trabalhadores retirantes vivenciavam na capital da província do Rio Grande do Norte. Os serviços de melhoramentos materiais na cidade eram a única forma de conseguirem o auxílio dos socorros públicos e, mesmos cadastrados e trabalhando, faltavam verbas para pagar os salários que, basicamente, apenas lhes servia para comprar gêneros de



primeira necessidade. As mulheres e crianças eram as que mais sofriam nesse contexto de miséria, principalmente se estivessem sem a cooperação de maridos ou familiares. O apedrejamento dos armazéns, prédios e residências dos responsáveis pelos socorros públicos parecia ser uma estratégia de intimidação e indignação durante algum momento da evolução das ações em massa. Apesar de saírem feridos e sem salário naquela noite, os retirantes conseguiram uma vitória inusitada sobre o delegado de polícia e comissionado dos socorros: durante a rebelião, ele, “apodegando-se de um grande medo, atirou-se pelo quintal da casa a fora, as carreiras, e infelizmente teve de cair dentro de um barreiro, onde gritava: se sangue fede, estou ferido” (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 04).

Os retirantes pareciam observar durante esses eventos que as verbas destinadas aos pobres eram, de alguma forma, desviadas para outras finalidades (corrupção, por exemplo). Em 1889, um outro elemento viria conferir aos socorros públicos novos significados: as eleições. A utilização dos gêneros como forma de angariar votos e comprar comissões nos distritos eleitorais parecia entrar nas relações de disputas políticas entre conservadores e republicanos na província, fato corriqueiro que a imprensa publicava no segundo semestre de 1889.

Nesta província, os socorros públicos distribuídos – em larga escala e em grandes somas – nos dois districtos eleitoraes, por ocasião do pleito de 31 de agosto, e notoramente accumulados, no segundo círculo, em mãos dos agentes e amigos do governo, por ocasião do segundo escrutínio, continuam a ser empregados em manejos eleitoraes na companhia que d enovo se aproxima-a eleição provincial. Será preciso dizer ainda, com a unção da verdade, que os socorros públicos para tudo têm servido, actualmente, menos para acudir a população faminta flagelada pela seca? Aos retirantes, de feito, não têm aproveitado (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 01)

Telegramas de cidades do interior chegavam para denunciar tais práticas cometidas por comissionados e elites locais, como na comarca de Angicos no dia quatro de agosto.



Até hoje ainda não deram principio aos trabalhos do açude. Dinheiros e gêneros nas mãos de José Theodoro que aguarda a proximidade das eleições afim de applical-os na compra de votos! Indigentes morrendo a fome. [...] A compressão, a violência e a corrupção, por parte dos agentes do poder publico, com o fim imoral de conquistar nas urnas o triumpho de seus candidatos, são factos assombrosos que se manifestam com a maior ostentação e cynismo (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 02)

As comissões de socorros em várias partes da província igualmente estavam vendendo a farinha a preços elevados e de péssima qualidade para os trabalhadores retirantes nessa seca de 1889. Esse fato aparece em reclamações nas cidades de Macau, Mossoró e Macaíba.

De Mossoró recebemos o seguinte que transcrevemos sem comentário: Comissão comprando farinha a 200 reis o litro para os indigentes, quando o governo vende a 160! É que Alexandre Nogueira influencia liberal precisa vender 1.500 saccas! Escandaloso! [...] A comissão de soccoros é explorada por um modo vergonhoso, e os comissários praticam as maiores estorções com os infelizes flagelados da seca. O presidente da comissão, o “bodequeiro” Zeca Caiador (José Alves da Silva)!!! ... é um dos fornecedores de gêneros aos miseráveis retirantes que estão alistados no serviço; este “monstrengo Zeca” obriga aos pobres a receber farinha de 180 reis ao litro quando o preço das outras vendas é de 160 réis (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 03).

[...] Hoje sahiram daqui grandes comboios de farinha para os sertões do Seridó, de seiscentos a mil saccas! Andou por aqui um tal de capitão Pacífico, do Príncipe, com um sacco de patações, de casa em casa procurando trocar por pael (sedulas), e disse que levaria apenas a “bagatela” de 15 contos, e que seguiria mais dinheiro para outros pontos! Para aqui mandaram dinheiro e farinha para as obras da Igreja. Para Poço-Limpo foram 50 saccas de farinha: Para Pedra Branca, 60. Dizem que toda esta farinha foi pagar-se os votos dos “caraduras”. Aqui a bandalheira em negócios de farinha é grossa (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 04).



Esses casos de corrupção e desvios de verbas dos socorros públicos em vários lugares da província acarretavam a falta de pagamento dos serviços nas obras públicas, assim como a demora no início desses trabalhos. Assim, como a distribuição não estava ocorrendo devidamente, aumentava-se a insatisfação dos retirantes pela situação de extrema miséria e pelo descumprimento das medidas de proteção aos pobres.

Não demoraria para que um grupo de mulheres armadas tomasse providências novamente. A cidade de Natal recebeu o seguinte telegrama de Mossoró: “Povo em desespero. Armazéns do governo cheios de farinha. Mulheres armadas de machados atacam depósitos, arrombam portas e tiram farinha. Comissão parece reservar socorros pagamentos de votos” (A REPÚBLICA, 1889, p. 01). Para o redator do telegrama, não seria provável que o grupo de mulheres que arrombaram os armazéns de Mossoró tenha cometido tamanha violência pela exaltação dos “vinhos capitosos de algum banquete lauto: foi sem dúvida a alucinação da miséria, o desvario da fome que lhes armou o braço”. A matéria ainda diz que existiam alimentos em Mossoró: “havia talvez dinheiro, e naquela cidade bem pode existir alguma obra proveitosa em que se ocupassem os braços adventícios” (A REPÚBLICA, 1889, p. 01). No mesmo mês, dia dez de outubro, os retirantes “apertados pela fome atacaram o deposito de farinha que ali havia para socorros, e a destruíram entre si”. A polícia chegou ao local e ocorreu um rápido confronto. Depois do evento, o comissionado Sr. Targino Nogueira “deliberou-se a socorrer o povo”; para ele, “a necessidade não tem lei, e com famintos não se brinca” (O POVO, 1889, p. 03).

Da mesma cidade outros telegramas expedidos para a capital no primeiro semestre de 1889 também expressavam a preocupação com a multidão de retirantes, pois “que ali se achava em perigo a ordem pública pela aglomeração de cerca de 2 mil retirantes”. Segundo dizia-se, foram “taes e tão assustadoras as ameaças, que o commercio prudentemente resolveu fechar suas portas” (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 01). A presidência da província enviou um chefe de polícia com 23 praças no intuito de averiguar a situação no local. Pelo que se consta, os retirantes



exigiam trabalhos e socorros públicos. No dia 11 de setembro, na cidade de Natal, um “grande numero de homens, mulheres e meninos (retirantes, indigentes) reunio-se na frente do palácio, pedindo ao sr. presidente providencias, pois estavam cahindo de fome”, e não lhes davam os “socorros, nem trabalho, e nem se lhes pagava seus salários”. A resposta foi dada pela força pública sobre a multidão reunida para “dispersar o povo, que foi ameaçado pelas janizaros da polícia” (GAZETA DE NATAL, 1889, p. 01). Na cidade do Príncipe (atual Caicó), o jornal republicano *O Povo* publicou na sua primeira edição que “muitos dos indigentes [...] tem vindo ao nosso escriptorio pedir-nos para inteceder por eles perante o integro Governador do nosso Estado” (*O POVO*, 1890, p.03).

Os episódios de ações em massa narrados seguiram até agora uma espécie de economia moral (THOMPSON, 2005) e ética da subsistência (SCOTT, 2013, 1977),<sup>6</sup> pelos retirantes, afinal, os sertanejos estavam assegurando seu direito aos socorros públicos nessas secas através dos saques aos gêneros alimentícios, ao tempo em que a esfera cultural de reciprocidade, costume e justiça popular estava sendo descumprida pelas classes dominantes e seu papel de assistência em momentos de crise. Todavia, nesses conflitos e tensões, as mulheres retirantes desempenharam um papel proeminente na organização das ações coletivas, seja começando os saques ou cooperando ao lado de seus companheiros a partir do desenrolar e evolução das revoltas. Elas também, assim como demais retirantes, utilizaram-se da imprensa como mediadora no diálogo com as autoridades e como veículo de denúncia de funcionários das comissões de socorros públicos.

<sup>6</sup> Para uma discussão acerca desses conceitos consultar, CASTILHO, M. W. V. de. *O conceito de ética da subsistência camponesa em Scott e sua aplicação à realidade de duas comunidades rurais do Nordeste brasileiro*. Interethnic@. Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 3, n. 2, p. 1-10, 20 dez. 2013, p. 01. SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereiro. Lisboa/Portugal: Terra Livre, 2013. \_\_\_\_\_. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London, Yale University Press, 1977. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



## FONTES

- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. A República (RN) 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Correio da Manhã (RJ), 1904.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Diário de Natal (RN), 1904.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco (PE), 1904.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Gazeta de Natal (RN), 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Gazeta da Parahyba (PB), 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. Jornal do Recife (PE), 1904.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. O Povo (RN), 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. O Commercio de São Paulo (SP), 1904.
- COLEÇÃO MOSSOROENSE. O Comércio de Mossoró: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 03.
- COLEÇÃO MOSSOROENSE. O Comércio de Mossoró: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 01.

## REFERÊNCIAS

- CASTILHO, M. W. V. de. O conceito de ética da subsistência camponesa em Scott e sua aplicação à realidade de duas comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Interethnic@. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v. 3, n. 2, p. 1-10, 20 dez. 2013, p. 01
- NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relúme Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- \_\_\_\_\_. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**, v. 33, nº2, jul-dez/2013, p. 71.
- SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução Pedro Serras Pereiro. Lisboa/Portugal: Terra Livre, 2013.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha do Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p. 320.



THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Moral Economy of the peasant**: rebellion and subsistence in southeast asia. New Haven and London, Yale University Press, 1977.



# OS QUEBRA-QUILOS NO SERTÃO DO SERIDÓ: RECONSTRUINDO A SEDIÇÃO ANTIMÉTRICA NA VILA DO PRÍNCIPE ATRAVÉS DAS PÁGINAS DE UM PROCESSO- CRIME (1874-1875)

 João Fernando Barreto de Brito<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O mês de dezembro de 1874 não foi de tranquilidade para as autoridades públicas e policiais da província do Rio Grande do Norte. Os dirigentes locais do interior estavam alarmados com os movimentos populares que invadiram as feiras, casas comerciais, paróquias, residências de juízes e de coletores de impostos. Isto porque o povo não aceitava passiva e resignadamente as novas medidas e pesos decimais instituídos pelo governo imperial. O modelo francês desagradou, bem como o aumento dos impostos sobre os alimentos básicos da população (em especial a carne seca e farinha). O recrutamento militar, que apesar de ser realizado mediante o sorteio a partir de 1874, causava a desconfiança de que somente os nomes de pessoas da arraia miúda estivessem indo para o fundo da cumbuca.

Os Quebra-quilos, nome pelo qual ficara conhecido este que foi o maior movimento popular da segunda metade do século XIX, quebra-

---

<sup>1</sup> Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professor temporário do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN/Assú.



vam balanças, inutilizavam pesos, intimidavam coletores de rendas e juizes, enfrentavam a força pública. Nos jornais, as notícias do Norte chegavam quase que diariamente dando cobertura às ações desses grupos anti-métricos.

Em pouco tempo as agitações já haviam também tomado Pernambuco e Parahyba do Norte, de onde surgira e se espalhara como chamas em um celeiro. Os insurgentes cruzavam as fronteiras provinciais dificultando a perseguição e captura. Estes utilizavam-se sabiamente dos conhecimentos jurisdicionais, quer dizer, dos limites de atuação de cada uma das autoridades policíacas.

Fora dos espaços de representação política, os Quebra-quilos recorriam a ação direta. Segundo Maria Verônica Secreto, estes se valiam de uma lógica baseada na “economia moral sertaneja” (SECRETO, 2011, p. 13), acreditando que suas ações eram legítimas. Assim, destruir os símbolos do novo sistema de pesos e medidas franceses e incendiar as paróquias eram formas de reivindicar e se posicionar contra as medidas impostas de cima para baixo pelo Estado Imperial.

Nosso interesse com o presente artigo não é trazer ao debate os traços gerais dessa revolta<sup>2</sup>, mas reconstituir, na medida do possível,

2 É vasta a literatura sobre o tema. Sua produção começou quase no calor dos acontecimentos e atualmente pode-se perceber novos trabalhos surgindo a partir de novos problemas. A saber: BARMAN, Roderick. *The Brazilian Peasantry Reexamined: The implications of the Quebra-quilo Revolt (1874-1875)*. **HAHR**, v. 57, n. 3, ago. 1977; JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-quilo** – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874. Brasília: Thesaurus, 1977; JOFFILY, Irene Cecilliano Pereira. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1892; LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006; LIMA, Viviane de Oliveira. **Revolutas do Quebra-quilos: levantes populares contra o sistema métrico decimal**. Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2012; MILET, August. **Os Quebra-kilos e a crise da lavoura**. Coleção Resgate, vol. 5, 2º ed. Recife: Global, 1987; MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993; NETTO, Simão Patricio. A Sedição dos Quebra-Kilos. Episódio sobre o levante ocorrido na cidade de Areia, lido pelo autor na sessão de 30 de Agosto de 1925, no Instituto Historico e Geographico Parahybano. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno VI, Vol. 6, 1928, p. 65-74; OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de. **A matutice ser-**



tais manifestações ocorridas na Vila do Príncipe (hoje cidade de Caicó/RN). Nossa metodologia será a análise discursiva do processo criminal aberto para o julgamento dos envolvidos nos movimentos antimétricos na referida vila. Investigaremos os discursos dos depoentes a fim de remontar parte dos eventos que tiveram como palco a Vila do Príncipe entre os dias 5 e 12 de dezembro de 1874.

## O JULGAMENTO

Só apenas em 5 de abril de 1875, na vila do Príncipe, foram intimadas testemunhas e os “cabeças” do movimento a comparecerem à câmara municipal no dia 19 daquele mês. Antônio Aladim de Araújo, promotor público local, desejava esclarecer os fatos e punir os responsáveis pelos distúrbios na feira e nas casas de comércio da cidade sucedidos entre os dias 5 e 12 de dezembro de 1874.

Aladim reclamava ao juiz da comarca do Seridó, Antônio Serrano de Andrade, das autoridades policiais da região em relação à morosidade com que eram realizadas (ou não) as buscas e apreensões dos agitadores Quebra-quilos. Segundo o promotor público daquela comarca, até o dia dois de fevereiro de 1875, não se procedeu “á dilligencia, alguma, a fim de se formar culpa aos sediciosos que tomaram parte nos movimentos de 5 e 12 de dezembro do anno passado” [LABORDOC, Pro-

---

**taneja e paraibanidade do IGHP na obra “Quebra-quilos”, de Geraldo Irineo Joffily.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba/UEPB: Campina Grande, 2016; RICHARDSON, Kim. **Quebra-quilos and Peasant Resistance: Peasants, Religion, and Politics in Nineteenth-Century Brazil.** Tese de Doutorado em História, Texas: Texas Tech University, 2008; ROSADO, Vingt-um. **O motim das mulheres, um episódio do Quebra-quilos.** Volume CLVII, Mossoró: Coleção Mossoroense, 1981; SECRETO, Maria Verônica. **(Des)medidos – A revolta dos Quebra-quilos (1874-1876).** Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011; SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império.** São Paulo: Ed. Nacional, 1978; BRITO, João Fernando Barreto. **Quanto pesa o quilo? A adoção do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte agrário (1862-1875).** 2020. 349 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Etc.



cesso Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 3]. Aladim receava que os revoltosos ficassem impunes pelos atos que cometeram.

Jozé Baptista de Mello, delegado de polícia do Seridó, afirmava não poder realizar o inquérito em virtude de ter dúvidas em como procedê-lo. Indagava-se o delegado em como realizá-lo já que se haviam transcorridos mais de cinco dias após os crimes, o que ultrapassaria a orientação da disposição do art. 42 §7 do Novo Regulamento Judiciário; ou do art. 38 da mesma lei em que se versava sobre a abertura do inquérito logo depois do fato criminoso.

O delegado Jozé Baptista de Mello nada fez a respeito até março de 1875 (SECRETO, 2011, p. 106). Antônio Aladim de Araújo desconfiava de sua “má vontade” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 3] ou de sua incapacidade para realização do supracitado inquérito. A promotoria já havia orientado Jozé Baptista de Mello e este não havia seguido a recomendação de dar início imediato as investigações. Após quase um mês de orientações e pressões por parte da promotoria pública, em 1º de abril, foram intimadas as “testemunhas para deporem às 9 horas da manhã” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 7], na casa do mesmo delegado, na vila do Príncipe.

Foram arroladas num primeiro momento oito testemunhas que compareceram à casa do delegado Jozé Baptista de Mello. Estas responderam ao juiz municipal Thomaz Baptista de Araújo sobre as agitações dos dias 5 e 12 de dezembro de 1874.

A respeito do dia 5 de dezembro de 1874, o negociante Joaquim Francisco de Vasconcellos apresentou em sua narrativa elementos que se reproduziram nos demais testemunhos: a ação de um pequeno grupo liderado por João Lopes de Araújo, do pedreiro Francelino, do sapateiro Ângelo e de Roque Delfino, os quais invadiram o mercado público e casas comerciais inutilizando balanças e exemplares do SMD [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 9]. Além disso, foi comum às falas dos depoentes observar que a intenção destes era destruir a documentação contida no arquivo da câmara mu-



nicipal. Contudo, tal intento não veio a se concretizar em virtude das recomendações do coronel José Bernardo de Medeiros<sup>3</sup>, proeminente figura política local, assim como havia preceituado a circular emitida pelo presidente provincial Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena (APEJE, Coleção Ofícios Diversos, pasta D II-30, 1874, p. 26f).

Outro ponto que merece problematização é quanto ao número de pessoas envolvidas nestes primeiros distúrbios. As testemunhas divergiram em relação a um número exato. O fiscal da câmara e negociante, Manoel Theodosio de Lucena, afirmou que João Lopes e Francelino estiveram acompanhados no momento das agitações por “uma porção de meninos e mulekes” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 10]. Já Manoel Severiano de Brito, empregado público nesta cidade, diz ter sido “um grupo de dez a dose pessoas mais ou menos” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 11]. Na visão de Joaquim Gervásio Diniz, caixeiro da citada freguesia, “João Lopes, Francelino e Roque, [foram] acompanhados de uma porção de meninos” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875,

<sup>3</sup> De acordo com o professor Renato Amado Peixoto do departamento de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, “José Bernardo de Medeiros, conhecido como bispo do Seridó, nasceu na fazenda Carnaubinha, hoje no município de São João do Sabugi e então no município da Vila Nova do Príncipe, atual Caicó (RN), no dia 20 de agosto de 1837, filho de João Filipe de Medeiros e de Joana Porfíria de Medeiros, pequenos proprietários rurais. [...] Aos 13 anos seguiu para Vila Nova do Príncipe, onde começou a aprender latim na escola mantida pelo padre Francisco de Brito Guerra, líder político da região do Seridó, que fora deputado e depois senador pela Província do Rio Grande do Norte. [...] Nomeado subdelegado de polícia do distrito de Vila Nova do Príncipe em 1859 e, no ano seguinte, administrador da Mesa de Rendas, ainda em 1860 elegeu-se vereador à Câmara Municipal local, vindo a presidir-la. Seria reeleito três vezes. Paralelamente à trajetória política, foi nomeado suplente de juiz municipal em 1861 e coletor provincial em 1862. Foi eleito deputado provincial na legenda do Partido Conservador para o biênio 1868-1869, mas na década seguinte transferiu-se para o Partido Liberal, seguindo a liderança de Amaro Cavalcanti. Na nova legenda, foi eleito sucessivamente para os biênios 1878-1879, 1880- 1881, 1882-1883 e 1884-1885. [...] Em 1904 adoeceu gravemente, retirando-se da vida pública. Faleceu na fazenda Solidão, em Caicó, em 15 de janeiro de 1907”. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDO,%20Jo%C3%A9.pdf>>. Acessado em 7 de abril de 2020.



p. 14]. A imprecisão quanto ao número de pessoas marcou a fala de todas as testemunhas sobre os ataques do dia 5 de dezembro na vila do Príncipe.

Outra narrativa também nos chamou bastante atenção durante os testemunhos apresentados ao juizado de direito da vila do Príncipe. Segundo o coronel José Bernardo de Medeiros, criador e fazendeiro da região, além de afirmar que tal grupo não excedeu a cinco pessoas, demarcou certo distanciamento social em relação aos sediciosos, argumentando que “não reconhecia verdadeiros cabeças em nenhum dos movimentos, por isso que, as pessoas que aparecerão em qualquer um deles serão tão sem significação que não sabião mesmo o que querião” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 13-14]. Em outras palavras, na visão senhorial do coronel Medeiros, estes não tinham nenhuma importância porque eram pessoas pobres, sem cabedal, *sem significação*, portanto não eram merecedoras de serem ouvidas quanto aos seus reclamos ou protestos.

Mas afinal de contas, teria João Lopes iniciado por conta própria aquela sedição? O que o levou a se mobilizar? De acordo com a testemunha Manoel Severiano de Brito, este fato poderia ter relação com a chegada do pernambucano Manoel Sabino da Costa à vila do Príncipe. Logo que fixou residência e uma casa comercial na referida localidade, Sabino, conforme Brito, expôs “os factos sediciosos que se estavam praticando na Província da Parahiba, e que o Governo estava sendo dismoralizado, levando lama na cara, e que o remedio era fazer uma capitulação [negociação ou acordo]” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 12].

A fofoca e o boato cumpriram um importante papel de propagandear o movimento Quebra-quilos iniciado em Fagundes<sup>4</sup>. Talvez sem

---

<sup>4</sup> Vale lembrar um dos episódios mais marcantes e engraçados da revolta antimétrica ocorreu no primeiro quebramento de pesos e medidas na vila do Fagundes, próximo pouco quilômetros de Campina Grande/PB. Naquela ocasião, em virtude da truculência das autoridades policiais, as quais desejosas em obstar os protestos dos comer-



querer ou mesmo intencionalmente, as notícias de descumprimento à lei métrica e do não pagamento dos impostos da municipalidade ganharam os ouvidos, bocas e mentes daqueles que frequentaram o boteco do senhor Manoel Sabino, semanas antes dos primeiros distúrbios em Príncipe. Não seria absurdo supor que esses mexericos estimularam a imaginação de indivíduos prejudicados pelas mudanças dos pesos e medidas.

Mesmo que essa fofoca não tenha sido a motivação primeira para mover João Lopes a uma revolta contra as determinações legais do governo imperial, temos que levar em consideração que, parte da população tomavam as medidas do governo - especialmente em relação aos impostos e ao uso do SMD - como arbitrárias e ilegítimas. Isto contribuiu de forma decisiva para que as manifestações ocorressem. O sucesso dos revoltosos na província vizinha Parahyba do Norte também pode ter seduzido algumas pessoas a se levantarem contra o governo. Apesar de disseminar as notícias, o que sabemos é que Sabino não tomou parte alguma nos movimentos e teve, inclusive, seu negócio atacado por sediciosos. No fim das contas, Sabino era apenas mais um fofoqueiro.

Em relação aos quebramentos do dia 12 de dezembro, as oito testemunhas não divergiram quanto aos acontecimentos. São mencionadas nos relatos a invasão da casa de comércio e a destruição de exemplares do SMD de estabelecimentos comerciais por uma multidão armada com cacetes (porretes). Manoel Alves do Nascimento afirmou que viu quando no mercado, “apanharão as medidas dentro do quarto cheias de sal e as

---

ciantes que se recusavam a utilizar os novos pesos e balanças francesas, bem como se negavam ao pagamento dos impostos aos coletores locais, um rebolo de rapadura foi arremessado com grande força por João Carga d'Água e atingiu em cheio a cabeça do capitão da polícia de nome Peixoto. Estava armado ali o início da revolta Quebra-qui-los. Ao tempo em que se ridicularizava a imagem das forças policiais, mais pessoas descontentes eram encorajadas pelos boatos e fofocas que expunham a resistência do povo aos abusos do governo a se posicionarem contra o novo sistema de pesos e medidas. As feiras seriam os principais palcos dos revoltosos em vilas e cidades do interior de províncias como a Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.



quebrarão no meio do Commercio; insultando Jacinto ao povo para não pagar direito algum” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 9]. Aquela não era uma simples agitação contra o comércio local, mas também contra os impostos da municipalidade e a lei imperial que instituiu o uso obrigatório do sistema métrico decimal francês.

Consta nestes mesmos autos que naquele dia a casa do comerciante e escrivão da coletoria de rendas, Luiz José dos Santos Rubim, foi também alvo da multidão. Na ocasião, este teve sua porta arrombada por revoltosos que se utilizaram de pesos do SMD subtraídos de ações anteriores. Ali os sediciosos desejavam obter os livros da coletoria, mas foram impedidos por particulares, dentre eles o Tenente Francisco Guedes do Nascimento, que feriu um dos manifestantes. Isto fez o grupo declinar de sua investida.

Percebamos que por trás daquela ação havia um conhecimento a respeito da pessoa de Luiz José dos Santos Rubim. Os manifestantes sabiam que Rubim (por ser ele o próprio escrivão) poderia ter conduzido a documentação da coletoria até a sua casa na intenção de preservá-la. Rubim temia e previa o arrombamento dos agitadores na coletoria de rendas, já que não era segredo que outras ações de grupos Quebra-quilos já mencionavam que os coletores e coletorias eram alvos recorrentes dos sediciosos. Portanto, a suspeita de Guedes e sua antecipação aos fatos que não tardaram a acontecer não eram sem motivos.

Em relação ao número de participantes nos ataques do dia 12, não há uma concordância. As testemunhas divergem bastante, podendo variar entre 20 a 80, conforme os relatos: “vinte ou mais” ([LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 25]., “trinta e tantos homens mais ou menos” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 15], “quarenta a cinquenta homens” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 16], “cinquenta ou mais” e “oitenta pessoas mais ou menos” [LABORDOC, Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875, p. 12]. A imprecisão nos revela o quanto é delicado lidar com relatos orais, o que certamente deu bastante traba-



lho ao juiz Thomaz Baptista de Araújo. Apesar da confusão no que diz respeito ao quantitativo de sediciosos, não se negou, porém, que tais indivíduos foram liderados pelos cabeças, José de Martins de Souza e Silva, Pedro Antônio de Queiros Cavalcante, Vicente Ferreira dos Santos, José Honório de Queirós e Joaquim Gil Brás de Azevedo.

Em dia 10 de maio de 1875, realizou-se o auto de qualificação na câmara municipal da vila do Príncipe. Todos os cabeças estiveram presentes. Durante os dias 11 e 12 do mesmo mês, mais testemunhas foram interrogadas. Estas basicamente confirmaram o que disseram as primeiras testemunhas. Parecia que a sorte não andaria mais ao lado dos réus.

Tabela 1 – Perfil Dos Acusados De Serem Líderes Do Quebra-Quilos - Fonte: Processo-crime, vila do Príncipe – Labordoc, Cota Antiga, “Quebra-Quilos” – 1875

Nome	Idade	Est. Civil	Profissão	Instrução	Origem
Pedro Antonio de Queirós	49	Casado	Criador	“ler e escrever”	RN
Vicente Ferreira dos Santos	56	Casado	Criador	“ler e escrever”	RN
José M. de Souza e Silva	46	Solteiro	Agricultor	“ler e escrever”	PB
José Honório de Queirós	40	Casado	Agricultor	“ler e escrever”	RN
Antônio Joaquim de Faria	28	Casado	Criador	“ler e escrever”	RN
Joaquim Gil Braz de Azevedo	26	Solteiro	Criador	“ler e escrever”	RN
José Vicente de Queirós	27	Casado	Criador	“ler e escrever”	PB

Fonte: (MEDEIROS, 2003, p. 66)

Em 14 de maio era chegada a hora dos réus responderem às indagações do juiz municipal Thomaz Baptista de Araújo. Nenhum deles assumiria a culpa pelos quebramentos. Questionados os réus se conheciam as testemunhas que depuseram contra eles, responderam de modo geral que todos eram conhecidos dos acusados. A exceção ficou por conta de um jovem soldado de 21 anos, de nome Manoel Joaquim Frutuoso, que fugiu por medo dos sediciosos nos ataques do dia 5 e aquartelou-se no dia 12, apesar de ter ciência dos distúrbios na cidade. Quanto a defesa dos citados cabeças, nenhum deles se pronunciou, reservando esta ação ao advogado.



Os autos conclusos da sedição foram pronunciados pelo juiz à promotoria pública no dia 14 de maio de 1875. Antes disso, justificou-se o caminho percorrido para que o indiciamento fosse concluído. Segundo Thomaz Baptista de Araújo, partir da confrontação dos depoimentos dos inqueritos policiais com os coligidos na formação de culpa, verificou-se a não criminalidade das pessoas citadas como réus no referido processo-criminal. Isso mesmo!

Entendeu-se que a denúncia contra os acusados de agitação no dia 5 de dezembro de 1874, não reuniu elementos suficientes para que fossem punidos pelo crime de sedição. O juizado alegava que não se juntou mais de vinte pessoas, como estava prescrito no art. 111 do código criminal do Império (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL. Lei de 16 de dezembro de 1830, capítulo III “sedição”, art. 111 e art. 112), bem como os denunciados não lograram êxito na consecução da destruição dos arquivos da coletoria de rendas e da câmara municipal, de maneira que em solicitação de algumas autoridades públicas declinaram suas intenções. Os ataques ao comércio foram vistos por esse mesmo juizado como uma manifestação contrária ao comércio.

Como bem observou Verônica Secreto, Thomaz Baptista de Araújo considerou que os crimes praticados pelos réus se enquadravam no *crime de dano* aos particulares, previsto no art. 266 do código criminal (SECRETO, 2011, p. 112). Logo, por mais que os acusados de envolvimento nos quebramentos do dia 12 de dezembro fossem numerosos, talvez ultrapassando o mínimo de 20 pessoas para que se confabulasse uma sedição, estas não foram julgadas como sediciosas. Além disso, alegou o citado juiz que não se descumpriu o art. 111, particularmente o que versa sobre o impedimento da “posse do empregado público, nomeado competentemente, e munido de título legítimo; ou para o privar do exercício do seu emprego; ou para obstar á execução, e cumprimento de qualquer acto, ou ordem legal de legitima autoridade” (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL. Lei de 16 de dezembro de 1830, capítulo III “sedição”, art. 111 e art. 112).



Findo o processo, a ordem e a tranquilidade pública voltaram à normalidade. O Estado voltava a ter o controle sobre os negócios. Os coletores e aferidores saíam as ruas. Os pesos e balanças do novo sistema já podiam ser vistos nas bancas e casas comerciais da vila do Príncipe. O movimento Quebra-quilos que se tracejou análogo aos dos irmãos paraibanos, ao cabo foi finalizado pelas autoridades locais como um desenho sem expressão, apenas uma manifestação de gente pobre contra negociantes e particulares locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na venda do bodegueiro Manoel Sabino da Costa, fofocas, mexericos e conversações eram a ordem dos dias. Ali, o proseado sobre os acontecimentos nas províncias vizinhas tinha vez e hora. As fofocas cumpriam uma importante função informativa e de inclusão social para determinadas pessoas, uma vez que a maior parcela da população no Império era analfabeta. Dessa maneira, os mexericos e conversas à beira dos balcões dos botecos e casas comerciais ou das bancas das feiras poderiam representar o acesso de uma pessoa iletrada ao mundo dos jornais por meio de uma simples conversa com um leitor disposto a fofocar. Acreditamos que isto aconteceu com grande frequência na venda de seu Manoel Sabino.

Outro elemento curioso e que merece ser problematizado diz respeito ao grau de instrução dos sediciosos julgados. Todos os sete indivíduos processados pela justiça em Príncipe responderam que sabiam “ler e escrever” (MEDEIROS, 2003, p. 52), sendo dois agricultores e cinco criadores, dentre os quais dois deles de origem paraibana. Os acusados de “cabeças de sedição” demonstraram ser aptos a ler, escrever e repassar para pessoas analfabetas acerca do conteúdo dos panfletos provenientes da Parahyba do Norte, por exemplo, os quais foram distribuídos pelo interior do Rio Grande do Norte com a clara intenção de instigar a população a participar da sedição (MEDEIROS, 2003, p. 52). Esta circu-



laridade de pessoas e ideias nos interessa, uma vez que constitui uma nova forma de verificarmos as estratégias utilizadas pelos Quebra-quilos: a formação de redes entre pessoas de diferentes províncias.

O interessante trabalho monográfico de Paulo Herôncio acerca do movimento Quebra-quilos na vila do Príncipe elenca um caso peculiar. João Lopes de Araújo, apontado igualmente acusado de ser *cabeça* da revolta, não figurou nos autos de qualificação deste processo. Apesar das buscas e pesquisas procedidas no intento de encontrá-lo, em fontes e bibliografias sobre o referido tema, não obtivemos êxito. Entretanto, isto não nos impede de refletirmos sobre o fato de João Lopes de Araújo ter sido “apagado” dos autos do processo. A hipótese de Lopes ter sido absolvido por não ter participação nos atos nos parece descartável, já que as testemunhas do processo o apontam como cabeça da sedição. Não há indícios de que ele seja uma pessoa abastada ou influente na cidade, pois nos autos não consta nenhuma referência a sua condição social, embora residisse na cidade do Príncipe.

Segundo Paulo Herôncio, “todos os acusados constituíram o Dr. Manoel José Fernandes<sup>5</sup> seu advogado, através de Procuração Pública, para os defendê-los da acusação de crime de sedição” (MEDEIROS, 2003, p. 67), ou seja, se não houve o auto de qualificação de João Lopes significa que este não utilizou, ou talvez nem teve condições financeiras (ou apadrinhamento) a fim de que pudesse ser representado pelo citado

---

<sup>5</sup> Segundo o historiador Anderson Tavares de Lyra, Manoel José Fernandes tornou-se bacharel em 1861, exerceu o cargo de deputado provincial entre os anos de 1862 e 1863. Fernandes se destacou na vida política, tanto que fora convidado a assumir o cargo de desembargador pelo então governador do Rio Grande do Norte Joaquim Ferreira Chaves no ano de 1892, do qual declinou da proposta, sob a justificativa de não querer abandonar sua fazenda. O senhor de terras Manoel José Fernandes tinha em sua rede de amigos o notável e influente política Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Todas essas informações nos fazem crer que a proteção aos Quebra-quilos na vila do Príncipe talvez não tenha sido um ato de bondade, mas que interesses políticos ou mesmo estivesse em jogo sua postura paternalista diante dos acusados. Senhor ou não, que a rede de proteção estava entrando em cena, reafirmando as relações de domínio. Disponível em: < <https://xdocs.com.br/doc/historia-e-genealogia-o-juiz-que-recusou-ser-desembargador-vod4pl6melo6>>. Acessado em 05 de abril de 2021.



advogado. Esta hipótese nos parece viável tanto quanto a possibilidade de fuga. Para além das tentativas de elucidar este caso, temos que sublinhar, a presença de advogados que trabalham para a proteção dos sediciosos, o que revela o interesse de sujeitos influentes na sociedade que simpatizavam com a causa dos revoltosos. Neste sentido, o promotor público Antônio Aladim de Araújo denunciou que os graves crimes ficariam “apadrinhados e abafados pelo patronato sem concorrerem os termos que a lei reconhece” (MEDEIROS, 2003, p. 68).

Por fim, os Quebra-quilos da Vila do Príncipe saíram ilesos das acusações. Seja por uma mentalidade dos dirigentes políticos da época, reproduzidas no Código Criminal do Império (1830), que desconsideravam a capacidade das pessoas pobres se articularem enquanto sujeitos ativos politicamente, quer dizer, o “zé povinho” sempre era considerado massa manobrada; ou pelos interesses de pessoas de cabedal que simpatizavam com o movimento e que também não aprovaram as mudanças no sistema de pesos e medidas<sup>6</sup>. Consideramos que as ações dos grupos Quebra-quilos continuariam a repercutir por vários anos no citado lugar, tanto que pela força do costume se mantiveram por longos anos nas feiras as antigas medidas (como as cuias e libras), à revelia das determinações oficiais

---

<sup>6</sup> Em minha tese problematizo vários exemplos de indivíduos abastados que participaram diretamente ou indiretamente nas ações dos Quebra-quilos, dentre eles juizes, militares, senhores criadores, dentre outros. Neste sentido pode-se consultar uma tabela demonstrativa da participação de pessoas de cabedal a partir da classificação de seus ofícios. BRITO, João Fernando Barreto. **Quanto pesa o quilo?** A adoção do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte agrário (1862-1875). 2020. 349 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 171.



## REFERÊNCIAS

APEJE. Coleção Ofícios Diversos, pasta D II-30, 1874, p. 26f. Comunicação do juiz de direito da comarca de Pão D'algo (PE), Joaquim Pires, ao presidente da Província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena, em 2 de dezembro de 1874.

BARMAN, Roderick. The Brazilian Peasantry Reexamined: The implications of the Quebra-quilo Revolt (1874-1875). **HAHR**, v. 57, n. 3, ago. 1977.

BRITO, João Fernando Barreto. **Quanto pesa o quilo?** A adoção do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte agrário (1862-1875). 2020. 349 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-quilo** – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874. Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, Ireneo Cecilliano Pereira. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1892.

LABORDOC/Fundo da Comarca de Caicó/1º Cartório Judiciário/Diversos/Caixa n. 7. Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo),1875 (Cota antiga).

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilo em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

LIMA, Viviane de Oliveira. **Revoltas do Quebra-quilos: levantes populares contra o sistema métrico decimal**. Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2012.

LYRA, Anderson Tavares de. Sobre Manoel José Fernandes. Disponível em: < <https://xdocs.com.br/doc/historia-e-genealogia-o-juiz-que-recusou-ser-desembargador-vod4pl6melo6>>. Acessado em 05 de abril de 2021.

MEDEIROS, Paulo Herônimo de. **Quebrando tradições: criminalidade e revolta do Quebra-quilos no seridó em fins do século XIX**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CERES, Caicó, 2003.

MILET, August. **Os Quebra-kilos e a crise da lavoura**. Coleção Resgate, vol. 5, 2º ed. Recife: Global, 1987.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Ed. Brasiliense,1993.

NETTO, Simão Patricio. A Sedição dos Quebra-Kilos. Episódio sobre o levante ocorrido na cidade de Areia, lido pelo autor na sessão de 30 de Agosto de 1925, no Instituto Histórico e Geographico Parahybano. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno VI, Vol. 6, 1928, p. 65-74.



OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de. **A matutice sertaneja e paraibanidade do IGHP na obra “Quebra-quilos”, de Geraldo Irineo Joffily**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba/UEPB: Campina Grande, 2016.

PEIXOTO, Renato Amado. Verbetes sobre José Bernardo de Medeiros. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDO,%20Jos%C3%A9.pdf>>. Acessado em 7 de abril de 2020.

RICHARDSON, Kim. **Quebra-quilos and Peasant Resistance: Peasants, Religion, and Politics in Nineteenth-Century Brazil**. Tese de Doutorado em História, Texas: Texas Tech University, 2008.

ROSADO, Vingt-um. **O motim das mulheres, um episódio do Quebra-quilos**. Volume CLVII, Mossoró: Coleção Mossoroense, 1981.

SECRETO, Maria Verônica. **(Des)medidos – A revolta dos Quebra-quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011.

SENADO, Brasil. Código criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de dezembro de 1830, capítulo III “sedição”, art. 111 e art. 112. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acessado em 28 de junho de 2016.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.



# A DESORDEM NO SERTÃO PELA ÓTICA DA IMPRENSA: VIRILIDADES POPULARES ENTRE AS NOTAS POLICIAIS DA IMPRENSA DE CAXIAS-MA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

 Lais Isabelle Rocha de Souza<sup>1</sup>

 Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui se desenha tem escopo, atos de violência cometido por homens em Caxias-MA no início da República e eram retratados em jornais. Nesse caso, nos debruçaremos sobre a análise dos discursos jornalísticos acerca de atos de violência cometidos por esses homens para assim entender a constituição da masculinidade no período.

Desse modo, é válido mencionar, que tais aberturas para os estudos das masculinidades e as questões de gênero, se tornaram viáveis, em vista as necessidades de compreensão do homem e sua dinâmica em vários contextos históricos.

Além dessas prerrogativas, outro elemento que se torna possível a essa abertura dos diálogos no campo da história, é o uso de periódicos como fonte documental possível, e as escalas de observação e análise

---

<sup>1</sup> Graduanda em História CESC-UEMA, Bolsista PIVIC/UEMA. E-mail. rochaisabelle-souza@outlook.com

<sup>2</sup> Professor. Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Caxias. Doutor em História Social da Amazônia – UFPA. E-mail: <noskcajzaionnel@gmail.com



que podemos acrescentar em nossas pesquisas, como por exemplo, o uso da Micro História, onde nos leva a compreender aspectos do cotidiano com mais proximidade, como por exemplo, o que nos propomos nesse texto, em relação ao cotidiano de Caxias e os sujeitos sociais existentes e fatores das suas tramas.

Estabelecido isso voltamos à contextualização que é fundamental para a compreensão do espaço e tempo da pesquisa, a Primeira República ou a chamada República Velha, um recorte da história do Brasil repleto de transformações. É um período de mudanças, carregadas de transformações políticas, econômica e principalmente culturais (CARVALHO, 2000). Um momento, onde se percebe inserção de novos hábitos, mas que não estabelece um rompimento com os tempos do império, mas uma convivência entre o antigo e o novo. Nota-se, um crescimento urbano, e o reforço do conceito de moderno dentro do regime republicano que buscava se estabelecer naquele momento. Como foi falado houve muitas mudanças culturais, o que poderia ser visível uma série de hábitos, costumes, elementos que serviram para formar a representação do “novo”, como também de sujeito novo, abrindo precedentes para se projetar a ideia de sujeito conforme “os padrões republicanos”, que por sua vez, deveria estar imbuída dentro dos padrões de ordem, higienização, civilização.

Mas, é claro que essa modernização não se restringiu aos grandes centros do país, pois será possível identificar que tais comportamentos também seriam incorporados, pelos sujeitos em diversos espaços, como os estabelecidos distantes dos grandes centros, como as capitais. Um exemplo, que podemos citar é o caso da cidade de Caxias, localizada a 364, 4 km da capital São Luís, que buscou incorporar novos hábitos, ou os ditos hábitos republicanos mencionados anteriormente. Tal primazia se embasava, pelo dito reordenamento urbano, como também pelos símbolos da chamada modernidade, a chegada das indústrias, fatores que poderia tornar a cidade como “a urbe civilizada”. “Com a República, tais configurações construíram-se, simbolicamente, em São Luís, como



uma cidade moderna: burguesa, progressista e materialista. Nesse sentido, civilização e progresso, palavras tão proferidas durante as celebrações”. (SOUZA, 2010, p. 435). Posto que, São Luís era a representação do Maranhão inteiro para o resto do país, além dessa mudança estrutural o ideal republicano de pessoa precisava ser implantado e disseminado no restante da província.

Isso nos leva ao espaço principal de nossa pesquisa, que é Caxias-MA no período descrito anteriormente, nesse momento o advento das fábricas e as linhas férreas, tornando a cidade em um ambiente fabril, fato considerado marca da modernidade. A intensa atividade fabril, principalmente da indústria têxtil era de grande relevância para o comércio local, Caxias também se encontrava em uma boa localização, banhada pelo Rio Itapecuru tinha o escoamento de produtos e o transporte de pessoas pela via fluvial (PESSOA, 2009) e a cada dia que se passava a cidade se adaptava a uma nova dinâmica, encantando os cidadãos com o progresso e a nova civilidade implantada com a República.

Percebe-se que era desejo da elite local que novas tradições e costumes fossem criados e incutidos na população para assim educá-los, sem romper com algumas tradições antigas dos aristocratas. Essa nova necessidade de formar uma sociedade ordenada seguindo os padrões republicanos tinham um desafio a ser superado, que era denominado pela Igreja, Estado e a classe medicante como “classe perigosa” que era formada pela classe popular que agia fora dos novos padrões (SANTOS, 1995). Detalhes que seguiremos nas próximas linhas para identificarmos que eram esses sujeitos, que proviam a da chamada desordem, segundo o discurso da época.

## VIRILIDADES POPULARES NA IMPRENSA DE CAXIAS

Em seu livro *CRIME E COTIDIANO: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, Boris Fausto, estabelece dois conceitos importantíssimos para a proposta da pesquisa, esses conceitos são: de “criminalidade” “[...]”



se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da construção de regularidades e cortes [...]” (FAUSTO, 2000, p. 9) e logo depois, diz que “crime”, “[...] diz respeito ao fenômeno de sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.” (FAUSTO, 2000, p. 9).

Mas, quem era punido pelas transgressões? Certas posturas somente são punidas se o criminoso fizer parte da classe pobre; “[...] basta pensar na embriagues, contravenção aplicável apenas aos indivíduos pouco respeitáveis, pois os demais não são bêbados, mas pessoas “tocadas” ou “um pouco altas” (FAUSTO, 2000, p. 18).

Com o entendimento dessa perspectiva, podemos nos atentar a alguns conceitos de crimes bastaste frequente na época e que antes não tinha visibilidade não era comuns jornais noticiarem com tanta frequência crimes, mas na virada do século do XIX para o XX a imprensa naturaliza os crimes. Nesse caso, devemos buscar compreender como eram percebidos os crimes e as suas variantes durante a Primeira República.

Na sua concepção da linguagem jurídica, a criminalidade consistia/e em uma infração ao Código Penal, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exercendo uma atividade de amplo controle social (FAUSTO, 2000). Nesse caso, existia uma enorme diferença entre o número de presos e o número de processos, dessa forma podemos perceber as prisões como elemento de controle social, às vezes ocorria de ser realmente um crime o motivo da detenção, porém era deixado de lado devido a sua pouca importância. Essas prisões controversas mostram a preocupação com a ordem pública, que eram infligidas por vadios que não obedeciam à ordem do trabalho, ou era contra o padrão de homem ideal do período, ou eram suspeitos (ou seja, classe pobre).

A desordem segundo o autor “[...] vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa; a



embriaguez se aproxima da desordem, na medida em que reflete como está uma preocupação com o comportamento das pessoas em público [...]” (FAUSTO, 2000, p. 35), trecho esse que veio a luz para podemos refletir sobre a repressão de crimes públicos. Assim, ao retornarmos, ao Código Penal de 1890, o mesmo previa que punição a desordem se for associado à vadiagem, por exemplo, seria entendido como a criminalização de uma atitude para reprimir uma classe social. Por esse crivo, nos últimos anos do século XIX, a vadiagem teve um destaque, pois “[...] passam a representar uma categoria à parte de contraventores, o viveiro da delinquência, seres dotados de atrevimento, astúcia e maldade [...]” (FAUSTO, 2000, p. 40), para reprimi-los a prisão era a principal saída.

Dessa, forma, cabem salientar, as ponderações de Boris Fausto, sobre o conceito de homicídio para Fausto;

O homicídio é a ação humana mais uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades. O alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirija, pode variar, porém a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime uma vida. (FAUSTO, 2000, p. 92)

O homicídio é muitas vezes um ato explosivo que não teve planejamento, aconteceu determinada situação que levou a excessos que foram ao extremo de matar um ser humano, tanto que a criminologia afirma que o agressor geralmente tem alguma relação com a vítima.

Um fator que abriu precedente, para a inserção do saber médico, para auxiliar, por exemplo, na compreensão dos atos considerados como homicídios, por exemplo, que segundo Fausto, a partir da leitura do Código Penal de 1890 “[...] estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no ato de cometer um crime.” (FAUSTO, 2000, p. 98), era uma justificativa plausível para justificar um crime tão perverso.

Nesse caso, o Código Penal de 1890 é mais próximo do tratamento contemporâneo que é dado à loucura, pois não é deduzido de ime-



diato que essa é perigosa permanentemente. Os criminosos nesse caso seriam portadores de uma inferioridade bioquímica, em um processo hereditário que tendia sempre a aumentar ao longo das gerações.

Seguindo, as nossas análises, homicídio e família, eram outros tópicos que merecem atenção, pois aqui se encontra muitos crimes em “defesa da honra”, onde o “motivo” em muitos casos era um adultério ou uma fantasia de um homem psicologicamente instável onde ele via a mulher cometendo adultério. Nesses casos era perfeitamente viável o homem justificar que foi um crime provocado, para defender a sua dignidade.

Por essa ótica, podemos citar o exemplo de crimes envolvendo o álcool, visto que, nessas ocasiões “as leis, no caso alcoolismo, estiveram sempre aquém das expectativas e das pregações dos discursos médicos mais radicais [...]” (SANTOS e VERANI, 2010, p. 410.), ou seja, sempre exerceu uma postura conciliadora, e a pena era baseada em quem estava cometendo o crime. Muitos crimes eram justificados pela “loucura alcoólica”, o que reforçava a ideia de desequilíbrio mental provocado pelo álcool (MATOS, 2001). Muitos médicos e juristas defendiam que o estado de alcoolismo durante o crime, deveria ser um agravante e não atenuante.

Eram, em geral, os homens que citavam o álcool como vetor do crime. Muitos criminosos eram absorvidos ou conseguiam diminuir suas penas simulando “loucura alcoólica”, alegando não serem responsáveis pelos seus atos (completa privação dos sentidos) no momento do crime por estarem alcoolizados, essa prática acirrou em torno de saber se o alcoolaatra perderia suas faculdades e por isso cometeria o crime, eximindo-se assim da sua responsabilidade criminal. (MATOS, 2001, p. 70-71)

Nota-se que, frequentemente a loucura-alcoolismo e crime-alcoolismo, eram vinculados, acentuando o reforço da ideia, que o álcool levaria a loucura e ao delírio (SANTOS, 1995). Assim, faz necessário men-



cionar conforme o discurso da época reforçado pelo saber médico, que nesse momento de desequilíbrio o homem desconfiava de todos, inclusive da fidelidade da esposa, por isso muitos crimes passionais ocorriam, posto que o homem quisesse comprovar essa fidelidade e manter sua honra. Por essa ótica, entendia-se que a virilidade vai muito além da sexualidade, ela deveria ser provada de forma constante (MATOS, 2003), Atitudes que eram compreendidas, como crimes de “defesa da honra”.

Outro ato criminoso que precisamos nos atentar é o de furto e roubo. Segundo o Código Penal de 1890, no artigo 330, furto era “subtrair, para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono”, e o que concerne o artigo 256 o roubo significava a subtração “fazendo violência à pessoa ou empregando força contra a coisa”, a distinção, modifica-se com o Código Penal de 1940, quando roubo se torna furto qualificado.

Nesse caso, os homens que cometiam essas práticas, por exemplo, o sistema “identificava” criando assim uma delimitação muito visível de quem eram esses sujeitos na sociedade, sempre que “necessário” eram detidos para averiguar e vigiados bem de perto, ser negro e pobre eram fatores “determinantes” para ser criminoso seguindo os padrões da época, se aplicando a qualquer tipo de crime a pessoa de cor negra era sempre o primeiro suspeito, inclusive nos crimes contra a “honra feminina” que descreveremos a baixo.

Assim, conforme, o Código Penal de 1890, no artigo 266, o mesmo esse crime como atentado ao pudor como “atentado contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral”.

Ao ler e interpretar essas leis percebemos que existia uma preocupação latente em defender a honra da família, visto que, no do artigo 269, estupro era o ato pelo qual o homem abusava com violência de uma mulher, seja virgem ou não e o defloramento, segundo o (Art. 267) é deflorar uma mulher de menor de idade, empregando sedução, en-



gano ou fraude”, observando isso percebemos que quando a honra da mulher está intacta significava que ela podia manter a estabilidade da família e do casamento, tanto que o título para delitos sexuais no Código Penal de 1890 era “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias”. Para crimes classificados nessa secção é estabelecido a pena de até 1 e 6 meses.

Posterior a esse esclarecimento sobre os principais crimes do período precisamos discutir e nos voltar para a perspectiva do discurso médico-higienista-eugênico, que assumiram a função de normatizar esse padrão de homem “ideal”, um homem honrado e trabalhador, visto que, o trabalho era posto como um padrão de masculinidade, pois assim que se construía o discurso sobre o ideal de masculinidade (MATOS, 2001); inclusive nas indústrias se tinha um padrão de comportamento; “[...]os industriais procuram definir normas estritas de comportamento para assegurar não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva.” (RAGO, 1985, p. 22-23).

Com esses discursos em ascensão, algumas estruturas de poder como o Estado e a Igreja; que ajudavam a propagar os mesmos ideais através da imprensa escrita. Nesse caso cabe salientar, que a imprensa é um meio de comunicação de maior alcance, ainda mais se lembrarmos do momento de modernização do país (LUZ, 1986), onde a mesma ganhou destaque, visto o seu alcance. Por isso, consideramos salutar, o diálogo com, Mikail Bakhtin (2006), principalmente pelo uso da linguagem no discurso da imprensa, pois como o próprio autor diz, a linguagem, segundo Bakhtin é um fator social e um signo ideológico, nesse trabalho buscou entender como o poder da linguagem interfere na produção da escrita jornalística.

As relações de dominação vão deixando de se basear fundamentalmente na força, constituindo-se como relações de direção político-ideológica. Fortalece-se a opinião pública que, doravante, deverá ser contemplada pelos grupos dominantes. Nesse contexto,



a imprensa ganha importância como instrumento de hegemonia, mediação entre as classes e indução de correntes de opinião, sem detrimento, é claro, de sua antiga função como espaço de luta entre as classes proprietárias. (COUTINHO, 2006, p. 04-05)

Ou seja, a imprensa era uma arma publicitária importante no contexto, seguindo a influência do Estado. Tanto que em uma matéria do *Jornal de Caxias* intitulada “*A imprensa prostituída*” fala sobre a influência da imprensa.

Ninguém ignora o ascendente que a boa imprensa exerce na sociedade; constitui ella o principal elemento de civilisação pela divulgação dos princípios eternos te justiça, pela apothese aos impulsos generosos dos sentimentos nobres, e principalmente pela doutrinação do povo à pratica do bem, a respeito mutuo, à obediência a lei, evitando assim choques de interesses que sempre trazem como consequencia uma perturbação a eurythenia social.<sup>3</sup>

Aqui nesse trecho é possível ver a imprensa reconhecendo sua importância para disseminar ideias, mas também de controle da sociedade, visto que, os textos dos realizavam condenações a práticas, como a ingestão de bebidas alcoólicas e os efeitos ocasionados por elas. Nessa matéria podemos ver como a imprensa entende seu “poder”, para influenciar e propagar ideias para a sociedade, citando Heloísa Cruz que diz “[...] a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo.” (2013, p.100).

Um exemplo, dessa questão é o caso do duplo homicídio tendo como autor um sujeito chamado Claro e vítima a Firmina e seu filho.

---

<sup>3</sup> *Jornal de Caxias*, 22 de fevereiro de 1896, Ano I, número 21, p. 03.



Esse caso a imprensa, refere-se a cor e a idade do autor do crime, ao analisar que de forma indireta o Jornal de Caxias, tenta construir uma justificativa pelo crime, usando a cor negra da pele de Claro como justificativa, associando-o as “classes perigosas”, ou seja, as classes pobres, essas informações mais detalhadas que o caso nos proporcionam é interessante para pensar o local social desses sujeitos.

Segundo o articulista o assassinato de Firmina ocorreu depois de uma festa que ambos foram não existe certeza sobre a embriaguez, mas em locais de degeneração como era os locais de festa é inevitável se pensar que talvez ambos estivessem embriagados. No jornal aponta que o crime ocorreu da seguinte maneira: “Claro dirigiu-se a mulher e fere-a de ponta e retirando-se para fora de casa, feriu-se com a mesma faca também no ventre, arrependido do mal que havia feito.”<sup>4</sup>, o jornal lamenta o ocorrido chamando Claro de “desumano”, ainda mais quando é lembrado que foi um duplo homicídio, visto que Firmina estava grávida de 9 meses.

Nesse caso o crime poderia ser justificado como “legítima defesa da honra” ou “crime de emoção” ou outras nomenclaturas para dizer que foram crimes causados pela emoção, usando Matos (2001) fala que nesses casos diziam que: “[...] ficava privado dos sentidos e cometia o crime em um momento de loucura momentânea.” (MATOS, 2001, p. 71).

Essa justificativa era muito usada no período para crimes passionais, assim Claro se portou de forma arrependida e que estava sofrendo por perder mulher e filho. Não fica evidente na notícia a motivação do crime, se tratando desse momento o crime de defesa da honra e da moral masculina que esse homem acreditava, não deve ser descartado, a honra limpa é essencial para um homem da Primeira República.

O próximo caso analisado é de uma violência de um homem embriagado contra outros homens, esse caso ocorreu nas redondezas de Caxias em um local chamado *Prazeres*, casos assim ocorriam muitas

<sup>4</sup> Jornal de Caxias, 04 de janeiro de 1902, Ano VII, número 313, p. 02.



vezes após uma noite de bebedeira onde rixas antigas eram lembradas, e a imprensa relatava esses desvios de comportamento. E essas brigas segundo dados dos jornais eram agressões que ocorriam entre “companheiros de farrá”, levando a ferimentos graves ou a homicídio.

Nesse compasso, vamos observando um típico caso de agressão entre conhecidos, após a embriaguez, os personagens dessa história são Honorato e Francisco Ceroula; descrita no *Jornal de Caxias*.

Que lastimal!

No logar denominado Prazeres, distante 5 leguas desta villa, no dia 1º do corrente, estando Honorato de tal, deitado em sua casa, um pouco ébrio, chegou Francisco Ceroula, também ébrio, armado de uma canna de espingarda e derrubando a perna de Honorato, a esbordou, chegando a da com ele na cabeça, produzindo um grande ferimento do qual deitou muito sangue, e outra paneada de um lado das costelas, que fez uma grande contusão.

Honorato, vendo-se ferido, lançou mão de uma garrunha para com ella defender-se; Francisco bateu com o canno não mão de Honorato, que fez a garrucha cahir da mão, e esta, na queda disparou.

Francisco correu, dizendo que Honorato tinha atirado nelle. Honorato o que fez foi correr atraz de seu agressor, armado de um cacete, cota o qual sempre ponde aproveitar duas paneadas em Francisco.

Ficaram pagos!<sup>5</sup>

Como o fim da notícia é possível perceber que para os padrões de comportamento da época de Honorato e Francisco estavam “pagos”, porém Francisco denunciou Honorato ao delegado de polícia da localidade, fazendo assim ele ser preso por tentativa de homicídio. Honorato foi preso em Caxias e aqui ficando quatro dias, no fim do quarto dia eles teve que deixar todas as suas posses como uma espécie de “fiança”, para conseguir sua liberdade Francisco jamais foi preso.

---

<sup>5</sup> *Jornal de Caxias*, 25 de abril de 1903, Ano VIII, número 380, p. 03.



Outro crime que vamos tratar é o de violação que eram cometidos por homens, muitas vezes em moças que eram suas prometidas ou em caso que queriam “provar” sua virilidade, usando de sua força para promover tamanha barbárie; no código penal de 1890 (primeiro da República), define melhor o crime de estupro, no Art. 269 define da seguinte forma:

Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força física, como o de meios que privarem de suas faculdades psíquicas, e assim da possibilidade de resistir e defende-se como o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e, em geral, os anesthetics e narcóticos.<sup>6</sup>

Mesmo com essa melhoria, ainda era visto pelo Código Penal e pela sociedade como um crime contra honra e honestidade da família e a ineficácia do poder público (MORELLI, 2013). O primeiro caso que aqui se apresenta ocorreu em São Luís e foi descrito no *Jornal de Caxias* e que será transcrito a baixo.

### **Um monstro!**

[...]

A bosta humana é capaz de tudo... Quando se supõe que ela já chegou ao seu ultimo grão de abjecção, eis que apareceu um facto desses que imaginação alguma poderia conceber. Em caso algum, nos parece que, como nesse, tenha um homem vergonha de chamar a outro de seu semelhante.

Leia-se:

A's 10 horas da manhã de hontem apresentou-se ao delegado da 4º circumscripção, sr. Alfredo Pereira, uma pobre velhinha de 60 annos de idade, banhada com lagrimas e pedindo a protecção daquelle auctoridade. E contou que se chamava Jaffe Gelle, moradora à rua Luiz de Camões, n. 29. Seu filho Francisco Noberto, um

<sup>6</sup> CÓDIGO PENAL. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Art. 269, p. 540.



vagabundo de marca. Costumava à noite entrar em casa, seguido de companheiros, e à força, sem respeitar a sua qualidade sagrada de mãe, sem atender à sua idade, pela violência, obriga-a a servir à lascívia, à devassidão dos que andam com ele. Tudo quanto ha de immoral, tudo, o miserável força a sua mãe a praticar. E hontem até ele mesmo queria profanal-a, fazendo-a segurar pelos outros.<sup>7</sup>

Nesse caso o delegado tomou uma atitude rápida; Francisco foi preso imediatamente e como ainda fala a notícia não terá dificuldade em ser condenado após o julgamento; nesse caso durante a análise do crime no jornal, percebe-se uma descrição que vai muito além de um crime contra a sociedade (PERROT, 2003). Assim, como era previsto no código penal de 1890; talvez devido às circunstâncias do crime e pela vítima. Segundo caso que foi analisado de estupro foi descrito no *Jornal de Caxias*.

### **Perversidade**

[...] por queixa dada ao sr. Delegado de policia por Amacia Lopes, foi submetida a exame a menor de 8 annos- Francisca Lopes, filha da mesma, que foi estuprada por Antonio Perigoso, como é conhecido, mestre de uma canôa que veio do alto do Itapecuru para esta cidade.

[...] *Perigoso* conduzio para o mato a referida menor, que vinha nella e... Satisfez seus desejos, deixou a innocente victima em miaero estado!<sup>8</sup>

O crime exposto anteriormente ocorreu em Caxias e deixando o crime ainda mais perverso por se tratar de uma criança de oito anos, nesse caso não é explicado o que aconteceu com o criminoso, apenas o desejo do escritor da matéria, que o crime não passe impune. Nes-

<sup>7</sup> Jornal de Caxias, 26 de novembro de 1898, Ano IV, número 155, p. 02.

<sup>8</sup> Jornal de Caxias, 3 de setembro de 1904, Ano IX, número 449, p. 02.



ses dois casos podemos observar que mulheres denunciaram, o que era ainda incomum no período mulheres denunciar, ainda mais quando essas mulheres eram vítimas do abuso. “É necessário muita coragem, por parte dos interessados ou mesmo da mãe, para ousar falar. Acima de tudo, por que é difícil provar que houve estupro.” (PERROT, 2003, p. 18), por isso em ambos os casos fica perceptível nas leituras das notícias que têm testemunhas da barbárie.

Isso nos leva a mencionar sobre os desordeiros, esse sujeito desordeiro era aquele homem que precisava restabelecer a honra e moral pela disciplina (COSTA, 2009). Um típico desordeiro era Francisco Dias Pinto, comerciante português da região, que era conhecido por toda pelos seus inúmeros casos de desordem, notícia que se encontra na *Secção Livre* do jornal é em diversas edições tem casos de desordem em tal seção.

#### Faça-se justiça

Há homens que parecem com prazer-se em viver em guerra aberta com a sociedade. Para estes taes a moral, a honestidade, os bons costumes, são causas de manada, a lei é uma ficção, uma burla e a virtude um mytho. [...] transformão a sua vida em uma continua gargalhada de escarneo cuspidada contra a moral, a honestidade, os bons costumes, a lei e a virilidade.

Nesta cidade pacata e moralista, temos felizmente tido poucos caracteres de tal jaez. Porem agora temos infelizmente um (que por felicidade não é filho desta terra, nem mesmo do paiz.) Em cinco anos de residência que aqui tem, excedeu já a tudo o que se pode conceder de mais audacioso.

E' o portuguez Francisco Dias Pinto.

[...]

Na noite de 8 para 9 deste mez invadiu uma casa onde havia uma *soirée* promovida por algumas mulheres de vida alegre, e onde achavão-se muitos rapazes da boa sociedade e da qual, depois de convidado, fora excluído. Ali foi apenas para provocar desordens, vingando-se assim da exclusão que delle havião feito. Depois de haver tomado parte da dança, (apesar de se achar de lucto muito recente por morte de sua mãe) portou-se de forma por demais in-



conveniente para com a mulher de nome Antonia Lopes da Silva, e sendo por esta repellido por palavras retrucou com uma bofetada, acabando por espancal-a com uma bengala, quebrando-lhe a cabeça, ferindo-a, como conta do corpo de delicto e auto de perguntas feitas à ofendida.  
(...) Convem que se faça justiça, que a punição seja severa.<sup>9</sup>

Nesse caso ele invadiu uma reunião social de mulheres e ainda agrediu uma das mulheres da reunião, lembrando na matéria que ele não era brasileiro, “comprovando” que imigrantes eram responsáveis pela desordem no país (RAGO, 1985). O caso de Francisco Pinto toma a atenção da cidade de Caxias, posto que o caso foi retratado em cinco edições do jornal *Gazeta Caxiense* do mês de junho de 1894, na primeira no dia 12 de junho que foi relatado a cima e as quatro subsequentes que são sobre as testemunhas que o delegado de polícia de Caxias coletou ao longo dos dias e todas as matérias referentes ao caso são assinadas com a seguinte frase; *A moral pública*, uma forma de lembrar que uma cidade pacata como era Caxias, valores como moral e honra eram indispensáveis para se viver em harmonia na cidade.

Continuando a falar dos desordeiros tendo como exemplo o único exemplar do *Jornal Ferro em Braza*, mapeado durante a pesquisa, o que chamou a atenção foi à presença de um caso, cuja notícia ganhou quatro matérias sobre o fato, lido naquele contexto como desordem em Caxias. A situação, descrita faz a Cromwell Barbosa de Carvalho que veio de Floriano (onde já era dono de uma reputação deplorável) para Caxias. Segue a frente trecho de uma das notícias envolvendo Cromwell.

---

<sup>9</sup> *Gazeta Caxiense*, 12 de junho de 1894, Ano VIII, número 134, p. 02-03.



### **O canalha**

Cromwell Barbosa de Carvalho

[...]

Em Caxias, depois de iludir algumas pessoas de boa fé, este miserável bandido, já vae felizmente se tornando bem conhecido, de modo que são bem raros aquelles que ainda se aproxima de semelhante pústula.

Dia virá, porém, em que este cynico e desbriado caluniador ha de sentir o peso tremendo da repulsa que a sociedade caxiense já começa a manifestar-lhe.<sup>10</sup>

Todas as três notícias envolvendo o Cromwell tem esse tom de repulsa ao sujeito que além de sempre desejando que ele procure outro lugar para viver, ele era um risco para a ordem social que Caxias tinha, não havia lugar para sujeitos com essa postura.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho tem como principal intuito a análise dos discursos jornalísticos acerca de atos de violência cometidos por homens em Caxias-MA durante a Primeira República para assim entender a constituição o da masculinidade no período. E para isso é necessário entender os aspectos que estavam pautados essa nova sociedade que se firmava, que tina a “Ordem e Progreso” como base.

A nova sociedade republicana teria homens e mulheres de moral e honra inquestionável dessa forma formariam uma família com os mesmos preceitos criando assim uma criança saudável, criança essa o novo centro da família, elas deveriam ser educadas pelos pais, alimentadas de forma saudável, tendo horários que deveriam ser rigidamente obedecidos e cuidados médicos. Assim sendo, a família deveria ser composta por um homem pai/marido/ provedor, uma mulher mãe/esposa e

<sup>10</sup> Ferro em Braza, 20 de março de 1917, Ano I, número 9, p. 01.



uma criança obediente/saudável/educada.

Mesmo com esse planejamento de sociedade “civilizada” atos de violência eram constantes e faziam parte da constituição do que era ser homem no período. Com essa perspectiva nos deparamos com as fontes documentais dessa pesquisa que é formada por jornais que eram uma forma de produzir pontos de vistas. Como afirma Capelato (1988), os jornais falam muito de uma sociedade seus costumes, hábitos, todo o contexto diário de uma sociedade naquele período estar trabalhado nos jornais. Dado o exposto até aqui e todo o processo de mapeamento e análises dos periódicos, temos um panorama da criminalidade em Caxias durante o período da República Velha.

## FONTES

### CÓDIGO PENAL

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

### JORNAIS

Ferro em Brazà, 20 de março de 1917, Ano I, Número 9, p. 01.

Gazeta Caxiense, 12 de junho de 1894, Ano VIII, número 134, p. 02-03.

Jornal de Caxias, 03 de setembro de 1904, Ano IX, número 449, p. 02

Jornal de Caxias, 04 de janeiro de 1902, Ano VII, número 313, p. 02.

Jornal de Caxias, 22 de fevereiro de 1896, Ano I, número 21, p. 03.

Jornal de Caxias, 25 de abril de 1903, Ano VIII, número 380, p. 03.

Jornal de Caxias, 26 de novembro de 1898, Ano IV, número 155, p. 02.



## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.51-68.

CAMPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Raul Marx Lucas Da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. (Dissertação), UFC, Fortaleza, 2009.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Imprensa e hegemonia na Primeira República**, 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980-1924)**. Ed. 2º Edusp, São Paulo. 2000.

LUZ, Madel Teresinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade**. Ed. 2º. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORELLI, Liana Machado. **Violência sexual em São Paulo na passagem do século XIX para XX**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade: A Belle Époque Caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. Imperatriz: Êtica, 2009.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. **O alcoolismo: a invenção de uma doença**. (Dissertação) IFCH, UNICAMP, Campinas, 1995.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: MUNDOS EM CONFLITOS

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p. 401-420.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Ordem social, Polícia Civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). **Revista de História** 162 (1º semestre de 2010), 179-204.



# VIOLÊNCIA, PRESTÍGIO E PORTE DE ARMAS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (SÉCULO XVIII)

 Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira<sup>1</sup>

Este trabalho tem por objetivo descrever como se deu o contexto da violência coletiva na capitania de Pernambuco no século XVIII. Estes sertões, também conhecidos como “áreas de fronteiras”, era o espaço do mandonismo bandoleiro, dos quilombos, dos bandidos, dos potentados e das quadrilhas de rapina. Foi nesses espaços, aparentemente sem lei ou baseado no direito costumeiro, que o poder privado mostrava a sua verdadeira faceta. Entre os bandos armados que iremos pesquisar, há o bando localizado nos sertões da vila de Goiana. Descoberta no ano de 1764, os seus membros foram responsáveis por uma série de latrocínios e assaltos nos caminhos e arredores da vila, causando enorme prejuízo para o comércio e os negócios da capitania de Pernambuco. Esta pesquisa é inédita. Pouco ou quase nada tem sido discutido sobre o assunto. A nossa pesquisa contribuirá para preencher uma lacuna nos estudos sobre a violência nos sertões nordestinos nos setecentos. Em síntese, este trabalho é fundamental os estudos sobre a violência e culturas políticas na historiografia brasileira.

---

<sup>1</sup> Professor de História e do Mestrado em Educação – PROFEPT do Instituto Federal de Rondônia, campus Porto Velho Calama. Em cooperação técnica no Instituto Federal do Ceará, campus Fortaleza. Pós Doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Doutorado em História pela UFMG.



Em geral, o sertão pernambucano, como em Minas, era o espaço do mandonismo bandoleiro, dos quilombos, dos bandidos, dos potentados e das quadrilhas de rapina. Área influenciada pelo clima marcado pelo rigor da seca e da violência coletiva, palco de conflitos “envolvendo colonos, padres seculares e missionários, índios ‘do mato’ e até mesmo os aldeados que já inseridos no sistema colonial se tornaram aliados dos portugueses” (CUNHA, 2013: 86-87).

Contudo, espaço também das riquezas, dos solos férteis, dos complexos agropecuários, dos engenhos e dos negócios. Naturalmente que o avanço para o sertão ocasionou diversos conflitos com os índios, uma vez que a disputa não era apenas pelas terras, mas também pelos recursos naturais ali presentes em uma terra semiárida.

Este era o maior problema enfrentado pelos colonos e pela administração pública, pois os nativos eram inconstantes, fugindo do controle da sociedade colonial, ou mesmo dos aldeamentos, os índios adentravam refugiando-se nesses espaços, tentando manter sua autonomia social, causando muitas vezes danos às propriedades e vilas próximas, trazendo pânico aos moradores (CUNHA, 2013: p. 90).

Sintetizando, foi nesses espaços, aparentemente sem lei ou baseados no direito costumeiro, que o poder privado mostrava a sua verdadeira faceta. Kalina Silva, sem considerar a questão do banditismo, assim se expressou sobre a situação dessas regiões:

A conquista do sertão assumiu, assim, um sentido civilizador, pois enquanto região não colonizada, o sertão apresentava-se como a fronteira colonial, significando-se, desde o século XVI, como espaço de mobilidade humana, aproveitado por integrantes da sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima. Assim, durante a fase de conquista, o sertão, fronteira da “civilização do açúcar”, foi representado pelo imaginário dominante das vilas açucareiras como o espaço do



que era selvagem, perigoso, mas que também prometia riquezas. O sertão era constituído então pelas vizinhanças não colonizadas da zona do açúcar, as matas marginais que limitavam as áreas de engenhos, as serras onde os índios se refugiavam, assim como pelo semiárido e a caatinga distante (SILVA, 2005: n. p)

Assim como em Minas, o sertão pernambucano era apresentado como um local de refúgio para os marginalizados (homens pobres livres) e para os vadios, onde os braços da justiça pouco alcançavam aquelas áreas inóspitas. Uma carta datada do ano de 1761 nos mostra com mais precisão essa visão:

[...] pela diversidade dos distritos, e sua vizinhança, costumam os que devem alguma coisa as justiças de um território, destes refugiarem-se no outro, que sendo sertões mal povoados de justiças em toda a parte enquanto se recorre as justiças do respectivo distrito, tem a comodidade de se livrarem da de uma e outra jurisdição, inconveniente a que acudiu a providência do Rei Nosso Senhor (AHU\_ACL\_CU\_015. 31/ agosto/ 1761 – 3 documentos – Recife, 31 de agosto de 1761. In: PIRES, 2004: 56)

A cotidianidade da violência coletiva em Pernambuco era, aparentemente, mais recorrente do que na capitania mineira. O palco das ações desses facinorosos foi, principalmente, os sertões, formando, nessas áreas, alguns redutos de dominação bandoleira.

No ano de 1764, as autoridades da Vila de Goiana – área situada ao norte da capitania – descobriram a existência de duas quadrilhas de salteadores e assassinos que estavam a prejudicar o sossego público das pessoas que habitavam a região e localidades próximas. Falava-se que os seus membros eram responsáveis por uma série de latrocínios e assaltos nos caminhos e arredores da vila, causando enorme prejuízo para o comércio e os negócios da capitania de Pernambuco.

O governador da capitania, José da Cunha Grã Ataíde e Melo, o Conde de Povolide, em meio às queixas prestadas pelo capitão-mor da



vila de Goiânia, Sebastião Correia Lima, relatava ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, não apenas a existência dos bandos, mas a composição social dos seus membros, compostos por mamelucos, pretos e outros mestiços que têm feito mortes e assaltos aos moradores da região.

Logo que tomei parte deste governo, me representou o capitão mor da capitania de Goyana, Sebastião Correa Lima por carta de 17 de maio, a grande vexação, que padeciam os povos daquele distrito principalmente nos lugares chamado Caricê, e Terra Dura, causada por dois bandos de facinorosos, compostos de mamelucos, pretos, e outros mestiços, que infestavam aquele território, não só com roubos, levando casas à escala, mas também executando cruelíssimas mortes, com tal frequência, que havião posto em terror todos aqueles habitantes (AHU-PE. Cx. 105, Doc. 8186. AHU-PE. Cx. 105. Doc. 8186. *Da carta do dito acima, com a remessa de 16 presos, que se pegarão.*

Caetano do Rego era um dos principais cabeças do bando. Acusado de um uma série de crimes, foi intensamente perseguido pelas tropas do governo. Tais ações foram em vão, devido aos obstáculos da natureza e aos estratagemas do bandido. Estevão “Lelê”, outro membro do bando, em razão da detenção do seu pai e irmãos, teria buscado por três vezes assassinar o governador em sua própria casa, o que teria levado o conde de Povolide a se manifestar à Coroa, afirmando categoricamente que se algum dos presos se soltasse poderia haver uma grande desgraça. Temia que atos vingativos pudessem se manifestar perante os oficiais que o prenderam (AHU-PE. Cx. 106, Doc. 8205. *Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide, Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as prisões dos facinorosos que matavam e assaltavam em Goiana).*

Durante as devassas, vários bandoleiros foram presos, entre eles, um matador bastante conhecido na região, de nome Manuel da Paixão,



além de seus irmãos e parentes, igualmente assassinos (AHU-PE. Cx. 106, Doc. 8205. *Rol dos presos que vão a ordem do senhor general por mata-dores e ladrões*).

Em 1769, o governador recebia as primeiras ordens vindas do Reino a respeito das medidas a serem adotadas com os detentos. Ordenava-se a remessa dos criminosos para Lisboa, a fim de serem sentenciados conforme as suas culpas.

E ordena que depois de serem sentenciados os que se achão presos nessa capital, mande V. Exc continuar a mesma diligência, para segurar os que faltão, fazendo-as setenciar segundo as suas ordens; Pois que este é o único meio de se evitarem tantas desordens e insultos como os que tem praticado naquelas terras dos ditos facinorosos (AHU-PE. Cx. 106, Doc. 8256. *Ofício (minuta) do [Conselho Ultramarino] ao [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide [Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], informando que estavam corretas as medidas tomadas contra os criminosos de Goiana e ordenando o envio dos presos para Lisboa*).

As fontes coletadas para a região mostraram-nos um número bastante considerável de requerimentos de senhores de engenho, negociantes e oficiais locais pedindo ao Conselho Ultramarino permissão para o porte de armas, em virtude da presença desses bandidos nas estradas e caminhos ermos. Tal coleta, centrada nos documentos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, acusou, em média, 50 petições de viajantes pedindo a graça de poder portar armas em suas viagens nos setecentos. Esse número tende a crescer se observarmos que esses requerimentos podem também ser localizados em outros arquivos espalhados pelo nordeste brasileiro, especialmente em Recife.

Na verdade, a questão da violência dos salteadores já era vista com certo temor nos seiscentos. Em 1671, os camarários de Olinda escreviam à Coroa sobre o problema das ações dos malfeitores em toda a extensão da capitania. Relatavam que ali a situação era preocupante, devido ao grande crescimento dos “roubos, latrocínios e mortes” (AHU-PE. Cx. 10,



Doc. 915. *Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os muitos delinquentes existentes naquela capitania, e pedindo o mesmo direito que tem o Rio de Janeiro para condenar os malfeitores até a morte natural*) que eram comuns na capitania. Assim, pedia “seja servido ordenar que no governo dessas capitanias [...] justicar e castigar os culpados com pena de morte natural na mesma forma que incidem ao Rio de Janeiro, com que se instaurão os grandes crimes que se cometião” [...] (AHU-PE. Cx. 10, Doc. 915. *Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os muitos delinquentes existentes naquela capitania, e pedindo o mesmo direito que tem o Rio de Janeiro para condenar os malfeitores até a morte natural*).

Alexandre Bittencourt, ao estudar os sertões de Ararobá de Pernambuco, analisou documentos oficiais trocados entre os poderes locais e a Coroa portuguesa. Segundo ele, ali se formou um imaginário social no qual os sertões era um espaço propício para os variados tipos de desordens, como as ações de facinorosos de variados tipos sociais.

Por conta da imagem construída dos sertões durante os primeiros séculos de colonização, havia, no século XIX, certa preocupação de alguns viajantes de negócios em cruzar os caminhos dessa região. Os colonos que porventura precisassem viajar por esses espaços tinham receio de fazê-lo e por muitas vezes apelavam às autoridades providências de segurança. Uma das alternativas contra o “perigo” dos sertões era o recurso a homens de armas, motivo de petições feitas por esses viajantes (MARQUES, 2012: 8)

Esse imaginário, essencialmente europeu, remete-nos ao imaginário medieval. Segundo Le Goff, nas florestas desse período se refugiavam variados tipos de atores sociais, como andarilhos, cavaleiros e bandidos. O medo desses espaços, povoados de salteadores, fazia parte de um imaginário em que a fronteira (o desconhecido) deveria ser devastada e adequada aos costumes e normas sociais (LE GOFF, 1994, 367p.).



O autor baseou os seus estudos nas fontes depositadas na coleção *Documentos Históricos Municipais*, publicada pelo Centro de Histórias Municipais – FIAM/CEHM. No *Livro da Criação da Vila de Cimbres* (1762-1867), Marques analisou alguns documentos sobre o referido assunto. Em suas conclusões, o autor trabalhou com a hipótese de que os senhores de engenho utilizavam-se dessas petições como um meio de assegurar a própria segurança nos intrincados e perigosos sertões pernambucanos. Citamos, abaixo, a correspondência de Antônio dos Santos Coelho da Silva pedindo para poder portar armas durante as suas viagens:

[...] havendo infinitos *lugares despovoados e perigosos* de cometimentos, muito principalmente para o suplicante pela razão das indispensáveis arrecadações e remessas dos reais donativos para a Fronta da Fazenda, por cujo princípio obtive pela ouvidoria provisão para o uso de armas ofensivas e defensivas. [...] Pede a Vossa Excelência se digne a prometer ao suplicante de *continuar o uso das pistolas e de acompanhar-se de um criado armado com bacamarte* durante o tempo do contrato, visto o perigo em dever-se julgar-se o suplicante pelas ditas arrematações e remessas (Cópia de petição, despacho e mais documentos do capitão Antonio dos Santos Coelho da Silva, 30 de outubro de 1804. FIAM/CEHM. *Documentos históricos municipais, Livro da Criação da Vila de Cimbres*, p. 178; LE GOFF, 1994: 8)

O autor também cita outra correspondência, desta vez do sargento mor de Cimbres, Manoel José de Serqueira, o qual pediu e recebeu autorização não apenas para usar armas de defesa, mas para armar os homens forros que o acompanhava em suas jornadas.

[...] faço saber que esta provisão virem que atendendo a representar-me Manuel José de Serqueira, sargento-mor das ordenanças da Vila de Cimbres, Capitania de Pernambuco, que em razão do seu posto de várias diligencias do Real Serviço, *prisões de facinoras* e execução de outras reais ordens, como também em consequência do manejo de seus negócios, sendo um dos maiores fa-



zendeiros daquela vila, lhe era forçoso transitar muitas vezes por caminhos desertos, *expostos aos ataques dos malfeteiros*, pelo que me pedia lhe concedesse faculdade para poder usar de armas de defesas, assim como os forros que houvessem de acompanhá-lo em todas as mencionadas ações de diligências do Real Serviço e nas do seu negócio. Hei por bem à vista do seu requerimento e dos documentos que apresentou, conceder ao suplicante o *uso de armas de defesas* na forma de sugestão, que Vossa Mercê lhe permita e aos ditos forros que o acompanham nas ações das mencionadas diligências e viagens (FIAM/CEHM. *Documentos históricos municipais: livro da Criação da Vila de Cimbres*, p. 231. Grifo nosso)

Segundo Marques, é difícil saber, de fato, as verdadeiras intenções dos colonos ao direcionarem essas cartas à Coroa. A primeira hipótese trabalhada pelo autor é a de que esses homens tinham ciência dos respectivos perigos, daí procuravam se defender portando armas de fogo. A segunda diz respeito ao fato de eles se utilizarem das imagens e discursos produzidos pelo sertão como um meio de fazerem o uso de pistolas.

Apropriando-se dessas imagens construídas, os indivíduos que ocupavam cargos públicos, entre eles homens de negócios, faziam uso delas em suas práticas sociais, procurando, cada um ao seu modo, tirar um melhor proveito possível para elevação de seu patamar na sociedade colonial. Por outro lado, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses dessa elite local, a Coroa portuguesa também estava atenta em relação aos excessos de autonomia cometidos por essa gente do sertão (MARQUES, 2012: 15)

Restam-nos, de momento, complementar esses estudos buscando quantificar e sistematizar as fontes sobre esse assunto para que possamos melhor compreender a natureza política dessas reivindicações. As representações referidas percorreram todo o período colonial e centraram-se no decorrer dos setecentos, especialmente na segunda metade do século XVIII. No geral, acreditamos, tendo em vista o número de



representações redigidas, e o teor dos documentos pontuando sistematicamente os perigos das ações de salteadores, que os pedidos do uso de armas correspondem a uma necessidade de segurança dos viajantes, mas não descartamos que a importância da posse de armas esteja vinculada a uma questão de obtenção de prestígio e *status* social. Como dissemos anteriormente, a posse de armas conferia poder social ao indivíduo (GOMES, 2011, n.p.).

Os requerimentos analisados foram escritos principalmente pelos senhores de engenho e negociantes, sendo também localizadas petições redigidas por bacharéis, capitães e oficiais de ordenanças, coronéis, capitão e sargento-mor, mestre de campo, procuradores e oficiais da câmara de Recife. Citaremos alguns exemplos: em 1798, o senhor de engenho José Carneiro Pessoa, domiciliado em Pernambuco e senhor do Engenho Jardim, na freguesia de Santo Amaro, distante da vila de Recife seis léguas, suplicava à Coroa a mercê de poder usar pistolas “por serem os caminhos infestados de ladrões salteadores teme o suplicante perigo de vida quando vai a dita vila e a outros lugares [...]”(AHU-PE. Cx. 189, Doc. 13049. *Requerimento do senhor do engenho Jardim em Jaboaão, José Carneiro Pessoa à rainha [D. Maria I], pedindo licença para usar pistolas a fim de se defender dos salteadores quando passar à vila do Recife*).

Um caso bastante interessante é o do capitão, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício José Antônio da Silva Pinto. O seu requerimento, bastante rebuscado, tinha como petição o uso de armas devido aos perigos das estradas e segurança contra os seus inimigos. Dizia o capitão que, por ser um comerciante respeitável, casado e estabelecido “nesta Praça de Pernambuco, em que reside há dez anos, tem vivido em tranquilo sossego [...] não só no giro do seu comércio como em a execução de algumas ordens do Tribunal do Santo Ofício de que como familiar do mesmo [...]”, (AHU-PE. Cx. 204, doc. 13952. *Requerimento do comerciante, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício, capitão José Antônio da Silva Pinto, por seu procurador José Rodrigues Simões, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para ele, seus administradores e fâmulos portarem*



*pistolas e todas as armas que necessitarem para defesa e segurança contra seus inimigos*) cujo ofício o fez colecionar vários inimigos durante os anos e que, além de ser senhor de algumas propriedades que distava 37 léguas da Praça de Recife, “em as quaes por seus administradores, faz fabricar canas de açúcar, algodões, e outras diferentes lavouras [...] e laranjeiras [...] que distão desta cento, e tantas léguas em que cria gados, vacum, e cavalar (AHU-PE. Cx. 204, doc. 13952. *Requerimento do comerciante, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício, capitão José Antônio da Silva Pinto, por seu procurador José Rodrigues Simões, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para ele, seus administradores e fâmulos portarem pistolas e todas as armas que necessitarem para defesa e segurança contra seus inimigos*) [...]”, de que satisfazia os interesses econômicos da Coroa e dos reais dízimos. Por isso, se via obrigado a realizar diversas viagens pelo interior, contudo, além dos seus inimigos, deparava-se com diversos perigos nas estradas “cheias de ladrões, e malfeitores, e por isso quase todos os dias acontecem assassinos” (AHU-PE. Cx. 204, doc. 13952. *Requerimento do comerciante, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício, capitão José Antônio da Silva Pinto, por seu procurador José Rodrigues Simões, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para ele, seus administradores e fâmulos portarem pistolas e todas as armas que necessitarem para defesa e segurança contra seus inimigos*). Assim, pedia o suplicante a graça, em forma de provisão de licença, de poder portar pistolas e todas as armas, não apenas ele, mas os seus administradores e fâmulos que, porventura, viessem a acompanhá-lo em suas empreitadas.

Os exemplos se seguem ao longo de toda a história colonial pernambucana, como no caso do fazendeiro Francisco Xavier Carneiro, professo na Ordem de Cristo e portador de várias fazendas distantes da dita capitania. Como necessitava se ausentar frequentemente a tratar de sua cultura e tinha que passar por estradas e matos onde costumavam sair salteadores, facinorosos a acometer os passageiros, o suplicante, para acautelar a sua vida, precisava levar pistolas em coldres para não ser acometido de qualquer insulto (AHU-PE. Cx. 190, doc. 13104. *Re-*



*querimento do cavaleiro da Ordem de Cristo, Francisco Xavier Carneiro da Cunha à rainha [D. Maria I], pedindo licença para usar pistolas em coldres, por possuir várias fazendas e passar por estradas perigosas povoadas de salteadores).*

As representações não se limitaram aos senhores de engenho. O capitão da Companhia de Granadeiros do terço auxiliar da Freguesia do Cabo, José Bezerra de Abreu, escrevia à Coroa informando que, por estar no real serviço e em constantes viagens para a habitação do mestre de campo José Felix da Rocha, necessitava do porte de pistolas para se defender dos perigos das “estradas despovoadas, cheias de matos, e acometidos de ladrões” (AHU-PE. Cx.186, doc. 12928. *Requerimento do capitão da Companhia de Granadeiros do Terço Auxiliar da freguesia do Cabo, José Bezerra de Abreu, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para portar pistolas, por necessitar viajar grandes distâncias).*

No âmbito dos negócios, variados sujeitos viam nessas mercês uma forma de assegurar as suas vidas e a segurança do seu comércio. O negociante José Joaquim Jorge, morador abastado da praça de Pernambuco, em razão de suas constantes viagens de negócios e cobranças pelos dilatados e desertos sertões, “e inficionados de ladrões que continuamente os infestam, matando, e roubando os passageiros” (AHU-PE. Cx. 243, doc. 16308. *Requerimento do negociante Francisco Cordeiro Moniz Falcão, por seu procurador Francisco de Paula, ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para si e seu pajem portarem espingarda, pistola e faca a fim de evitarem assaltos no percurso de suas terras até à vila mais próxima*) e, temendo o suplicante esses insultos, pedia a mercê de poder nas jornadas que fizer levar pistolas nos coldres para a segurança de sua vida. Em razão disso, a Coroa concedia-lhe nas jornadas que fizer levar tais armas para que desse modo se evite “os assaltos que estão sempre praticando aqueles inimigos com os miseráveis passageiros” (AHU-PE. Cx. 243, doc. 16308. *Requerimento do negociante Francisco Cordeiro Moniz Falcão, por seu procurador Francisco de Paula, ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para si e seu pajem portarem espingarda, pistola e faca a*



*fim de evitarem assaltos no percurso de suas terras até à vila mais próxima).*

Por fim, vale a pena explicar, em poucas palavras, o caso do capitão-mor João Barreto de Sá e Meneses. Vendo-se em perigo de vida, escrevia à Coroa suplicando licença para que ele, seus familiares e acompanhantes portassem pistolas nos coldres e espingardas em razão dos enormes perigos existentes nos sertões, caracterizados pelo nosso personagem como sendo representados por caminhos medonhos e sertões agrestes suscetíveis de terríveis emboscadas de ladrões e salteadores. Relata Meneses que esses perigos eram cotidianos, mesmo após a prisão do terrível facinoroso João Duarte Camargo Bueno (AHU-PE. Cx. 263, doc. 17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno).*

Em princípios dos oitocentos, o capitão-mor da vila de São Francisco das Chagas, José Barreto de Sá e Meneses, denunciava a existência de um poderoso bando de malfeitores comandado por João Duarte Camargo Bueno e protegido pelo ouvidor da Jacobina, o Doutor José da Silva e Magalhães. Segundo o seu relato, esse régulo vexava e aterrorizava os sertões pernambucanos e parte da cidade da Bahia. Agia matando e assaltando as propriedades dos habitantes do sertão do Abaeté e vilas da capitania de Pernambuco, onde se fazia “sentir a sua ferocidade” (AHU-PE. Cx. 263, doc. 17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno).*

Desde que chegou aos sertões pernambucanos, o nosso personagem teria se tornado um “insigne facinoroso”, (AHU-PE. Cx. 263, doc.



17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno)* levando o terror aos habitantes dessa localidade, que

andando sempre armado, e fazendo-se acompanhar de uma califa de assassinos, e tanto assim que assassinando a João Carlos de Almeida para poder sem perturbação viver em comércio criminoso, com sua mulher, em que já estava, ouça com todo o escândalo viver com a mesma depois de haver cometido um delito tão atroz; as justiças não se atreverão a tirar devassas daquele mesmo delito como consta, e se vê da sentença de justificação [...] (AHU-PE. Cx. 263, doc. 17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno)*)

Acompanhados de armas curtas e de fogo, o bando seguia aterrorizando a capitania. Conta-se que Camargo Bueno teria mandado matar até a sua própria mulher por meio de seu irmão Pedro Duarte Camargo para poder se casar com a filha do capitão-mor Pedro Domingues do Passo, a quem tinha deflorado. Acontece que, por engano, a vítima acabou sendo a sua própria filha, o que impediu o assassinato da sua referida esposa. Não abalado com o acontecimento, ele e o seu bando continuaram as suas ações, perturbando o sossego dos povos daquela vila e suas vizinhanças, prejudicando o comércio local. A atuação da quadrilha estaria, assim, assustando os comerciantes e viajantes que transitavam pelos caminhos. Se dermos atenção ao relato do capitão



Meneses, a circulação de mercadorias estava seriamente abalada, uma vez que

semelhantes acontecimentos exigem pronta providência, Vossa Alteza como Príncipe Junto, e que procura o sossego, e felicidade dos vassallos fiéis, pacíficos, e industriosos que se aplicão às culturas, e fazem prosperar o comércio, para limites, e freio a abusos, tão enormes e de péssimas consequências, que abalão até a própria, e legítima autoridade de Vossa Alteza fazendo esmorecer, e afugentar aqueles vassallos, que mais se distinguem no Real Serviço, como os que pacificamente vivem dos frutos de sua industrial, e aumentão as forças do Estado, promovendo o seu potencial (AHU-PE. Cx. 263, doc. 17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno*)

Ao que tudo indica, o bando acabou sendo desmantelado nos princípios dos oitocentos, conforme atesta o já citado requerimento do capitão Sá e Meneses, que pede licença para o uso de armas depois de ter prendido o famoso bandido. Temia pela sua vida, afinal, não faltava, naqueles lugares, outras quadrilhas, tão perigosas como a de Camargo Bueno (AHU-PE. Cx. 263, doc. 17593. *Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno*).

O conjunto de relatos apresentados nos leva a deduzir que os membros das quadrilhas pesquisadas, utilizando-se da violência e do temor, estariam dominando boa parte dos sertões pernambucanos, constituin-



do, como em Minas, alguns redutos de dominação bandoleira. Como apresentado durante a pesquisa, os sertões eram dominados pelos poderosos potentados locais e por diversos bandoleiros. Muitas vezes, nessas “áreas de fronteiras” havia a união entre potentados e bandidos. Por meio dessas alianças, os primeiros mantinham e aumentavam a sua área de mando, já os bandoleiros preservavam os seus redutos de dominação, por meio dessas redes clientelares e do uso da força e do temor. Em suma, o estudo das ações das quadrilhas de rapina possibilitou uma melhor compreensão do fenômeno da violência coletiva e do poder local na América Portuguesa. Além da apresentação desses bandos armados, foi possível visualizar o alcance do bandoleirismo nos “trópicos”, especialmente em Pernambuco setecentista.

Por fim, o dado mais fundamental para a nossa pesquisa. A constatação de que a “Lei da Boa Razão” (1769), ao ferir os interesses locais, permitiu a ascensão definitiva dos bandos armados na América Portuguesa. Esta lei, criada com o objetivo de limitar os direitos costumeiros tradicionalmente internalizados na América Portuguesa, permitiu a criação de novas formas de ação coletiva enquanto reação aos objetivos normatizadores da Coroa portuguesa. O banditismo seria uma nova forma de protesto social. Antigos potentados e pequenos e médios posseiros viram no bandoleirismo uma forma eficaz de fazer valer os seus interesses. As relações políticas anteriores, pautadas na negociação, não mais surtiam os efeitos desejados. Os bandos armados sinalizaram justamente o fim dessa interação e uma reação aos objetivos centralistas da Coroa. O bandoleirismo na colônia foi, portanto, uma clara intenção de ruptura com a Coroa.



## REFERÊNCIAS

CRUZ, Idalina Maria. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós conquista territorial**: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823. 2004. 284 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CUNHA, Elba Monique Chagas da. **Sertão, sertões**: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino, 1759-1798. Dissertação (mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - UFRPE, Recife, 2013.

GOFF, Jacques Le. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994. 367 p.

GOMES, José Eldes. Na mira da lei. **Revista de História**, 2011, *online*.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. “Do litoral aos sertões de Ararobá de Pernambuco: fronteiras, poder local e sociedade na América portuguesa (1762-1822)”. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 30.2, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. “As representações do sertão no imaginário barroco açucareiro entre os séculos XVI e XVIII”. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23, 2005, Londrina. **Anais...** História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.



## UM CALDEIRÃO DE INSATISFAÇÕES E MEDOS: REVOLTAS POPULARES NO INTERIOR DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1838)

 Manoel Nunes Cavalcanti Junior<sup>1</sup>

**P**ara o cabo João da Silveira, do destacamento de polícia da comarca do Brejo, seria mais uma missão de envio de recrutas ao Recife. A escolta policial que ele liderava conduzia doze indivíduos daquela vez. Depois de percorrerem 14 léguas (cerca de 84 km), chegaram à povoação de Caruaru, na vizinha comarca de Bonito. Era uma noite de sexta-feira, dia 26 de janeiro de 1838. No caminho ouvira dizer que naquele lugar a escolta seria forçada, à força das armas, a libertar os recrutas. Como medida de precaução resolveu procurar a casa da autoridade policial da localidade, o subprefeito e major da Guarda Nacional João Guilherme.<sup>2</sup> No seu entendimento, seria mais seguro que a escolta pernoitasse ali e assim evitaria qualquer tipo de assalto. No amanhecer do sábado, porém, uma multidão armada apareceu espalhada por várias entradas da povoação. O grupo rasgou um edital afixado no local e dirigiu-se à

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus de Vitória da Conquista, Doutorado em História.

<sup>2</sup> A organização policial e judiciária na província de Pernambuco foi reformulada pela Lei Provincial nº 13, de 16 de abril de 1836. Muitos dos poderes que o Código de Processo de 1832 havia dado aos juizes de paz foram retirados e repassados aos prefeitos, que passavam a ser a principal autoridade policial em cada comarca. Nomeado pelo presidente da província, o prefeito de comarca era auxiliado em seus trabalhos pelos subprefeitos de cada freguesia (CAVALCANTI JUNIOR, 2019; SILVA, 2014).



casa do major João Guilherme. Renderam o cabo João da Silveira e seus soldados, nada podendo fazer o subprefeito para os protegerem. Os revoltosos soltaram os recrutas alegando que estavam sendo conduzidos não para o engajamento no Exército, mas com o fim de serem vendidos como escravos. Era a primeira de uma série de acontecimentos que se espalhariam pelas comarcas do centro da província de Pernambuco, que chamaremos de Revolta dos Matutos.

A ação na povoação de Caruaru foi motivada por um boato de escravização de homens livres que vinha se espalhando pelo interior de Pernambuco desde fins do ano de 1837. Sua origem estava na interpretação de um artigo da Lei nº 109, de 11 de outubro de 1837. Esta lei regulamentava o modo como deveria se proceder a amortização do papel moeda, desde a criação até à aplicação dos impostos para sua concretização. Um trecho do seu artigo 12 dizia: “Na seguinte sessão, e nas subsequentes, o Governo apresentará uma circunstanciada relação dos Próprios Nacionais que forem desnecessários ao serviço, e que convenha serem vendidos para ser aplicado o produto deles à amortização do papel moeda.” (BRASIL, 1837) A dúvida pairava no significado da expressão “Próprios Nacionais”. Interpretou-se que ela dizia respeito a homens livres que seriam vendidos como escravos a fim do governo levantar o dinheiro necessário à amortização prevista na lei. Como a província passava por um período de recrutamento para tropas de 1ª Linha, começaram a ser espalhados boatos de que homens livres estariam sendo presos como recrutas pelos prefeitos das comarcas, além de guardas nacionais que fossem considerados inaptos para o serviço. Suas cabeças eram raspadas, seus rostos marcados com ferro ou suas cabeças com um carimbo e, finalmente, trocados por africanos ou embarcados para a Inglaterra (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838; *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1838).

O epicentro da crise foi a região que hoje conhecemos como o agreste pernambucano. Tida como uma região intermediária, possui áreas mais úmidas e outras mais secas, à medida em que se aproxima



do sertão. Sua ocupação foi mais tardia, com um povoamento mais intenso a partir do fim do governo holandês na primeira metade do século XVII. Inicialmente com predomínio da pecuária, sua economia foi alavancada com o desenvolvimento da cultura do algodão em meados do século XVIII (ANDRADE, 2005). Na década de 1830 a região, juntamente com o sertão, ficava naquilo que os contemporâneos chamavam de *centro da província*. A outra parte do território era a *mata*, no litoral. O planalto da Borborema separava a província em dois “países” totalmente diferentes, no dizer de José Bernardo Fernandes Gama. Segundo ele, se um viajante que estivesse vindo do litoral e atravessasse aquela barreira natural, acharia que foi “arreatado por um braço invisível, [...] de improviso foi transportado para outro país inteiramente novo, diferente em clima, vegetação, enfim em tudo diverso daquele, que a duas horas pisava”. (GAMA, 1844, p. 3-4) Eram como que duas civilizações distintas. Havia, portanto, o *litoral* e o *interior*. E a visão que se tinha deste último, para muitos, não era das melhores. O *interior* seria sinônimo de ignorância, brutalidade e incivilidade. Foi por esta ótica que o editor do Diário de Pernambuco classificou a região (*Diário de Pernambuco*, 24 de dezembro de 1835). Do ponto de vista da instrução, segundo o escritor, o litoral das principais províncias (Rio, Bahia, Pernambuco e Minas) ainda possuía “algumas luzes” trazidas pelo comércio externo. O restante dos povos, principalmente “os do interior”, encontravam-se “em um estado tão grosseiro, brutal, e montezinho, que apenas se extrema da vida nômade dos selvagens”.

Este interior pernambucano era o lar dos chamados *matutos*, termo com certo sentido depreciativo pelo qual os moradores da capital se referiam aos seus habitantes. Para autoridades locais, a região possuía forte potencial de revolta. O prefeito da comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, dizia que indivíduos rebeldes “formigam pelo centro desta província e da Paraíba”, aguardando apenas uma oportunidade para se reunirem e colocar em prática seus planos. Discursos e ensinamentos vistos como perigosos circulavam



entre os seus habitantes. O mesmo prefeito de Limoeiro acusava o padre Francisco José Correia de Albuquerque de andar influenciando do seu púlpito na Paraíba tanto os povos de lá como o da sua comarca com pregações onde misturava as doutrinas do Evangelho com “algumas ideias repugnantes” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Além da circulação de ideias políticas perigosas do ponto de vista das autoridades, outros dois fatores tornavam a região mais propensa a eventos de quebra da ordem naquele momento. O primeiro deles era a seca que assolava a região e tornava muito difícil a vida da população local. Embora o fenômeno fosse característico do sertão, no início de 1838 o agreste sofria com a falta de chuvas. Parece ser ainda efeito da grande seca que atingiu o Nordeste entre 1835 e 1837, que segundo Lima e Magalhães (2018, 197) castigou duramente o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A miséria provocada por esta seca provocou o fenômeno da migração para outras regiões do Império, com relatos de muitos dos retirantes morrendo durante o deslocamento. Autoridades locais relatavam a dificuldade da população. O prefeito da comarca de Bonito dizia ter que mendigar farinha devido à falta do gênero na região, pedindo inclusive para que o presidente da província lhe remettesse alguma quantidade. Por sua vez, o prefeito de Limoeiro classificava aqueles dias como sendo de fome e miséria (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

O segundo fator era o recrutamento que acontecia naquele período. Desde 1835 que a província de Pernambuco passava pela formação de força de 1ª Linha com vistas a auxiliar o Exército no combate a revoltas. A primeira grande mobilização foi em decorrência da revolta no Pará, que ficou conhecida como Cabanagem. Iniciada em janeiro daquele ano, foi tomando proporções cada vez maiores a ponto de o governo regencial ordenar a formação de uma força a ser enviada para combater os revoltosos. Para se chegar ao total de 600 homens conforme o planejado, o governo provincial teria a autorização de promover o



recrutamento a partir de outubro de 1835 e que poderia se estender até 1837 (CAVALCANTI JUNIOR, 2015, 200-217). Com a eclosão da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1835, a necessidade de novo reforço para a tropa de 1ª Linha também acabou levando a província a continuar com o recrutamento. Na passagem de 1837 para 1838 o governo provincial formava nova leva de soldados a princípio destinados ao sul, mas que acabaram sendo enviados à Bahia para combater a Sabinada, iniciada em novembro de 1837.

Seca e recrutamento agravavam as dificuldades da vida dos homens livres pobres do interior pernambucano no início de 1838. Para aumentar tais dificuldades e piorar a insatisfação, chegava agora um rumor de perda de sua liberdade. A área por onde o boato se espalhou provocando revoltas abrangeu o agreste pernambucano e parte da zona da mata, chegando ao que na época eram os municípios do Brejo, Cimbres, Garanhuns, Bonito, Limoeiro, Santo Antão, Nazaré, Pau d'Alho e Rio Formoso.<sup>3</sup>

O boato teria surgido na região a partir da chegada da notícia da Lei da Amortização, divulgada por um edital da Tesouraria da Província que fora publicado em 23 de dezembro de 1837. Em janeiro do ano seguinte cópias deste edital foram enviadas a todas as comarcas para divulgação em vilas e povoações. Foi quando os acontecimentos eclodiram.

O epicentro da Revolta dos Matutos se localizou na comarca de Bonito. Segundo relato do subprefeito da povoação de Caruaru, major João Guilherme de Azevedo, falsas notícias sobre escravização de pessoas livres pobres estavam circulando pela região. Para ele, os boatos se originaram de uma interpretação dada por Henrique Félix de Dacia,

---

<sup>3</sup> O município correspondia à organização civil do território. Utilizaremos neste trabalho o termo comarca, referente à organização judiciária e que delimitava a jurisdição dos prefeitos. Os municípios de Cimbres e do Brejo faziam parte de uma só comarca, a do Brejo. Da mesma forma os municípios de Nazaré e Pau d'Alho formavam a comarca de Nazaré. Os demais municípios citados coincidiam também em ser comarcas.



então juiz de direito do cível na comarca, ao texto do edital da Tesouraria da Província. A dúvida em torno da expressão “Próprios Nacionais” do artigo 12 teria sido interpretada pelo juiz como fazendo referência a pessoas, o que disseminou o medo no povo da região. Em defesa do juiz Henrique de Dacia saiu o tenente coronel comandante do Batalhão da Guarda Nacional do município, José Moreira Alves da Silva. Ele teria testemunhado a ação do juiz no dia 21 de janeiro para convencer muitos habitantes da vila que o procuraram a fim de saber o que significava o dúbio artigo da nova lei. Henrique de Dácia teria esclarecido que o texto se referia aos bens nacionais desnecessários ao serviço e que deveriam ser vendidos para o seu produto fosse aplicado na amortização do papel moeda (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Neste clima de desavenças e acusações mútuas entre autoridades, o prefeito da comarca, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, pensou em mandar elaborar um outro edital e publicá-lo em todas as povoações da comarca para desmentir aquelas falsas notícias. No entanto, como o subprefeito de Caruaru lhe garantiu que tudo estava tranquilo, temeu que esta sua ação acabasse por avivar na população uma ideia que parecia ter se dissipado e decidiu por não agir. Quando menos esperava, foi surpreendido pela notícia dos acontecimentos do dia 27 de janeiro ocorridos em Caruaru, os mesmos que envolveram a escolta de policiais do Brejo que por ali passava e era comandada pelo cabo João da Silveira.

Imaginando que os eventos de Caruaru foram isolados e não se repetiriam, as autoridades novamente foram surpreendidas. Por conta de um problema de saúde, o prefeito Vitoriano Borges foi para Recife e deixou interinamente no cargo Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, irmão do juiz Henrique de Dácia. No dia 1º de fevereiro chegaram à povoação de Caruaru dezesseis presos, sendo quinze recrutas e um preso de justiça, remetidos pelo prefeito de Garanhuns para a capital. Foi dado um toque de alarme das vizinhanças da povoação e surgiu um



ajuntamento de cinquenta indivíduos armados dispostos a saltarem os presos. Somente com a interferência de autoridades e pessoas bem quistas da localidade foi que, a muito custo, os amotinados se convenceram a mudar seu intento. A escolta continuou seu trajeto e desta vez foi por Rio Formoso, se desviando de Santo Antônio para garantir maior segurança. Também na povoação de Gravatá outro fato ocorreu no mesmo dia. Um grupo de sessenta homens armados se apresentou na porta do notário exigindo o edital com a Lei de 11 de outubro de 1837. A saída encontrada pelo notário foi inventar a história de que aquele edital não mais valia. Desta forma o grupo saiu dando vivas ao seu nome e sem provocar maiores distúrbios.

Para completar o quadro de dificuldades em Bonito, o prefeito interino ficou sabendo de alguns “sujeitos desprezíveis” da povoação de Caruaru que se dirigiram a Panelas de Miranda, distante 7 léguas da vila e pertencente à comarca de Garanhuns. O objetivo seria o de seduzir os cabanos para que participassem de suas ações. Estes remanescentes da Guerra dos Cabanos já andavam desconfiados de um censo que o presidente Francisco do Rego Barros ordenara fazer por meio dos prefeitos das diferentes comarcas. Os cabanos simplesmente se recusavam a dar informações, alegando ser aquilo um meio do governo conhecer quais eram as suas forças a fim de poder lhes fazer nova guerra. A tensão aumentou com a notícia de que os cabanos compraram bastante pólvora e se recusavam a ir à feira na povoação. O pesadelo de um novo conflito armado voltava a rondar a mente das autoridades da região. Ainda mais quando um outro personagem daquela guerra voltou à tona: o antigo capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo. A presidência da província havia levantado a possibilidade de nomeá-lo para liderar a tropa que combateria os sediciosos. Tal notícia se espalhou pela região e causou assombro, pois temia-se que ele se aproveitasse para perseguir os seus desafetos. Parece que o presidente da província, Francisco do Rego Barros, atendeu à sugestão de Miguel Villar e não deu qualquer poder a Torres Galindo.



Vizinha à comarca de Bonito, a do Brejo da Madre de Deus também enfrentou problemas sérios. O prefeito Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho ficou sabendo dos acontecimentos em Caruaru através de pessoas que chegavam daquela povoação. Foram seus soldados de polícia os rendidos pela multidão de revoltosos. Já era dia 30 de janeiro e eles ainda não haviam retornado. Temeroso de que o tumulto em Bonito afetasse a sua comarca inteira, começou a tomar algumas medidas. Deu ordens ao coletor do termo para não afixar os editais que havia recebido e oficiou às autoridades de Caruaru pedindo maiores informações. Como não tinha munição e pólvora, apreendeu uma porção que estava à venda com o compromisso de devolvê-la caso não a utilizasse. Por fim, ordenou a alguns soldados da Guarda Nacional para que permanecessem na vila até que os soldados da polícia retornassem de Caruaru (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Os policiais só foram chegar na noite do mesmo dia 30. O cabo João da Silveira, que comandava a escolta, contou a história do que ocorreu em Caruaru. Estranhamente os sediciosos não se apossaram do armamento e nem da munição que a escolta levava, devolvendo até as algemas para o cabo. O prefeito desconfiou. As 14 léguas que separavam a povoação de Caruaru da vila do Brejo poderiam ser percorridas em dois dias. O cabo e os soldados levaram três. A desculpa que deram foi a doença de um dos companheiros que por lá ficou. Mais que isso, o prefeito achava que na verdade eles simpatizaram com os revoltosos. Sua desconfiança foi reforçada pela maneira irritadiça com que o cabo respondia aos seus questionamentos.

A esperança do prefeito do Brejo de que a situação não fugisse ao controle foi se desfazendo. A falsa notícia de escravização de recrutas se espalhou rapidamente. O rompimento de Caruaru levava a população a acreditar em todas as histórias que iam sendo inventadas. Os soldados da escolta garantiam às pessoas que tudo era verdade, pois ouviram os sediciosos lendo os documentos oficiais que eles levavam para serem



entregues ao governo na capital. Segundo eles, nestes documentos o prefeito fazia recomendações relativas aos recrutas e aos próprios soldados. Outra denúncia que chegou ao prefeito foi a de que os mesmos soldados haviam se acertado com os revoltosos de Caruaru, prometendo se sublevar e soltar os presos da cadeia ao chegarem na vila. Diante disto, o prefeito resolveu fazer aos soldados algumas admoestações. Nesta ocasião um deles se apresentou portando uma faca de ponta. O prefeito decidiu por prendê-lo e percebeu “todos os sinais de perfeita insubordinação” em alguns dos demais. Ao se retirarem para o quartel, recebeu nova denúncia de que pretendiam pedir-lhe a soltura do companheiro com armas em mãos. A tensão e a desconfiança em relação à força policial eram grandes. No dia anterior a estes incidentes, dois soldados haviam desertado e levaram consigo suas armas e munição. O soldado que diziam ter ficado doente em Caruaru, até àquele momento também não havia retornado.

O clima na vila e na comarca não era nada bom. O próprio prefeito não tomava medida mais enérgica porque observava uma insatisfação generalizada no meio do povo. Resolveu assumir uma atitude passiva diante da situação até que a presidência tomasse providências mais eficazes. Notícias aterradoras não paravam de chegar. O notário do distrito de Jacarará havia recrutado um homem e, quando o conduzia à vila, a escolta foi atacada por uma força armada saída do lugar chamado Jundiá e o recruta evadiu-se. O subprefeito de Cimbres o informou que os habitantes de Carrapicho e Papagaio diziam que se oporiam a quem se apresentasse ali fazendo recrutamento. Quase todos os distritos afirmavam que fariam o mesmo. Recebeu inclusive denúncias a respeito de um plano dos sediciosos de Caruaru que pretendiam invadir a vila do Brejo e assassinar o prefeito.

Em lugares mais afastados da comarca do Brejo a situação não era muito diferente daquela que o prefeito enfrentava na vila. Segundo o subprefeito Salvador dos Santos Monteiro, o distrito de Fundão se achava cheio de revoltosos. No dia 14 de fevereiro, na povoação de Olho



d'Água, distrito de Buíque, foi feita uma prisão e isso bastou para Manoel Rodrigues da Silva, um ex-notário, juntar uma escolta de homens armados e irem soltar o dito preso. A coisa estava tão esquisita, que logo depois da saída do Manoel Rodrigues e seus homens, um segundo grupo apareceu para soltar o mesmo preso. Os dois grupos eram formados por trinta e tantos homens. Pelo que observava o subprefeito, boa parte do povo estava disposto a pegar em armas para se opor a qualquer prisão que fizessem no distrito. Pessoas armadas andavam pela povoação sem nenhum respeito. Faltava pouco para que as casas dos “melhores cidadãos e inocentes famílias” fossem roubadas e assassinadas, tudo a pretexto do artigo 12. O notário do distrito do Passo, Manoel Martins da Costa, advertiu ao subprefeito dizendo que o povo do lugar estava prometendo soltar qualquer pessoa que fosse recrutada e ainda lhe mandariam bala. Segundo um comerciante de Maceió que passava por ali, nas conversas que tinha tido com os povos da região, todos se achavam revolucionários. Já andavam dizendo de boca cheia que os brancos não eram nada a vista dos pardos e sociedades secretas possuíam listas de pessoas a serem assassinadas (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Outra comarca vizinha à de Bonito que passou por problemas mais sérios foi a de Limoeiro. O local de maior preocupação era a povoação de Taquaritinga. Segundo o seu subprefeito interino, Manoel da Cunha Pereira, tudo começou com a publicação no dia 21 de janeiro do edital em cumprimento da Lei de Amortização. Por conta do já afamado artigo 12, o povo se revoltou a ponto de pegar em armas. Por muita “acomodação” sua e das melhores pessoas do lugar, conseguiram diminuir a fúria da população. Para ele a situação em sua região era extremamente grave: não se atrevia a fazer recrutamento e nem prisão alguma, pois o povo achava que os queria como cativos. Manoel da Cunha considerava-se cercado, sem saber como resolver a situação e até correndo risco de vida. A partir deste relato e de outras informações que recebia, o prefeito de Limoeiro concluiu que o boato do cativo havia se espa-



lhado por toda a comarca incentivando desordens. Nem sequer no Destacamento de Polícia da vila ele tinha confiança, pois considerava que os soldados haviam sido influenciados pelos boatos. Dias se passaram nesta tensão, até que em 21 de fevereiro ele recebeu a notícia de que no lugar denominado Carrapato, freguesia de Taquaritinga, limítrofes da comarca de Limoeiro com a de Bonito, estava acontecendo uma reunião de gente armada. Um certo Manoel Mariano, auxiliado por João Lopes, espalhava notificações sediciosas e atraía simpatizantes. Já tinha conseguido arregimentar cem homens e o número tendia a aumentar. Seu plano era o de descer em direção à vila assassinando, roubando e perpetrando todo tipo de desordem. Tornava-se urgente, em seu entendimento, medidas por parte da presidência.

Na comarca de Garanhuns, também colada à de Bonito, o boato da escravização gerou problemas na freguesia de Altinho. Ali dois indivíduos rasgaram um edital da câmara municipal achando ser o referente ao da Lei de 11 de outubro de 1837. A população da freguesia foi tão afetada pelas histórias de Caruaru que o seu subprefeito estava com medo de continuar com o alistamento do povo para a organização do mapa estatístico, pois as pessoas diziam que este alistamento seria para saber o número dos que haveriam de ser vendidos. Com isso, negavam-se a dar os seus nomes.

Em outras comarcas vizinhas o boato se alastrou entre os seus habitantes, mas não ocorreram tantos transtornos. Em Santo Antão, que ficava no caminho entre Bonito e a capital, o prefeito Laurentino Antônio Pereira de Carvalho inicialmente se assustou com as notícias de Caruaru. O “mal” teria chegado até o pé da serra das Russas, limite de sua jurisdição. Nada de mais grave aconteceu. Recebeu algumas notícias vagas de que pessoas na povoação de Escada estavam incitando guardas nacionais à insubordinação e desobediência. Muitos habitantes fugiam para as matas com medo de serem recrutados. Em alguns lugares o povo falava “surdamente” do boato do cativo, mas não se atreviam a ações de insubordinação. Na comarca de Rio Formoso o boa-



to trouxe inquietação aos seus habitantes, mas nada que resultasse em ações sediciosas. O foco de maior tensão parece ter se concentrado em Tamandaré, onde existia um forte. As explicações do prefeito por meio de um edital, auxiliado pelo comissário de polícia e pelo comandante da fortaleza, foram suficientes para acalmar o povo.

Segundo a documentação, a única comarca mais distante de Bonito e que não lhe fazia divisa a ser atingida pelo boato foi a de Nazaré. Assim como aconteceu nas de Santo Antão e Rio Formoso, não ocorreu nada de mais grave. O subprefeito da freguesia de Glória dava notícias de que em alguns lugares da região existia muita gente escondida no mato por conta do boato de que os pretos e pardos recrutados para o Exército seriam vendidos. O caso mais estranho se passou na freguesia de Pau d'Alho. Segundo o seu subprefeito, apareceu na capela do Engenho Eixo um grupo de doze a catorze indivíduos armados. Aqueles homens estavam em busca de um bando que lhes contou ter sido lido pelo capelão daquele lugar um documento onde se ordenava a escravização de pardos e pretos forros. Sendo informados de que aquilo não era verdade, o grupo se retirou sem maiores problemas e sem serem conhecidos das pessoas que estavam presentes.

Para combater a desordem provocada pelo boato de escravização, os prefeitos e subprefeitos tinham à sua disposição a Força Policial e a Guarda Nacional. No entanto, em nenhuma das comarcas mais afetadas estas forças repressivas do Estado tinham estrutura ou capacidade de dar conta do cumprimento da tarefa de controlar os distúrbios que iam se espalhando. A saída foi apelar para a presidência da província a fim de que enviasse uma força militar.

A resposta do governo provincial foi o envio de uma tropa composta por soldados do Corpo Policial da capital. No dia 3 de fevereiro marcharam cem praças em direção à comarca de Bonito. No dia seguinte marchou o restante do Corpo. Para que Recife não ficasse desguarnecida, o 2º Batalhão da 1ª Legião da Guarda Nacional do município foi aquartelado a fim de fazer as tarefas de polícia. Formada por infantaria e cavalaria,



a tropa era comandada pelo major Pedro Alexandrino de Barros Cavalcante e chegava a um número de trezentos soldados. No dia 8 passaram por Santo Antônio, onde a dificuldade de se encontrar cavalos atrasou a marcha da cavalaria. Finalmente chegaram à vila de Bonito nos dias 10 e 11. Segundo o prefeito interino, os moradores dos subúrbios a princípio ficaram assustados com a chegada da força devido às más lembranças da maneira como as expedições na Guerra dos Cabanos se comportaram. No entanto, acabaram se convencendo de que o procedimento agora seria outro e até à feira voltaram a frequentar. Quanto aos povos das povoações e lugares limítrofes da comarca, as desconfianças não cessariam tão facilmente (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

A presença daquela força militar ajudou a conter os ânimos. A ideia inicial era deixar uma parte da tropa estacionada na povoação de Caruaru, origem dos distúrbios, outra permaneceria na vila de Bonito e uma terceira seria enviada para o Brejo. Uma vez pacificadas as comarcas de Bonito e do Brejo, boa parte dos soldados precisou ser deslocada para Limoeiro com a missão de fazer frente à tensão que aumentava na freguesia de Taquaritinga. Ao mesmo tempo o governo provincial suspendeu o recrutamento, justamente um dos elementos centrais das notícias da escravização. Isso ajudaria a diminuir a tensão entre os habitantes. As exceções ficariam para vadios, desordeiros e propaladores de “ideias anárquicas”, os quais continuariam sendo detidos.

A Força Policial permaneceu na região por mais de um mês, começando sua retirada de volta à capital no início do mês de março. Parte da tropa, no entanto, permaneceu em Bonito, no Brejo e em Limoeiro para precaver qualquer nova quebra da ordem. E era mesmo preciso, pois as autoridades tinham consciência de que o medo e a desconfiança dos habitantes de suas comarcas não haviam se extinguido por completo. Como dizia o prefeito do Brejo, ao relatar a pacificação promovida no lugar de Olho d’Água, o povo não estava limpo de coração, mas se mostrava na aparência. A sua comarca encontrava-se em paz; quando não no todo, pelo menos na maior parte.



Os prefeitos conseguiram identificar e prender alguns indivíduos por envolvimento nos tumultos. O número é reduzido diante da quantidade de pessoas citadas pela documentação. Só em Caruaru, no dia 27 de janeiro, eram mais de cem pessoas. Em Bonito, seis indivíduos foram presos. José Joaquim de Santa Ana e João José Bezerra foram encaminhados em companhia da Força Policial que retornava à capital para servirem como recrutas. Teriam o mesmo destino os “cabras retintos” Manoel de Araújo da Purificação, Gonsalo Ferreira, José Raimundo e o pardo Manoel Correia de Mendonça. Em Limoeiro foram presos quatro indivíduos suspeitos de participarem da revolta na freguesia de Taquaritinga: os pardos Pedro Gomes da Silva e José Gonçalves de Moura, além dos brancos Manoel Vicente de Santana e João Vicente de Santana. Todos eram casados (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Além dos participantes, foram presos alguns indivíduos responsáveis em propalar o boato e instigar a população a se engajar nos eventos. Na comarca de Nazaré foi preso Manoel Pedro do Nascimento por ser desertor e andar “propalando a seita que apareceu no Bonito”. Na região da freguesia de Laranjeiras foi detido Francisco Ignacio. Estava vindo da Baía da Traição, na Paraíba, em direção a Bonito, onde dizia ter um irmão. Não possuía passaporte e acabou dando motivos para a suspeita de ser um dos colaboradores da desordem em Bonito e Limoeiro. Além do mais, Francisco nem Francisco era. O prefeito de Nazaré tinha certeza de que ele se chamava na verdade Miguel Pereira dos Anjos, desertor de um Destacamento de Alagoas. No interrogatório o incógnito cidadão confessou ter sido da 6ª Companhia do 7º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha em Recife, mas que havia dado baixa. Em Limoeiro, João de Barros Rego, branco e solteiro, foi preso acusado de andar aliciando pessoas para a revolta baseando-se nos boatos que corriam pela comarca. Também foram detidos Manoel Vicente de Santa Ana e José Francisco Florêncio, ambos brancos e casados. A acusação era de andarem “apregoando por esta Comarca ideias de cativoiro”.



A Revolta dos Matutos não trouxe maiores problemas para o governo. Limitou-se à resistência por parte da população diante de algumas autoridades e libertação de presos e recrutas. Não há relato de conflitos mais sérios entre tropas legalistas e revoltosos, seja pelo temor destes ou pela simples desproporção bélica entre as duas partes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 5, p. 83-84, 15 de março de 1838; p. 377, 1º de fevereiro de 1838; p. 382, 8 de fevereiro de 1838; p. 400-401, 23 de fevereiro de 1838; p. 402, 26 de fevereiro de 1838; p. 510, 3 de fevereiro de 1838; p. 512, 16 de fevereiro de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 6, p. 130, 27 de fevereiro de 1838; p. 153, 1º de setembro de 1838; p. 190-191, 30 de janeiro de 1838; p. 192-193, 31 de janeiro de 1838; p. 194-197, 3 de fevereiro de 1838; p. 200-204, 7 de março de 1838; p. 211, 20 de março de 1838; p. 287, 28 de janeiro de 1838; p. 291, 5 de fevereiro de 1838; p. 292-293, 30 de janeiro de 1838; p. 296-297, 6 de fevereiro de 1838; p. 300-302, 12 de fevereiro de 1838; p. 303, 13 de fevereiro de 1838; p. 319, 4 de março de 1838; p. 322, 11 de março de 1838; p. 329, 22 de março de 1838; p. 334, 1º de abril de 1838; p. 355, 5 de fevereiro de 1838; p. 358, 11 de fevereiro de 1838; p. 359, 12 de fevereiro de 1838; p. 361, 21 de fevereiro de 1838; p. 366, 18 de fevereiro de 1838; p. 369, 25 de fevereiro de 1838; p. 370, 22 de fevereiro de 1838; p. 372-373, 26 de fevereiro de 1838; p. 377, 4 de março de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Registros de Ofício**, vol. 4/1, p. 35-37, 7 de fevereiro de 1838.

BRASIL, Lei nº 109 de 11 de outubro de 1837, criando e aplicando imposto para amortização do papel moeda; regulando o modo porque se deve proceder a esta operação; e marcando o prazo, dentro do qual deve cessar o troco da moeda de cobre.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. *Cultura política e instituições no Brasil Regencial: a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco (1835-1836)*. **Binacional Brasil Argentina**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v. 9, nº 2, 2019, pp. 174 e 198.

\_\_\_\_\_. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015, pp. 68 e 368.



GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Tomo I. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 6 de fevereiro de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

LIMA, José Roberto de; MAGALHÃES, Antônio Rocha. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 23, n. 46, p. 191-211, 2018.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Jundiá: Peco Editorial, 2014.



## SERTÃO DE PASTOS BONS: UM SERTÃO DE SENHORES/ AS DE BOIS, TERRAS E DE GENTE

 Antônia de Castro Andrade<sup>1</sup>

O presente artigo contém alguns apontamentos de uma pesquisa em andamento sobre a escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX. Destacando as relações estabelecidas entre a população escravizada, livre e liberta que constituiu a paisagem social das fazendas de gado que marcaram o processo de colonização daquela parte do Maranhão. Tal debate ainda se encontra ausente nas discussões e nas produções historiográficas sobre a história daquela região.

Para compreender a complexidade existente na sociedade sul-maranhense que se formou com a chegada dos primeiros colonizadores é preciso avançar nos estudos desse período de nossa história. Para tanto, é necessário problematizar algumas questões que possam apontar novos direcionamentos para pensarmos a história do Maranhão a partir de perspectivas e categorias de análises que nos permitam ir para além de uma única referência espacial, o norte do Estado, precisamente a capital São Luís.

Já se sabe que “[...] A criação de gado, ao contrário dos argumentos de alguns estudiosos, não dispensou a mão de obra do escravo africano[...].” (RIBEIRO, 1990, p.54). No caso da lida nas fazendas de gado que

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de pós graduação da UEMA- Universidade Estadual do Maranhão (2020-2024). Mestra em História Social pela UFMA- Universidade Federal do Maranhão (2017). Docente efetiva do IFMA- Campus Itapecuru-Mirim.



surgem nos sertões maranhenses junto com o processo de conquista feito por baianos e pernambucanos, Francisco de Paula Ribeiro nos conta que, esses últimos exigiam “[...] poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo com seus próprios filhos os cuidados daquele manejo [...]” (apud FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.117). Ainda sobre a população que se estabeleceu nas campinas de pastos bons, Francisco de Paula Ribeiro diz que “[...] não passava de cinco mil habitantes brancos e menos de mil escravos negros[...]” (apud FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.142). Não é porque o número de escravizados/as empregados/as na atividade pecuária tenha sido menor que a empregada na lavoura de arroz e algodão maranhense que a importância da presença daqueles sujeitos na construção da sociedade sertaneja sul-maranhense deva ser relativizada.

Nos textos produzidos sobre as relações sociais que foram tecidas no interior das fazendas de gado há uma lacuna no que diz respeito a importância da presença e da influência que negros/as escravizados/as exerceram na dinâmica que construiu aquele universo social. Esse silêncio reverbera dentro das salas de aula de história. Se não está presente nas narrativas que se constrói sobre aquele lugar, portanto, não houve? Se não foi o “elemento” preponderante na dinâmica das relações estabelecidas entre fazendeiros/as e seus dependentes, não merece ser citado? Falar sobre a escravidão negra no sul-maranhense é um desafio muito grande, pois não temos tantas referências bibliográficas disponíveis, além das dificuldades na coleta da documentação.

Cabral (1992), em seu *Caminhos do gado*, nos diz que o processo de colonização do território maranhense foi realizado de duas formas: no norte houve a implantação da agroexportação, com forte presença do Estado Português, amparado no emprego da mão de obra escravizada negra, chamada por ela de frente de expansão litorânea. Já no sul-maranhense, ainda segundo Cabral, a colonização tomou outros rumos. Lá foi realizada por vaqueiros vindos da Bahia e Pernambuco, tangendo suas boiadas e formando currais, que eram administrados por eles e



seus filhos (“brancos”). Foi a pecuária que possibilitou a conquista de tão vasto território. No sul-maranhense se desenvolveu a frente de expansão pastoril ou interior. Assim, Cabral contribuiu para a construção, no imaginário popular, da existência de dois territórios maranhenses claramente demarcados, um negro e escravista, no norte e outro “branco” e pecuarista, no sul.

Ainda sobre a organização da administração das fazendas no sertão sul-maranhense, Cabral destaca que era o fazendeiro que estava à frente das atividades desenvolvidas dentro e fora das propriedades. Estas eram formadas, basicamente, “pelo casal (fazendeiro e mulher), seus filhos, parentes e pelos outros dependentes do fazendeiro – vaqueiros, fábricas, agregados e aventureiros”. Sobre a participação de sujeitos escravizados naquelas unidades produtivas, diz a autora:

O trabalho escravo e o livre foram utilizados com frequência. Ao que parece, os escravos desempenhavam função subalterna atribuída aos fábricas. **Em nenhuma fonte consultada encontramos referência a vaqueiros escravos, o que nos leva a sugerir que os vaqueiros eram sempre recrutados entre os trabalhadores livres** (CABRAL, 1992, p.106, grifo meu)

Esta afirmação de Cabral corrobora com as afirmações feitas por Francisco de Paula Ribeiro e por Carlota Carvalho. Esta última afirma que “O texto de Paula Ribeiro registra em São Felix de Balsas [...] a presença de pacíficos índios Acroá em ‘mais de sessenta fogos’ (sessenta famílias) convivendo com o homem branco vaqueiro” (CARVALHO, 2011, p.138).

É interessante observar como a literatura e os discursos produzidos sobre o espaço chamado *sertão maranhense* também forjaram a ideia de uma identidade regional a partir da figura do vaqueiro, visto como homem livre e “branco”. Criou-se um mito fundador para diferenciar o sertanejo do habitante do litoral, do que morava na capital da província. O sul-sertanejo seria rural, boiadeiro, levado e determinado pelos aboios dos berrantes, pelas práticas sociais gestadas no interior e no



entorno das fazendas de gado, dialogando cotidianamente com as realidades nos poucos e espaçados pequenos centros urbanos ali existentes.

No entanto, os vestígios encontrados até o momento na documentação cotejada vêm desenhando um sertão mais complexo, dinâmico e mestiço não só na cor da pele, mas também nas relações que foram construídas dentro e fora das porteiras das fazendas sul-maranhenses. Os/as escravizados/as poderiam em alguns casos sofrer com a violência, tão característica desse tipo de relação, mas também construíram estratégias que lhes possibilitaram criar espaços de negociação, de acordos, muitas vezes velados, e também de resistência.

É preciso aprofundar as análises sobre a composição social construída dentro e fora das fazendas sul-maranhenses e relativizar a existência da “formação de uma cultura homogênea típica em todo o vasto sertão de Pastos Bons” (CABRAL, 1992, p.166). Que tinha na fazenda de gado, constituída e determinada pelo vaqueiro livre/branco com sua mão de obra livre, o elemento que “definiu o caráter do povoamento[conquista]” (CABRAL, 1992, p.145) e acabou determinando também as relações sociais que foram construídas naquela região. Na sociedade que se forma no sertão de pastos bons havia espaços nos quais os escravizados/as se moviam socialmente e até mesmo exerciam atividades que antes se acreditava serem de exclusividade do homem livre e branco.

Citarei como exemplos os casos de Francisco, “crioulo, com trinta e um annos, pouco mais ou menos, solteiro, **vaqueiro**, natural desta província [...]”, arrolado entre os bens semoventes de um proprietário falecido (Inventário *post-mortem* de Justino Antônio de Medeiros, 1877, fl.58v, grifo meu); do escravizado Cacimiro, “de cor parda, com idade de quinze annos, solteiro, **vaqueiro**, natural deste termo [...]”, que administrava uma fazenda, cujos bens foram inventariados em 1879 (Inventário *post-mortem* de Manoel Pedro de Brito, 1879, fl.7v, grifo meu) e de João “[...] crioulo, quarenta e dois annos de idade, cazado, natural de Pastos Bons, desta Província, **vaqueiro**[...], que foi vendido para Trajano Lino



Rodrigues em 28/01/1871(Livro de Registro de Compra e Venda de Escravizados(as) 1869-1876, p.19v, grifo meu).

Ao assumirem as funções de vaqueiros, Francisco, Cacimiro e João não só relativizaram, mas inverteram a ordem das coisas. Não eram mais controlados e vigiados da mesma forma que os/as demais escravizados/as. Interessante como esses exemplos nos mostram a existência dos contrastes, das contradições e tensões que foram responsáveis pela formação e diversidade do que chamamos sertão sul-maranhense. Competia ao vaqueiro, por exemplo, delegar as funções cotidianas realizadas na fazenda e, na ausência do fazendeiro/a seu/ua senhor/a, cabia-lhe o gerenciamento das atividades. Histórias como a de Francisco, Cacimiro e João ainda permanecem ausentes das discussões em sala de aula e dos livros sobre a história do Maranhão. Nesses espaços ainda se repete o mesmo discurso: os vaqueiros que ocuparam a região do Sul do Maranhão eram homens livres e brancos.

Assim, os vestígios presentes nesses inventários e nesse registro de compra e venda de escravizados/as deixados por aqueles senhores de gado, terras e também de gente, da região sul-maranhense possibilitaram perceber a existência de um sertão caracterizado por vínculos sociais múltiplos e variados. O conflito era presente, mas houve espaços para as negociações, nas quais os sujeitos iam construindo espaços de sociabilidades e de solidariedades no cotidiano das fazendas.

Ainda sobre a análise dos inventários dos/as proprietários/as e/ou dos registros de compra e venda de escravizados/as, é preciso ficar atento “[...] aos pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais[...].”(GINZBURG, 1989,p.150) são nesses ‘detalhes’ muitas vezes não tão visíveis da documentação que pode ser encontrado a chave para se ter uma melhor compreensão sobre as relações que foram construídas entre os sujeitos que viviam na região dos pastos bons maranhense na segunda metade do dezenove.

A lei Eusébio de Queirós de 1850, que tornava ilegal a importação de mão de obra africana, só contribuiu para aumentar o cenário de crise



da economia maranhense. A partir de então, acentua-se no Maranhão “[...] um movimento de exportação de escravos para fora da Província, dando origem a um novo ramo de negócios, sobre o qual as autoridades constituídas não conseguiram ter nenhum controle, o tráfico interprovincial (RIBEIRO, 1990, p.84). O Maranhão junto com várias províncias empobrecidas do Norte-Nordeste, tornaram-se, nas palavras de Ribeiro, uma “nova costa africana” (RIBEIRO, 1990, p.84).

Os vestígios presentes nos registros de compra e venda de escravizados/as podem ajudar a compreender como todo esse contexto influenciou nas variações dos preços dos/as escravizados/as que foram vendidos/as ou/e comprados/as pelos/as fazendeiros/as sul-maranhenses. Mas não só. Os vestígios presentes em tais documentos podem ajudar a pensar não só sobre a dinâmica do tráfico interno de escravizados/as a partir do comércio interprovincial do Sul do Maranhão; como também, fazer uma leitura sobre as relações que vá para além da perspectiva dos “[...] custos ou lucros, valendo tantos contos de réis e nada mais[...]” (CHALHOUB, 2011, p.55).

Nessa perspectiva, ao analisar tal documentação é importante buscar um olhar que fuja daquela ideia de se estar diante apenas de um “[...] escravo-mercadoria, apenas mais um item nos cálculos dos débitos e dos haveres de negociantes e proprietários[...]” (CHALHOUB, 2011, p.56). São homens e mulheres carregados de histórias e subjetividades, que buscam diariamente estratégias para resistir a um sistema que teimava em os silenciar e os coisificar. Nessas lutas diárias

[...] há escravos que fogem; outros que decepcionam seus compradores e são devolvidos; outros que ficam doentes e provocam a anulação de transações já realizadas[...] (CHALHOUB, 2011, p.56)

Das 35 escrituras de compra e venda, analisadas até agora, em nenhuma foi registrada que o/a escravizado/a tinha como destino os mercados do sudeste. A província de Goiás e o Pará aparecem como os centros comerciais preferidos para a venda da mão de obra cativa fei-



ta pelo/as fazendeiros/as de Carolina. Em 07/08/1869, Hermenegildo Gomes de Castro compareceu ao cartório de Carolina para registrar a escritura de compra e venda de um de seus escravizados, Higyno, “[...] *cabra, de dez annos de idade, pouco mais ou menos, natural deste termo*[...]”. Seu novo proprietário, a partir daquela data, seria o Tenente Coronel Felisdelphio Antonio Noronha, morador na **Província de Goiás**[...] (LR-CVE<sup>2</sup>, 1869-1876, p.2, grifo meu).

O mesmo aconteceu com Isequiel, “[...] *criollo, 50 annos de idade, sem officio, solteiro, natural da Provincia do Pará, por setecentos mil réis*[...]” (LR-CVE, 1869-1876, p.2), que foi vendido em 04/06/1870 pelo seu senhor, Manoel José da Silva Braga e **morador de Carolina** para o Tenente Coronel Antonio Noronha, **morador de Goiás**. Tais registros além de mostrarem a dinâmica do tráfico interprovincial, também nos suscitam algumas questões sobre os sujeitos neles envolvidos. Chalhoub diz que “[...] era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda[.]” (2011, p.36). Assim, fico a conjecturar quais seriam as pressões, o jogo de interesse, os acordos e os conflitos, que antecederam a venda de Isaquiel? Que estratégias de luta Isaquiel foi elaborando em seu cotidiano antes de chegar aquele momento? Não sei se até o final da pesquisa, que envolve a análise em outros *corpus documentais*, conseguirei responder esses questionamentos.

Eram homens a maioria dos escravizados presentes nos registros de compra e venda analisados, 22/35. O mesmo gênero predominou nas transferências de mão de obra cativa feitas em outras partes do Maranhão para o Rio de Janeiro, durante o mesmo período (JACINTO, 2015, p.262). Citarei algumas exceções em relação as vendas ocorridas no sertão de pastos bons, o primeiro caso foi o de Luísa “[...] *escravinha, cabra, onze annos de idade, pouco mais ou menos*[...]” vendida por 400.000 réis

<sup>2</sup> A partir de agora utilizarei a sigla LRCVE para me referir aos Livros de Registro de Compra e Venda de Escravizados/as.



(LRCVE, 1869-1876,p.11V); Prachedes “[...] *escravinha, cabra, de nove annos de idade*[...]”(LRCVE, 1869-1876,p.12V) vendida pelo mesmo valor que Luisa e Joana “[...] *escrava, cafuz, dozoito annos*[...]” que foi negociada pelo valor de 850.000 reis(LRCVE, 1869-1876,p.13V). Todas eram naturais de Carolina.

Em relação a faixa etária dos escravizados e escravizadas registrados nas escrituras de venda registradas no cartório de Carolina, variavam entre crianças de 6 anos a adultos de 58 anos de idade. Foi o caso de “[...] Germano, cor cabra, **58 annos**, pouco mais ou menos, solteiro, roceiro, natural da vila de Codó desta província, quebrado de uma das verilhas [...] que foi vendido por Julianna Moreira Pereira para Manoel Gonçalves de Sousa, ambos moradores em Carolina, em 22/08/1872. O registro de compra e venda ainda traz algumas informações sobre o referido escravizado que além de ter uma das “verilhas quebrada” no momento do registro da venda “[...] se achava fugido[...]

 (LRCVE,1869-1876, p.24v, grifo meu). Esse exemplo nos leva a pensar nas estratégias possíveis criadas por aqueles sujeitos escravizados, que mesmo com alguma dificuldade física, sonharam e buscaram a tão desejada liberdade. Não era apenas a existência de relações pautadas em uma “*mansa e passifica posse*”, como vem escrito em vários registros de compra e venda de escravizados/as, que definiam os vínculos entre os/as escravizados/as e seus/uas senhores/as. Eles fugiam, resistiam.

Em 25 de agosto de 1869 foi aprovada uma lei “[...] proibindo a separação de maridos e esposas e também dos filhos menores de 15 aos de seus pais escravizados [...]” e que [...] foi ratificada pela Lei do Ventre Livre, de 1871, reduzindo-se a idade dos filhos para 12 anos [...] (JACINTO, 2015, p. 26). Os/As fazendeiros/as sul-maranhenses ou desconheciam ou simplesmente não respeitaram tal determinação ao comercializarem seus/uas escravizados/as.

Em 04.12.1869 Marcones de Abreu Valadares, por exemplo, registrou a venda de “[...] *Pedro, cabra, de onze annos de idade* [...]” (LRCVE,1869-1876, p.6). O mesmo ocorreu em 24.11.1869 com o menino Sabi-



no de 9 anos de idade, vendido à “[...] José Antônio dos Santos, morador da cidade de Caxias. Representado por seu procurador Tenente Coronel Manoel Joaquim Pereira [...]” (LRCVE, 1869-1876, p.2V). Nos casos acima percebe-se que as determinações da lei de 1869 não foram seguidas. Os nomes de suas mães não aparecem nos registros. Sobre as crianças vendidas e separadas de seus núcleos familiares Chalhoub nos chama a atenção para o fato de estarmos no momento da pesquisa

[...] lidando com uma realidade social extremamente violenta: são encontros cotidianos com negros espancados e supliciados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados com seus constantes esforços para a obtenção de liberdade, com escravos que tentam a fuga na esperança de conseguirem retornar à sua terra natal [...] (grifos meus, 2011, p.40)

O que por sua vez não aconteceu com Luiza descrita como “[...] crioula, 21 annos, solteria, roceira, natural de Riachão[...]”, **que em 14.01.1875 foi vendida junto com seu filho o pequeno Manoel de apenas 6 anos** (LRCVE, 1869-1876, p.40, grifo meu). Assim como, Roberta “[...] crioula, de 24 annos [...]” que sendo vendida por sua senhora, Luiza Francisca dos Reis, levou para a casa de seu novo proprietário, o Major Filadelphio Antonio Noronha, o “[...] **seu filho Manoel, crioulo de 9 annos[...]**” (LRCVE, 1869-1876, p.22v, grifo meu). A escritura de venda e compra foi registrada em 26.06.1872 em Carolina-Ma. Em relação a esses casos, Jacinto nos diz que:

A partir desse momento [1869-1871], é perceptível, nos registros [analisados por ela], uma maior incidência de escravos de menor acompanhados por suas mães e algumas vezes até da avó (2015, p. 260-60)

Alguns vestígios presentes nos registros de compra e venda de escravizados/as fazem com que o olhar sobre aquela sociedade sertaneja e escravista se amplie. Não era só na lida da roça que homens e mu-



lheres negros/as escravizados/as eram empregados/as. Casemira, por exemplo, que a partir de 27.09.1872 passou a fazer parte dos “bens semoventes” de José Ayres da Silva Jocca, foi descrita como “[...] crioula, cor cabra, 21 annos, solteira, sem filhos, natural desta provincia, **costureira**[...]” (LRCVE,1869-1876, p.27v, grifo meu). Também não era o trabalho na roça o principal ofício de Benta, vendida por Manoel Ribeiro Soares ao Tenente Ildefonso Barbosa Mascarenhas em 29.09.1873, consta em seu registro de venda que ela era “[...] preta, 17 annos, solteira, natural desta provincia e **cozinheira**[...]” (LRCVE,1869-1876, p.36, grifo meu). Benta era mãe da pequenina Egídia de apenas “[...] 18 mezes, de cor cabra, nascida em 23 de março de hum mil oitocentos e setenta e dous [...]” que assim como os pequenos filhos de Luiza e Roberta descritas acima, acompanhou sua mãe naquela nova jornada.

Dados como esses são importantes, pois nos ajudam a compor um cenário diverso, múltiplo e dinâmico que aqueles atores sociais formaram em seu cotidiano. Imaginar uma sociedade sertaneja onde escravizados/as se movimentaram em todos os lugares possíveis construindo espaços onde pudessem negociar, barganha e resistir.

Era uma sociedade dinâmica, mestiça e complexa que se formava no interior das fazendas de gado sul-maranhenses. As relações não eram engessadas. As pessoas não estavam confinadas nas fazendas e nem em seu círculo jurídico-social. Elas se moviam, se encontravam, se relacionavam, se misturavam, invertiam a ordem vigente. Redesenhavam as relações que por muito tempo se acreditavam serem as únicas possíveis de existir (o senhor com a chicote na mão e o escravizado, passivo, que apanhava). O conflito era presente, mas nas relações cotidianas construídas na lida das fazendas foram sendo criadas brechas onde foi possível estabelecer diálogos, acordos e as negociações.

Como compreender a existência de um vaqueiro escravizado? Que tipo de relação “harmoniosa” Francisco, Cacimiro e João teriam estabelecido com seus senhores para ocuparem tal cargo em suas fazendas? Esse sertão não é só rural, é escravista também. Os



colonizadores da Bahia e Pernambuco trouxeram com eles não só gado, mas pessoas escravizadas para juntos construírem suas fazendas, aquela sociedade.

Essas relações não aparecem em livros e nas aulas de história sobre a escravidão no Maranhão. O ensino sobre as relações étnico-raciais no sul-maranhense carece de pesquisas, trabalhos e produção de materiais que possam auxiliar docentes e discentes na construção de um conhecimento que possa dar visibilidade a todos os sujeitos que juntos construíram aquele universo social. E o/a escravizado/a, por muitas vezes ausentes ou negligenciados, tiveram um papel importante nesse processo.

Questiona-se assim, a clássica divisão do Maranhão defendida por Cabral (1992): norte agroexportador, baseado na utilização da mão de obra escravizada e o sul-maranhense pecuarista constituído apenas pelo ação de vaqueiros brancos utilizando a mão de obra livre. É preciso superarmos as narrativas sobre a história da escravidão que apenas coisificam aqueles sujeitos. Ministrarmos um ensino de história sobre a população negra maranhense que possa ir para além das imagens dos/as escravizados/as dos engenhos, meras vítimas de um sistema opressivo.

## RESULTADOS PARCIAIS

É por tudo isso que disse acima que é necessário se (re)pensar os olhares lançados e as análises construídas sobre as relações que foram gestadas dentro e fora das fazendas de gado no sertão de pastos bons na segunda metade do século XIX. Mais do que isso, é preciso construir uma narrativa que possa dar visibilidade e mesmo dizibilidade a todos os sujeitos que compunham aquele universo social, onde o/a escravizado/a negro/a constituiu parte importante daquele processo. Tais discussões precisam transpor os muros das universidades e chegarem às salas de aulas, principalmente das escolas sul-maranhenses, só então,



poderemos problematizar “verdades” tidas como elementos fundantes de nossa história. Não foi só o vaqueiro branco, o indígena e pessoas livres que construíram aquela sociedade formada nos pastos bons dos sertões sul-maranhenses.

É importante ressaltar que aqui foi apresentado apenas um ensaio sobre o direcionamento que a pesquisa está seguindo na construção de novas narrativas sobre a história da escravidão negra no Maranhão. Os vestígios até agora encontrados na documentação analisada já apontam novos horizontes que podem ajudar a compreender a complexidade que pautou as relações que foram construídas entre livres, liberto/as e escravizados/as nas fazendas de gado nos sertões de pastos bons na segunda metade do oitocentos.

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão:** subsídios para a História e a Geografia do Brasil.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira. Ed. da UFPI. 3. ed. 2011. (Coleção Nordestina).

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Companhia de bolso).

## DOCUMENTOS

Escrituras de venda e compra de terras e escravizados/as, inventários *post mortem* das cidades de Carolina e Pastos Bons do Sul do Maranhão. Os documentos estão no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - São Luís- Ma.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira. **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons. A base geográfica e humana do Sul do Maranhão. Imperatriz- MA: Ética, 2007.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão(1846-1885). IN: COSTA, Yuri; GONÇALVES, Marcelo Cheche (orgs). **O Maranhão oitocentista**. 2ªed.revista ampliada. São Luís:Café e Lápis;Editora UEMA, 2015.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão** (1850-1888). São Luís: SIOGE, 1990.



# CANGAÇO COMO FOMENTADOR DO IMAGINÁRIO SOBRE O SERTÃO NORDESTINO: ANÁLISE DA ESCRITA DE GUSTAVO BARROSO

 Isabela de Lorena Zaniboni<sup>1</sup>

Como um desdobramento do meu artigo já publicado intitulado *Gustavo Barroso e a construção de uma história do Cangaço: da bandidagem à revolta sertaneja*<sup>2</sup>, o presente trabalho parte da análise da escrita da história do intelectual folclorista Gustavo Barroso acerca do Cangaço, para examinar como as linguagens além de mostrarem uma realidade, são criadoras dela (ALBUQUERQUE JR., 2011). Partindo da área da História da Historiografia, que compreende que a nossa disciplina carrega sua própria história, a escrita é cercada por debates que partem daquele que escreve e do tempo ao qual essa escrita está inserida (GUIMARÃES, 1998, 5-20). A área vem contribuir para a destituição de discursos já dados, fazendo com que nos mantenhamos “abertos para a experiência e o pensar na história” (ARAÚJO, 2013, p. 41). Mais do que descrever as formas de conhecimento do passado em seu próprio tempo, é preciso que a comunidade compreenda “as suas formas de produção e suas lógicas de transformação” (ARAÚJO, 2013, p. 43). O foco do

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Ver: <<http://ensaiosdehistoria.com.br/index.php/revista/article/view/313/280>> ZANIBONI, Isabela de Lorena. Gustavo Barroso e a construção de uma história do Cangaço: da bandidagem à revolta sertaneja. *Ensaio de História (Franca)*, v. 21, p. 13-33, 2021.



historiador não caberia mais apenas ao objeto, mas em toda a história entorno deste, seus contextos e suas formas.

Mesmo a história sendo sujeita a subjetividade daquele que escreve, o próprio “fato histórico” já carrega em si um sentido, que é uma absorção da história, sendo necessário entender as influências que os documentos recebem em seu lugar de produção, do momento social em que foi nomeado e das práticas científicas presentes nele (CERTEAU, 2010). Segundo Certeau “toda produção de sentido reconhece um evento que aconteceu e que a permitiu” (CERTEAU, 2010, p. 37). A história fabrica o sujeito e o objeto, constrói sentido a eles, mas este sujeito e este objeto inventam sua própria história (ALBUQUERQUE JR., 2007). Assumindo todas essas importantes características na produção da história da historiografia não deixamos de focar em seu objetivo principal que é “de dizer do que aconteceu” (ARAÚJO, 2006, p. 88).

Assim, não apenas aqueles que compartilhavam o espaço com o Cangaço contribuíam para que ele fosse reconhecido, mas também aqueles que escreviam sobre, mesmo distantes e, principalmente estes, já que estavam inseridos nos círculos de sociabilidade intelectual da época, formadores de opinião, seja pela imprensa, seja por participarem de instituições de saberes. Nessa época, com o fim do Império e início da República, há uma maior busca em relação ao ser nacional, ao que era ser verdadeiramente brasileiro, o que já vinha sendo pensado desde a Independência. A partir de Euclides da Cunha, o homem que habitava o interior, o sertão; aquele que estava longe da modernidade proveniente do litoral, passa a ser foco de vários intelectuais que buscam esse ser nacional e discutem termos como litoral, sertão, clima, estiagem, miscigenação, raça e até mesmo a formação desse homem sertanejo, em uma busca pela ancestralidade desse homem, assim como a influências de determinadas regiões.

Nesse contexto, parto da narrativa do autor cearense Gustavo Barroso (1888 – 1959), que com caráter saudosista, transporta o passado para suas obras, sempre deixando claro sua conectividade com suas origens



(Ceará), já que a recordação e a tradição manteriam a continuidade entre o passado e o hoje. A força dessa tradição é muito presente em toda a trajetória de Barroso (CERQUEIRA, 2011). Baseada nisso, busco analisar a escrita do autor sobre sua construção do Cangaço a partir de quem é o homem sertanejo nortista e como este se forma, das influências que sofre do ambiente que vive e das relações sociais que o cercam.

Para Barroso, entendendo a origem social e geográfica desse homem sertanejo seria possível dar uma explicação para o movimento do Cangaço, suas causas e efeitos. Sendo o cangaceiro um homem sertanejo, este sofreria as influências do meio, da ancestralidade e do meio social em que vive. Ao mesmo tempo que Barroso cria um enunciado sobre o banditismo na região Norte, e posteriormente no que viria ser a região Nordeste, conseqüentemente cria um passado e justificativa para essa região que estava se formando, dando-a um lugar no espaço e no tempo. Para entender a narrativa de formação do Cangaço pelo autor Gustavo Barroso e posteriormente observar essas características na explicação da região Nordeste, selecionei as obras *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1928). O texto se desdobrará sobre a escrita de Barroso feita no início do século XX, em seguida sobre as obras que retratam essa imagética construída na imprensa da época que fomentava o imaginário acerca da região que se formava a partir do movimento do Cangaço.

Para conhecer o homem sertanejo era preciso compreender o meio em que se vivia, e os termos já mencionados, fundamentais na análise da escrita de Barroso, passam a definir para além do sujeito, toda uma região que automaticamente formaria o homem que nela habitava. A compreensão do homem leva a compreensão do movimento do Cangaço e de toda região que o constrói. O cangaceiro constitui a região do sertão nordestino, assim como a região é formadora e contribui para o crescimento desse Cangaço.

Em *Terra de Sol*, Barroso destaca que o sertão molda o homem devido as dificuldades de sobrevivência, essa terra constrói a relação dos



homens para com a sociedade, de muitas formas inflexíveis, já que seriam provenientes de uma mistura de raças e de tradições ancestrais inferiores. Devido aos flagelos que sofreriam, características como bravo, honroso e determinado aparecem na descrição desse homem: “a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes” (BARROSO, 1930, p. 29). A esperança se perdia diante das dificuldades.

A vida mais nômade, a falta de educação, a ignorância, a genética, a falta de repressão e policiamento, o desprestígio das autoridades no geral, são termos postos pelo autor, juntamente com a ideia de mestiçagem, raça, clima, credíces, entre outros, na tentativa de explicar o que é o movimento do Cangaço. Mas o que se percebe é que muitas dessas características ainda permeiam nosso imaginário quando nos referimos ao sertão nordestino. O Cangaço e a região parecem ter o mesmo ponto de explicação para sua origem e fundamentação. Quando o autor escreve no início da década de 10 do século XX, caracteriza o Cangaço para além da imagética que seria fixada posteriormente pelos jornais e romances. O Cangaço era um modo de vida:

Cangaceiro é o homem que vive ‘debaixo do cangaço’. O cangaço não é sómente, na linguagem sertanêja, o armamento do bando-leiro; é também o seu modo de vida nômade, desregrado e sanguinário. O termo cangaceiro estende-se a todas as modalidades do criminoso nos sertões (BARROSO, 1930 p. 119)

Devido a essa falta de civilidade e a falta de políticas públicas, que o autor pontua nas obras seguintes, o homem que vive no sertão por se sentir obrigado a defender sua honra, compactua com a manutenção do movimento dando aos integrantes do bando abrigo quando necessário, já que muitos cangaceiros, segundo Barroso, entravam para essa vida devido alguma injustiça que acreditavam ter sofrido. Essa afeição com o banditismo se explica, para Barroso, pelo sertanejo ter uma pré-disposição ao crime devido sua mistura étnica, proveniente, em sua maior parte, de gente ignorante que se pré-dispõe ao crime ou a ser



curandeiro. O Cangaço só obteve ascensão porque o homem do sertão seria inferior, carregaria um espírito selvagem.

No livro *Heróis e Bandidos*, o autor frisa a importância de compreender o passado físico e social do Cangaço, para mostrar que ele é efeito e não causa. A seca e a fome realçariam a pré-disposição do sertanejo para o animalesco: “Foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro” (BARROSO, 1931, p. 22). Reporta novos aspectos para explicar o Cangaço nesta segunda obra analisada, como a má governabilidade e esquecimento do governo à região. Esses aspectos, juntamente com os já mencionados na obra anterior, fazem com que o criminoso seja considerado “digno de lástima e dos socorros da educação, não de ódio ou desprezo” (BARROSO, 1931, p. 63). A partir dessa obra, é perceptível a inserção de um caráter de vítima ao homem do sertão, onde este está sendo influenciado por todos os meios sociais e físicos a ser uma pessoa violenta e ruim, diferente da obra anterior, onde o autor, apesar de dar valor fundamental ao meio, relata o sertanejo como um propenso ignorante e acomodado.

Barroso foca na tentativa de criação de arquétipos<sup>3</sup> ao trazer para a narrativa vários relatos sobre diferentes tipos de cangaceiros. A partir dessas descrições, podemos ver as características postas ao sujeito/bando sendo exaltadas e tidas como intrínsecas àqueles que nascem ou vivem na região que viria a ser o sertão nordestino. Essas características se definem como forças agressivas; mestiçagem; prazer em matar e/ou fazer sofrer; querer preservar a honra e os mais fracos; tendência ao crime pela moralidade incerta; entre outros, que se dispõem nas denominações de: Criminoso Nato; Louco; Por Hábito Adquirido; Paixão e; Ocasão (BARROSO, 1931, p. 91-93). Muito dessas histórias e aspectos eram passados entre as pessoas de forma oral e por meio dos violeiros, característica de uma tradição sempre presente.

---

<sup>3</sup> Esse termo se explica como um conjunto de imagens e ideias primordiais que se constroem no nosso imaginário ou são construídas por ele, para nos ajudar a definir histórias passadas, assim como algo que se torna um modelo inicial para as demais definições que se seguirão.



O conceito de miscigenação nesta obra é muito forte e o autor aponta que o sertanejo é fruto do Português e dele herda o excesso de honrarias; do Índio a ferocidade e a vingança; do Luso, Cigano e Indígena o amor pela aventura; dos Países Baixos o amor pela terra natal e um caráter saudosista e; do Negro ignorância e resistência.

Na escrita de *Almas de Lama e de Aço*, Gustavo Barroso já fazia parte de grandes instituições de saber, tais como o Museu Histórico Nacional (MHN) a partir de 1922, a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1993, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1931, e participante ativo da Ação Integralista Brasileira AIB (que é fundada em 1932) (CERQUEIRA, 2011), tendo forte atuação também na política e na imprensa, sendo visível a influência que seu lugar social exerce sobre sua escrita. O autor ressalta que a violência é posta como única forma de se manifestar sendo o “meio atrasado e pobre” (BARROSO, 1928, p. 11). A região faz com que os cangaceiros sejam bandidos, pois “o cangaceiro nordestino é, na maioria dos casos, um simples herói abortado, ou às avessas” (BARROSO, 1928, p. 11). Os conflitos no sertão são considerados bárbaros, tal qual uma Europa medieval.

A falta de políticas adequadas é o maior foco desse livro, o qual o autor aponta que até mesmo a força policial é igual ou até mais truculenta que os cangaceiros “as polícias lançadas contra os cangaceiros são geralmente peores do que eles” (BARROSO, 1928, p. 14), não existindo diferença entre a autoridade e o bandido, “de mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aquelles são muitas vezes almas de aço. Estes raramente não são almas somente de lama” (BARROSO, 1928, p. 69).

A solução para se acabar com o banditismo na região seria a implementação de educação, de trabalho, transporte, irrigação e principalmente da Justiça, objetificando a falta do mínimo para ser civilizado na região. Em uma sociedade “rudimentar, retardada” (BARROSO, 1928, p. 31) a política se torna algo pessoal, em busca da ascensão regional de determinados coronéis. Ao falar das mais variadas personagens que as-



solam o sertão, novamente frisa a ideia que o cangaceiro é todo aquele que perverte a situação em prol de sua própria vantagem, sendo compreensível que tenhamos o Cangaço como causa e não como efeito.

Observando as obras num todo, apesar de destacar sempre que o movimento seria causa e não efeito, a explicação e definição de Gustavo Barroso coloca aqueles que participam do Cangaço como modelos de personalidades dos que vivem na mesma situação e região. Ou seja, por causa de seus pré-dispostos todos os que se identificam com o passado criado teriam, em sua maioria, o mesmo destino, já que são vítimas do meio, da ancestralidade e da falta de políticas públicas. O sujeito passa a ser vítima de uma região esquecida, onde apenas sofreria influência sem exercer qualquer atitude ou protagonismo à construção desse imaginário. A terra “que com uma lágrima de chuva lhe dá abundância e com um constante sorriso azul do céu mata-o de fome, de sede, de miséria!” (BARROSO, 1930, p. 150). A alma do sertão molda a do cangaceiro e este molda o novo imaginário da região Nordeste que se formava no final da década de 10, no século XX. Observando as obras de Barroso, podemos destacar que as características dadas por ele à região, passam à formação do homem e deste, novamente, passa à consolidação da nova região.

Nas primeiras obras datadas de 1912 e 1917 o cangaceiro é tido como simples produto da miscigenação e clima em que vive, tendo pré-disposição para o crime se tornando assassino por querer, por ocasião ou em defesa da honra. Já em *Almas de Lama e de Aço*, datada de 1928, depois da construção da região Nordeste e do romance regionalista estar em ascensão, que consolida uma visão nordestina e reformula a escrita sobre essa região<sup>4</sup>, a escrita de Barroso muda em comparação as outras fontes analisadas. O cangaceiro só não é considerado herói devido aos

---

<sup>4</sup> Curso online Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – CE. *História de uma região: Representações do Nordeste Brasileiro*. Aula 2: Itinerários de leitura: Nordeste na literatura.



meios não lhe serem favoráveis, é modelo e porta-voz de uma sociedade sertaneja invisível e esquecida, é a personificação da revolta sertaneja frente a tantas calamidades e falta de amparo governamental.

Em *Terra de Sol*, a explicação para o banditismo surge de características ligadas, em sua maioria, ao indivíduo como: ignorância, ancestralidade, falta de educação, etc., já em *Heróis e Bandidos*, a explicação passa a incluir a ausência de políticas públicas para a manutenção da terra, sem deixar de fora os aspectos individuais de ignorância e primitivismo, permitindo que as pessoas migrem e também a má governabilidade num todo. Mas em *Almas de Lama e de Aço*, a solução para o problema do banditismo seria a inserção de políticas públicas para acabar com a ignorância populacional e também sanar as necessidades que o meio tinha. A terra vai ganhando notoriedade por lhe faltar o básico desde a sobrevivência humana até a vinda da civilização.

Barroso cita o nome de Pedro Baptista no livro *Heróis e Bandidos*, em sua segunda edição em 1931, numa das poucas referências que faz a outros autores e estudiosos. Pedro Baptista publica o livro *Cangaceiros do Nordeste* em 1929. Como contemporâneos, Baptista e Barroso convergem em muitas teorias científicas presentes na primeira metade do século XX, que usavam para tentar desvendar a origem sertaneja e consequentemente a origem do cangaceiro.

Baptista aponta que o nordestino e a terra acabam se encontrando em muitas características, assim se tornando difícil observá-los isoladamente. Uma terra forte que “nem as inclemências do destino, nem a língua comburente de um sol de fôgo conseguem vencer ou impedir o teu progresso” (BAPTISTA, 2011, p. 10). Ao falar dos cangaceiros destaca como sendo “a página mais exuberante de patriotismo e coragem de toda a história sertaneja” (BAPTISTA, 2011, p. 11). Devido a identificação sertaneja com o cangaceiro e destes com as autoridades, haviam várias alianças que faziam com que o poderio cangaceiro se alastrasse. Acabavam por adquirir tanto prestígio e fama que chegam a ocupar cargos elevados nas províncias, na alta política e até mesmo na Corte, segundo o autor.



Ao tentar explicar o Cangaço na região Nordeste, o autor afirma ser a geografia deficiente em relação a arborização e água. Isso seria a única coisa que diferenciaria a região de outros lugares nacionais, assim sendo a principal justificativa para o movimento do Cangaço ter eclodido apenas no Nordeste. A geografia era tida como algo natural e não construído, e juntamente com o clima, formariam o homem. Mas um pouco diferente da última obra de Barroso analisada, *Almas de Lama e de Aço*, Baptista destaca o cangaceiro como simples perturbador da ordem, principalmente dos pobres, onde os sertanejos reclamavam pela falta de atitude e presença do governo na região.

Na tentativa de se estudar a formação desse sertão do Cangaço, da geografia debilitada e clima inóspito, dentre tantos outros sertões já existentes e que vão se formando, uma imagem desse espaço e população já está constituída no nosso imaginário. Devido a isto, é importante o incentivo do estudo desses temas que são acompanhados do imaginário fixo de um sertão ou um Nordeste bárbaro e selvagem a serem constantemente analisados. O sertão estagnado e mantenedor de tradições é fomentado por grandes forças dominantes que se recusam a aceitar que esse sertão já “não seja mais dos coronéis, jagunços, dos cangaceiros ou dos beatos, das tocaias e lutas de parentelas” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 44). Não apenas estagnado, o sertão desde a literatura colonial brasileira, remete a territórios a se colonizar, longe do litoral e despovoados (NEVES, 2003). O sertão em si é designado por características que não são intrínsecas a ele ou, melhor dizendo, por características que lhe faltam. Obras humanas e os grupos sociais não determinam o espaço, mas sim sua ausência. “Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares” (MORAES, 2012, p. 02). O sertão está mais para uma simbologia, “uma ideologia geográfica” (MORAES, 2012, p. 02). O espaço acaba sendo qualificado com base no imaginário comandante e nas linhas de interesse envolvidas (MORAES, 2012, p. 02).

Visando compreender a expansão e consolidação desse imaginário, este se espalha das mais diversas formas e nos mais variados ti-



pos de comunicação social, contudo, nas primeiras décadas do século XX a imprensa era o maior veículo condutor de informação. Assim, compreendo que a veiculação de informação e imagens por meio da imprensa foi fundamental para a consolidação desse imaginário da construção do Nordeste brasileiro. Pedro Lotti C. Dias em seu artigo *O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930*<sup>5</sup>, ressalta que a região Nordeste recebia destaque nos jornais pela impunidade em relação aos cangaceiros e jagunços. “O Cangaço associado com a impunidade perdurou nos jornais por toda primeira metade do século XX” (DIAS, 2019). Desde a década de 1920, o Cangaço como tema nacional trazia para debate que era preciso se extinguir as causas e não apenas seus efeitos, a luta contra o movimento deveria se dar no âmbito social com foco na fome e na seca e não apenas na violência policial.

Marcos Edilson de Araújo Clemente no seu artigo intitulado *Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX*, destaca que a representação do Cangaço se torna a própria realidade do sertão nordestino. Nessa representação surgiam os termos de raça, estiagem, clima, autoridade, distância do litoral, entre outros, e junto com esses termos as imagens veiculadas na imprensa do bando de Lampião entre as décadas de 1920-1930 são a própria caracterização do que seria o sertanejo rude frente às pessoas do Sul. “Assim, Cangaço, seca e sertão constituíram um tripé sobre o qual foi amplamente debatido e relacionado à constituição da região Nordeste” (CLEMENTE, 2013, p. 118). As teorias raciológicas corroboram para a consolidação de uma inferioridade e incapacidade sertaneja, juntamente com o meio inóspito e rude que formariam a personalidade bruta do indivíduo. Ideias essas contidas na prática científica de Barroso, que ajuda a difundir esses conceitos sobre a região Norte e Nordeste do Brasil.

<sup>5</sup> Ver <[scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742019000200228](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742019000200228)> DIAS, Pedro Lotti Carvalho. O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930. 2019.



De acordo com Durval Muniz, em seu livro *A Invenção do Nordeste e outras artes*, ressalta que o banditismo e/ou Cangaço usado pelo nortista para validar o discurso da seca volta-se contra o próprio nortista que é visto pelo Sul como marca da violência e selvageria sertaneja. O Norte aparecia nos jornais do Sul quando se retratavam o Cangaço, quando havia repressão a movimentos messiânicos, quando se falava da seca ou de lutas familiares. Essas narrativas marcam uma diferença entre Sul e Norte acompanhadas de discursos moralistas, civilizatórios e racionais, essas imagens impregnam o Nordeste em construção. O Cangaço vem corroborar essa ideia de homem selvagem e sem lei, “o Norte aparece como uma área inferior do país pelas próprias condições naturais” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 75), sendo o Norte “o exemplo do que o ‘Sul’ não deveria ser” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 75). O atraso do Norte era certo já que sua população era maioria negra e mestiça, e pelo clima inóspito, em contraposição com o Sul, que tem superioridade racial devido à grande leva imigrante no final do século XIX e seu clima é mais agradável. Durval Muniz afirma que no começo do século XX o determinante social juntamente com a raça era a explicação do meio em que se vivia.

Segundo o autor, o urbano passa a olhar o cangaceiro como uma dicotomia entre litoral (civilizado) x sertão (primitivo), como um animal com desejos obscuros possíveis, onde gosta de praticar a violência gratuita, “o cangaço vai marcar o Nordeste e o nordestino com o estereótipo da ‘macheza’, da violência, da valentia, ‘do instinto animal’, do assassino em potencial” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 143-144). O Cangaço estigma o homem pobre rural nordestino, um bárbaro, primitivo, pronto a rebelar o animalesco que carrega. “O Nordeste seria a terra do sangue, das arbitrariedades, região da morte gratuita, o reino da bala, do Parabelum e da faca peixera” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 144).

Deste modo, com o discurso que o cangaceiro surge principalmente devido ao clima, a ancestralidade e as mazelas do meio que não tem o essencial para sobreviver: a água, faz com que um imaginário que só é



possível sobreviver a partir da violência e brutalidade seja criado. Essa brutalidade seria o fim de qualquer indivíduo que nascesse ou que vivesse na região do sertão nortista/nordestino, já que a ancestralidade e o meio atingem a todos. Criação de um estereótipo, pois mesmo que nem todas as pessoas se tornassem cangaceiras ou messiânicas, todas carregavam a tendência de virem a se tornar: “a cangaceiragem não é mais do que um bruxolear do espírito bellicoso, manifestando-se em gente muito baixa pelo cruzamento e pelas táras” (BARROSO, 1930, p. 153).

Ao se fazer história hoje, se colocarmos o Cangaço como exaltação, centro e protagonista do sertão nordestino em todo momento, corroboramos também para o imaginário de uma sociedade violenta, machista ou que apenas sofre o martírio de não ter como mudar a própria realidade já que estão submissas as intempéries do tempo. “A verdade não está nas coisas, a verdade é uma construção intelectual, conceitual, narrativa, portanto, humana” (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 41). Pois, quando o historiador narra o que, a partir da pesquisa, consegue constituir como passado, conseqüentemente constrói seu presente (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 41), assim como desnaturaliza verdades já instituídas para que novas discussões sejam abordadas. Importante frisar a relevância de estudos que abordem novas perspectivas sobre esse sertão nordestino, não fixando sua essência na violência, no matar e morrer, na seca, no animalesco, entre outros tantos termos que o imaginário nos traz.

## FONTES

BARROSO, Gustavo. *Alma Sertaneja*. 1 ed. Rio de Janeiro, Benjamin Costallat. 1923.

\_\_\_\_\_. *Heróis e Bandidos: Os Cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª ed. 1931.

\_\_\_\_\_. *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 3ª ed. 1930.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.

\_\_\_\_\_. A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica. **Coleção Pensar com a História**. (Org: Wagner Germiniano), Vitória: Editora Mil-Fontes. Vol. 1., 2021.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 19-39.

ARAÚJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

\_\_\_\_\_. Sobre o lugar da história da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus Revista de História**. Juiz de Fora. v.12 n.1 p.79-94. 2006.

BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Natal: Sebo Vermelho Edições. Edição fac-similar. 2011.

CERQUEIRA, Erika Morais. **O passado que não deve passar: história e historiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, Mariana, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araujo. Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. Dossiê. **Outros Tempos (revista eletrônica)**. vol. 10, n.15, p.100 -121. 2013.

Curso online Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – CE. **História de uma região: Representações do Nordeste Brasileiro**. Aula 2: Itinerários de leitura: Nordeste na literatura

DIAS, Pedro Lotti Carvalho. O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo. n.73. Epub ago/2019. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0020-38742019000200228> Acesso em: 10 set. 2019.

GUIMARÃES, M. L. S. Repensando os domínios de Clío: as angústias e ansiedades de uma disciplina. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 5-20, 1998.



MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasiliis [Online]**, 4 – 5. 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.



# MULHER NO CANGAÇO: QUEBRA DE PARADIGMA OU CONTINUIDADE DE DOMINAÇÃO MASCULINA?

 Bárbara Christina da Silva <sup>1</sup>

 Mariana de Sá Ferraz <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

**M**esmo depois de décadas, o fenômeno do cangaço que ocorreu entre os séculos XIX e XX ainda se faz presente na sociedade atual. Através da memória resultada pela oralidade, livros, locais, documentos e outros meios de informação, ainda temos contato com esse acontecimento vivenciado no Nordeste Brasileiro.

Historiadores e sociólogos como Eric J. Hobsbawm e Maria Isaura P. de Queiroz, abordam o cangaço sob uma perspectiva de História social, enfatizando que o ápice se liga diretamente com o meio social que estavam inseridos, até porque diversas situações delicadas eram vivenciadas pela população naquela época, como as secas recorrentes que dificultava a economia local e os conflitos exacerbado envolvendo os poderes regionais. “O banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica.” (HOBSBAWM, 2010, p. 42).

Dentro do cangaço existia uma série de regras que deviam ser se-

---

<sup>1</sup> Licencianda em História, Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - FAFOPST

<sup>2</sup> Licencianda em História, Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - FAFOPST



guidas, sendo seriamente punido o indivíduo que ousasse descumprir as mesmas, aplicando-as tanto para os homens quanto para as mulheres do bando.

Através de fatos como esse, estudiosos chegam ao consenso que o cangaço era exacerbadamente violento e possuía muito machismo envolvido entre eles, há quem pense que todas as mulheres decidiram entrar para o cangaço por conta própria, por acharem que a realidade da história de Maria Bonita era algo uniforme, porém elas entraram dos mais distintos jeitos, como o rapto consentido, que fora vivenciado pela Cangaceira Adília, que se deixou ser carregada pelo cangaceiro Canário.

Essa inserção das mulheres no cangaço arrecadou mudanças na forma de vida dos homens cangaceiros, como frisa a Flávia Santana dos Santos (2005):

A entrada das mulheres no cangaço veio transgredir essa estrutura, marcando um novo momento vivenciado por homens e mulheres e pelo próprio grupo de Lampião. É também o marco para uma nova organização do cangaço. Elas rompem com os papéis estabelecidos para elas e ingressam em um mundo cercado, limitado e dominado pelo universo masculino.

De um modo geral a invisibilidade feminina é notória ao decorrer das épocas e sociedades, retratando constantemente a mulher como uma figura submissa, frágil e contrária ao homem, tendo até mesmo a bíblia como base de sustentação dos argumentos, sendo claramente retratado no trecho 1 Pedro 3:7: “atribuindo-lhes honra como a um vaso mais fraco, o feminino”. A partir desse ponto já podemos perceber como sua inferioridade é evidente nas mais variadas produções e espaços.

No cangaço essa realidade não foi diferente, uma vez que a exaltação do homem, cangaceiro, liderava então o protagonismo historiográfico e cinematográfico, representando-o como as figuras mais fortes e resistentes do grupo, enquanto as mulheres eram retratadas apenas como a companheira que se dedicava integralmente ao seu marido.



Esta pesquisa pretende expor e debater a existência das mulheres no cangaço, frisando pontos como a inserção das mesmas no bando, mudanças de hábitos, permanências e resistências, a partir de 1930 no Nordeste brasileiro. Respaldando-se esses fundamentos de forma mais específica estaremos analisando a transição da “moça de família” para cangaceira, e então como era vivenciado o cotidiano feminino dentro do cangaço.

A escolha do tema para o estudo e pesquisa relacionado a mulher no cangaço, está ligada diretamente as regras e imposições que as mulheres constantemente eram obrigadas a seguir, seja na casa dos seus pais, com o seu marido ou dentro do cangaço, onde não está distante da nossa realidade atual, porém, certos parâmetros foram rompidos através das cangaceiras, uma vez que as mesmas desbravavam a catinga usando armas e em muitos casos um filho em seu ventre, batalhando em confrontos contra a volante, protegendo tanto sua vida, quanto a de seus parceiros.

A Elaboração e desenvolvimento do artigo terá uma grande contribuição das abordagens qualitativas, conteúdos bibliográficos, pesquisa oral e documental com o uso de depoimento de pessoas que em algum momento da história esteve conectada ao cangaço, explanando o assunto desse período do Nordeste, que é fortemente ligada as práticas coronelísticas, que fez parte da política regional brasileira, pois esse que até os dias de hoje carrega consigo traços e práticas culturais desse período.

## **PAPEL SOCIAL DA MULHER**

O papel social da mulher brasileira na década de 1930 é bem diferente do que estamos habituados a presenciar na atualidade. Apesar de muitas práticas permanecerem semelhantes ou resinificadas dentro de nossa cultura, ainda é fortemente presente, mesmo depois de quase um século, o patriarcalismo e o machismo ainda são práticas comuns dentro da sociedade brasileira.



No século XVIII, começa a surgir na Europa um movimento liderado por mulheres que buscavam o fim do isolamento doméstico, provocado durante Revolução Industrial e pelo sentimento de igualdade difundido pela Revolução Francesa (MOURA, 2018). No Brasil, esse movimento vai começar a ser introduzido na década de 1920, ficando conhecido como primeira onda feminista e chega com rapidez nos grandes centros urbanos brasileiros, mas que tardaria para chegar ao sertão nordestino (NEGREIROS, 2018).

Impossibilitadas de escolher seu próprio destino, as mulheres tinham suas vidas regidas pela sociedade patriarcal, na qual eram submissas das ordens e vontades de seu pai ou marido, que as sustentavam. Tinham que viver trancafiadas nas suas casas, sem poder escolher o que desejaria fazer de suas vidas, sem acesso à educação, cumprindo as obrigações que lhe foram designadas enquanto moça de família e dona de casa de uma sociedade que só pensava em benefício masculino. Essas práticas conservadoras se faziam ainda mais presente no sertão

A menina, ainda criança, deveria aprender a costurar, cozinhar, cuidar dos afazeres da casa e tomar de conta de seus irmãos mais novos, pois esse seria o seu dever quando adulta. A essas mulheres não cabia o papel de fala, nem do posicionamento de opiniões ou ocupar cargos públicos que era algo impensável, principalmente porque muitos pais não as deixavam frequentar a escola ou ter acesso a nenhum tipo de escolaridade, como era caso de muitas mulheres que entraram no cangaço.

Excluídas de participarem efetivamente da vida social das cidades, impossibilitadas de ocuparem cargos públicos e de assegurarem dignamente a própria subsistência e impedidas de ter acesso à educação básica e superior, as mulheres no século XIX estavam confinadas ao espaço privado. Elas viviam fechadas dentro de casas [...] construídos por pais, maridos, [...] (TELLES, 2004). Essa divisão sexual dos espaços, tida como 'ordem social', funciona como um mecanismo de repressão e dominação masculina. (MOURA, 2018: 74)



Na casa do pai, quando a menina começava a ficar com corpo de mulher, as preocupações voltavam-se a arrumar um pretendente para suas filhas, o rapaz deveria ser de boa família e ter algum recurso. A filha mais velha deveria ser a primeira a casar. Na maioria das vezes não era a moça que escolhia o noivo, essa tarefa ficava para a sua família, pois o matrimônio era visto como um negócio e raramente davam alegria às mulheres. A virgindade da jovem era a condição primordial do casamento. Corriqueiramente o namoro que os pais não autorizavam, encorajava o rapto da moça pelo rapaz, que muitas vezes era consentido pela jovem.

Quando a moça se casava com um rapaz sem autorização da família, era excluída socialmente daquele grupo, visto que tal ato era considerado uma afronta aos familiares. As moças que pertenciam as famílias de grandes posses, eram casadas com o máximo de cuidados e o mais rápido possível para não ser tonar “moça velha” (DEL PRIORE, 2019).

## MULHER CASADA

Para as mulheres casadas, a vida também não era fácil, viviam oprimidas pela figura do marido, a violência se fazia presente cotidianamente. Como essas mulheres eram tidas como propriedade privada de seus maridos, acabam achando que tinham total direito de fazer o que bem queriam com elas. Quando as mesmas faziam algo que desagradavam seus maridos, eram agredidas verbalmente e fisicamente. “Havia um alto nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não só violência física, na forma de surras e açoites, mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer”. (DEL PRIORE, 2019: 141)

Roupas coloridas não eram bem vistas no guarda-roupa de uma mulher casada, os enfeites já não eram mais permitidos, como fitas no cabelo. No seu papel como esposa não poderia se arrumar, andar bem vestida, maquiada, perfumada e com roupas novas, para não despertar



olhares alheios, deveria apenas chamar atenção de seu marido. O seu dever como boa companheira perante a sociedade, deveria ser recatada e dar inúmeros herdeiros ao seu esposo, além de priorizar as tarefas do lar. Aos poucos, com tantas coisas da casa para fazer, era normal o descuidado com a aparência, que com o tempo, os cuidados ficavam cada vez mais escassos, dessa forma perdia sua vaidade e seus traços de beleza.

Mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais arrumava seus cabelos com laço ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser ‘mulher casada’ para se vista só por seu marido. Como esposa, seu valor estava diretamente ligado à “honestidade” expressa em seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos numerosos filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de 30 anos, presas a um ambiente doméstico, sem mais poder passear – “porque lugar de mulher honesta é no lar” –, perdiam rapidamente seus traços de beleza, deixando-se ficar obesas e descuidadas (DEL PRIORE, 2019: 145)

O abandono era algo normalizado dentro da sociedade, era comum os homens trocarem suas esposas por outras mulheres mais jovens e com uma melhor aparência, principalmente os homens ricos, que costumava ter mais de um lar. Nas famílias mais pobres do sertão era costumeiro os homens deixarem suas mulheres com vários filhos em buscar de melhor condição de trabalho nas cidades litorâneas.

Mulheres abandonadas por maridos que buscaram por companheiras mais jovens sempre houve em todo o mundo, mas fatores específicos no Nordeste, como o desequilíbrio demográfico nas regiões interioranas, ocasionaram um mercado matrimonial desvantajoso para um número grande de mulheres cujos maridos deixavam o sertão para ir trabalhar nas cidades litorâneas. Homens de prestígio e de boa situação sempre tiveram a chance de construir mais de uma família (DEL PRIORE, 2019: 146)



O abandono ficava ainda mais comum no período de seca, quando a fome e a miséria atingiam o sertão nordestino, as mulheres mais pobres tinham que submeter-se a outras formas para sustentar a casa e seus filhos, se tornavam a chefe de suas famílias pela ausência dos seus maridos, em muitos casos trabalhando em funções que eram vistas como trabalhos realizados por homens, sendo alguns deles na roça, executando serviços com a enxada e em lavouras, na esperança que seus maridos que foram embora em busca de uma renda, voltariam.

Entonce eu disse, adeus Rosinha  
 Guarda contigo meu coração  
 Hoje longe, muitas léguas  
 Numa triste solidão  
 Espero a chuva cair de novo  
 Pra mim voltar ai pro meu sertão  
 [...]  
 Quando o verde dos teus olhos  
 Se espalhar na plantação  
 Eu te asseguro não chore não, viu  
 Que eu voltarei, viu  
 Meu coração  
 (Asa Branca, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira)

Na canção Asa Branca, de autoria dos compositores Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, composta no ano 1947, que ficou conhecida internacionalmente na voz do Rei do Baião, retrata bem com a seca no sertão afetava os laços matrimoniais, principalmente das famílias mais carentes do Nordeste, onde as mulheres ficavam sozinhas na esperança de seus companheiros voltarem.

## PRIMEIRA MULHER NO CANGAÇO

Por volta dos anos 30 as mulheres começaram a participar do cangaço, resultando um marco na história cangaceira, pois com elas tam-



bém vieram diversas mudanças relacionadas tanto ao comportamento quanto as atitudes do bando.

A primeira mulher que entrou para o cangaço foi Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria de Déa, logo após sua morte, chamada de Maria Bonita, a mesma morava na Fazenda Malhada da Caiçara, na Bahia. Com quinze anos casou-se com José Miguel da Silva, mais conhecido como Zé de Neném. O casamento vivia sofrendo uma crise conjugal, Zé de Neném preferia passar as noites cortejando as moças nos arrasta-pés em Santa Brigida, distrito da cidade de Jeremoabo. Maria não gostava, protestava com marido que muitas vezes, nessas confusões a mesma acaba violentada e passa vários dias na casa dos pais.

Em certa ocasião, a esposa teria feito um escândalo ao encontrar no bolso do marido, um pente feminino[...]. Quando o caso era mais grave, maria podia passar incontáveis noites longe de casa – muitas vezes depois de enfrentar a fúria do marido que, aborrecido com os protestos da esposa, tentava lhe calar com tapas e socos. (NEGREIROS, 2018: 18)

Em uma dessas brigas, Maria foi a procura da casa dos pais, acabou encontrado Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, que tinha como coito a casa dos pais da moça, a mesma que já nutria admiração pelo o Rei do Cangaço, assim nasceu o romance dos dois. Maria decide ir embora junto com o cangaceiro.

Maria Bonita viveu no cangaço até 1938, até ser atacada na gruta de Angico em Serra Redonda, que matou também Lampião e outros cangaceiros no mesmo dia e lugar. Durante a historiografia brasileira do cangaço nordestino, a imagem de Maria teve diversas facetas, sendo muitas vezes caracterizada como Adultera e Valente que deixara seu marido por ser pacífico demais e em decorrência disso teria decidido ir embora com Lampião. Segundo (MACÊDO, 1972) conforme cita (ARAÚJO, 2019) “Bebia pouco, moderadamente, o que agradava a Lampião. E estava sempre pronta a receber os carinhos do amante temido, nas rês-



des e nas choças dos acampamentos perdidos pelas noites sertanejas, quentes e propícias aos prazeres remexidos e alvoroçados”.

## CANGACEIRAS

É notório que as produções sobre a mulher cangaceira é limitada, na maioria dos casos quando vão se referir a alguma delas falam rapidamente sobre sua vida citando seu nome juntamente com o do seu companheiro, mencionando pouco os motivos pelo qual as mulheres ingressam no cangaço, uniformizando casos isolados ditando como uma regra.

Algumas delas foram raptadas sem consentimento e estupradas ainda criança, como é o caso das cangaceiras Dadá e Sila. Sérgia Ribeiro da Silva, era o nome da Dadá, tinha doze anos quando carregada a força pelo cangaceiro Corisco, o Diabo Loiro, que mandou dois homens tirar a força, a menina escondida na casa dos pais, quando Dadá se deu conta do que estava acontecendo gritava desesperada pelos pais, mas mesmo assim foi imobilizada em uma burra pelo cangaceiros. Ao chegarem à roça Baixa Grande, localidade que a tia do Diabo Loiro morava, jogou ao chão a garota, a imobilizou e levou seu vestido e ali mesmo violou seu corpo, aos dozes anos Dadá deixava de ser virgem por meio de um estupro, que quase a matou por meio de uma hemorragia.

Quando Corisco finalmente se saciou, a garota essa inerte, quase desfalecida, com a região genital em carne viva, esvaindo-se em sangue. Delirando de tanta dor, pensara que suas pernas haviam virado escamas de peixe e, na alucinação, “nadava feito uma se-reia numa corrente vermelha com pedras de diamante” (NEGREIROS, 2018: 34)

Outra Cangaceira que ficou historicamente conhecida no Cangaço foi Sila, como era conhecida a Ilda Ribeiro de Souza, nascida em Poço Redondo/Sergipe. Aos quatorzes anos, foi carregada pelo cangaceiro Zé



Sereno, sob ameaça de acontecer algo com sua família. Foi também estuprada, mas com o tempo se acostumou com o cangaceiro e passou a gostar dele. Chorava toda vez que tinha tiroteio com a volante. Segundo ela entrou para o grupo em 1936, ao ser raptada e nele permaneceu até 1938, quando ocorreu o “massacre de Angico” Sila ainda afirma que os dias do cotidiano no cangaço eram desagradáveis e perigoso, de maneira geral não havia demonstração de carinho e afeto por parte dos cangaceiros.

O ingresso de Sila no Cangaço ocorreu mediante ameaça de Zé Sereno, devido ao terror que os cangaceiros exerciam sobre as pessoas. A mulher sertaneja, ao ser escolhida, não tinha outra alternativa senão ceder. Sobre a permanência no Cangaço, Sila relatou em seu livro “Sila: memórias de guerra e paz”, a vida árdua e sofrida que tinham, fazendo longas caminhadas, comendo e bebendo pouco e enfrentando a volante constantemente, “eu não tinha sequer um abrigo, um canto para dormir. Na chuva, no sol e no sereno, era tudo ao relento” (OLIVEIRA, 1996: 32)

Com a entrada nas mulheres no cangaço, outras mulheres não deixaram de sofrer violência por parte dos cangaceiros, como o estupro, por exemplo. Essa prática continuava a acontecer, só que de maneira menos constante, mas mesmo com a diminuição desses estupros, por parte dos cangaceiros ao invadir fazendas, vilas e cidades; as mulheres que faziam parte do bando, continuavam a sofrer com esse e outros tipos de violência.

Quando grávidas, andavam léguas por dia, fugindo da volante, seus partos muitas vezes eram feitos de baixo de uma árvore, no meio Caatinga, pelos próprios cangaceiros. Eram poucas as mulheres dentro do cangaço que conseguiam escolher com que os filhos ficariam depois do parto, e assim sofriam sem poder ficar com seus filhos e saber o qual seria o destino deles sem os seus cuidados. Em uma das suas entrevistas, a Sila relata que nunca viu uma cangaceira amamentar.



Mas com todo sofrimento, romantização das mulheres no cangaço perdura até os dias atuais, mostrando-as para a sociedade sempre obedientes ao bando e respectivos maridos e atenciosas, porém nem há muito lugar de fala feminina dentro do Cangaço, as mulheres tinham apenas como responsabilidade dentro do grupo ser companheiras dos cangaceiros.

Dentro do cangaço as mulheres também faziam o papel de enfermeira, uma vez que tratavam com ervas medicinais as feridas que os cangaceiros adquiriam durante os confrontos com a polícia.

As diversas análises nos mostraram que a figura da mulher no cangaço se deu das mais variadas formas, sendo importante ressaltar que após o fim do cangaço as mulheres ocuparam papéis na sociedade, incluindo a tarefa de dona de casa, mãe e até exercendo atividades fora do meio doméstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher da década de 1930, que entrou no cangaço raptada ou por própria vontade, ganhou independência pessoal, algo tão sonhado por tantas moças no sertão do Nordeste, mas continuaram a pertencer a alguém, os cangaceiros, e seguir as regras impostas pelo grupo, vivendo um drama diário, na incerteza de quanto tempo teria da sua vida, com inocência roupada e se adaptando com o pouco que se tinha.

Com a entrada das mulheres no cangaço, o grupo se torna mais humanizando, os homens se tornam menos violentos com as mulheres nos ataques e saqueios as fazendas, vilas e cidades. Mas as mulheres que pertenciam ao bando continuaram sofrendo, longe de suas famílias que eram perseguidas e torturadas pela polícia volante, tendo seus filhos dados, vivendo dentro da caatinga, onde muitas vezes no período de seca, passava fome e sede, sendo obrigada a andar várias léguas para preservar suas vidas.

Nos filmes, as cangaceiras são colocadas em um papel secundário, como mulheres da mundanas, prostitutas e amantes, obedecendo de



maneira submissa aos homens, nos quais os filmes coloca sempre em ênfase, dando foco sua virilidade e macheza, deixando as vivências das mulheres no cangaço de forma irrelevante e mostrando a importância das práticas realizadas pelos cangaceiros.

A sociedade via as mulheres como inferiores e com a entrada de algumas delas dentro do cangaço, essa visão não mudou, continuaram submetidas ao patriarcalismo e ao machismo, praticado pelos homens e por elas mesmas. Mas as cangaceiras mostram que mulher não é um ser tão frágil como era visto, provaram que conseguiam viver dentro do mato, nas mesmas condições que qualquer outro cangaceiro, combatendo a volante, protegendo suas vidas e a seus companheiros, andando léguas depois de um parto, vivendo a miséria da seca do Nordeste, provando sua resistência e coragem.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raquel Silva. **O protagonismo feminino no cangaço de lampião**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. Campina Grande, p. 23. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**- 3ª Ed- São Paulo: Contexto, 2019.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal "A Família" do século XIX (1888-1894). **Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, V. 2 n. 2, p. 62-86. 2018.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, Violência e mulheres no cangaço**-1ª Ed- Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

OLIVEIRA, Guerda Míria Torres de. **A presença da mulher no Cangaço**. Natal: S/e. 1996. Disponível em: <[www.edufrn.ufrn.br/ditstream](http://www.edufrn.ufrn.br/ditstream)>.



# “SERTÃO VIRIL” DOS VAQUEIROS (PRIMEIROS SÉCULOS DE OCUPAÇÃO): TERRITÓRIOS DOS CENTAUROS- RAÍZES DA VIOLÊNCIA E DO MACHISMO?

 Ednaldo Emilio Ferraz<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente texto busca-se-á uma das raízes do *ethos* sertanejo, correlacionando com as “virtudes” da macheza e da valentia em terras sertanejas entre os autóctones sertanejos. Pergunta-se se tais caracteres em parte contribuíram e contribuem com o machismo e a violência histórica nas vastidões sertanejas até as primeiras décadas do terceiro quartel do século XX? Temática (Violência e em parte o machismo) já tão explorada por sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores, romancistas, só para citar alguns, acredita-se que uma dessas raízes encontra-se no comportamento moral do vaqueiro, um dos principais ou se não o principal personagem desbravador dos sertões semiáridos. O presente texto, no entanto, não pretende desvalorizar o ator social colocado em debate, o *vaqueiro sertanejo*, pois, indiscutivelmente reconhece-se seu valor no construto de valores culturais pautada na honra, na valentia, na destreza, no espírito desbravador, na persistência, na resiliência e tantas outras, que serão abordadas em outro momento, pois,

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Integração do Sertão (FIS). Graduado e Especialista em Geografia pela Faculdade de Professores de Serra Talhada (FAFOPST). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN).



a intenção é que o presente texto seja apenas uma primeira abordagem do *vaqueiro sertanejo* para que tenha-se uma compreensão mais ampla da importância desse ator social que a “ciência oficial” não atribuiu-lhe seu correto valor histórico e cultural.

A presente pesquisa bibliográfica objetiva a partir da obra do jurista e poeta baiano de Feira de Santana, Eurico Alves Boaventura, intitulada, *Fidalgos e Vaqueiros*, publicada em 1989, realizada de forma indireta através de alguns comentadores, objetivando caracterizar o vaqueiro em seu *ethos* e a forma de lidar com a natureza (Caatinga). Foram selecionados artigos que “esmiúçam” a forma que o poeta descreve o processo de ocupação do sertão e aponta os caracteres sociais desse ator social, sendo no total de 4 artigos, a introdução e o prefácio de Fidalgos e Vaqueiros, além de outros autores clássicos que tratam do sertão e do vaqueiro, sem que não perdesse de vista a obra central em discussão. A obra encontra-se esgotada e os materiais de análise são escassos, infelizmente, pois pelo relevo do debate que a obra apresenta deveria possuir outra projeção nos meios acadêmicos, contudo, acredita-se pelo adiantado de sua publicação não teve mais espaço para se dissecar e debater seu conteúdo da forma merecida, assim como também, acredita-se que os debates travados no seio da academia e dos espaços políticos denotavam conteúdos de desconstrução das narrativas sobre o Brasil e sobre o brasileiro, produzida na primeira metade do século XX (Essencialista, etnocêntrica, elitista... salvo algumas obras) e buscava-se dialogar com os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que o momento exigiam em fins dos anos oitenta (“redemocratização”, crise econômica, a questão ambiental, educação inclusiva, Diretas Já, as minorias sociais, a Constituição Cidadã, movimentos sociais, e tantas outras urgências), fizeram desta obra uma anacronia literária? Aqui não será nosso objetivo responder tal indagação. Pois, arrisca-se a dizer que a obra se enquadraria como um clássico se publicada entre as décadas de 1930 e fins da década de 1950 (mesmo tendo sua escrita aí iniciada na década de 1950). Wilson Lins em seu Prefácio (1971), afirma



que “[...] depois de uns vinte anos de pacientes pesquisas e cansativas buscas na vasta bibliografia existente sobre a matéria, meteu mãos a uma obra que, iniciada em 1952, só em 1963 foi concluída”. Portanto, o autor iniciou seus trabalhos de pesquisa muito cedo, tendo este presenciado as transformações do Brasil rural em urbano e aí que deve-se interpretar a obra, de um período de transição, uma lástima a obra só ter “ganho vida” quase seis décadas depois.

## **OCUPAÇÃO SERTANEJA E A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DOS CENTAUROS**

O Nordeste (e o sertão) enquanto unidade político-geográfica data de 1941 (ARAÚJO BARROS, SD, p. 3) através da regionalização do IBGE, o que hoje conhece-se como uma região (e subregião) é produto recente das políticas públicas no entendimento identitário do território brasileiro, uma invenção, segundo Albuquerque Jr (2013 apud FERREIRA JUNIOR, 2013), pois outrora o sertão era todo espaço no além-mar numa perspectiva europeia e no Brasil tudo que se referia ao interior era tratado como sertão (ANDRADE, 1998; SOARES, 2001).

O Sertão aqui em questão, o nordestino, teve sua ocupação realizada pelos pecuaristas que tiveram seus criatórios proibidos no litoral canavieiro (ANDRADE, 1998), tendo estes deslocado seus rebanhos para interior para se estabelecerem distantes dos canaviais e das terras úmidas do litoral. Tendo como centros irradiadores, Olinda (Pernambuco) e Salvador (Bahia) seguindo os cursos dos rios e seus afluentes e gradativamente ocupando as vastidões sertanejas (BOAVENTURA, 1989; PRADO JÚNIOR, 1994, 2004; WEHLING, 1999; FREYRE, 2004; FURTADO, 2004).

A “produção” do território sertanejo pecuário deu-se a partir da territorialização em “substituição” aos espaços nativos “virgens” (BOAVENTURA, 1989), estabelecendo no interior das sesmarias, os currais, as casas de fazenda, a criação de bovinos, equinos, caprinos e suínos, a produção de subsistência... instaurando a civilização do couro ou a



“civilização do pastoreio” (BOAVENTURA, 1989), quanto a chegada dos colonizadores e a “expulsão” dos nativos Manuel Correia de Andrade descreve em sua obra: *Terra e Homem no Nordeste*, o que poderíamos entender o processo de territorialização Raffestin (1993), em que dois movimentos são concomitantes e conflituosos, a desterritorialização dos nativos e a reterritorialização dos vaqueiros, posseiros e agregados, de “territórios naturais” aos “territórios desvirginados” (BOAVENTURA, 1989). Veja-se a seguir:

Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casa, levantava currais e pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d’água durante quase todo o ano. (ANDRADE, 1963. p.178)

Na “civilização pastoril” a estrutura fundiária foi (é) fundamentalmente latifundiária, em que seus proprietários na maioria dos casos “[...] viviam nas cidades do sertão, envolvidos em atividades comerciais” (ARAUJO BARROS, SD, p.05), e/ou “em regra senhor de muitas fazendas, é um absenteísta que reside ordinariamente nos grandes centros do litoral” (PRADO JUNIOR, 2004). As fazendas eram administradas por seus vaqueiros ou um escravo de confiança (ANDRADE, 1998), tendo-os os primeiros a remuneração realizada pelo sistema da “quarta dos bezeros e potros e cabritos nascidos na fazenda” (ANDRADE, 1998, p. 184). O quantitativo de pessoas por fazenda (curral) Caio Prado Júnior (2004) aponta que eram,

[...] em média dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutavam entre índios, e mestiços, bem como entre foragidos centros policiados do litoral: criminosos escapados da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo. (p. 45)



Tendo estes primeiros desbravadores em nome dos fidalgos (urbanos) a responsabilidade de instalar os currais, a casa de fazenda (muitas vezes simples) e os cuidados dos rebanhos em Caatingas abertas em moldes extensivos e fazer-lhes aumentar quantitativamente objetivando *a posteriori* conquistarem seus próprios currais (fazendas) com os 25% porcentos de ganhos com as crias (“quarteação”). O que nem sempre era permitido pelos proprietários, pois estes em muitos casos exigiam que os vaqueiros vendessem sua parte ao curral (ANDRADE, 1998).

Os vaqueiros, aqui descritos como “centauros pastoris” (BOAVENTURA, 1989) se tornaram-se o principal ator social nas paisagens catinqueiras durante os primeiros séculos de ocupação dos sertões, acompanhados e em simbiose com seus cavalos (compondo junto a este o centauro), penetraram mais e mais longe nas virgindades naturais das paisagens nativas e espalharam o semém do povoamento, o gado bovino (e outros rebanhos de menor importância), entoando os aboios dos lajedos aos baixios, onde suas pegadas centáuricas demarcavam seus territórios espinhentos e abafadiços. Destes homens acompanhados de seus companheiros se exigia acima de tudo coragem, valentia e destreza. Coragem de enfrentar as Caatingas (espinhentas), o clima seco e quente a maior parte do ano, os nativos que lutaram por suas “posses”, a distância das “facilidades” do litoral... O autor de Fidalgos e Vaqueiros, afirma, que outro arquétipo social não conseguiria realizar tal feito (BOAVENTURA, 1989). Uma caracterização imagética realizada por EAB, onde, a civilização do pastoreio era superior a civilização do açúcar (ARAÚJO, 2009), e em grande medida tal grandiosidade se estabelece através da figura do vaqueiro.

### **CARACTERES DO VAQUEIRO EM EURICO ALVES BOAVENTURA: “VIRTUDES VAQUEIRESCAS” E O *ETHOS* DO CENTAURO-PASTORIL**

“Virtude” aqui deve ser compreendido como os traços comportamentais desse tipo social necessários a “desvirginização” (entende-se na



obra Fidalgos e Vaqueiros como o processo de ocupação espacial) dos ermos semiáridos recobertos de Caatingas fechadas e espinhentas. “[...] desbravador dos longes, devora os espaços como uma espécie de fetiche em dominar um corpo” (SANTANA, 2020, p. 3).

Coragem, virilidade, valentia, dureza, aspereza, laboriosidade, força, destreza, amorosidade... componentes fundamentais ao desbravamento “vaqueiresco”. Constituindo a “civilização pastoril” (BOAVENTURA, 1989, p.16), e dos “territórios viris”, sendo sua figura central o vaqueiro (SANTANA, 2020, p. 4) como resultado da relação entre esses homens e a natureza “quente e eivada de mandacarus” Boaventura (p.110), esculpindo homens “rijos e rígidos e eretos” (p.110) em processo adaptativo e resiliência em uma vida “sem moleza” (p.110). As condições naturais e seu distanciamento da moleza, da preguiça e da lentidão do adocicado litoral exigia homens que

[...] esqueceram a saudade, trocando-a pela alegria viril de criar um mundo novo. Isto, quando nasceu o mestiço. E abraçaram a terra desconhecida num conúbio de aventura. E veio o Brasil propriamente nascer do seu gesto de coragem, quando saíram a tocar os rebanhos em procura do desconhecido, que os horizontes lhes ocultavam. Só o mestiço, com o tratado de paz que o sexo ditou, pôde desvendar o sertão. (BOAVENTURA, 1989, p. 44)

A alegria viril de *penetrar* nas matas virgens e procriar um “novo mundo” e a cada defloramento nascia um curral espalhando o “*sêmem*” da colonização e da interiorização do Brasil, o gado bovino. A virilidade em Eurico Boaventura também deve-se compreender em dois sentidos complementares, o primeiro metafórico, nessa descrição amorosa-amante do vaqueiro com a mata nativa virgem (Caatinga), em que a penetração é o “vaqueiro-centaúrico” adentrando as matas virgens com os rebanhos em dorsos de cavalos tão destemidos quanto os homens, os *gemidos* são os aboios, e os sons provenientes do ato tem-se o tilintar dos chocalhos, o mugido dos rebanhos e o abrir da caatinga



para dar passagens a virilidade desses homens duros, eréticos e viris. O segundo deve-se entender como homens machos (relativo a macheza no sentido cultural nordestino) na relação com as fêmeas nativas na procriação dos caboclos, mas também na relação com seus pares másculos, com firmeza, com honra e respeito. Eurico Boaventura (1989, p. 159), assim caracteriza esses vaqueiros viris, sendo “homens sem meios tons nas atitudes, sem vacilações, de atos bruscos, fortes, duros como espinhos de mandacarus. Ásperos como gumes de serrotes de pedra riste, largados na Caatinga”, pois, tendo aqui nos sertões “forjado uma nova miscigenação, um laboratório antropológico dos traços mais fundos do ser brasileiro, de um povo vencedor pela sua estupenda adaptação” (SOARES, 2001, p. 117). No entanto, o autor do presente artigo, enxerga no personagem enaltecido por EAB, o vaqueiro, mais (e não o mais importante ou o único) um personagem importante dentre tantos outros na formação do povo brasileiro e do Brasil, pois, esse território foi o espaço de convergência de muitos atores sociais que deram grande contributo a formação da cultura sincrética brasileira (FREYRE, 2004), assim como o povo brasileiro é resultado do encontro de três matrizes étnicas, a indígena (tupi), a branca (lusitana) e negro africano, e da sua miscigenação o povo (novo) brasileiro, (RIBEIRO, 1995). Assim como deve-se considerar que muito do “ethos” do brasileiro tem suas raízes no além-mar trazidas nas embarcações colonizadoras da Europa, a cordialidade (BUARQUE DE HOLANDA, 2004), onde acredita-se que diversos outros personagens históricos deram também grandes contribuições a formação do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004) e dos “ethos brasileiros”, tais como: o coletador e caçador nativo, o bandeirante, o padre jesuíta, o colono, o escravo, o dono do engenho, o capitão do mato, o tangedor, o quilombola (em período de escravidão), o comerciante urbano, o traficante de escravo, o roceiro, o minerador, o cobrador de impostos e tantos outros. No entanto, aqui o texto olha para a escala geográfica sertaneja e em específico o “ethos” sertanejo.



O sertanejo como resultado desse tipo social descrito, o vaqueiro, se propagou culturalmente nos séculos seguintes mesmo com a complexificação social e econômica desses territórios? E aqui a tese é que nesses “territórios viris”, onde a macheza impera, a História se mostrou violenta em diversos episódios, tais como: a guerra dos bárbaros, o cangaço, os conflitos entre clãs (famílias), o “novo cangaço” (em referência aos pistoleiros dos anos 70-80), e o “novíssimo” cangaceirismo (em referência aos assaltantes de bancos pelo interior sertanejo, proposta nossa), fossem como meio de auto proteção, como vingança ou como meio de vida, a violência se fez presente na História com muito derramamento de sangue nas terras semiáridas. A cultura da violência e do machismo tem suas raízes históricas nesse “*ethos*”? O presente texto defende a tese que em parte sim, pois, deve-se considerar uma amplidão de variáveis aspectos (culturais, econômicos e políticos) e outros “*ethos*” que contribuíram para a formação cultural sertaneja. Contudo, a propagação dessa cultura se fez(faz?) presente na educação assistemática da família sertaneja, em que homens machos, não deixa(va) mulher obter autoridade e ter voz (salvo as matriarcas de famílias “importantes”) e não vir aceitar desfeita de outro homem, ser por um outro “macho” desmoralizado, a desmoralização se coletiviza(va), tornando-se uma vergonha para toda a família, sendo, a sociedade cobradora de atitude de “macho, devendo este reparar-se e revalidar sua honra. Como? A História sertaneja serve para explicar, violência e morte, um dever do “cabra macho”, no uso costumeiro da linguagem sertaneja. Ser macho no sertão guarda alguns significados como aponta Ferreira Júnior (2013) ao tratar da macheza, veja-se

A nomenclatura “macho” é, sertanejamente falando, polissêmica. Ou seja, a depender da circunstância, experimenta uma conotação. Assim, afirma-se ser macho, por exemplo, aquele que cumpre com a palavra dada, o que cumpre com os compromissos assumidos, o que constitui uma prole significativa, o que resolve as diferenças de maneira violenta, o que se mostra ativo na prática sexual e aquele que empreende dominação sobre a mulher companheira (p. 153)



Quanto a virilidade exposta pelo autor de Fidalgos e Vaqueiros (1989), tanto na relação com o meio natural, quanto com as nativas e mestiças, guarda a representação de dominação do sexo masculino na condução da História sertaneja, na construção dos territórios (aqui denominados de *viris*), na estruturação econômica e da consolidação da “civilização do pastoreio”. Portanto, a mulher é silenciada como agente participativo na construção da História, como afirma Santana (2020), onde o Sertão se constituiu na

[...] reprodução de um ideal de masculinidade viril, presente no sertão, silencia a participação do feminino na construção do Brasil, o que garante a retirada da possibilidade das mulheres narrarem a partir de suas perspectivas. A eretificação da nação institui o controle masculino (p. 4)

Sendo, este o personagem que edificou a nação brasileira segundo Eurico Alves Boaventura, que a dominação masculina foi hegemônica não só no sertão, no nordeste, mas em todo o Brasil, contudo, pergunta-se se no Sertão por ser o epicentro dessa formação de um Brasil interiorano viril, o machismo é mais intenso? E que a aceitação às mudanças tende a ser mais lenta que nas demais partes do país? E aqui não pretende-se excluir de forma nenhuma as mudanças que se operaram nas últimas décadas nos interiores sertanejos e tentar transmitir uma visão de atraso cultural não é objetivo do presente texto, pois, como qualquer sertanejo atento a dinâmica social, tem-se percebido mudanças necessárias e importantes nas relações sociais entre os gêneros (maior participação da mulher nas esferas sociais), assim como uma maior presença e aceitação das relações homoafetivas. E ainda, percebe-se uma minimização nas últimas décadas das relações conflituosas entre famílias historicamente rivais, onde, o diálogo tem ganhado espaço, não se pode mais interpretar o sertão como sinônimo de atraso, de isolado e muito menos de inculto, mas como um espaço híbrido, onde o novo pede por espaço ao velho, quer dizer onde o novo destrona (gra-



dativamente) o velho, os velhos comportamentos, sendo, o machismo e a violência “exacerbada” exemplos, que devem ser combatidas com a educação em todos os espaços.

## CONCLUSÃO

O presente texto mesmo penetrando (como os vaqueiros) em teorias tão espinhentas (como a Caatinga) e em duros (como a virilidade do vaqueiro de EAB) percursos pedregosos (como o chão do sertão) de narrativas, nem sempre confluem (como os rios e riachos intermitentes do sertão) a favor da tese, no entanto, sem generalizar tange-se (como os bois nos ermos sertanejos nos primeiros séculos) a elaboração da ideia norteadora (como o Rio São Francisco), buscando trazer a figura do vaqueiro-centauro, como um personagem histórico fundamental formação e consolidação da “civilização do pastoreio”, territorializando os sertões e abrindo espaços para as boiadas e currais. Tendo, na obra de Eurico Alves Boaventura (*Fidalgos e Vaqueiros* de 1989) o seu marco literário (e não histórico, sociológico ou antropológico, pois, EAB não o queria tal interpretação para sua obra) na identificação do “*ethos-vaqueiro*”, caracterizado pela valentia, virilidade, destreza e a coragem (só para citar alguns) que acredita-se tenham persistido e suportado as intempéries do tempo através da educação assistemática sertaneja, valorativa da macheza e da valentia. Contudo, considera-se que tal macheza e valentia, tenham, corroborado para o quadro de machismo e violência histórico e “comuns” ao sertanejo dos séculos anteriores até a complexificação do tecido social como resultado da urbanização e da “modernização” da segunda metade do século XX. Contudo, o Sertão transita entre a tradição e o progresso, onde, o segundo tem avançado mesmo a longas penas e resistências, agora não mais a resistência da natureza, mas a resistência da sociedade.



## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. Recife: FJN, Ed, Massangana, São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 6 Edição. Recife: editora universitária de UFPE, 1998.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Fidalgos e Vaqueiros: de Monumentos Antropológicos a Ode do Universo Agropastoril**. Léguas e Meia: revista de Literatura e Diversidade Cultural, V.7, nº 5. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/leguaEmeia/article/view/2016>

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERREIRA JR, José. **A Macheza na Sociedade Sertaneja Serratalhadense: Origem, elementos constituintes e justificadores**. Anais Eletrônicos do VI Colóquio de História, Faces da Cultura na História, UNICAP, Recife, 2012. Disponível em: [http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/?page\\_id=46](http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/?page_id=46)

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal**. 49ª Edição. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

[http://editorarealize.com.br/editora/anais/coneil/2020/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV144\\_MD1\\_SA3\\_ID8016092020210144.pdf](http://editorarealize.com.br/editora/anais/coneil/2020/TRABALHO_COMPLETO_EV144_MD1_SA3_ID8016092020210144.pdf)

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 1995.

SANTANA, Arthur Vitor de Araujo. **Brasil Vaqueiro: Análise da Nação no Ensaio Fidalgos e Vaqueiros (1989), de Eurico Alves Boaventura**. X Encontro Estadual de História. ANPUH/BAHIA. Disponível em: 2020.<https://www.encontro2020>.



[bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1603307475\\_ARQUIVO\\_ff0c1e5ecd18df4e4b12f0f12b19ba82.pdf](http://bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1603307475_ARQUIVO_ff0c1e5ecd18df4e4b12f0f12b19ba82.pdf)

SANTANA, Arthur Vitor de Araujo; DUARTE DE AZEVEDO, Natanael. **Relação Centáurica ou Vaqueiro Ciborgue: Uma Análise do Livro Fidalgos e Vaqueiros, de Eurico Alves Boaventura**. 1 CONEIL. Congresso Nacional em Estudos Interdisciplinares da Linguagem, UFPE, 2021. Disponível em:

SOARES, Valter Guimarães. **Outros Sertões: A Bahia de Eurico Alves**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 24, p. 109-126, jan/jun. 2001. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/24/outros\\_sertoos\\_a\\_bahia\\_de\\_eurico\\_alves.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/24/outros_sertoos_a_bahia_de_eurico_alves.pdf)

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



# REINO ENCANTADO: A NARRATIVA DOS “SABIDOS” E A ESPERANÇA DOS DESFAVORECIDOS

 Ivana Larissa de Almeida Silva<sup>1</sup>

 Pauliana Maria da Silva Alves<sup>2</sup>

 José Ferreira Júnior<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Os sertões nordestinos do século XIX, mais precisamente durante a transição do regime monárquico para a República no Brasil, foi palco para a ocorrência do Messianismo, que se caracterizou como a crença em um “messias”, ou seja, em alguém que trará mudança a um determinado cenário de angústias, seja no âmbito político, econômico ou social.

O presente artigo discute sobre o Sebastianismo, um Messianismo Português, que se manifesta a partir da figura do rei D. Sebastião, desaparecido durante a batalha de Alcácer-Quibir (1578), e que pelo fato de seu corpo não ter sido encontrado entre os mortos, instalou-se a crença em seu retorno, a qual chegou ao Brasil a partir de um folheto, e fincou-se na Comarca de Pajeú de Flores, no Sertão de Pernambuco, a partir de

---

<sup>1</sup> Graduanda em História, Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - PE (FAFOPST).

<sup>2</sup> Graduanda em História, Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - PE (FAFOPST).

<sup>3</sup> Professor Doutor da Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - PE (FAFOPST).



1836, em Vila Bela (atual Serra Talhada), esta dispunha de uma espacialidade denominada Pedra Bonita (localizada atualmente na cidade de São José do Belmonte-PE), na qual, encontram-se dois grandes rochedos.

Estes se constituíram elementos fundamentais para dar credibilidade ao discurso do mameluco João Antônio dos Santos, sobre o Reino Encantado, pois, os rochedos assemelhavam-se às torres de uma catedral imperial que, segundo o mesmo, foram encantadas por um feitiço dos mouros. Dessa forma, a narrativa instaura esperança nos angustiados da época, gerando posteriormente a morte, mediante o oferecimento de sacrifícios, de vários indivíduos que clamavam a volta do Rei D. Sebastião.

A necessidade de descrever como se deu o processo messiânico na região de Pedra Bonita, atual São José do Belmonte-PE, e como esse movimento foi incorporado como elemento constituidor da cultura local e veio a inspirar diversas obras literárias, somando-se à falta de pesquisas sobre essa temática, é o que viabiliza a elaboração desse trabalho. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que objetiva discorrer sobre o messianismo e o Sebastianismo; Mostrar como o movimento ocorreu na espacialidade citada a cima; além de descrever como o movimento se alicerça na cultura local.

## O CONTEXTO SERTANEJO DO SÉCULO XIX E O MESSIANISMO

O período transitório do regime monárquico para a República no Brasil, acirra as problemáticas sociais nos sertões nordestinos, culminando em várias revoltas e no surgimento de diversos atores históricos, como, cangaceiros, coronéis e “messias”. Isso ocorreu, a República trouxera mudanças significativas na estrutura administrativa do Estado. Dessa forma, elementos que estavam sob a responsabilidade da Igreja durante o Império passaram à incumbência do Estado, como por exemplo, a construção e as reformas de cemitérios, os registros de nascimentos, entre outros, logo, as massas populares compreenderam que esses elementos haviam sido usurpados pela República.



Somado a isso, a Igreja Católica vivenciava o processo de romanização, ou seja, buscava extinguir as práticas populares de catolicismo, herdada da tradição portuguesa e vivenciada pelo homem sertanejo. Essa ação da Igreja era antipática ao sertanejo e motivo para que os discursos dos beatos e beatas fossem, ainda mais, ouvidos e cridos, porque pertenciam ao catolicismo popular (tradição lusa). Outro elemento agravante, no referente à antipatia gozada pela República entre os sertanejos, foi o aumento dos impostos e o surgimento de novos impostos. A “Revolta do Quebra-Quilos”, ocorrida em Campina Grande, Paraíba, é um dos vários exemplos de insatisfação dos nordestinos com a gestão Republicana. Esse cenário de perseguição, miséria e angustia se constituiu como componente significativo para o fortalecimento do messianismo nesse momento da História do Brasil, conforme se verifica a partir do fragmento abaixo:

[...]A interminável experiência de opressão e humilhação, longe de levar a uma desintegração da esperança e dos laços sociais, mantém viva a orientação messiânica e permite a elaboração de efetivos movimentos de libertação e renascimento religioso que caminham à procura de seu paraíso. (ROSSI, 2007, p.02)

Para Rossi (2007) o paraíso seria o objetivo dos indivíduos renegados pela estrutura política, econômica e social, logo, para o autor “O paraíso, na verdade, seria uma reação ao estado de insuficiência social que os pobres estariam vivendo.” (ROSSI, 2007, p. 02). A partir do contexto apresentado, pode-se constatar que o messianismo se constitui como alternativa para os sertanejos excluídos pelo sistema. Mas o que seria de fato, o messianismo? Ele tem suas origens no Brasil? E que papel é atrelado aos “messias” em meio à crise?

Segundo a definição da Oxford Languages, no campo religioso, o messianismo se caracteriza como a “crença na vinda de um messias, redentor humano para Israel, eleito por Deus, e para toda a humanidade, por intermédio de Israel”, em outras palavras, é a convicção de que um



enviado divino trará a libertação dos povos oprimidos, evidenciando-se nas escrituras do Antigo Testamento.

No que diz respeito a suas origens o messianismo surge no antigo Oriente Próximo, espacialidade que recebe essa denominação para demarcar a região na qual nasceram as civilizações anteriores às clássicas, sendo chamada atualmente de Oriente Médio . Além do mais, o termo “messias” é derivado do hebraico *mashiach*, que significa “ungido”, e é usado inicialmente, segundo Souza (2015) para designar um indivíduo que cumpre uma função específica dentro da sociedade, como por exemplo reis e sacerdotes que eram ungidos com um óleo que os separavam socialmente dos demais indivíduos para um ofício especial, e isso lhes asseguravam um caráter de representação divina e o estabelecimento de um intercâmbio entre Deus e os humanos, explicitado no excerto:

Crescendo a partir de concepções comuns de unção e monarquia no antigo Oriente Próximo, o messianismo pode ser visto como uma influência sociocultural profunda na comunidade judaica do período do Segundo Templo. Literalmente, a tradição gira em torno primeiramente das promessas feitas à dinastia de Davi (2Sm 7; Gn 49:10), dos chamados salmos reais e dos oráculos de salvação dos profetas. O caráter super-humano atribuído à figura do rei dravídico permitiu uma transformação e adaptação gradual das ideias messiânicas do Judaísmo e do Cristianismo. (SOUZA, 2015, p. 23)

É preciso salientar que o conceito de “messias” perpassa por uma série de significações que se alteram a partir da vertente religiosa e do período histórico, dessa forma, para o Judaísmo é o descendente do rei Davi capaz de restaurar Israel; para o Cristianismo é Jesus Cristo; em um âmbito mais geral é aquele que é aguardado pelo povo para trazer uma “salvação”; e nos movimentos messiânicos é entendido como um líder virtuoso. Neste trabalho será adotado o entendimento do messias enquanto líder, visto que, trata-se de uma pesquisa voltada para um movimento messiânico específico, o Reino Encantado de Pedra Bonita.



Há de se destacar que existe uma diferença entre Messianismo e movimentos messiânicos, o primeiro refere-se a crença na vinda de um salvador, Deus ou alguém enviado por ele que trará justiça para um determinado povo; o segundo está ligado a uma coletividade que almeja a mudança de um cenário desagradável e é conduzido por um líder com características virtuosas e por isso é tido muitas vezes como “messias”. Essas afirmações ficam evidentes no trecho:

[...] o primeiro deles diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça; o segundo refere-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) visando concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas. (NEGRÃO, 2015, p. 49)

No que concerne a chegada dessas ideias ao Brasil pode-se concluir que adveio a partir das personalidades portuguesas, fato que não causa tanto espanto, visto que, os mesmos colonizaram o território trazendo consigo seus traços culturais para implantá-los a partir da justificativa de “um processo civilizador”, pois, para o europeu os nativos eram vistos como bárbaros, sem cultura ou com uma cultura inferior. O messianismo é fruto de uma herança cultural trazida pelos portugueses, mais precisamente, por um sapateiro e profeta chamado Gonçalo Annes Bandarra. Um exemplo disso é o Sebastianismo que ganhará um caráter milenarista no ocorrido em Pedra Bonita.

## O SEBASTIANISMO

Tido como um messianismo português, o Sebastianismo é a crença no retorno do rei de Portugal Dom Sebastião que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, onde seu corpo não foi



encontrado e diante da situação crítica em que se encontrava Portugal era necessário uma narrativa que trouxesse esperança. Ao se falar em Dom Sebastião dois adjetivos lhe são comuns, o de Desejado e o de Encoberto:

Os dois epítetos o eternizaram, pois ele já existia antes de nascer, como Desejado, encarnando as expectativas e vontades de uma nação ávida por manter seu papel especial entre as outras nações do mundo. E ele continua existindo mesmo depois de sua morte, o desaparecimento, como o Encoberto, trazendo, ao mesmo tempo, traços humanos e divinos, além de provocar a possibilidade de sonhar e continuar a desejar. (GODOY, 2015, p. 26)

Anos antes do nascimento de dom Sebastião, questões na política interna e externa de Portugal pairavam no reinado de dom João III. No entanto, outro problema afligia ainda mais a população, a dificuldade que o rei tinha em gerar herdeiros para a coroa, pois o mesmo era casado com dona Catarina, irmã do imperador da Espanha Carlos V, e um herdeiro garantiria a manutenção da independência de Portugal com relação a Castela. Eles tiveram nove filhos, todos vieram a óbito, mas dois conseguiram viver até o período de procriação, dona Maria, que se casou com o príncipe Felipe II e o infante dom João, que nascera com uma saúde frágil e por isso foi posto para casar as pressas com sua prima, dona Joana, filha do imperador Carlos V.

O objetivo do casamento arranjado teve êxito, dona Joana carregava em seu ventre o herdeiro da coroa portuguesa, dom Sebastião, que nascera no dia 20 de janeiro de 1554, dia do santo que deu nome ao tão desejado filho. Sua vinda ao mundo representara para a coroa a garantia de sua independência em meio as problemáticas no âmbito político e, para o povo, representava uma nova roupagem para a nação, um sentimento de pertencimento a uma nação importante naquele período:

De um lado, a corte concretiza sua vontade de perpetuação e conservação do poder institucional, político, social e territorial atra-



vés da figura do neto recém-nascido de dom João III. Novamente se vê garantida a independência portuguesa diante das ameaças externas e internas. De outro, o nascimento do rei Desejado, esperado pela população exterior ao castelo, simbolizava um novo fôlego de Portugal como nação independente, massageando a confortável sensação de pertencer a uma nação importante, à época, na geopolítica mundial. Acabava-se a ameaça que pairava sobre o reino de este se tornar mero coadjuvante sob a dependência do reinado de Castela. (GODOY, 2015, p. 28)

Além disso, a vinda ao mundo daquele que foi tido como desejado, tanto pelo reino quanto pela população reacende, o desejo da retomada de um projeto que visava conquistas territoriais, somando-se a elementos que fizeram parte de um passado de glória portuguesa. A partir disso, pode-se concluir que a identidade que permeia a figura de dom Sebastião começou a ser construída através de uma série de expectativas anteriores ao seu nascimento e após esse ocorrido irá se concretizar por meio do ensino, no qual ele será preparado para garantir as glórias de Portugal sendo atribuído por Márcio Honório de Godoy (2015) a titulação de “sujeito imbuído de esperança patriótica”.

04 de agosto de 1578, dia em que o tão desejado rei trava uma batalha com os mouros, defendendo a bandeira do Cristianismo e buscando o status de honra para a pátria portuguesa, a partir da conquista de territórios africanos. Entretanto, Portugal não sai vitorioso e dom Sebastião é dado como desaparecido. A notícia chega à Portugal instaurando frustração e temor, pois estariam a margem da dependência do reino de Castela.

Com o anúncio da derrota na batalha de Alcácer-Quibir e do desaparecimento do rei, quem assume o trono é o cardeal dom Henrique, seu tio-avô, que irá postergar o fim da independência portuguesa até sua morte em 1580, e é a partir desse momento que o rei de Castela, Felipe II, adquire a coroa portuguesa e instala a chamada União Ibérica, que se estende até 1640, quando Portugal recupera sua independência através do movimento de Recuperação ou Restauração.



É diante desse cenário que se constroem narrativas em torno da figura de dom Sebastião e acerca de seu retorno, pois ele era considerado o herdeiro legítimo do trono e como seu corpo não foi encontrado entre os mortos, instala-se o discurso de que ele passaria por um processo de peregrinação para alcançar a purificação e voltaria para salvar Portugal. Dessa maneira, ele começa a assumir as roupagens discursivas de um herói com caráter divino, um messias.

Dom Sebastião passa por todo o processo que define um líder carismático conjuminado com traços messiânicos. E essa configuração de sua personalidade se torna mais contundente quando o rei desaparecido está presente em outro discurso, paralelo ao oficial, ao que pretende continuar a lógica do discurso temporal das cortes. Aos poucos, o rei Desejado vai sendo confundido e, mais tarde, amalgamado de vez com uma figura de textos proféticos, envolvido na trama mística de projeções apocalípticas, tornando-se um dos fenômenos culturais mais marcantes da história de Portugal. (GODOY, 2015, p. 36)

A titulação de “Encoberto” surge a partir da interpretação feita pelo nobre português João de Castro, das trovas do sapateiro e profeta Bandarra, sendo fundamental para a consolidação de “um Sebastianismo que ressalta contornos milenaristas, utópicos e escatológicos”(GODOY, 2015, p. 37). O que seria o milenarismo? E como a personificação do mito sebastianista transcende as barreiras do território português e se instaura na região de Pedra Bonita, atual São José do Belmonte-PE?

## UM REINADO EM PLENO SERTÃO

A espacialidade de Pedra Bonita (atual cidade de São José do Belmonte que está localizada no Sertão Central de Pernambuco) era uma extensão de Vila Bela (atual Serra Talhada- PE) pertencente a Comarca do Pajeú de Flores, sendo palco entre os anos de 1836 a 1838 para um movimento messiânico de origem portuguesa trazido para o Brasil du-



rante o período colonial incorporando-se ao milenarismo definido pela Oxford Languages como a “crença na possibilidade de um período de justiça, felicidade e paz”.

Ecoavam sob os sertões nordestinos as mazelas trazidas pela seca, pela fome e pela escravidão que configuravam um ambiente de angustias, tornando-se propício para a introjeção dessas ideias voltadas para o alcance de uma realidade satisfatória. Em meio a esse cenário surge em Vila Bela no ano de 1836 o mameluco (indivíduo que possui descendência indígena e branca) João Antônio dos Santos que traça uma narrativa centrada na figura de dom Sebastião:

O semiárido nordestino, em todos os tempos devastado pelas secas periódicas, com a escravidão negra que atingia o seu apogeu na região, era causa de humilhação e angústia. Assistência de qualquer natureza nem se cogitava. O analfabetismo recebia a marca, o timbre daquilo que era oficializado. Este era o ambiente onde o mameluco João Antônio dos Santos pretendeu desencantar, em toda sua plenitude e grandeza, o reino de d. Sebastião. Sob um templo de granito, de beleza rara, que a natureza edificou num contraforte da Borburema.(MOURA, 1999, p. 345)

Em um determinado dia João Antônio dos Santos começou a mostrar aos moradores da localidade, duas pedrinhas, afirmando ser diamantes que faziam parte de uma mina encantada, e isso era uma pequena prova da grande riqueza do reino de dom Sebastião, que segundo ele, situava-se próximo a um lago e a dois grandes rochedos, além disso, esse cenário dispunha de grutas com capacidade para abrigar entre 25 e 30 pessoas e uma plataforma granítica capaz de comportar mais de 100 pessoas. São esses elementos físicos que dão credibilidade ao seu discurso, visto que, os rochedos se assemelhavam a torres de uma catedral imperial que segundo o mesmo, foi enfeitada pelos mouros. Essa narrativa atraía diversas pessoas que eram instigadas a partir de folhetos de cordel a conhecer mais sobre o rei dom Sebastião e se encantar com a possibilidade de modificar a realidade vivida.



Ele pregava que só com o sangue de inocentes de corações limpos, fosse limpadado as torres do castelo, pois só assim o anúncio de desencantamento se tornaria verdade. Quem colaborasse, seria recompensado. D. Sebastião ressurgiria então com seu exército alumiado para libertar o sertão dos seus males e instalar o Paraíso Terrestre. Pobre ficaria rico e imortal, preto ficaria branco, velho ficaria menino, cego ficaria curado. (MOURA, 1999, p.347)

Essas explanações discursivas tidas como “fantásticas”, atuam em seu próprio benefício:

O profeta do encoberto resolveu casar-se com uma das mais belas jovens da vila, chamada Maria, e a família consentiu de imediato, certa de que isso contribuiria para desencantar d. Sebastião[...] Além de casar-se com Maria, João Antônio conseguiu que alguns fazendeiros ricos se prontificassem a colaborar com animais, alimentação, riquezas. Receberiam tudo em dobro, além de muita saúde, após o desencantamento do rei. (MOURA, 1999, p. 346)

A propagação dessas ideias não é vista com bons olhos por parte da Igreja e por isso João Antônio é convocado pelo padre Francisco José Correia de Albuquerque para ir até a sede da província, onde é aconselhado a mudar de postura, pois o padre percebeu que ele estava usando de sua astúcia para enganar o povo a partir da exploração da esperança em dias melhores, afim de obter vantagens econômicas. Após essa convocação, ele resolve retirar-se com sua esposa para o sertão de Inhamuns.

Em 1838, dois anos depois de sua partida, seu cunhado João Ferreira apropria-se da narrativa sebastianista, declara-se rei e se instala no sítio de Pedra Bonita com seus apoiadores, gozando de um status de santidade. Eles montaram a estrutura de uma corte e realizaram rituais e cerimônias. Geralmente, após as cerimônias matrimoniais havia a distribuição de uma bebida “encantada”, que na verdade era feita



a partir da mistura entre manacá e jurema que tinham propriedades alucinógenas que segundo o discurso do novo “messias”, possibilitava ver dom Sebastião.

As narrativas atraíam mais pessoas para Pedra Bonita ansiando a chegada do rei Encoberto, no entanto, esse rei nunca chegava e isso leva a um novo roteiro discursivo:

No dia 14 de maio de 1838, João Ferreira, faz um sermão afirmando que El- rei d. Sebastião estava desgostoso com os crentes, pois estes não tinham dado ainda demonstrações maiores da sua fé, pois tendo estado com o Encoberto na noite anterior, o mesmo lhe falara que estava muito triste com todos por não realizarem sacrifícios para a restauração do reino: se não fosse regadas as bases dos altíssimos rochedos com bastante sangue, ele jamais desencantaria (MOURA, 1999, p. 349)

A partir deste momento inicia-se uma onda de sacrifícios. Crianças, mulheres, homens e animais são ofertados em prol da concretização da narrativa de João Ferreira . Os historiadores locais ressaltam que foram 4 dias de massacre, totalizando 53 mortes humanas, além de 14 cachorros sacrificados. No dia 17 de maio, tido como ultimo dia de sacrifício, Pedro Antônio, irmão de João Antônio (o primeiro “messias” de Pedra Bonita) aborrecido com a morte de suas irmãs, resolve castigar João Ferreira anunciando que dom Sebastião teria aparecido em sonho pedindo por sua morte, “subiu ao púlpito e anuncia que d. Sebastião lhe aparecera em sonho, na noite passada, reclamando a presença do rei João Ferreira, o único que faltava para haver o desencanto. Este não teve como escapar. Nem tentou. Seria impossível. E foi sacrificado ali mesmo.”(MOURA, 1999, p. 350).

Pedro Antônio torna-se o novo rei e muda a sede do Reino Encantado por causa do mau cheiro dos corpos em decomposição, além disso, pelo fato do reino não desencantar ele lança mão de uma nova estratégia, determinando que “desalojassem as famílias Carvalho e Pereira



de suas propriedades próximas dali. Deveriam alegar que ocorrera o desencanto e que os bens das duas famílias fossem, então, distribuídos com os fanáticos”(MOURA, 1999, p. 350). Esse cenário começou a desagradar seus adeptos, e dentre eles estava o vaqueiro José Gomes que foge e decide denunciar o que vinha acontecendo ali ao major Manuel Pereira da Silva.

Após ouvir a incrível narrativa do fugitivo, identificado no processo como José Gomes, o major Manuel Pereira, então chefe de polícia, partiu para a sede da Comarca (Flores), onde comunicou os fatos ao juiz de Direito, que ordenou a mobilização de alguns homens para justamente com a força policial, seguir para o local dos acontecimentos. O major Manoel Pereira convocou seus três irmãos, Simplício, Cipriano e Alexandre, e mais 30 moradores da cidade, os quais, ao todo, formaram uma força de 60 combatentes. (MOURA, 1999, p. 351)

No dia 19 de maio um combate é travado, do qual vários saem mortos, (inclusive dois dos irmãos do major Manoel Pereira), e outros acabam sendo presos e levados a julgamento, pondo fim ao movimento de caráter messiânico-milenarista na localidade. Além disso, João Antônio o precursor do movimento em Pedra Bonita, é capturado juntamente com sua esposa em Minas Gerais e trazido a Pernambuco, no entanto, durante o percurso João Antônio é morto e Maria segue para prisão, sendo indultada a partir de um decreto do presidente da Província. Posteriormente o prefeito de Flores envia uma carta para o presidente da Província de Pernambuco Francisco do Rego Barros, relatando o ocorrido em Pedra Bonita, carta esta que fora publicada na época, no jornal Diário de Pernambuco e que um exemplar encontra-se atualmente no Memorial da Pedra do Reino na cidade de São José do Belmonte.

Anos depois é formado o povoado de Belmonte que em 1873 tem seu território desprendido do domínio de Vila Bela, mas que de imediato não vê a Pedra do Reino enquanto Patrimônio Histórico Cultural, pois essa concepção começa a ser construída quase um século de-



pois, quando o prefeito José Alencar de Carvalho resolve em 1967 inserir o símbolo da Pedra do Reino na construção da bandeira municipal, deixando transparecer o início do processo de incorporação desse símbolo na construção da identidade cultural da cidade .

Com o passar dos anos, outros acontecimentos vão reafirmando e divulgando essa identidade, como por exemplo, o trabalho acadêmico da professora Benedita Carvalho Barros que amplia os horizontes discursivos acerca da cultura local, e o reconhecimento oficial da Pedra do Reino como parte da história e do território de Belmonte em 1980. Ademais, em 1988 Serra Talhada reivindica o empossamento da Pedra do Reino, e nesse momento “o prefeito José Carvalho Sobrinho decidiu adquirir para São José do Belmonte as terras que configuravam o lugar do sítio histórico, conforme consta da Escritura de Compra e Venda registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca” (MOURA, 1999, p. 353), depois disso ele instituiu uma nova nomenclatura para a sede da prefeitura, passando a se chamar Palácio da Pedra do Reino.

Segundo Moura (1999), a criação da Cavalgada em 19 de setembro de 1993 pela Associação Cultural Pedra do Reino, representa o primeiro ato de manifestação propriamente cultural, inspirada a partir da obra, Romance d’A Pedra do Reino de Ariano Suassuna e idealizada para acontecer no último domingo de maio, buscando enaltecer a cultura local . A partir do exposto pode-se concluir que a cultura é “uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social.”(SANTOS, 2017, p. 45), ou seja, não é algo natural e quem a constrói, o faz com uma intencionalidade. Atualmente, o cenário da Pedra do Reino se constitui como Patrimônio Histórico Cultural da cidade e os elementos sebastianistas mesclam-se com o movimento Armorial idealizado por Ariano Suassuna, e legitimam a identidade local, evidenciando-se a partir da entrada, na qual dispõe a titulação “A terra da Pedra do Reino”, além de um mural armorial e símbolos que representam mouros e cristãos.



## CONCLUSÃO

O debate promovido neste trabalho aponta uma nova perspectiva sobre o movimento sebastianista ocorrido na espacialidade de Pedra Bonita, atual cidade de São José do Belmonte-PE, saindo do campo do fanatismo e entendendo-lhe como fruto da crença em uma narrativa imbuída de esperança que sai da boca de indivíduos astutos em meio a um período de crise, os quais utilizam um cenário construído discursivamente como um Reino Encantado, o qual, anos depois marca a identidade da cidade e massageia o ego capitalista ao promover manifestações que enaltecem a cultura local e atraem turistas. Além disso, é feita uma abordagem que traça um panorama histórico e conceitual acerca da origem do messianismo e sua chegada ao Brasil, além de refletir o papel do “messias” e do contexto em que Portugal se encontrava, vindo a favorecer a elaboração de discursos sobre o rei d. Sebastião, ora Desejado, ora Encoberto.

## REFERÊNCIAS

GODOY, Marcelo Honório. O desejado e o encoberto: Potências de movimento de um mito andarilho. In: PEREIRA, João Baptista B. QUEIROZ, Renato S. **Messianismo e Milenarismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015

MESSIANISMO. In: Oxford Languages. Google. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. acesso em 07 de jun. de 2021

MILENARISMO. Oxford Languages. Google. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. acesso em 07 de jun. de 2021

MOURA, Valdir José Nogueira. São José do Belmonte Recife: FIDEM, 1999.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros. In: PEREIRA, João Baptista B. QUEIROZ, Renato S. **Messianismo e Milenarismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **O messianismo e a construção do Paraíso na História**. *Revista Aulas*, 2007. Disponível em: [https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_10.pdf](https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf)



SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. 16<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SOUZA, Rodrigo F. de Souza. O desenvolvimento histórico do messianismo no judaísmo antigo diversidade e coerência. In: PEREIRA, João Baptista B. QUEIROZ, Renato S. **Messianismo e Milenarismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.



# FEMINILIDADE NO CANGAÇO: DESCOLONIZANDO CORPOS

 José Ernando de Farias Silva<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda, de maneira geral, a entrada de mulheres no cangaço, bem como suas contribuições sociais no núcleo do movimento e a quebra de paradigmas da estrutura social da época. Partindo dessa perspectiva, busca compreender porque e como ocorria o ingresso de mulheres no movimento, evidenciando mudanças significativas fora e no interior do cangaço, delineando outra perspectiva de visão acerca do feminino. Dessa forma, procura enfatizar a importância da presença do corpo feminino no cangaço no que diz respeito a descolonização dos corpos, citado por Ballestrin (2013), que coloca esse termo como uma luta contra o patriarcalismo, provocado pelo processo de colonização europeia na América Latina. Pretendemos, portanto, discutir e problematizar o conceito de corpo feminino na sociedade coronelista do sertão nordestino, e confrontar com a concepção que o cangaço aprendeu a perceber sobre o outro sexo. Inicialmente, abordaremos um cangaço masculinizado, antes da presença efetiva de mulheres. Posteriormente, discutiremos por que e como ocorriam a entrada de mulheres no movimento, e suas contribuições sociais que desempe-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste - PPGEduc (Mestrado)



nharam no cangaço e fora dele, quebrando tabus em uma sociedade extremamente patriarcal e semifeudal, como colocam alguns historiadores, dentre eles, Frederico Pernambucano de Melo.

## METODOLOGIA

A pesquisa tem seu desenvolvimento a partir da revisão de literatura e de fontes bibliográficas, sua abordagem é de cunho qualitativa. O embasamento teórico-metodológico desta pesquisa se orienta sob o olhar do historiador brasileiro Frederico Pernambucano de Melo, e do Jornalista Júlio J. Chiavenato, dentre outros que de alguma forma contribuíram para embasar o tema. Esses autores reforçam a ideia de que a entrada de mulheres no cangaço representou um marco de subversão de costumes relacionados ao corpo feminino numa sociedade patriarcal. Nesta perspectiva, dialoga-se também com Michel Foucault e Luciana Ballestrin, no que se trata de adestramento de corpos, bem como, as possíveis formas de subversão a esse discurso de dominação.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

### O Cangaço masculinizado

Segundo Melo (1985), o cangaço teve três fases em sua existência, a primeira foi a fase de vingança, a segunda fase profissional ou meio de vida, e a terceira como refúgio, nos deteremos apenas nos dois primeiros com ênfase na segunda fase. A primeira fase, tinha como principal objetivo vingar a morte de um parente ou alguém próximo, ao realizar a justiça com as próprias mãos, típico do semiárido nordestino da época, o cangaceiro deixava o movimento, foi o que aconteceu com os cangaceiros Sebastião Pereira e Jesuíno Brilhante. Nesta fase o cangaceiro tinha uma vida nômade, composta apenas de homens, deixavam suas famílias e se detinham apenas em satisfazer seu desejo de vingança,



obviamente que o contexto social e político da época favorecia a uma sociedade com imensa desigualdade social e jurídica, tendendo a uma efetiva justiça particular. Esta fase, no qual o homem sertanejo abdicava de sua vida familiar para ingressar em uma vida errante, era temporária e previsível, pois, seu egresso se dava com a vingança cumprida, portanto, não sentiam a necessidade de aceitar companheiras no bando, tão pouco, oficializá-las como membros do grupo.

Além da vida errante de cangaceiro por vingança e a breve temporalidade, a concepção cultural sobre o feminino influenciava o distanciamento físico e epistêmico entre homem e mulher na sociedade semifeudal nordestina. Segundo o jornalista Chiavenato (1990), o sertão nordestino herdou da idade média europeia a ignorância e o repúdio ao sexo feminino, construindo ou reproduzindo mitos e concepções esdrúxulas sobre o corpo e a mente feminina.

Há um repúdio à fêmea que se confunde ao medo do sexo. Os cangaceiros acreditavam nesses preconceitos. Evitavam “andar com mulher” antes dos combates, pois “abria o corpo”. Nem padre escapava desses sortilégios. Se o vigário rezasse missa sem amaldiçoar a amante, ele vira mula-sem-cabeça. Essas crenças emergiam de uma sociedade opressiva, que rebaixava a mulher à servidão. Reduzida a escrava pelo casamento, a mulher era apenas um alvo onde o homem descarregava sua energia sexual. (CHIAVENATO, 1990. p.99)

O jornalista e muitos historiadores apontam essa concepção do sexo oposto como um incentivo para práticas de estupro, violência e sequestros de corpos femininos, comum em uma sociedade machista e patriarcal. A crença da inferioridade e o repúdio ao sexo feminino, assemelhando-se a uma misoginia, ou no mínimo machismo, dificultava a entrada de mulheres no cangaço, a ideia de corpo feminino que prevalecia nessa sociedade patriarcal criava entraves sociais e culturais que impediam a entrada de mulheres em movimentos predominantemente masculinos. Porém, Emídio (2019), relata que mesmo no



período de ausência de mulheres no cangaço, elas exerciam influência sobre a vida dos cangaceiros, opinando sobre a vida particular ou social. “A mulher sertaneja teve muita influência sobre a vida do homem no sertão, sobretudo a do cangaceiro, que seja como mães, namoradas, esposas ou parentes”. (EMÍDIO. 2019, p.34). A autora evidencia ainda um exemplo de que as mulheres sertanejas exerciam em alguns casos uma efetiva influência na vida de homens e especificamente de cangaceiros.

Outro cangaceiro que também teve esposa foi o negro Vicente de Marina. Marina era o nome de sua mãe. Vicente casou-se com Minervina, também negra como ele, que segundo as pesquisas de Antônio Amaury, quando este entrevistou Sinhô Pereira nos anos 70, Vicente de Marina apanhava calado de Minervina esta era quem mandava em casa. (EMÍDIO. 2019, p.34)

Contudo, a autora chama a atenção para os cangaceiros solteiros, estes gozando de uma liberdade individual e moral, praticavam o estupro, violentavam moças com o intuito de saciar seus libertinos desejos sexuais. Outros cangaceiros de mesmo estado civil, procuravam meretrizes, o caso mais conhecido foi da prostituta Enedina, da cidade de Capela, no interior de Sergipe, ficou famosa devido ser um lugar de estadia frequente do rei do cangaço e seu bando, naturalmente antes do surgimento de cangaceiras.

Apesar de muitos cangaceiros serem influenciados pelo sexo feminino, elas não tinham permissão para entrar no movimento. Muitos acreditavam que a entrada de mulheres no cangaço enfraqueceria o movimento, tornaria o cangaço menos ativo e mais vulnerável. Melo (1985), menciona a fala do cangaceiro Balão sobre sua opinião acerca da entrada de mulheres no bando:

“homem de batalha não pode andar com mulher. Se ele tem uma relação, perde a oração, e seu corpo fica como uma melancia: qualquer bala atravessa”. (MELO. 1985, p.82)



Sinhô Pereira também expressou sua opinião e indignação sobre o ingresso de mulheres no cangaço, sendo efetivamente contra o feminino nesta circunstância, o cangaceiro ainda explica porque se coloca contra essa possibilidade ou realidade do cangaço a partir de Lampião.

No meu tempo não havia mulheres no bando. Mulher só podia trazer más consequências, dividindo homens, fazendo o grupo brigar, por ciúme ou por outro motivo qualquer. Eu fiquei muito admirado quando soube que Lampião havia consentido que as mulheres ingressassem no cangaço. Eu nunca permiti, nem permitiria. (MELO. 1985, p.82)

### **A entrada de mulheres no cangaço**

O período que marcou a ausência efetiva de mulheres no cangaço, a fase de vingança, segundo Melo (1985) é entre o final do século XIX e início do XX, com a chegada de Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, o rei do cangaço pôs fim a esta fase e inaugurou a fase profissional do cangaço.

O autor enfatiza que só no cangaço profissional foi possível o ingresso de mulheres no movimento, devido seu aspecto duradouro e seus objetivos indo além do desejo de vingança, o cangaço profissional permitiu a entrada mulheres, pois, o desejo de permanecer por mais tempo na vida errante necessitaria de companheiras mais presentes no dia a dia do movimento, provocando e reforçando mudanças no interior do cangaço. A entrada de mulheres no movimento se dá por três explicações, segundo Daniel Lins (1997), a primeira que evidencia e reforça o ingresso de mulheres nos bandos é o próprio cenário social feminino, o patriarcado sertanejo garantiu de rebaixar a mulher a um objeto sexual, um produto de prazer masculino, há relatos que em tempos de seca, os homens do sertão vendiam suas filhas ou irmãs para poderem garantir sua própria sobrevivência, estavam condenadas ao sofrimento apenas pelo fato de serem mulheres. O casamento era uma forma de



prisão e a solteirice uma presa fácil para ser violentada, nesse cenário de miséria moral e social o corpo feminino encontra no cangaço um refúgio, um lugar outro, capaz de entregar-lhe a dignidade e o valor de ter nascido mulher. Colocar aspectos sociais e culturais como responsáveis pelo ingresso efetivo de mulheres ao cangaço, significa dizer que dentre os desafios, para não dizer opressões, que a sociedade semifeudal sertaneja subjogava aos corpos femininos, o cangaço, parecia ser a única esperança de se tornarem donas de si mesmas. Essa sociedade semifeudal do sertão ofertava algumas poucas opções de vida para o sertanejo e, muito menos ainda para as mulheres, Lins (1997) relata que, basicamente as sertanejas desprovidas de bens, eram oferecidas em troca de dinheiro, pela família ou por elas mesmas, como forma de sobrevivência. As volantes e cangaceiros eram os principais destinos aos quais as sertanejas eram destinadas. O primeiro, muito mais cruel com as mulheres, concebiam elas como escravas, devendo-lhes total obediência, a vida desses corpos entregues ao um mundo “carnívoro” dos homens extinguiu qualquer possibilidade de dignidade pessoal, moralmente eram submetidas as regras de seus donos, uma vez que foram compradas de suas famílias ou que ofereceram seus corpos como forma de sobrevivência, como já mencionado. Porém, esses corpos femininos eram entregues para sujeitos tidos como, homens da lei, por isso, para a sociedade sertaneja, elas eram mulheres de autoridades, portanto, respeitadas e tidas como donas do lar, no entanto, eram aprisionadas dentro de seus instintos femininos e seus corpos aprisionados em uma sociedade masculina e masculinizada. Por fim, entende-se porque escolhiam o mundo “fora da lei”, muitas mulheres viam no cangaço, embora um movimento perigoso, uma chance de rebelar seus instintos e desejos, algo que dificilmente conseguiriam fora dele. Apesar da vida errante do cangaço ter sido desafiador e difícil, as mulheres que decidiam entrar nele, concebiam o movimento como uma esperança de viver a vida intensamente, a morte era inevitável, porém, a vida era vivida e sentida dentro e fora de seus corpos.



Todavia, problemas sociais não explicam por si só o porquê do ingresso de mulheres no movimento, o que dizer de mulheres da alta sociedade sertaneja, ricas, filhas ou mulheres de fazendeiros deixarem tudo para seguir uma vida errante de cangaceiras? Segundo Daniel Lins (1997) essas mulheres como Enedina, “acompanhou o marido, rico proprietário de terra, que perseguido, sem motivos aparentes pela volante, aderiu ao cangaço”. (LINS. 1997, p.68). Ainda segundo o autor, o aspecto social de desvalorização feminina aguçava o desejo de liberdade e de “desaprisionamento” dos corpos, liberdade no sentido de poder pensar fora do contexto masculino, poder imaginar em possibilidades outras de existência do feminino enquanto ser autônomo de inteligência e desejos, ao mesmo tempo emancipando seus corpos, passando a coabitar junto com seus desejos e sensações, repugnáveis num contexto masculino e patriarcal, a ilegalidade do cangaço além de instigar o imaginário feminino, proporcionava uma possibilidade real de concretizar desejos reprimidos pelo patriarcado, provocando dessa forma, uma rebeldia dos corpos, a liberdade de serem donas de si mesmas era o objetivo principal de cangaceiras que deixavam seus desejos serem predominantes e decisivos em detrimento de uma vida de conforto e acomodação.

A última explicação sobre a entrada de mulheres no cangaço se dá também pelo desejo. A paixão e o amor fez com que o corpo feminino entrasse e permanecesse na vida errante do movimento, “outro grupo é representado por mulheres que entraram no cangaço para acompanhar seu homem. Apaixonada por Corisco, ela se apaixonou também pelo movimento do cangaço”. (LINS. 1997, p.71).

Indo em contramão de muitos historiadores que afirmam que a entrada de mulheres no cangaço também se dava pelo sequestro, Daniel Lins e o jornalista Chiavenato, afirmam veementemente, que os cangaceiros não precisavam proceder de tal forma, pois eles detinham a admiração no imaginário feminino, o que havia eram falsas acusações, quando a suposta vítima não queria justificar sua fuga, ou quando havia de fato os raptos, que por fim eram combinados.



Ao contrário do que se pensa, os cangaceiros não precisavam raptar suas mulheres. As sertanejas, com uma perspectiva de vida infeliz se permanecessem “honestas”, lançavam-se à aventura, atraídas por esses homens. Maria Bonita ofereceu-se a Lampião, que relutou em aceitá-la. Dadá encantou-se com Corisco. Os poucos raptos eram combinados. (CHIAVENATO, 1990, p.101)

Percebemos, por assim dizer, que a entrada de mulheres em um movimento masculino tido como violento e criminoso se dava por livre aceitação, sabendo-se dos riscos e estigmas próprios do ofício, além, claro dos que carregavam por serem mulheres. Ao aderirem ao movimento perdiam sua identidade social e adquiriam uma identificação consigo mesmo e com seus pares, a liberdade de criar suas próprias leis em consonância ou não com a dos cangaceiros, não dependia de outrem e sim apenas delas e deles.

### **Contribuições sociais das cangaceiras**

A entrada de mulheres no cangaço, a partir desse contexto, proporcionou mudanças significativas no grupo e na sociedade coronelista. Chiavenato (1990) vai usar a expressão “revolução feminista”, ao fazer referência as mudanças que as cangaceiras provocaram no interior do movimento e em torno, quebras de paradigmas foram evidenciadas, a emancipação do corpo feminino sertaneja romperam preconceitos e discriminações, mostrando que é possível a descolonização dos corpos a partir do enfrentamento e da ousadia de desconstruir conceitos naturalizados pelo patriarcado.

A sociedade moderna se apoiou em pares dicotômicos, no qual naturalizou conceitos e práticas, ao mesmo tempo que introduziu conceitos universais, excluiu valores incompatíveis com a lógica capitalista, tornando anormal tudo que esteja fora da lógica hegemônica. Em se tratando de corpos femininos, a colonialidade associou o sexo à divisão do trabalho e subordinou esses corpos à hegemonia masculina. O pro-



cesso de colonização europeia inferiorizou a mulher de tal forma que se tornou escrava sexual de um mundo masculinizado, a descolonização dos corpos seria uma opção de desobediência pedagógica como coloca Mariana Alvarado (2016), cujo principal objetivo é lutar contra a lógica moderna do feminino, desnaturalizando valores e conceitos, bem como práticas que inferiorizem ou mesmo demonizem mulheres.

Questionar conceitos e ressignificar valores faz parte de uma opção descolonizadora, e se pode fazer através de conscientização, neste caso, a educação tem uma enorme importância nesse processo, ou por meio da ação política dos corpos, nosso corpo está inserido no campo político, devido o mesmo ser uma superfície objetivada e subjetivada, maleável à moldagem através de técnicas e dispositivos tecnológicos, afirma Foucault através de Mendes (2006), ou como afirma Mignolo, através de Bessa-Oliveira (2019), com o corpo-política, pois expressa vontades e desejos subjetivados, é nossa porta de entrada para o mundo, mas também de saída dele. Neste caso, os corpos falam e se interagem com o mundo, de forma convergente ou não, ao interagir podem deixar marcas profundas, pois suas palavras são frases explícitas que não precisam de tradução ou interpretações, o corpo expressa uma posição cultural e política, que podem reproduzir valores e/ou (re)construir e (res)significar comportamentos.

A primeira contribuição que pontuamos nesta pesquisa, foi o fato de que, com a entrada de mulheres no movimento, houve uma diminuição expressiva de casos de estupro por parte dos cangaceiros, como suas companheiras passaram a ser mulheres e integrantes do movimento, a presença delas se fez de forma efetiva, estando presente na maioria dos conflitos com a volante. Segundo Negreiros (2018), a presença feminina nos bandos inibia a prática de sexo forçado, prática comum ao homem sertanejo da época. “Quando estavam acompanhados de suas mulheres, os cangaceiros evitavam as aventuras extra-conjugais, o que contribuía para diminuir a ocorrência de estupros”. (NEGREIROS. 2018, p.52).



A relação entre homem e mulher no cangaço e em torno, mudou expressivamente, se criou um código de conduta que abordava laços de fidelidade entre os casais cangaceiros, onde a traição era imperdoável, e se pagava com a própria vida. Até se admitia pequenas traições, como coloca o jornalista Chiavenato “é interessante observar que, para as ligações passageiras, onde tacitamente se reconhecia um amor de ocasião, toleravam-se pequenas infidelidades”. (CHIAVENATO. 1990, p.103). A partir também da entrada de mulheres no movimento, se criou uma ética do gera, normas ou regras que dificultava a prática do estupro, nessa ética era proibida a violação de filhas e mulheres de coiteiros, ou onde ocorria uma violação de mulheres sem pretensão de vingança ou provocação.

Evidenciamos uma sociedade de regras definidas e estabelecidas no interior do cangaço, que a partir da entrada de mulheres no movimento o estupro passou de um desejo masculino, de descarregar suas energias e seu apetite sexual, para ser visto como um crime, significando uma violação ao corpo da mulher. A percepção de corpo feminino por parte dos cangaceiros foi desconstruída a partir da vivência cotidiana com elas, como afirma Lins (1997), “as mulheres, conhecedoras ímpares do feminino no masculino, vão impor uma práxis, uma contabilidade amorosa na qual o ideal de vida vai prevalecer substituindo-se ao aspecto da morte” (LINS. 1997, p.66). Nesta perspectiva as mulheres cangaceiras afloraram sentimentos e emoções no mundo masculino do sertão. Aguçaram a curiosidade e o satisfizeram, revelando o mundo feminino e seus desejos mais ocultos, reprimidos e subjugados por uma sociedade masculina e patriarcal.

Outra grande contribuição que as mulheres deixaram no cangaço, foi o próprio cangaço enquanto movimento sedentário, ou seja, a partir do ingresso de mulheres nos bandos, o cangaço deixou de ser um movimento nômade, que prevaleceu no início como movimento de vingança, e se transformou em um cangaço sedentário se fixando por mais tempo em determinado lugar. Segundo Melo (1985) esta fase do cangaço, chamado de profissional ou meio de vida, foi a fase que as mulheres



conseguiram se integrar no movimento, dando aspecto de família ao grupo, conseqüentemente criando vínculos afetivos com os homens, estes, mais prudentes nas suas investidas, diminuíram expressivamente os ataques a seus inimigos, por tanto, se arriscando menos. A presença, e não só isso, mas toda feminilidade presente no corpo da mulher no cangaço, distraía as noites, as festas e o cotidiano da realidade áspera do sertão, conseqüentemente, agradava o homem cangaceiro, agora preso sentimentalmente e fisicamente as vontades e desejos femininos.

A sedentarização do movimento proporcionou um aperfeiçoamento na estética do cangaço, Melo (1985) afirma que na primeira fase do cangaço os homens não se enfeitavam tanto, se preocupavam apenas em apetrechos bélicos, o necessário para evidentes confrontos, já na fase profissional, Lampião e seu bando abusavam de ornamentos. Emídio (2019) afirma que antes do cangaço admitir mulheres os homens já bordavam, porém, sem dúvida alguma elas contribuíram para o aperfeiçoamento do ofício. Negreiros (2018) nos conta que, durante o período de gestação, Dadá ficou resguardada em um ambiente dos povos Pankararés, e lá aprendeu um novo estilo de bordado, que ao voltar de sua estadia, passou a enfeitar as vestimentas dos cangaceiros com um novo modelo.

Durante a gravidez, quando viveu com os índios, havia costurado não apenas bonecas, como também testara novas estampas para os bornais. Inventara um bordado diferente, com motivos florais e geométricos multicoloridos, e aplicara-os sobre o bernal de Corisco. De tão exuberante, a peça logo se transformou em motivo de cobiça. (NEGREIROS. 2018, p.69)

Certamente, essas mulheres ofertaram para o cangaço uma autonomia estética singular que puderam se destacar como um movimento cultural. Os enfeites e ornamentos chamavam a atenção de todos, e esse era o objetivo, a presença deles e delas marcadas pela pujança de detalhes que se assemelhavam a nobreza das cortes europeias, Melo (1985) compara o estilo das vestes masculinas do cangaço com os cavaleiros



medievais ou dos samurais, e as vestes femininas como as das nobres europeias. O mais interessante, talvez, é saber que as costureiras e estilistas dessa moda sertaneja poderiam ser conduzidas por homens, hétéros e criados em uma sociedade semifeudal. Negreiros (2018) nos coloca nesta curiosa questão, em um mundo patriarcal, os homens, no caso os cangaceiros costumavam suas próprias vestimentas, “cangaceiros também se dedicavam à produção de seus trajes, mais do que simples vestimentas, verdadeiros uniformes de guerra”. (NEGREIROS. 2018, p. 70).

Outra importante contribuição foi a de interseção, muitos sertanejos e sertanejas deixaram de ser assassinados/as ou torturados/as por interseção das cangaceiras. Os coiteiros, fazendeiros e próprios integrantes do movimento foram salvos várias vezes devido ao apelo feito pelas mulheres cangaceiras, sobretudo de Maria Bonita, a primeira mulher a entrar no cangaço, porém, outras também desempenharam papéis de intercessoras ou mediadoras de conflitos. Emídio (2019) explica um pouco dessa contribuição:

A mulher no cangaço muitas vezes chegou a interceder a favor de muitos inocentes sertanejos, como foi o caso de Maria Bonita, que intercedeu pelo seu compadre Zé de Fulô e pelo tabelião da cidade de Delmiro Gouveia, Manuel Cândido. Com Maria Adília não foi diferente ela intercedeu pela vida de um jovem, que teve morte certa nas mãos dos cangaceiros, pois estes não atentaram aos pedidos da mulher de canário, mas ela evitou com que o cangaceiro Balão raptasse uma moça chamada Maria. (EMÍDIO. 2019, p.64)

Apesar de algumas vezes a intercessão não adiantar elas negociavam com o mundo masculino, e interferia nele, provocando mudanças no destino do grupo. Elas não eram apenas companheiras de cangaceiro, foram de fato convidadas a integrar o movimento, a partir da entrada de Maria Déa, outro nome de Maria Bonita, elas conseguiram romper o comando do movimento masculino, deixando o cangaço nas muitas situações, em mãos femininas.



Além dessas três contribuições citadas acima, muitos outros aspectos de convivência entre homem e mulher no cangaço foram evidenciadas como quebra de paradigmas e de tabus. Assim como Emídio, Lins (1990) relata que a divisão do trabalho entre homens e mulheres no cangaço era de forma justa e igualitária, não se fazia acepção de pessoas ou de gênero ao dividirem as tarefas domésticas. O que de fato existia era um rodízio de tarefas que determinava os dias que cada membro do grupo deveriam cumprir. Em outras situações o rei do cangaço determinava um homem do bando para exercer tais funções tidas como femininas, geralmente era escolhido por Lampião o mais medroso do bando, como por exemplo o cangaceiro Baliza, “Lampião usava para com os medrosos uma pedagogia curiosa[...]. Quando o cabra era molengo e tinha “jeito de mulher”, ele o nomeava cozinheiro do bando. Esse foi o destino de Baliza”. (LINS. 1990, p.130-131). Ao proceder dessa forma, o cangaço evidencia uma inversão de papéis, ao invés das mulheres exercerem papéis domésticos, elas que são servidas pelos companheiros, exemplo claro dessa situação é do cangaceiro Zé Baiano, tido como o mais feio do bando e também um dos mais cruéis cangaceiros, que ferrava suas vítimas com suas iniciais, era perdidamente apaixonado pela bela cangaceira Lídia, considerada a miss da caatinga. Pois bem, zé baiano a tratava como uma verdadeira rainha, sempre a sua disposição, como um bom serviçal, como bem aponta Negreiros (2018), “Chegava ao ponto de lhe dar comida na boca, oferecendo-lhe os melhores pedaços de carne e limpando delicadamente seus lábios, ao fim da refeição, com um singelo paninho”. (NEGREIROS. 2018, p.75).

Outra quebra de paradigmas é em relação ao sexo, os corpos das cangaceiras expressavam o desejo libidinoso, seus corpos não estavam mais a disposição da procriação, aliás, este não era mais a finalidade do corpo da mulher cangaceira. A procriação era uma consequência dos atos libertinos desses corpos. O desejo de liberdade carnal e a satisfação de serem desejadas como queriam que fossem, propiciavam um gozo pessoal e moral, isso devido poderem de fato concretizar suas fantasias



eróticas, de poderem ser desejadas como companheiras e amantes. A feminilidade de seus corpos atraíam os homens do cangaço para uma guerra erótica, onde quem ditava as regras eram elas, como bem coloca Negreiros (2018) ao narrar uma cantada feita pela cangaceira Maria de Pancada a um cangaceiro que seu marido lhe confiara a companhia:

Dizem que você é muito macho nas brigadas, mas queria ver se você é homem mesmo – provocara. Não diga isso, Maria. Que depois você se arrepende – respondera Balão. Minutos depois, como a moça não cessava a investida e o acusava de ter medo de Pancada, foi imobilizada por Balão, que a possuía entre mandacarus e xiquexiques. (NEGREIROS. 2018, p. 74-75)

A autora não satisfaz nossa curiosidade sobre o final dessa trama erótica, ou perto de uma possível tragédia, sabe-se, no entanto, que antes de voltarem para o acampamento seus corpos se satisfizeram novamente. Porém, o cenário perfeito para o acasalamento no cangaço em tempos de paz, era sem dúvida o Raso da Catarina, localizado na Bahia, entre Jeremoabo e Monte Santo, era um extenso deserto, que, devido sua localização servia como refúgio ideal para os cangaceiros, em um cenário desértico tanto de mato como de homens, Lampião e Maria Bonita que representavam os gêneros no cangaço, amavam e se amavam, deixando um pouco de si no outro, lampião se deixava afeminar-se ao se introduzir e possuir o corpo feminino, “a ele nada importava, mesmo porque quando o homem está amando, ele se efemina, se assemelha à mulher”. (LINS. 1997, p.82).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nesse texto, evidenciamos algumas questões fundamentais para o entendimento da proposta inicial desta pesquisa, que foi problematizar a ideia de corpo feminino na sociedade coronelista, partindo da perspectiva do cangaço. O corpo feminino



sempre foi inferiorizado desde do processo de colonização europeia nos trópicos, além disso foi estigmatizado, sendo considerado fonte dos males morais e éticos do ponto de vista cristão, percebemos como a religião influenciou nos costumes e práticas patriarcais no Brasil e no sertão nordestino. Em meio a uma sociedade machista, misógina e hegemônica, as mulheres formavam uma parcela da sociedade extremamente massacrada e explorada pela cultura masculina que predominava na sociedade coronelista. Contudo, as mulheres que se destinavam a ingressar no cangaço conseguiam se emancipar, conseguiam uma liberdade jamais vista, como aponta o jornalista Chiavenato (1990). As mulheres do cangaço conquistavam primeiramente sua liberdade individual ou corporal, ao fazerem o que bem entender com seus corpos, em segundo plano conquistavam um espaço na sociedade, muitas vezes de destaque, como foi o caso de Maria Bonita, rainha do cangaço.

As mudanças sociais provocadas pelas cangaceiras foram de enorme relevância, pois ao saírem de casa para seguir a vida errante do movimento, renasciam para um novo mundo e, conseqüentemente morriam para um mundo de aprisionamento. As cangaceiras viviam num mundo paralelo, no qual a mulher tinha seu espaço e sua liberdade e competiam de pé de igualdade com seus pares. A influência da mulher no cangaço lapidou a pedra bruta do sertanejo, não só do cangaceiro, mas de todos os homens do sertão coronelista. Pensemos juntos, quantos homens não sentiram medo e pavor ao se deparar com Maria Bonita, ou até mesmo com Dadá, que era considerada a mais brava das cangaceiras? Medo pela sua bravura ou disposição para o combate e/ou pela representatividade que elas conquistaram dentro e fora do cangaço. De certo é que, ao optarem pela morte desejavam a vida, como nos bem coloca Lins (1997), o corpo feminino do cangaço almejava a esperança, nem que fosse por um instante, de uma vida autônoma, seguindo seus próprios conceitos e valores. A feminilidade da mulher do cangaço contagiou a todos que com elas conviveram, seja pela forma de amar ou seja pela forma de viver, o cangaço modificou seu itinerário,



moldou-se para encaixar-se nos novos valores que adquiriam através da experiência da introdução dos corpos femininos em um universo masculino, o medo do enigmático universo feminino que foi apreendido pelo homem do sertão foi superado pela experiência de tê-las como jamais pensavam que poderiam conceber, mulheres guerreiras donas de sua própria história.

## REFERÊNCIAS

ALVARADO, M. **Epistemologias feministas latino-americanas: um cruce em el camino junto-a-otros pero no-junta-a-todas**. Religación, V1, n.3, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência política, Brasília, n.11, maio-agosto 2013.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Pedagogias da diversidade**. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v. 1, n.21, p. 61-85, jan./jun. 2019. Disponível em:

CHIAVENATO, Júlio. **Cangaço a Força do coronel**. São Paulo: Brasiliense. 1990. Clube de Autes, 2019.

EMÍDIO, Teresa Raquel Nogueira. **As Mulheres no Cangaço**. 1º Ed. – Juazeiro do Norte, CE: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9691>. Acesso em 22 Jan. de 2021.

LINS, Daniel. **Lampião: O homem que Amava as Mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol; o banditismo no Nordeste do Brasil, prefácio de Gilberto Freyre**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

MENDES, Cláudio Lúcio. **O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo**.

MOUJÁN, Inés F; CARVALHO, Elson S.S.; JUNIOR, Dernival V.R. (orgs). **Pedagogias De(s)coloniais: saberes e fazeres**. Goiânia: Elson S. Carvalho, p.173 – 223. 2020.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, Violência e Mulheres no Cangaço**. 1ºEd. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 167-181, Abril de 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17993>. Acesso em 22 Jan. de 2021.



# A RELIGIÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA À OPRESSÃO CORONELÍSTICA E AO DESCASO CLERICAL OFICIAL: REALIDADE DE DETERMINADOS ESPAÇOS DOS SERTÕES NORDESTINOS NA REPÚBLICA VELHA NO BRASIL

 José Ferreira Júnior<sup>1</sup>

 Janaina Freire dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O período de tempo que vai da proclamação da República ao que se convencionou chamar Revolução de 1930 é nomenclaturado pela historiografia como República Velha. Nessa temporalidade, os Sertões nordestinos em algumas partes de sua espacialidade foram palcos de ocorrência de movimentos místicos, liderados por sujeitos tidos como possuidores de carisma, cujos discursos, endereçados ao homem caatingueiro, mesclavam contestação à ordem vigente com promessas de “futuro diferente” do presente vivenciado.

O “futuro” prometido traria consigo o acesso à terra, o usufruto equitativo do que nela fosse produzido e a prática de religiosidade sem as amarras da religião oficial. Tratava-se de contestação à ordem vigen-

---

<sup>1</sup> Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada – PE. Doutor em Ciências Sociais – UFCG;

<sup>2</sup> Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco. Doutora em Ciência Sociais – UFCG;



te, tanto política quanto religiosa e, com ela, a instituição da desordem da produção nos latifúndios coronelísticos, bem como na desautorização do clero oficial no referente à ministração das “coisas dos céus” à massa trabalhadora explorada. Dizimar essa resistência se fazia necessário ao retorno da ordem que satisfazia ao conúbio coronel e clero oficial.

Este artigo promove discussão sobre o embate existente entre os chamados movimentos messiânicos contestatórios e a parceria vivenciada pela elite terratenente e clériga católica oficial. O texto resulta de pesquisa qualitativa e exploratória, sendo usado referencial bibliográfico que aborda a temática investigada.

### **EXPLORAÇÃO E DESATENÇÃO ESPIRITUAL: REALIDADE DE GRANDE PARTE DAS MASSAS SERTANEJAS NORDESTINAS, NA REPÚBLICA VELHA BRASILEIRA**

É recorrente na historiografia que trata da República Velha ou Primeira República (1889 – 1930) considerar essa temporalidade como sendo “a república dos coronéis em referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais, com uma base local de poder” (FAUSTO, 2002, p. 149).

Assim considerado, verifica-se a existência do coronelismo, instituição que se fazia representada principalmente pela elite dona de terras, mas que também tinha as cidades como espaço de atuação. De modo geral, Fausto (2002, p. 49) define o coronelismo da seguinte maneira:

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo -, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade dos cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público.



Convém esclarecer que a radiografia histórica feita pelo teórico citado não teve na espacialidade temporal republicana a sua construção. Tratava-se de continuidade de algo construído e vigente desde o período colonial e que experimentou robustez no Período Regencial, com a criação da Guarda Nacional, em 1831, pelo Ministro da Justiça, padre Diego Feijó.<sup>3</sup>

Todavia, não obstante não ter sido a República o berço do coronelismo, será o momento histórico propício à sua existência, uma vez que, de acordo com Fausto (op. cit, p. 150), “a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder”. Fato é que o coronel estava na base do sistema oligárquico, fazia-se peça de suma importância na movimentação da engrenagem republicana daqueles idos, visto que estabeleciam controle de um território, construindo nele o seu curral eleitoral, de onde eram provenientes os votos que elegeriam os políticos previamente determinados para serem eleitos.

A importância que exercia no sistema veterorepublicano fazia do coronel um sujeito histórico sobre o qual não recaíam penalizações, ou seja, gozava de impunibilidade, independente do ato que praticasse e, no referente ao exercício de poder, em seu território era onipotente, conforme atesta Carone (1988) *apud* Fortunato (2008, p. 169, 170):

---

3 A Guarda Nacional era uma força armada formada pela elite. Seus membros eram todos cidadãos com direito a voto e assim obteriam a dispensa de servir ao Exército. Não recebiam pagamento e eram responsáveis pelo próprio uniforme. O governo tinha a incumbência de fornecer armas e instrução. Era subordinada ao Juiz de Paz, em seguida ao Juiz de Direito, ao Presidente de Província, e finalmente, ao Ministro da Justiça. A maior patente que um civil poderia alcançar era a de Coronel e o título ficou reservado aos grandes proprietários de cada região. Desta maneira, a Guarda Nacional vai gerar o fenômeno do “coronelismo” que tanto marcará a política brasileira. Foi extinta em 1922, pelo presidente Artur Bernardes. Disponível em <<<https://www.todamateria.com.br/guarda-nacional/>>>



O coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e não ideológicos. É o chefe do Clã, título que engloba não só a família, mas também o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro. Aos agregados ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doente; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. é comerciante e agricultor, proque produz e serve de intermediários entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigos seguros para todos que o procuram.

Percebe-se, atentamente observando o contido no fragmento textual acima, que a figura do coronel é o poder encarnado, que se manifesta divorciado de qualquer controle, trata-se de um “poder sem peias, capaz de proteger, julgar, e resolver todas as questões de ordem pessoal que surgirem em seus domínios” (FORTUNATO, 2008, p. 170).

Justaposto ao coronelismo havia, no momento histórico em discussão, a instituição religiosa, a Igreja cristã em sua faceta católica. Esta, com o advento da República deixava de gozar as benesses do padroado e, somado a isso, vivenciava o processo de romanização do catolicismo brasileiro que, segundo Hoornaert (1997, p. 40), “combate sobretudo o tradicional caráter lusitano leigo do mundo devocional, do qual a atuação de beatos e beatas era uma das características mais marcantes”. A romanização do catolicismo brasileiro significa uma nova europeização da Igreja Católica, visto que, de acordo com Hoornaert (*Idem*): “penetram no país nada menos que 39 congregações masculinas de origem



européia, assim como 109 femininas. Liquidam-se as irmandades leigas em benefício de associações religiosas controladas pelo clero”.

Esses dois sujeitos históricos atuam ladeados infligindo dores à população campestre sertaneja nordestina. O coronel fazendo exercer seu mandonismo e nele, protagonizando toda sorte de quereres que o satisfizesse e, a Igreja Católica, por sua vez, além de se revelar antipática ao povo, porquanto desconstruía práticas e costumes religiosos do catolicismo popular, calava-se diante das atrocidades cometidas pelo coronel, esquivando-se, dessa forma, do exercício de parte de seu papel no mundo, a profecia que, dentre outras coisas, promovia denúncia das injustiças. Assim, coronel e clero oficial faziam existir sinistro conúbio.

O homem sertanejo, principalmente o campônio, via-se em total desassossego e, conseqüentemente desesperança. Nesse contexto, a religião exercia papel de significância relevante, uma vez que, para grande parte da massa habitante da caatinga era a maneira quase que exclusiva de obtenção de consciência do mundo. Acerca disso, afirma Arruda (1993, p. 54):

Nesse universo social, a moral, a educação, a política, enfim, quase todos os setores e instituições sociais tinham um conteúdo marcadamente teológico. Era uma realidade sócio-cultural onde a religião povoava o inconsciente coletivo, possuindo, inclusive, funções pragmáticas, quando doenças, irregularidades pluviométricas e até mesmo questões existenciais eram servidas via esfera sobrenatural.

Percebe-se ser o universo sertanejo caatingueiro perpassado marcadamente pela presença do mágico, do sobrenatural, podendo ser comparado ao mundo mítico, vivenciado pelo primitivismo humano, onde tudo se explicava pela religião (BORGES, 2006). Tratava-se de uma realidade vivenciadora de uma espécie de encantamento, que talvez possa ser explicada pela inexistência de condições materiais favoráveis ao desenvolvimento intelectual da mesma, ou seja, pelo descaso



existente por parte dos governantes em relação às massas habitantes da caatinga, remontando ao tempo de ocupação do espaço chamado Sertão.

Diante desse quadro, a religiosidade achava espaço largo para se alojar, uma vez que, “no nível cultural de desenvolvimento em que se encontravam as populações rurais, mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de fanatismo” (FACÓ, 1983, p. 47). Assim, por conta da ideologia religiosa vivenciada, as massas sertanejas não se diferenciavam de qualquer outro grupo humano que experimentasse uma ideologia, ou seja, o mundo externo era-lhe aprendido pela ótica religiosa. Desse modo, a roupagem religiosa vestia suas convicções, seus interesses e, principalmente seus anseios de libertação.

### MESSIANISMO: GÊNESIS DO TERMO E ELEMENTOS CARACTERIZADORES

Historicamente considerando, pode-se afirmar ser o messianismo um legado da civilização hebraica, visto que nos discursos dos profetas hebreus, existentes em O Antigo Testamento<sup>4</sup>, principalmente no profetizado pelo profeta Isaías, revela-se claramente a crença hebraica em um enviado divino, um ungido, um Messias, que adentraria o mundo dos homens de forma miraculosa: “portanto o Senhor mesmo vos dará um sinal; eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel” (ISAÍAS *apud* ALMEIDA, 2000, p. 859).

A nomenclatura Emanuel era, para os hebreus, muito mais que um mero substantivo próprio, visto que, em hebraico quer dizer “Deus conosco”, fato que denuncia características de divindade presentes no ser profeticamente anunciado, cerca de setecentos anos antes do seu

---

<sup>4</sup> Primeira parte da Bíblia, é composto por 39 livros tidos como inspirados;



nascimento<sup>5</sup>. A promessa da vinda de um “Messias”, que literalmente significa “ungido” fazia parte da crença hebraica, que conferia tal promessa a Iavé<sup>6</sup>, que era tido pelos hebreus como o único e verdadeiro Deus.

Definida a gênese do termo, necessário se faz perguntar: O que caracteriza o messianismo? Ferreira (2000, p. 429) atesta que messianismo é “a crença na intervenção de ocorrências extraordinárias, ou de individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social”. Esta definição, que possui conotação milenarista<sup>7</sup>, atrela ao fenômeno messiânico a expectativa do novo, do inusitado, do ainda não vivenciado, daquilo que se mostra contraposto ao que existe. Em outras palavras, trata-se de uma promessa que traz consigo satisfação futura para os insatisfeitos com o presente tempo.

Outro questionamento cabível relacionado ao messianismo é o que gira em torno dos seus protagonistas, dos que o lideraram. Quem eram os “Messias”? Qual sua índole? Havia congruência entre o que discursavam e o que efetivamente praticavam?

Não se tem conhecimento de “Messias” provindos da elite, seja teratenente ou clériga. As lideranças messiânicas sertanejas eram de ori-

---

<sup>5</sup> Aqui considerando ser Jesus Cristo o Messias, fato que é contestado pelos hebreus ortodoxos;

<sup>6</sup> Iavé: designação de Deus, no Antigo Testamento. Correspondente do contemporâneo Jeová, que por sua vez, é proveniente do hebraico Jehovah e seria a transliteração das quatro letras YHWH, que designavam Deus, cujo nome era tido por sacratíssimo, não podendo ser pronunciado em voz alta;

<sup>7</sup> Segundo Norman Cohn, autor inglês, os movimentos milenaristas estariam baseados na fé de que “chegaria um momento em que, em uma prodigiosa batalha final, o Deus supremo e seus aliados sobrenaturais derrotariam as forças do caos e seus aliados humanos, aniquilando-os uma vez por todas. A partir de então, a ordem divinamente estabelecida estaria presente de maneira absoluta: as necessidades e as misérias físicas seriam desconhecidas, não haveria nenhum inimigo ameaçador e na comunidade dos remidos reinaria uma unanimidade absoluta; em uma palavra, a ordem do mundo nunca voltaria a ser perturbadas ou ameaçada” (COHN, 1996, p.296);



gem popular, ou seja, pertenciam ao grupo dos dominados. Não eram necessariamente brancos, como diz Euclides da Cunha, em “Os Sertões” (1902), referindo-se ao Conselheiro, visto que essa declaração se esvaizia de sentido quando se constata, por parte dos sertanejos, o reconhecimento do beato “como alguém capaz de representá-los, defendê-los, orientá-los e negociar com eles o trânsito de valores [...] Entende-se a história do Conselheiro, uma história feita de negociação e astúcia, inteligência e tática” (HOORNAERT, 1997, P. 111).

Além do discurso que se contrapunha à crueza da realidade vivenciada pelo sertanejo, outro elemento atuava como instigador à adesão das massas campônias ao projeto messiânico: a honestidade como traço presente na personalidade das lideranças. Ou seja, majoritariamente as lideranças messiânicas buscavam efetivar o que discursavam, sem tirar proveito próprio. Assim, excetuando-se os “Messias” vivenciadores de desvario ou travestidos de bondade, perpassava as lideranças messiânicas o desejo de realização de um novo sistema de coisas, onde prevalecesse a igualdade e as benesses fossem para todos.

Quando se afirma ser majoritário o comportamento honesto por parte das lideranças messiânicas, deixa-se espaço para que se pense ter existido “Messias” que destoassem dessa postura honesta e, por conseguinte divorciada da busca de satisfação para demandas particularizadas. Isto se revela verdadeiro, quando são observadas as ações do padre Cícero Romão Batista, o “Messias” de Juazeiro do Norte, no Cariri cearense.

Além de não ser líder de um messianismo contestatório, uma vez que mantinha relações políticas com os coronéis do Cariri cearense, o padre Cícero usava sua capacidade de persuadir as massas em benefício próprio. Dessa forma, protagonizou um messianismo que se contrapõe em características aos demais líderes messiânicos. Veja-se nas palavras de Feitosa (1983, p. 78, 79), o agir do “Messias” de Juazeiro do Norte, quando da promoção de “solução” para a desventura do miserável romeiro sertanejo:



Encaminhou levas e mais levas de fanáticos para as terras devolutas da Chapada do Araripe, onde se multiplicavam os roçados de mandioca e se inaugurou o cultivo em grande escala de maniçoba, nativa naquela região então deserta [...] medida inadequada e ruínosa. Inadequada por ser aquele planalto inteiramente desprovido de água [...] ruínosa pela devastação do que ainda restava da flora e da fauna do platô araripeano, no qual foram atirados mais de dois mil fanáticos, cujos remanescentes, ainda há pouco, criavam embaraços à campanha de despovoamento da área da Floresta Nacional, empreendida pelas autoridades do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura [...] o padre Cícero enviou à Serra levas e levas de fanáticos que trabalhavam para ele sem justa remuneração, recebendo, apenas, alimentação.

A afirmação presente na citação acima denuncia prática desonesta do padre Cícero Romão Batista, no referente a tirar proveito do carisma que exercia em relação à massa de sertanejos pobres, quiçá miseráveis que acorriam ao Juazeiro do Norte em busca de sua orientação espiritual.

Todavia, mesmo com a presença do traço da desonestidade em seu agir, o padre Cícero Romão Batista reproduzia, em suas ações com os sertanejos romeiros desprovidos de rumo vital, aquilo que se constituía elemento presente na prática messiânica, que era promover o novo, ou seja, promovia aos seus seguidores algo que, em suas realidades existenciais lhes eram desconhecido: condição de vida livre da exploração coronelística latifundiária e do descaso espiritual do clero oficial.

## **O DISCURSO MESSIÂNICO COMO RESISTÊNCIA À EXPLORAÇÃO CORONELÍSTICA E AO DESCASO ESPIRITUAL CLERICAL OFICIAL**

Qualquer que tenha sido o momento e lugar de sua ocorrência, o discurso messiânico obteve significativa aquiescência por parte das massas ouvintes, o que fez existir, seguindo o “Messias”, levas consideráveis, em sua maioria miseráveis, que se faziam convencer, dentre ou-



tras coisas, quando comparavam o viver penoso que experimentavam (opressão política, desrespeito à individualidade e injustiça social) e o que lhes era oferecido, visto contemplar suas demandas, além de não conter os elementos promotores de dores já citados.

Em outras palavras, os “Messias” lançavam a semente da esperança no solo fertilizado pela crise. Prometiam o que o sertanejo vivenciava falta: ausência de opressão, acesso a terra, usufruto equitativo do produzido nela e a assistência espiritual cotidiana. Esse discurso messiânico é escutado e crido por muitos que, aderindo a ele, seguem o “Messias” e, assim fazendo, deixam esvaziados tanto os latifúndios (de mão-de-obra) quanto os bancos da Igreja oficial e romanizada. A declaração de Teixeira (1985, p. 53), tomando-se como exemplo Canudos, corrobora plenamente com a afirmação de ser o discurso messiânico possuidor de aceitação pelas massas sertanejas pobres, exploradas e desassistidas espiritualmente:

Vamos arribar pra Canudos. Só vejo de bem falar deste povoado que Santo Antônio Conselheiro criou nos confins da Bahia, pro modo de dar abrigo aos pobres. Cada família tem sua casinha. Tudo que se planta e todo o fabricado é igualmente dividido entre todos [...] exploração, fome, crimes, não fazem rastro por lá. E ainda por cima, tem, toda tarde, as pregações do conselheiro.

Observa-se que exatamente o que não dispunham era o que se mostrava oferecido às massas de sertanejos pelo discurso messiânico, ou seja, são exteriorizadas propostas que se revelam opostas à realidade vivenciada e, por conseguinte ressuscita no miserável a esperança num porvir satisfatório, viabilizador da consecução do desejado e, até então, impraticável.

Fanatismo foi a nomenclatura atribuída à ação de se tornarem seguidores dos “Messias”, por parte dos sertanejos habitantes da caatinga. Todavia entender essa ação somente a partir do discurso da Igreja Católica oficial talvez satisfaça a quem transita pelo conhecimento do senso comum, uma vez que, a análise que parte somente do conceito de fana-



tismo, “desconhece o aspecto astuto da política dos sertanejos que, não dispondo de meios para apresentar a todos sua maneira de entender a história, encontram fios de libertação dentro do próprio tecido opressivo com que a elite procura envolvê-los” (HOORNAERT, 1997, p. 111).

Exemplo da opressão vivenciada pelo sertanejo nos latifúndios coronelísticos estava ligada à produção do algodão, uma vez que, aos moradores de suas terras, os chamados “moradores”<sup>8</sup>, o coronel impunha-lhes uma relação de produção que, quando verificada, somente beneficiava ao próprio coronel. Veja-se, acerca dessa relação, o que diz Andrade (1973) *apud* Matos *et al* (2020, p. 560):

[...] havia incentivo aos grandes proprietários de terra para criarem gado, ao mesmo tempo em que eram estimulados a realizar o plantio do algodoeiro em parceria com os “moradores” de suas terras. Os moradores, em geral, eram obrigados a vender sua parte da produção aos proprietários das terras em que trabalhavam. Isso permitia aos proprietários aumentar seus lucros, garantindo pasto em estações secas, ao mesmo tempo em que transferiam o risco da atividade agrícola para os “moradores”, sem, no entanto, abrir mão dos lucros da colheita do algodão em anos de boas safras. Nessa relação, as perdas de safra eram convertidas em dívida, criando a dependência que os mantinha vinculados à terra alheia.

O contido na citação acima demonstra, de maneira clara, como a aparência de bem-estar dispensada pelo coronel aos seus moradores era, de fato, um agir previamente pensado, um meio para se obter um objetivo, uma ação social racional objetivando um fim: lucro e manutenção da força de trabalho em suas terras, à sua disposição, visto que, devendo ao coronel o trabalhador não poderia deixar o latifúndio.

---

<sup>8</sup> Com a decadência do trabalho escravo, parte da população escravizada se interiorizou e, sem nenhuma ajuda e sem terras para cultivar, transformou-se em “morador de condição”, habitando choupanas de palha em propriedades rurais no semiárido. Eram considerados um tipo especial de assalariado pelos donos das terras, que muitas vezes trocavam trabalho por comida (Andrade, 1973).



‘Sob as vistas do coronel mandatário tudo estava em perfeita ordem. Prejuízo para si não havia, mesmo sendo o ano ruim de chuva, visto que a perda da safra era ônus dos moradores meeiros e, justaposto a isso, contava com mão-de-obra à disposição para reiteradamente explorar. Percebe-se a dominação de mãos dadas com a exploração coronelística

Diante desse quadro, parecia não existir para os vivenciadores de malfadada sorte qualquer possibilidade de promover quebra dessa dominação exploratória. Porém, de acordo com Hoornaert (1997, p. 111),

O povo do campo tem uma multissecular habilidade em “desmoralizar” os mais severos projetos elaborados para prendê-lo à obediência e submissão, feita de mil e uma artimanhas, conhecidas por todos que tem algum contanto com o meio camponês. Dessa forma, encontra um espaço de vida e identidade com o mínimo de risco de repressão.

Em outras palavras, na relação existente entre dominador e dominado existem maneiras por que o dominado reage, empreendendo resistência e esta, por sua vez, de diversas maneiras poderá vir a ocorrer, inclusive o dominado dando a entender ao dominador que aquiesce a sua dominação<sup>9</sup>, teatralizando, construindo para si uma fachada, como o diz Goffman (2010).

Porém, não se deve pensar que a resistência à dominação / exploração somente ocorra de maneira cotidiana, silenciosa, sutil e, consequentemente segura, em virtude de medo da retaliação do dominador, visto que, de acordo com Hoornaert (1997, p. 111), “há momentos em

<sup>9</sup> Exemplo cabal de suposta concordância com a dominação imposta pelo dominador é a dos negros africanos escravizados no Brasil, quando da imposição a eles da fé cristã católica. Os escravizados associaram os santos cristãos celebrados pelo catolicismo aos orixás do panteão africano. Assim, por exemplo, quando um escravizado, por ordem de seu senhor, ajoelhava-se diante da imagem de São Jorge, estabelecia culto a Ogum. A relação entre ambos estava no fato de serem afeitos à guerra;



que a contradição fica explícita, por causa da coragem e liderança de alguém que fala abertamente, se manifesta e promove a proclamação pública do que acontece no mundo restrito da cotidianidade”. A isto Scott (1990) chama publicizar o discurso oculto. Ou seja, exteriorizar o que já existe subjetivamente.

Tornar patente o que já existe de maneira latente é, para o dominado e explorado no latifúndio coronelístico oportunizado com o surgimento do “Messias” e “é o que acontece quando o Conselheiro aparece nos povoados sertanejos sacudindo o pó de um silêncio secular”, afirma Hoornaert (1997, p. 111). O discurso messiânico, então, revela-se mola propulsora à ação dos, até então, supostamente concordantes com a dominação e exploração imposta pelo coronel latifundiário e anuído pela Igreja oficial romanizada, pois, segundo Hoornaert (*Idem*):

O momento de contato com um homem que tão claramente exprimem o que todos sentem é elétrico, libera energias acumuladas desde muito. As pessoas põem-se a marchar, a se mexer. Os sertanejos tomam de repente consciência do que ficara durante gerações nas sombrias regiões entre consciência e subconsciência, pressentimento emocional e evidência racional.

Dessa forma, tomando o messianismo de Antônio Conselheiro como exemplo, a partir de 1895 os sertões nordestinos tornam-se palco de conflitos. De um lado, Conselheiro e seus seguidores, do outro Coronéis latifundiários e Igreja Oficial romanizada.

Trata-se de uma luta desigual, uma vez que Conselheiro e conselheiristas são despossuídos daquilo que em seus adversários sobeja: meios políticos, econômicos e sociais. Ou seja, a desequilíbrio de forças era grande, quando levada é em conta a questão estrutural. Coronéis e Clero oficial dispunham do poder econômico e institucional.

Todavia, Conselheiro e seus liderados desfrutavam de um poder que se localizava na margem da sociedade definida como ideal, que era o “poder da imaginação, da fé, da habilidade e da astúcia, o poder da reli-



gião; afinal de contas, a lógica emocional da religião é mais forte do que a lógica puramente racional dos poderes constituídos e, em Canudos, o poder da religião chega a desestabilizar abertamente o sistema (HOO-NEART, 1997, p. 112). Dessa forma, ajuntados em torno de um discurso que lhes satisfaziam, no referente a dois elementos de significativa importância em seu ideário, terra e assistência religiosa, os sertanejos habitantes da caatinga fazem do “Messias” seu guia, deixam-se conduzir e se agrupam em lugares específicos – Canudos, na Bahia; Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará -, onde constroem um modo alternativo de viver, quando se observa as práticas do uso coletivo da terra, das distribuição equitativa do produzido nela. Enfim, os “Messias” e seus seguidores revelavam-se ameaça ao sistema econômico-religioso. Destruí-los era iminente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os chamados movimentos messiânicos ocorridos nos sertões nordestinos, no início da chamada República Velha ou Primeira República (1889 – 1930), longe estão de serem meramente considerados meros movimentos de fanáticos capitaneados por líderes monomaníacos religiosos e, por conseguinte, necessitados de internamento em hospício, como afirmava o arcebispo da Bahia, em finais do século dezenove, referindo-se ao Conselheiro (BENÍCIO, 1899).

A fenomenologia messiânica precisa ser mais atentamente estudada. Necessário se faz que quem pesquisa se deixe convencer pelas fontes e diga somente o que deve ser dito, sem que seja preciso recorrer a postulados. Assim entendido, será verificado que havia nos movimentos messiânicos algo maior que a mera religiosidade. Havia um desejo de um devir diferenciado do vivido até então, por aqueles homens e aquelas mulheres que se decidiram por seguir um “Messias”.

Tão forte era a convicção dos sujeitos vivenciadores das utopias messiânicas que por elas matavam e morriam. Tão forte era o desejo de



se experimentar o novo, que a organização vivenciada em comunidade funcionava como forte elemento de atração populacional. Tão forte foi a funcionabilidade do sistema social e econômico messiânico, que promoveu a desestabilização do sistema latifundiário e clerical oficial. Tão forte foi o incômodo causado pelas massas messiânicas, que exterminá-las passou a ser palavra de ordem para o Estado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João F de. *A Bíblia Anotada: versão revista e atualizada*. São Paulo. Mundo Cristão. 2000.
- ANDRADE, Manoel. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. Brasília: Brasiliense, 1973.
- ARRUDA, João. **Canudos, Messianismo e Conflito Social**. Fortaleza. UFC/SECULT. 1993.
- BENÍCIO, Manuel. **O rei dos jagunços** – crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal do Comércio. 1899.
- BORGES, Vavy P. **Que é história**. São Paulo. Brasiliense. 2006.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais 1889 - 1930**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.
- COHN, Norman. **Cosmos, caos e o mundo que virá**. São Paulo. Cia das Letras. 1996.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2002.
- FEITOSA, Antônio. **Falta um Defensor para o Padre Cícero**. São Paulo. Loyola. 1993.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.
- FORTUNATO, Maria L. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande. UDUFCG. 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes. 2010.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: MUNDOS EM CONFLITOS

HOORNAERT, Eduardo. **Os anjos de Canudos: uma revisão histórica**. Petrópolis. Vozes. 1997.

MATOS, Luis C et al. **A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica**. Desenvolvimento e Meio Ambiente v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 556-580, dez. 2020.

SCOTT, J. **O dominado e a arte da resistência: discursos ocultos**. México DF, México: Ediciones Era. 1990

TEIXEIRA. Francisco N. **Nos Tempos do Padre Cícero**. Fortaleza. Ceará. 1985.



## Índice Remissivo

### A

Antônio Silvino 10, 30, 44, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64

### B

Bandido 22, 30, 51, 53, 54, 61, 127, 134, 144, 181

Banditismo 20, 23, 31, 43, 44, 46, 65, 68, 69, 80, 132, 145, 178, 179, 181, 183, 186, 190, 244

bando 21, 37, 41, 42, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 87, 88, 131, 134, 142, 143, 144, 158, 179, 180, 185, 191, 192, 197, 199, 200, 231, 232, 233, 239, 241

bandoleiros 11, 37, 54, 134, 145

### C

Caldeirão de Santa Cruz 258

Cangaceiras 12, 33, 34, 36, 43, 187, 192, 198, 200, 201, 232, 235, 236, 238, 240, 241, 243

Cangaceiros 10, 17, 20, 29, 30, 31, 39, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 53, 55, 61, 63, 66, 74, 80, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 191, 197, 198, 199, 200, 201, 215, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259

Cangaço 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 23, 28, 29, 31, 33, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 58, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 80, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 209, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 24, 244

Cantorias 72, 76, 77

Canudos 254, 258, 259, 260

Cariri Paraibano 15, 64

Conselheiro 252, 254, 257, 258

Catolicismo 13, 216, 248, 249, 256, 261

Cordéis 35, 45, 51, 72, 78

Cordel 10, 35, 51, 61, 62, 64, 66, 68, 72, 74, 75, 77, 222



## D

Delinquente 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28  
Diabo 10, 66, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 198  
D. Sebastião 12, 214, 215, 223

## E

Escravidão 69, 163, 164, 173, 174, 208, 222

## F

Fome 46, 71, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 150, 180, 185, 196, 200, 222, 254  
Francisca Pereira da Silva 10, 34, 36, 39

## H

história 4, 6, 9, 22, 33, 35, 36, 41, 43, 50, 64, 67, 78, 79, 85, 95, 101, 112, 113, 122, 129, 140, 153, 154, 161, 163, 164, 167, 173, 174, 176, 177, 183, 187, 188, 191, 192, 196, 221, 226, 244, 252, 255, 259

## I

Igreja Católica 216, 248, 249, 254  
Imaginário 10, 12, 16, 45, 66, 67, 68, 72, 75, 77, 79, 132, 136, 146, 165, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 235  
Imprensa 10, 11, 16, 29, 43, 48, 51, 58, 59, 63, 83, 84, 85, 87, 90, 91, 94, 115, 119, 120, 121, 129, 177, 178, 181, 185  
Indígena 46, 47, 48, 146, 174, 181, 222

## J

Jardelina Pereira 9, 34, 35, 36, 42  
Jornais 10, 23, 33, 45, 49, 59, 63, 64, 98, 107, 112, 115, 122, 128, 179, 185, 186

## L

Lampião 9, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 39, 42, 43, 44, 64, 75, 79, 185, 191, 197, 201, 233, 236, 239, 241, 242, 244



**M**

Mandonismo 79, 131, 132, 249

Maria Bonita 37, 43, 191, 197, 201, 236, 240, 242, 243, 244

Messiânico 215, 217, 221, 225, 251, 252, 253, 254, 257, 259

Messianismo 9, 214, 215, 216, 217, 218, 227, 228, 250, 251, 252, 257, 259

Messias 250, 251, 252, 253, 254, 257, 258

Mulheres retirantes 10, 86, 87, 88, 94

Mulheres sertanejas 9, 82, 232

**P**

Padre Cícero 259, 260

Pedra Bonita 12, 215, 217, 218, 221, 223, 224, 225, 227

Peleja 72, 73, 74, 75, 76, 77

**Q**

Quebra-quilo 98, 110

**S**

Sebastianismo 12, 214, 215, 218, 221

Seca 42, 46, 70, 71, 72, 84, 86, 91, 92, 97, 132, 150, 151, 179, 180, 185, 186, 187, 196, 200, 201, 222, 233

Sertões 5, 6, 7, 9, 11, 13, 15, 16, 24, 35, 42, 44, 45, 46, 47, 64, 80, 92, 131, 133, 136, 137, 141, 142, 144, 145, 146, 164, 174, 176, 179, 184, 185, 188, 202, 206, 208, 211, 213, 214, 215, 222, , 245, 252, 257, 258

**V**

Vaqueiro 12, 165, 166, 167, 172, 174, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 225

Violência 11, 12, 16, 24, 26, 29, 31, 33, 37, 43, 46, 47, 48, 80, 90, 92, 93, 112, 118, 121, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 144, 145, 166, 181, 185, 186, 187, 194, 199, 201, 202, 209, 211, 231, 244



